



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Sociais  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Yesa Portela Ormond

**Construindo subjetividades:  
a representação do Iraque no primeiro governo de George W. Bush**

Rio de Janeiro

2018

Yesa Portela Ormond

**Construindo subjetividades:  
a representação do Iraque no primeiro governo de George W. Bush**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Mello Valença.

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

O73c Ormond, Yesa Portela.

Construindo subjetividades: a representação do Iraque no primeiro governo de George W. Bush / Yesa Portela Ormond. – 2018.

180 f.

Orientador: Marcelo Mello Valença.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Bibliografia.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Bush, George W. (George Walker), 1946-2018. – Teses. 3. Iraque - Relações exteriores - Estados Unidos. – Teses I. Valença, Marcelo Mello. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 82.085

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Yesa Portela Ormond

**Construindo subjetividades:  
a representação do Iraque no primeiro governo de George W. Bush**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política Internacional.

Aprovada em: 28 de junho de 2018.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Marcelo Mello Valença (Orientador)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Monique Sochaczewski Goldfeld  
CEBRI

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Renata Barbosa Ferreira  
IBMEC-RJ

Rio de Janeiro

2018

## **DEDICATÓRIA**

Ao meu amor, João Guilherme, pelas palavras de ânimo,  
pela paciência e pelo companheirismo incondicional.  
Aos meus pais, Gerson e Déia, por todo incentivo, apoio e  
carinho.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu amor, João Guilherme, pelo apoio incondicional em cada etapa dessa dissertação. Por não deixar de acreditar em mim, por sempre me dar forças e por iluminar os meus dias.

Aos meus pais, Gerson e Déia, por todo amor, incentivo e confiança desde o dia em que decidi viajar ao Rio de Janeiro pela primeira vez na vida para tentar ingressar no Mestrado.

Aos meus amigos de longa data que, independentemente de qualquer distância física, sempre estiveram presentes e deixaram os meus dias mais felizes. Em especial aos meus amigos Caio, Lois e Thaísa.

Aos novos amigos que o PPGRI me proporcionou, Júlia, Yasmin, Marcos, Beatriz e Raquel, por todo apoio em momentos de incerteza, pelas boas risadas, pelos bons momentos e por todo conhecimento compartilhado.

Ao professor Renatho Costa, por incentivar e inspirar meus estudos iniciais sobre a Política Externa dos Estados Unidos para o Oriente Médio.

Aos professores do PPGRI e aos servidores da UERJ que, mesmo em meio a uma conjuntura desafiadora e desanimadora, nunca deixaram de dedicar especial atenção a nós, alunos.

Às professoras Monique Sochaczweski e Renata Barbosa e ao professor Roberto Yamato pelas inestimáveis contribuições à minha pesquisa.

À FAPERJ e à CAPES, pelos auxílios concedidos que foram essenciais para a conclusão deste trabalho.

E, em especial, ao meu orientador, Marcelo Valença, que desde o meu primeiro dia de aula no PPGRI trouxe novos desafios para que eu amadurecesse academicamente. Obrigada pela paciência ao longo da construção da minha pesquisa, pelas palavras de incentivo que foram indispensáveis para que eu chegasse até aqui e pelo precioso conhecimento compartilhado.

They say sticks and stones can break your bones  
But words they never hurt  
Can turn a spark into a flame and then the fire burns  
But I've heard words that shatter souls  
They knock you down down  
They break you down down  
(Them, words) but loudest can be heard

All around the world you can feel it moving  
Shaking foundations, waking up nations  
Listen to the sound, you can hear it calling  
Don't matter 'bout them, sticks and stones  
Love is louder

You know a bitter tongue is a bullet slung  
It'll shoot some people down  
And a gentle word though it's seldom heard  
Can wipe away a frown  
They can lift your soul to the highest heights  
Or knock you down down  
They break you down down  
(Them, words) but loudest can be heard

La la la love  
La la la love  
La la la love is louder  
La la la love  
La la la love  
La la la love is loud

*Louder - Dominic Balli*

## RESUMO

ORMOND, Yesa Portela. **Construindo subjetividades:** a representação do Iraque no governo de George W. Bush. 2018. 180 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Essa dissertação analisa a representação do Iraque nos discursos do Governo Bush entre os anos de 2000 e 2004. Desse modo, debruça-se sobre discursos concernentes ao ano de campanha de George W. Bush, bem como aos anos de seu primeiro mandato. Para tanto, essa pesquisa parte dos seguintes questionamentos: 1) como se constituiu e se manteve a representação do Iraque, no discurso da Política Externa dos Estados Unidos do Governo Bush entre os anos de 2000 e 2004? e; 2) como os discursos da Política Externa da administração Bush relativos ao Iraque expõem suas estratégias retóricas e minam seus próprios alicerces possibilitando, assim, outras vias de interpretação? Frente a esses questionamentos, os argumentos que pautam essa pesquisa são: 1) a representação do Iraque foi sustentada por um discurso dominante que se utilizou de polos de oposição: de um lado figuravam os Estados Unidos como bastiões da liberdade, da democracia e da igualdade, o Eu, e; de outro, o Iraque, representado como um país preso em um abismo autoritário, um Estado Pária, doente, e fora da lei, o Outro; 2) Essa hierarquização se utilizou de representações apresentadas como autoevidentes e que, concomitantemente, condicionaram amnésias históricas. Em outras palavras, por meio do retrato feito do Iraque, atores, eventos, justificativas e vozes foram ora realçados, ora silenciados e prontamente tratados de maneira simplista. Assim, com o intuito de dar enfoque a modos de subjetividade e a contradições relativas aos discursos empreendidos, nessa dissertação observa-se a estruturação das representações do Iraque, bem como questiona-se suas pretensões universalistas e o condicionamento de amnésias históricas. E, por isso, a pesquisa é construída com base em uma abordagem teórica sob os guarda-chuvas Pós-Moderno, Pós-Estruturalista e Pós-Colonial (Capítulo 1). Ademais, e de modo a utilizar uma metodologia que dialogue com essas concepções epistemológicas, é utilizada a estratégia de Análise do Discurso (AD) por meio de uma dupla leitura desconstrucionista (Capítulos 2 e 3 e Apêndice Metodológico).

Palavras-chave: Análise do Discurso. Iraque. Estados Unidos. Bush. Representação. Eu. Outro.



## ABSTRACT

ORMOND, Yesa Portela. **Building subjectivities:** Iraq's representation during George W. Bush's government. 2018. 180 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

This dissertation analyzes the representation of Iraq in the speeches of the Bush Administration between the years 2000 and 2004. In this way, it deals with speeches concerning the year of campaign of George W. Bush, as well as the years of his first term. To do so, this research is based on the following questions: 1) how was the representation of Iraq performed and maintained in the Bush administration's foreign policy discourse between 2000 and 2004? and; (2) how does George W. Bush's foreign policy discourses concerning Iraq expose his rhetorical strategies and undermine its own foundations enabling other means of interpretation? Given these questions, the arguments that guide this research are: 1) the representation of Iraq was supported by a dominant discourse that used opposed poles: on the one hand, the United States was included as a bastion of freedom, democracy and equality, the Self, and; on the other hand was Iraq, represented as a country trapped in an authoritarian abyss, a Rogue, sick and outlaw State, the Other; 2) This hierarchy benefited from representations presented as self-evident and, simultaneously, conditioned historical amnesias. In other words, through a portrayal of Iraq, actors, events, justifications and voices were sometimes highlighted and at other times were silenced and promptly treated in a simplistic way. Thus, in order to focus on modes of subjectivity and contradictions regarding the discourses undertaken, this dissertation observes the structure of the representations of Iraq as well as its universalist pretensions and its ability of conditioning historical amnesias. And so, the research is built on a theoretical approach under the Postmodern, Post-Structuralist and Post-Colonial (Chapter 1) premises. In addition, and in order to use a methodology that deals with these epistemological conceptions, a Discourse Analysis (AD) strategy is carried out through the deconstructionist dual reading (Chapters 2 and 3 and Methodological Appendix).

Keywords: Discourse Analysis. Iraq. United States. Bush. Representation. Self. Other.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
AD	Análise do Discurso
ADMs	Armas de Destruição em Massa
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
GGT	Guerra Global ao Terror
GOP	Grand Old Party
IDE	Iniciativa de Defesa Estratégica
NFZs	No-fly Zones (ZEAs, Zonas de Exclusão Aérea em português)
NSSUSA	National Security Strategy of the United States of America
ONU	Organização das Nações Unidas
RI	Relações Internacionais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNSCOM	Comissão Especial das Nações Unidas
UNMOVIC	Comissão das Nações Unidas de Vigilância, Verificação e Inspeção
WTC	World Trade Center

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1	<b>ABORDAGEM TEÓRICA - CONSTRUINDO SUBJETIVIDADES: A REPRESENTAÇÃO COMO FORÇA QUE VAI ALÉM DA MERA ADJETIVAÇÃO</b> .....	17
1.1	<b>Introdução</b> .....	17
1.2	<b>Pós...moderno, estruturalista e colonial: nem dentro, nem fora da modernidade</b> .....	18
1.2.1	<u>Para além do logocentrismo moderno</u> .....	22
1.2.2	<u>A sensibilidade ao discurso, à intertextualidade e ao autor</u> .....	24
1.3	<b>Eu (Nós) versus o Outro (Eles)</b> .....	28
1.3.1	<u>O Orientalismo como prática de binarização</u> .....	31
1.4	<b>A exclusão por meio da integração: a Política Externa dos Estados Unidos como moderna, performática, orientalista, binária e integradora</b> .....	33
1.5	<b>Considerações Preliminares</b> .....	35
2	<b>LEITURA MONOLÓGICA: “WE CANNOT WAIT FOR THE FINAL PROOF, THE SMOKING GUN, THAT COULD COME IN THE FORM OF A MUSHROOM CLOUD.”</b> .....	36
2.1	<b>Introdução</b> .....	36
2.2	<b>Anos 2000: a campanha</b> .....	37
2.2.1	<u>Republican Party Platform – July 31, 2000</u> .....	38
2.2.2	<u>Address Accepting the Presidential Nomination at the Republican National Convention in Philadelphia – August 3, 2000</u> .....	42
2.3	<b>2001: o primeiro ano de governo e seus desafios</b> .....	44
2.3.1	<u>Inaugural Address – January 20, 2001</u> .....	44
2.3.2	<u>9/11 Address to the Nation</u> .....	46
2.3.3	<u>Address to Joint Session of congress and the American People – September 20, 2001</u> ....	48
2.4	<b>2002</b> .....	50
2.4.1	<u>President Delivers State of the Union Address – January 29, 2002</u> .....	51
2.4.2	<u>Address to the United Nations General Assembly in New York City – September 12, 2002</u> .....	54
2.4.3	<u>Remarks Announcing Bipartisan Agreement on a Joint Resolution to Authorize the Use of United States Armed Forces Against Iraq – October 2, 2002</u> .....	57

2.4.4	<u>Address to the Nation on Iraq From Cincinnati, Ohio – October 7, 2002</u> .....	60
2.4.5	<u>The National Security Strategy of the United States of America – September 2002</u> .....	63
2.5	<b>2003</b> .....	66
2.5.1	<u>Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union – January 28, 2003</u> .....	67
2.5.2	<u>Address to the Nation on Iraq – March 19, 2003</u> .....	69
2.5.3	<u>Videotaped Remarks to the Iraqi People – April 10, 2003</u> .....	70
2.6	<b>2004</b> .....	72
2.6.1	<u>Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union – January 20, 2004</u> .....	72
2.6.2	<u>Remarks on the Anniversary of Operation Iraqi Freedom – March 19, 2004</u> .....	74
2.6.3	<u>Accepting the Presidential Nomination at the Republican National Convention in New York City – September 2, 2004</u> .....	76
2.7	<b>Considerações Preliminares</b> .....	78
3	<b>LEITURA DIALÓGICA: “IRAQ DID NOT HAVE THE WEAPONS THAT OUR INTELLIGENCE BELIEVE WERE THERE [BUT] I BELIEVE WE WERE RIGHT TO TAKE ACTION”</b> .....	80
3.1	<b>Introdução</b> .....	80
3.2	<b>Anos 2000: a campanha</b> .....	81
3.2.1	<u>Republican Party Platform – July 31, 2000</u> .....	82
3.2.2	<u>Address Accepting the Presidential Nomination at the Republican National Convention in Philadelphia – August 3, 2000</u> .....	91
3.3	<b>2001: as “novas ameaças” se materializam?</b> .....	94
3.3.1	<u>Inaugural Address – January 20, 2001</u> .....	95
3.3.2	<u>9/11 Address to the Nation</u> .....	97
3.3.3	<u>Address to Joint Session of congress and the American People – September 20, 2001</u> .....	101
3.4	<b>2002 – A identificação do inimigo?</b> .....	105
3.4.1	<u>President Delivers State of the Union Address – January 29, 2002</u> .....	106
3.4.2	<u>Address to the United Nations General Assembly in New York City – September 12, 2002</u> .....	111
3.4.3	<u>Remarks Announcing Bipartisan Agreement on a Joint Resolution to Authorize the Use of United States Armed Forces Against Iraq – October 2, 2002</u> .....	116
3.4.4	<u>Address to the Nation on Iraq From Cincinnati, Ohio – October 7, 2002</u> .....	119

3.4.5	<u>The National Security Strategy of the United States of America – September, 2002</u> .....	123
3.5	<b>2003: o combate efetivo ao inimigo?</b> .....	125
3.5.1	<u>Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union – January 28, 2003</u> .....	127
3.5.2	<u>Address to the Nation on Iraq – March 19, 2003</u> .....	131
3.5.3	<u>Videotaped Remarks to the Iraqi People – April 10, 2003</u> .....	134
3.6	<b>2004</b> .....	136
3.6.1	<u>Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union – January 20, 2004</u> .....	136
3.6.2	<u>Remarks on the Anniversary of Operation Iraqi Freedom – March 19, 2004</u> .....	138
3.6.3	<u>Accepting the Presidential Nomination at the Republican National Convention in New York City – September 2, 2004</u> .....	141
3.7	<b>Considerações Preliminares</b> .....	142
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	144
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	148
	<b>ANEXO I – Nota metodológica acerca dos discursos selecionados</b> .....	156
	<b>APÊNDICE METODOLÓGICO</b> .....	160

## INTRODUÇÃO

O combate ao “terror”<sup>1</sup> e a Estados que abrigavam “terroristas” constituiu uma pauta que precedeu o início do governo de George W. Bush (2001-2009). Isso porque durante a campanha de seu governo, anunciada em 14 de junho de 1999 e lançada oficialmente em 03 de agosto de 2000, discursos empreendidos por ele e por sua equipe<sup>2</sup> já chamavam atenção para uma caça às bruxas delineada como necessária e também sublinhavam uma busca por “inimigos” que – repetia-se constantemente – haviam ascendido após o fim da Guerra Fria. “Inimigos” que, aos seus olhos, constituíam ameaças à ordem internacional (i.e. à hegemonia incontestada estadunidense).

Na plataforma do Partido Republicano – partido pelo qual George W. Bush lançou sua campanha presidencial – já constava:

We support the full implementation of the Iraq Liberation Act, which should be regarded as a starting point in a comprehensive plan for the removal of Saddam Hussein and the restoration of international inspections in collaboration with his successor. Republicans recognize that peace and stability in the Persian Gulf is impossible (*sic*) as long as Saddam Hussein rules Iraq” (PLATAFORMA DO PARTIDO REPUBLICANO, 2000, s.p.)<sup>3</sup>.

Além disso, em momentos anteriores essa postura também era perceptível. Nos governos de George H. W. Bush (1989-1993) e de William (Bill) Clinton (1993-2001), a partir da superação da contenção do “inimigo soviético”, a caracterização de “novas ameaças” proporcionou uma pauta fulcral da Política Externa dos Estados Unidos. Tais “ameaças” foram consideradas pelo governo estadunidense tão perigosas e imensuráveis quanto o “comunismo soviético”. Isso porque, conforme ilustra Bandeira (2009), no período posterior à Guerra Fria, as atenções da Política Externa dos Estados Unidos se voltaram para o combate do chamado perigo verde (i.e. fundamentalismo islâmico) que substituiria o mal vermelho (i.e. o comunismo soviético); para a eliminação do terrorismo transnacional; para o combate das armas de destruição em massa (ADM); para o fim narcotráfico internacional; e, para a

---

<sup>1</sup> Termos como “terror”, “terrorista”, “inimigo” e “ameaça” (por exemplo) são aqui considerados fluidos, instáveis e manipuláveis. Por isso, o uso de aspas durante esta dissertação é constante e representa uma opção pela suspensão de significados fechados.

<sup>2</sup> Vide: POWELL, Colin. **Address by Gen. Colin Powell to the Republican National Convention** (2000). Disponível em: <<http://www.npr.org/news/national/election2000/conventions/speech.powell.html>>. Acesso em 23 dez. 2016.; RICE Condoleezza - **Campaign 2000: Promoting the National Interest**. Disponível em: <<http://www.cfr.org/content/publications/attachments/79105.pdf>> Acesso em 23 dez. 2016.

<sup>3</sup> Em tradução livre, “Apoiamos a plena implementação do Ato de Libertação do Iraque, que deve ser considerado como um ponto de partida de um plano abrangente para a remoção de Saddam Hussein e da restauração de inspeções internacionais em colaboração com seu sucessor. Os republicanos reconhecem que a paz e a estabilidade no Golfo Pérsico é impossível (*sic*) enquanto Saddam Hussein governar o Iraque.” (PLATAFORMA DO PARTIDO REPUBLICANO, 2000, s.p., tradução nossa).

redução de desastres ambientais. Entre elas figurava um Iraque detentor de armas de destruição em massa (ADMs), considerado um potencial perpetrador do “fundamentalismo islâmico”<sup>4</sup> e regido por Saddam Hussein, contemplado como um inimigo de todos os valores pelos quais os Estados Unidos prezavam.

Depois de efetivada a eleição de George W. Bush, com um primeiro mandato que se estenderia entre 2001 e 2004, os contornos que delineavam Estados, grupos e pessoas “a serem combatidos” continuaram efetivos, marcadamente após os atentados ao World Trade Center e ao Pentágono, em 11 de setembro de 2001. Desse modo, a partir de discursos empreendidos pelo então Presidente afirmou-se, constantemente, que o(s) mundo(s) árabe(s) e islâmico(s) deveria(m) ser combatido(s), por meio de uma Guerra Global ao Terrorismo (GGT). Percebemos assim que os paradoxos do bom *versus* mau; do certo *versus* o errado; do civilizado *versus* o não civilizado; dos Estados Unidos *versus* Iraque não foram inventados em um período ou governo específico. Podemos falar, no entanto, em um momento de (re)interpretações das representações do Eu contraposto ao Outro.

Consequentemente, Estados como o Iraque, afirmou o Presidente Bush em 2002, constituíam “an *axis of evil*”, arming to threaten the peace of the world. By seeking weapons of mass destruction, these regimes pose a grave and growing danger.” (BUSH, 2002, s.p., grifo nosso)<sup>6 7</sup>. Por isso, entre as mensagens que foram deixadas ao Iraque, e a seus “correlatos”, fez-se saber que “America will do what is necessary to ensure our nation's security [because] the people of the United States and our friends and allies will not live at the

---

<sup>4</sup> Deve-se destacar que essa identificação de ameaças no Iraque foi traduzida em confrontamentos diretos. Em 1991, George H. W. Bush, ao lado de uma coalizão de 28 países, lançou a Operação Tempestade no Deserto (*Operation Desert Storm*) que culminou na Guerra do Golfo. Em 1998, por sua vez, William (Bill) Clinton, levou a cabo a Operação Raposa do Deserto (*Operation Desert Fox*) cujo objetivo era minar a posição do presidente iraquiano Saddam Hussein e a produção de Armas de Destruição em Massa (ADMs). Isso porque, em dezembro do mesmo ano, o impedimento das atividades da UNSCOM por parte do governo iraquiano resultou em impasses. Além disso, em complemento às investidas militares, o Senado e a *House of Representatives* dos Estados Unidos publicaram o Ato de 1998, que tinha como finalidade estabelecer um programa de transição para a democracia no Iraque. (BANDEIRA, 2009; CNN, 1998; IRAQ LIBERATION ACT OF 1998)

<sup>5</sup> Assim como o Iraque, a Coreia do Norte e o Irã também figuravam como países que ameaçavam a ordem internacional a partir da produção do terror e do desenvolvimento de armas de destruição em massa (ADMs).

<sup>6</sup> “Um *eixo do mal*, armando para ameaçar a paz do mundo. Ao buscarem armas de destruição em massa, esses regimes representam um perigo grave e crescente.” (BUSH, 2002, s.p., grifo nosso, tradução nossa)

<sup>7</sup> Opta-se, nessa dissertação, pela preservação dos extratos dos discursos em seu idioma original (inglês) ao longo do texto e por sua tradução apenas em nota de rodapé. Isso porque acredita-se que, apesar da alternância entre dois idiomas no corpo do texto, que pode ser fastidiosa ao leitor, será possível manter maior fidelidade aos pronunciamentos utilizados durante pesquisa.

mercy of an *outlaw* regime that threatens the peace with weapons of mass murder” (BUSH, 2002, s.p., grifo nosso)<sup>8</sup>.

Em 2003, poucos meses após a ocupação estadunidense do território Iraquiano e face à derrubada do governo de Saddam Hussein, pronunciamentos empreendidos por Bush vislumbravam um futuro promissor. De acordo com Bush (2003c), a partir daquele momento, o Iraque não mais seria submisso às vontades de um governo tirano. Seu povo, por sua vez, conheceria a liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento. Por sua vez, em 2004, último ano do primeiro mandato de Bush, o Iraque foi apresentado como um projeto de civilização em vias de estabelecer-se: no lugar do tirano, do produtor de ADMs e do financiador do terrorismo, emergia um povo e um país em fase de aprendizagem com um futuro promissor.

Cabe destacar que o que foi até então exposto constitui uma contextualização da narrativa dominante, que Richard Ashley (1988; 1989) chamaria de monológica<sup>9</sup>. Assim, é possível também conceber, por meio dessa contextualização, e a partir de uma leitura que caminha em direção distinta, que ao longo de sua campanha e de seu primeiro mandato, George W. Bush realizou pronunciamentos que auxiliaram na construção da imagem de um Iraque degenerado, violento, fora-da-lei, possessor de ADMs e justificou que, por isso, esse país deveria ser alvo de atenção especial não apenas dos Estados Unidos, mas também de todos aqueles que se considerassem democráticos, livres e corretos. Houve assim, ao longo desses cinco anos, a promoção da antipatia binária, que priorizava os Estados Unidos como essência da integridade e da legitimidade, em detrimento do Iraque, representado como uma versão derivada e degenerada do seu par e que por esse motivo poderia ser alvo de empreendimentos bélicos que não deveriam ser questionados.

Cabe também ressaltar que o que foi até então exposto não indica que esta pesquisa se propõe a preocupar-se com os motivos do engajamento estadunidense em uma “Guerra Global ao Terror” contra um “Eixo do Mal” do qual o Iraque faria parte. Para além da causalidade, ou seja, da busca de um “porquê”, esta dissertação é permeada por um “como?”. Em outras palavras, busca-se, aqui, entender as justificativas dadas em um momento determinado, que se estende entre a campanha de George W. Bush (em 2000), e seu primeiro mandato (2001-2004); bem, como em um contexto específico, permeado pelo denominado “combate ao terror”.

---

<sup>8</sup> “A América fará o que for necessário para garantir a segurança de nossa nação, [porque] o povo dos Estados Unidos e nossos amigos e aliados não viverão à mercê de um regime *fora da lei* que ameaça a paz com armas de assassinato em massa”. (BUSH, 2002, s.p., tradução nossa)

<sup>9</sup> Em outras palavras, uma leitura que compreende a complexidade de um aspecto histórico como um texto dado e pronto para ser interpretado em seus próprios termos. (ASHLEY, 1989, p. 263).



A partir dessa ótica e dos incômodos que viabilizaram a construção dessa pesquisa, pretende-se sugerir respostas as seguintes perguntas: 1) como se constituiu e se manteve a representação do Iraque no discurso da Política Externa dos Estados Unidos do Governo Bush, entre os anos de 2000 e 2004? 2) como os discursos da Política Externa da administração Bush relativos ao Iraque expõem suas estratégias retóricas e minam seus próprios alicerces, possibilitando, assim, outras vias de interpretação? De modo a ilustrar essa problemática examino 16 discursos empreendidos por George W. Bush durante sua campanha (2000) e seu primeiro mandato (2001-2004) – ver Anexo I. E, para tanto, tenho como objetivos específicos 1) analisar da representação do Iraque durante esse período; e 2) empreender críticas ao discurso dominante e oficial a partir de uma dupla leitura desconstrucionista que se valerá de discursos efetuados entre 2000 e 2004 por George W. Bush.

Ao seguir esses passos, argumento que o discurso dominante<sup>10</sup>, proveniente dos Estados Unidos e de um de seus tomadores de decisão, sustentou-se a partir de polos de oposição. De um lado figuravam os Estados Unidos como bastiões da liberdade, da democracia e da igualdade, o Eu; de outro, o Iraque, preso em um abismo autoritário, um *Rogue State*<sup>11</sup>, uma *sick Nation*<sup>12</sup>, um *outlaw*<sup>13</sup>, o Outro que, caso não combatido, ameaçaria a integridade e a própria e a existência do Eu considerada benigna e necessária. Ademais, sugiro que por meio dessa hierarquização representações foram apresentadas como autoevidentes e, concomitantemente, condicionaram amnésias históricas. Em outras palavras, por meio do retrato feito do Iraque, atores, eventos, justificativas e vozes foram ora realçados, ora silenciados e prontamente tratados de maneira simplista.

Frente a esse cenário de múltiplas possibilidades interpretativas, oriento-me a partir do apoio teórico-conceitual oferecido pelas abordagens pós-coloniais, pós-estruturalistas e pós-modernas, bem como a partir da estratégia metodológica da Análise do Discurso (AD) por meio de uma dupla leitura desconstrucionista. Isso porque acredito, aqui, que estudiosos que trabalham com esses suportes teóricos, históricos e metodológicos, percebem que o discurso, a representação e a adjetivação levam a distorções e constituem um empreendimento de autoafirmação que pode se manifestar belicosamente.

---

<sup>10</sup> No Anexo I (p. 156) abordo a seleção dos discursos utilizados para o empreendimento dessa dissertação. De modo detalhado explico qual foi o caminho tomado, suas motivações, bem como as abdições feitas.

<sup>11</sup> O termo “Rogue State” é comumente traduzido como “Estado Pária” ou “Estado Vilão”. Por buscar fidelidade aos discursos utilizados, optou-se por deixar o termo em sua forma original, em inglês.

<sup>12</sup> Nação doente (tradução nossa).

<sup>13</sup> Fora da lei (tradução nossa).

Assim, e por propor-se a utilizar a Análise do Discurso, documentos concernentes à campanha e ao governo George W. Bush, disponibilizados na plataforma “American Presidency Project” foram analisados. Além disso, foram utilizadas obras de teóricos das Relações Internacionais (RI), bem como de autores cuja inspiração teórica e intelectual é refletida diretamente no plural campo das RI.

Desse modo, ademais desta introdução e das considerações finais, essa dissertação está subdividida em três capítulos e um apêndice metodológico. No primeiro capítulo apresento conceitos, ideias e autores associados às abordagens Pós-Moderna, Pós-Estruturalista e Pós-Colonial que foram essenciais para o empreendimento dessa pesquisa. Ao longo do segundo capítulo empreendo uma leitura monológica dos discursos de Bush. Nesse capítulo, a complexidade dos eventos relativos à representação do Iraque é compreendida como um texto dado e pronto para ser interpretado em seus próprios termos. Logo, suas ambiguidades não são postas em xeque e, por isso, nessa leitura, replico o que prevalece no discurso dominante. No terceiro capítulo, analiso como práticas envolvidas na produção de um texto/discurso (provenientes do Executivo estadunidense) se moveram para absorver, antecipar, negar/afirmar, e/ou responder ao Outro – consubstanciado sob a forma do Iraque – de maneira ambígua, indeterminada, porém produtiva. Além disso, nesse capítulo, a partir da desconstrução, observo como os textos e argumentos elencados dependem de estruturas de oposição hierárquicas – ou seja, na qual um termo possui maior peso que o outro.

Por fim, e de modo a possibilitar o desenvolvimento dos capítulos 2 e 3, o Apêndice Metodológico dessa dissertação foi elaborado face a um cenário de indefinições e de múltiplas possibilidades interpretativas acerca da(s) Análise(s) do Discurso. Por isso, nele realizo uma tentativa de unir os elementos discurso, desconstrução e dupla leitura de modo a demonstrar a possibilidade de aplica-los em uma pesquisa voltada para um estudo que se dedica a observar a Política Externa dos Estados Unidos de Bush para o Iraque.

# 1 ABORDAGEM TEÓRICA - CONSTRUINDO SUBJETIVIDADES: A REPRESENTAÇÃO COMO FORÇA QUE VAI ALÉM DA MERA ADJETIVAÇÃO

## 1.1 Introdução

Em fins do século XX, mais especificamente ao longo das décadas de 1980 e 1990, emergiram debates e perspectivas teóricas até então desconhecidos pelo campo de estudo das Relações Internacionais (RI). Por meio deles, o leque de estudos das RI viu-se ampliado, a partir da inspiração de autores como Edward Said, Friederich Nietzsche, Homi Bhabha, Jacques Derrida, Julia Kristeva, Martin Heidegger e Michel Foucault – para nomear alguns. (NOGUEIRA, MESSARI, 2005; GREGORY, 1989). Esses novos debates e perspectivas, associados à chamada virada linguística das RI, são comumente abordados a partir de três rótulos: abordagem Pós-Colonial, abordagem Pós-Estruturalista e abordagem Pós-Moderna. Rótulos estes utilizados ora como intercambiáveis, ora como passíveis de diferenciação.

Conforme salientado ao longo da introdução deste trabalho, a orientação epistemológica que guia os próximos capítulos está inserida na pós-modernidade e, para tanto, recorro a autores associados aos rótulos de Pós-Coloniais, Pós-Estruturalistas e Pós-Modernos. Cabe ressaltar que compreendo que apesar de possuírem divergências conceituais significativas, as abordagens Pós-Coloniais, Pós-Estruturalistas e Pós-Modernas também apresentam pontos de convergência. Isso porque não se tratam de escolas teóricas únicas cujas abordagens são delimitadas. Assim, acredito que talvez seja melhor trata-las como movimentos fluídos que rejeitam o fazer ciência – em sua origem, em seu desenvolvimento e em sua aplicação. (GREGORY, 1989). Além disso, em que pese o risco de essencialismos subjacente ao uso de denominações genéricas destaco que ao referir-me a estas abordagens, ao longo deste texto, tenho em mente que se tratam de espaços teóricos que de um lado são amplos, mas de outro apresentam especificidades de agenda.

Frente ao amplo leque de conceitos, debates e possibilidades que emergem ao visitarmos essas abordagens teóricas, esse capítulo tem como objetivo ilustrar alguns conceitos, ideias e autores que foram essenciais para o empreendimento dessa pesquisa. Isso porque, ao debruçar-me sobre discursos advindos do Executivo estadunidense e ao voltar minhas atenções para as representações do Iraque neles expressas, recorri a concepções contempladas por essas abordagens. Desse modo, para além da introdução e das considerações preliminares, esse capítulo está dividido em três seções. Na seção 2, traço um

panorama geral da confluência dos movimentos Pós-Moderno, Pós-Estruturalista e Pós-Colonial nas RI e dou destaque à sua constante tentativa de afastamento da prática logocêntrica, bem como à sua sensibilidade ao discurso, à intertextualidade e ao autor. Na seção 3, por sua vez, volto minhas atenções para a comum oposição binária do Eu/Nós e sua oposição ao Outro/Eles. E, nesta mesma seção, abordo questões que dizem respeito à representação, à presença de estereótipos, bem como atento-me para a noção de Orientalismo como empreendimento de autoafirmação capaz de promover a violências epistêmicas (simbólicas) e físicas. Por fim, na seção 4 tento demonstrar que, ao dirigir-se ao Iraque, o discurso advindo da Política Externa dos Estados Unidos expressou-se como moderna, performática, orientalista, binária e integradora

## 1.2 Pós...moderno, estruturalista e colonial: nem dentro, nem fora da modernidade

Assim como destacado na introdução desse capítulo, meu interesse reside no enfoque da confluência dos movimentos Pós-Moderno, Pós-Estruturalista e Pós-Colonial. Confluência essa percebida a partir de sua abordagem de como conhecimento, verdade, e significado são constituídos e mantidos, bem como a partir da busca da desestabilização de perspectivas binárias e da crítica ao paradigma linear e historicista de progresso. (GREGORY, 1989; SCHMIDT, 2011). Assim, por meio dessas abordagens, busco demonstrar que as justificativas para a legitimação da formação da imagem do Iraque, empreendida pelo governo de George W. Bush, derivam da fluidez do que é considerado verdade e da ideia de representação. Representação essa oriunda de discursos que contrapuseram o “Eu/Nós” ao “Outro/Eles”. Isso porque o “Outro”, iraquiano, árabe, muçulmano, “terrorista”, passou a ser tratado, binariamente, como uma versão defeituosa do “Eu”, Ocidental, cristão, democrático e livre.

Ressalto também, seguindo o pensamento de Richard Ashley e Robert Walker (1990), que nossa posição epistemológica se encontra em um espaço marginal (das Relações Internacionais). Isso porque, opto por resistir à celebração da cultura moderna na qual o “conhecimento” equivale a construção de uma representação dita coerente e que exclui, automaticamente, interpretações que a contestam. E, assim como Kevin Dunn (2008), reconheço nesta pesquisa que algumas representações são aceitas como “verdade” não porque são inerentemente verdadeiras – se é que isso seja possível –, mas, ao contrário, devido a força de uma representação específica em detrimento do silenciamento de outras.

Portanto, não se trata de propor e/ou impor uma interpretação que abarque toda a “realidade”, muito menos um guia que proponha a transformação transcendental do saber, do homem e do Estado moderno. Ao contrário do que ocorre no discurso moderno, projetos universais e transcendentais são aqui evitados e, em seu lugar, busco empreender um trabalho crítico de modo a expor a arbitrariedade narrativa, a dependência entre práticas, poderes e saberes no conteúdo político.

Em outras palavras, a partir de premissas epistemológicas que não negam a existência da realidade, mas que sugerem que a “essência” de um objeto é sempre desconhecida por nós, defendo a ideia de que há apenas a possibilidade de interpretar representações. E, para tal, ressalto que é importante buscar essas interpretações dentro do contexto discursivo e de interação social que influencia tais representações. Não se trata, assim, de buscar causas, dimensões ocultas e, muito menos, saídas. Muito pelo contrário, trata-se de reconhecer o peso da construção retórica por trás dos discursos de George W. Bush. E de, por meio da ilustração de uma narrativa que se utiliza de taxonomias poderosas e polêmicas, empreender uma leitura crítica.

Ressalto, também, que nesta pesquisa há uma opção pelo deslocamento do discurso moderno. Isso porque, assim como Ashley e Walker (1990) salientam, o discurso moderno investe na figura do "homem racional" a promessa da transcendência por meio da razão. A partir do discurso moderno, promete-se a esse 'homem' a capacidade de eliminar ambiguidades, de subjugar a história, de silenciar quaisquer incertezas, de alcançar autonomia, conhecimento e poder totais. Ainda, como sublinham os autores, por meio dessa promessa, implícita nas reivindicações do “saber” moderno, é legitimada a violência do Estado moderno.

Ademais, assim como Ashley (1989) sublinha, a partir de um posicionamento que desloca o discurso moderno, muitos concordariam que as práticas da vida moderna trouxeram consigo adversidades à vida humana. Afinal, a narrativa moderna, ao ser feita, conduz à narrativa de progresso e de libertação, mas, concomitantemente, permite que em seu nome privação, sofrimento e extermínios sejam perpetrados. Isso porque o discurso moderno enfatiza que as promessas inscritas no homem moderno devem ser levadas a cabo: a de proteger e defender o projeto de racionalidade e a de evitar destemidamente forças da história que resistem obstinadamente à influência da razão.

Mas, por que deslocamento e não rejeição? Porque, assim como Ashley (1989) ressalta, o pós-estruturalismo não reivindica a oferta de uma perspectiva alternativa que tem um terreno alicerçado. Pelo contrário, demonstra o autor, o pós-estruturalismo rejeita o

discurso logocêntrico (*i.e.* que coloca a razão, no sentido filosófico ocidental, como central) haja vista seu favorecimento de hierarquias, e a conseqüente exclusão outras vozes. Assim, ao propor deslocar discursos, admite-se aqui que não há interesse (e sim desconfiança) de interpretações que se oferecem como alternativas – se, por “interpretação alternativa” compreendemos a tentativa de recuperação de significados fixos. O interesse é voltado, assim, para o empreendimento de uma análise sistemática, e orientada a examinar termos particulares em um contexto específico. (ASHLEY, 1989, p. 278)

Assim como Ashley (1989), compreendo que essa postura não se situa totalmente fora ou dentro do regime da modernidade. Não se situa totalmente dentro, esclarece o autor, por não estar disposta a imitar práticas logocêntricas e, muito menos, a estabelecer bases absolutas e interpretações monológicas<sup>14</sup>. Não trabalha totalmente fora, por sua vez, por não exibir uma postura totalizadora de negação. Em outras palavras, não se ocupa em invocar a idealização de um universo no qual a conduta humana seria completamente livre, ilimitada e independente de estruturas narrativas. Assim, ao deslocar, estamos em um “não-lugar”, “*living on border lines*”<sup>15</sup>, como o título de seu texto indica. (ASHLEY, 1989, p. 272).

Por isso, de maneira semelhante aos autores mencionados, nesta pesquisa estou inclinada a duvidar de narrativas universais que buscam fins transcendentais. Além disso, busco questionar a noção de identidades como fixas e opostas binariamente por meio das fronteiras da vida moderna. Celebro, juntamente à Ashley e Walker (1990)

[...]difference, not identity; the questioning and transgression of limits, not the assertion of boundaries and frameworks; a readiness to question how meaning and order are imposed, not the search for a source of meaning and order already in place; the unrelenting and meticulous analysis of the workings in power in modern global life, not the longing for a sovereign figure (be it man, God, nation, state, paradigm, or research program), that promises a deliverance from power; the struggle for freedom, not a religious desire to produce some territorial domicile of self-evident being that men of innocent faith call home. (ASHLEY, WALKER, 1990, p. 265)<sup>16</sup>

Ademais, reconheço a susceptibilidade a críticas devida às limitações da postura epistemológica adotada, bem como em virtude de sua discordância com programas de

<sup>14</sup> Em outras palavras, uma leitura que compreende a complexidade de um aspecto histórico como um texto dado e pronto para ser interpretado em seus próprios termos. (ASHLEY, 1989, p. 263).

<sup>15</sup> Vivendo nos limites das fronteiras (tradução nossa).

<sup>16</sup> [...]diferença, não identidade; o questionamento e a transgressão de limites, não a afirmação de fronteiras e quadros; uma prontidão para questionar como o significado e a ordem são impostos; não a busca de uma fonte de significado e ordem já existente; a análise implacável e meticulosa do funcionamento do poder na vida moderna global, não o desejo de uma figura soberana (seja homem, Deus, nação, Estado, paradigma, ou programa de pesquisa), que promete uma libertação do poder; a luta pela liberdade, não um desejo religioso de produzir um determinado domicílio territorial do ser auto evidente que homens inocentes chamam de lar. (ASHLEY, WALKER, 1990, p. 265, tradução nossa).

investigação e modos de análise científicos das RI<sup>17</sup>. Essa susceptibilidade a críticas também é reconhecida aqui a partir do que Judith Butler (2004) identifica como emergência de ondas de “anti-intelectualismo” e/ou de “anti-saber” (*anti-knowledge*). Isso porque, assim como a autora expõe, aqueles que tentavam/tentam entender as razões e/ou o contexto dos ataques empreendidos aos Estados Unidos, bem como as narrativas que permearam as respostas dadas – durante o governo de George W. Bush – eram/são considerados indulgentes, ou até mesmo simpatizantes dos atos. De acordo com a autora, essa repressão foi originada e é mantida em várias frentes: por meio da mídia, por meio de pronunciamentos políticos, por meio de familiares das vítimas e por meio daqueles que reivindicam uma análise racional das relações internacionais.

Assim, após o 11 de setembro, de acordo com o discurso dominante do *anti-knowledge*, tentar entender suas motivações, narrativas e/ou respostas presumiria permitir a continuação do mal, questionar a gramática moral da guerra e ser um obstáculo ao combate do inimigo. Ainda, posições consideradas contrárias ao universalismo (democrático, libertador e ocidental) ou de qualquer modo “pós-” (coloniais, estruturalistas, modernas...) eram (e ainda podem ser, por muitos) consideradas inúteis no combate ao “terrorismo” ou, pior, cúmplices do “terrorismo” e dos Estados que, dizia-se, permitiriam seu empreendimento. (BUTLER, 2004, p.2).

Porém, assim como Butler (2004) afirma,

I do not mean that the story of being attacked should not be told. I do not mean that the story that begins with September 11 should not be told. These stories have to be told, and they are being told [...] (BUTLER, 2004, p. 7)<sup>18</sup>

Ressalto também que, apesar da susceptibilidade a críticas em várias frentes, as premissas epistemológicas desta pesquisa encontram aporte. Ashley (1989), por exemplo, argumenta que o pós-estruturalismo pode ser levado a sério academicamente. Para o autor, por meio desta abordagem possibilita-se a expansão da agenda da teoria social. Além disso, Ashley (1989) sublinha que pós-estruturalistas se debruçam sobre questões que outros discursos e abordagens não estão interessados em observar.

---

<sup>17</sup> Teóricos das Relações Internacionais como Keohane (1988), Mearsheimer, (1994/5) e Walt (1991) caracterizam as abordagens pós-positivistas aliadas à Análise do Discurso como “bad sciences” e, ainda, como “seductive but ‘prolix and self-indulgent’” (WALT, 1991, p. 223 apud. MILLIKEN, 1999) Em tradução livre “más ciências” e “sedutoras, mas prolixas e autoindulgentes”.

<sup>18</sup> Eu não quero dizer que a história de ser atacado não deve ser contada. Eu não quero dizer que a história que começa com o 11 de Setembro não deva ser contada. Estas histórias têm de ser contadas, e estão sendo contadas [...] (BUTLER, 2004, p. 7, tradução nossa)

Além disso, nos é possibilitada a investigação crítica da constituição de objetos nas relações internacionais nos (e por meio dos) discursos e textos do mundo político. James Der Derian (1989) resume esta noção ao dizer que “The method is to disturb habitual ways of thinking and acting in international relations; the goal is to provide new intelligibilities and alternative possibilities for the field” (p.4)<sup>19</sup>. Shapiro (1989) também sustenta essa posição, ao perceber que é possível olhar criticamente ao que denomina “formas privilegiadas de representação” (p.13) cuja dominância impede a problematização do modo como o mundo político foi, é, e tem sido construído.

### 1.2.1 Para além do logocentrismo moderno

No discurso moderno há a premissa de que representações discursivas são autoevidentes e podem ser prontamente replicadas sem maiores questionamentos. Desse modo, possibilita-se a emergência daqueles que se autointitulam capazes de interpretar circunstâncias ambíguas, de impor significados e, conseqüentemente, de disciplinar e silenciar vozes de resistência. Isso porque, ao trabalhar dentro da cultura moderna, torna-se viável construir fronteiras, ditar o saber-fazer (*know-how*) e, ainda, tornar todos esses aspectos verdades reconhecidas como comuns, familiares e naturais.

Foucault (1997), por exemplo, demonstra que em determinados jogos de verdade (*games of truth*) há a constante possibilidade de descobrir algo diferente para modificar mais ou menos uma ou outra(s) regra(s), ou até mesmo o jogo da verdade em sua integridade. Assim, para Foucault (1997), a possibilidade de jogar com a verdade deu ao Ocidente possibilidades de desenvolvimento sem precedentes. Por isso, ao nos questionarmos “Quem diz a verdade?” ou “Quem empreende o discurso racional?”, faz sentido a ideia do autor de que são aqueles indivíduos cujo discurso encontram consonância e que se concentram dentro de uma certa rede de práticas de poder e de instituições constrangedoras (p. 297).

Questionar o “inquestionável” não traz consigo uma promessa de que encontraremos uma nova e infalível perspectiva que tem bases bem alicerçadas e que supera limites impostos. Além disso, questionar o “empreendedor do discurso racional” não constituiu um objetivo de superar limites e habilidades de outras perspectivas teóricas das RI. Muito pelo contrário, evitamos aqui esse tipo de promessa heroica. Comprendemos, dessa maneira, que

---

<sup>19</sup> “O método é perturbar modos habituais de pensar e agir nas relações internacionais; o objetivo é providenciar novas inteligibilidades e possibilidades alternativas para o campo” (DER DERIAN, 1989, p.4, tradução nossa).



a modernidade não é uma ordem homogênea e claramente explicável. Desse modo, sua análise não pode, nem deve ser feita, a partir de narrativas totalizantes. (ASHLEY, 1989).

Isso porque, assim como demonstra Walker (2006), narrativas totalizantes da história política moderna são permeadas por padrões concomitantes de inclusão e exclusão. Paradoxalmente, “We are all the same, as humanity, but all different, as members of different national cultures: We are the ambivalent people/peoples of the United Nations.” (WALKER, 2006, p. 66)<sup>20</sup>. Assim, por meio da inclusão e da exclusão permite-se uma história de universalidade(s) e de particularismos: o moderno é oposto ao não-moderno – e essa oposição é autorizada por meio de apelos ao mesmo tempo universalizantes e teleológicos (i.e. com determinados fins).

Por isso, pessoas, grupos e Estados não são tratados como propriamente modernos, humanos, corretos e/ou aceitáveis. Porém, ainda assim, para muitos – e esse é o nosso caso –, tem sido cada vez mais difícil manter enquadramentos espaciais nos quais são estabelecidas relações “amigo-inimigo” entre Estados soberanos em um Sistema de Estados; e temporais, nos quais a aplicação política de modernidade é contraposta a “outros” que se encontram nos limites da modernidade internacional. (WALKER, 2006)

Assim como Ashley (1989) destaca, frente a esse cenário, emergem dissidentes que estão interessados em como certos modos de ordem são impostos, (re)produzidos, problematizados e resistidos. E, por isso, nesta pesquisa, o intuito é voltar as atenções para como modos de subjetividade e objetividade foram reafirmados em grande escala. E, apesar da desconfiança pela busca de causas finais (de *why questions*), ainda assim, efeitos de continuidade, de espaçamento social, e de administração do tempo social podem ser (e serão) observados. Para isso, importa aqui a compreensão do discurso do logocentrismo (i.e., que privilegia uma dita razão) e, posteriormente, e o afastamento dessa orientação. (ASHLEY, WALKER, 1990).

Ashley, a partir de uma leitura *derridiana*, demonstra que o logocentrismo pode ser compreendido como uma orientação que invoca, efetiva e pressupõe expectativas de normalização de determinadas práticas. (ASHLEY, 1989, p. 261). Assim, ao participar do regime da modernidade e ressaltar oposições – bem/mal, certo/errado, civilizado/bárbaro, pária/democrático, soberano/fora-da-lei, o olhar logocêntrico se vê inclinado a impor hierarquias. Também por isso, aquele que se volta ao logocentrismo identifica em sua voz a

---

<sup>20</sup> “Somos todos iguais, como humanidade, mas diferentes, como membros de diferentes culturas nacionais: nós somos povo/pessoas ambivalentes das Nações Unidas.” (WALKER, 2006, p. 66, tradução nossa)

interpretação da voz munida de razão (que domina o *logos*). Sua compreensão do mundo e as ações que dela decorrem são, assim, compreendidas como inquestionáveis e, por isso, não carecem de explicações. Isso porque, salienta Ashley (1989), o segundo par de cada oposição é interpretado a partir de sua posição inferior e/ou derivativa do primeiro, e privilegiado, par. Assim, “[...]a logocentric discourse effects a hierarchy in which the other is rendered as a complication, a negation, a manifestation, an effect, a disruption, a parasitic (mis)representation, or a fall from the graceful presence of the first.” (ASHLEY, 1989, p. 261)<sup>21</sup>.

A atitude do discurso logocêntrico está incessantemente disposta a se estabelecer como prioritária, padronizada, pura e natural. Desse modo, emerge a possibilidade de conceber o oposto à razão. O “Outro” acidental, complicado e deteriorado. Desse modo, assim como Walker (2006), compreendo que *framings* espaciais e temporais têm se tornado crescentemente borrados e obscuros. As convenções, sistemas, esferas, princípios, restrições são compreendidos por nós como delimitados e, por serem delimitados, sua presença omite, exclui e silencia outros pontos de vista. Provoca-se assim um fechamento anti-histórico. Por isso, mesmo que o discurso logocêntrico tenha a capacidade de reconhecer a diferença, é preciso salientar que, ao fazê-lo, traz consigo inclinações a subordinar essas diferenças – a voz soberana da interpretação e as hierarquias permanecem.

E, afinal, por que optamos pelo afastamento do logocentrismo? Assim como Ashley (1989) ressalta, a opção pelo logocentrismo é aquela que traz imposições e cegueiras à modernidade. A partir do logocentrismo, princípios éticos, regimes de normas e a esfera política possuem um modelo natural que devem ser seguidos à risca e inquestionavelmente. Para nós, no entanto, nenhum desses aspectos se encontra independente do jogo da prática (*play of the practice*) dentro da história. Seu estabelecimento se dá em contextos específicos.

### 1.2.2 A sensibilidade ao discurso, à intertextualidade e ao autor

Ao falarmos em discurso trazemos conosco a noção de que tratamos de uma série de práticas e representações. Por meio delas, identidades, relações sociais e significados são produzidos e se tornam mais ou menos possíveis. No entanto, ao nos aproximarmos do termo, estamos sujeitos a sermos frequentemente associados à rasa noção de que pensamos que “tudo

---

<sup>21</sup> “[...] um discurso logocêntrico efetiva uma hierarquia na qual o outro é apresentado como uma complicação, uma negação, uma manifestação, um efeito, uma ruptura, uma deturpação parasitária, ou uma degeneração da graciosa presença do eu.” (ASHLEY, 1989, p. 261, tradução nossa)

é linguagem”, que tudo é “discurso” e que “não há realidade”. E, a partir desse julgamento, não raras vezes somos localizados como idealistas linguísticos, indecisos e incapazes de escolhermos por uma posição política e de defendermos uma postura considerada ética. (BIALASIEWICZ, CAMPBELL, *et al*, 2007, p. 406).

Percebemos, mais uma vez, que essas críticas extremamente comuns relegam ao discurso um *status* de desconfiança. Outras abordagens se perguntam “Como poderíamos confiar em quem pensa apenas a linguagem e se afasta do ‘externo’, do ‘real’, do ‘material’?” Isso porque, assim como Gregory (1989) salienta, em muitas áreas das ciências humanas e sociais há encontros e desencontros entre os modos de escrever (*writing*) tradicionais e pós- (modernos, estruturalistas). Há, assim, muito espaço para interações e, também, para conflitos.

Em meio a essas críticas, Donna Gregory (1989, p. XIII) intercede ao afirmar que, “It is fair to say that the works of postmodern, poststructural thinkers such as Michel Foucault, Jacques Derrida, Jacques Lacan, Julia Kristeva, Roland Barthes, and Jean Baudrillard are more often attacked than read.”<sup>22</sup> Além disso, Luiza Bialasiewicz, Campbell *et al.* (2007) salientam que aos nos voltarmos para o discurso não necessariamente negamos a existência do mundo (do real) e do significado de sua materialidade.

Laclau e Mouffe (1985, apud Neumann, 2007, p. 74) ilustram como se dá essa atenção ao discurso sem a negação da materialidade. Por exemplo, para os autores, quando há um terremoto, sua existência não é negada. Percebe-se, assim, sua materialidade. Porém, esse terremoto pode receber um tratamento discursivo distinto, dependendo de quem o observa: para alguns pode se tratar de um fenômeno decorrente do choque entre placas tectônicas, um evento natural; para outros, porém, pode se tratar de um castigo divino, oriundo da fúria dos deuses.

Os escritos de Foucault (2014) também são importantes nesse sentido ao suporem que

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2014, p. 8-9).

De maneira complementar, a partir de uma perspectiva sociológica acerca do uso da linguagem, C. Wright Mills localiza o significado do discurso nas funções de sua *performance*. A partir de Mills (1940), para além de pensar na ação humana a partir das

---

<sup>22</sup> “É justo dizer que os trabalhos de pensadores pós-modernos/pós-estruturalistas tais como Michel Foucault, Jacques Derrida, Jacques Lacan, Julia Kristeva, Roland Barthes, e Jean Baudrillard são mais atacados do que propriamente lidos.” (GREGORY, 1989, p. XIII, tradução nossa).

lentes da causalidade, deve-se pensar, também, em vocabulários cujos motivos surgem e desaparecem. Assim, é possível, de acordo com o autor, direcionar-se às noções de autoridade e de poder. Mills (1940) propõe então, estudar as motivações de um evento, não para compreender, primordialmente, o porquê (*why-question*) de uma determinada pessoa, sociedade ou governo se engajar de um ato particular. Mais que isso, salienta o autor, trata-se de compreender e interpretar como (*how-question*) justificativas para determinadas ações foram legitimadas em uma sociedade e em um momento específico.

Assim, ressaltamos que atentar-se ao discurso não é negar que objetos existem externamente ao pensamento. Pensar discurso é considerar que objetos não poderiam emergir fora de qualquer condição discursiva. Entendemos, ao contrário das críticas frequentemente elencadas, que o discurso é aquilo que envolve o ideal e o material, o linguístico e o não linguístico. O discurso constitui os objetos sobre os quais fala, ou seja, nas palavras de Bialasiewicz, Campbell *et al.* (2007), o discurso é performativo (*performative*)

Vale frisar, assim, que pensar em *performance* do discurso significa que nos afastamos, com auxílio de Butler (2004) e Bialasiewicz, Campbell *et al.* (2007) da ideia de “construção” presente na abordagem Construtivista. Isso porque, pensar em construção nesses termos, traz consigo a ideia de um direcionamento à materialização, à estabilização e à efetivação de fronteiras fixas. Nossa atenção se volta, no entanto, para a noção de repetições: o discurso é reiterado, ressignificado, reconstituído... Não o observamos, assim, como momento singular de invenção.

Saliento que, neste trabalho, por uma opção de tradução do termo “*discursive performance*”, não trabalho com o termo “*performance*”. Porém, como anteriormente dito, sou adepta da ideia. Por isso, apesar de trazer já em meu título a ideia de “construir”, ressalto que evito o uso do termo “construção de subjetividades” e opto por escrever “construindo subjetividades”. Isso porque, enquanto o primeiro dá a entender um processo fechado, determinista e estabilizado, o segundo, no gerúndio, demonstra continuidade e diversas possibilidades.

Por sua vez, os escritos de James Der Derian e Michael Shapiro (1989) dedicam-se a uma investigação teórica acerca do papel exercido pelo texto na política de poder. Ambos autores enfatizam que o pós-estruturalismo, por meio da análise da linguagem e dos métodos das RI, provocam reflexões acerca de convenções tratadas como naturais, verdadeiras e únicas. Assim, possibilita-se que, criticamente, investigue-se a constituição de objetos, nas relações internacionais, nos (e por meio de) discursos e textos do mundo da política.

Afinal, como salienta Gregory (1989), quando discursos são utilizados por forças sociais detentoras de poder, regimes de verdade são construídos. Por isso, o pós-estruturalista foca-se especificamente no funcionamento da linguagem e, de maneira não raras vezes persuasiva, desvela convenções que possuem uma aparência extremamente convincente e frequentemente incontestada de veracidade. Assim, ao apreciarmos a textualidade de um discurso – e sua intertextualidade (i.e. sua conexão com outras textualidades) – reconhecemos sua capacidade catalisadora de significados.

Jim George (1994), por sua vez, também auxilia essa pesquisa ao demonstrar que o olhar pós-moderno volta suas atenções para o nexos poder/saber e para a teoria como prática. Para o autor, a contribuição dos pós-modernos para as RI emerge a partir de compreensões e articulações alternativas da(s) realidade(s). Para tanto, a intertextualidade e a prática sociolinguística são preferíveis, em detrimento de uma convenção literária monológica e de um objetivismo almejado pelo positivismo. (GEORGE, 1994, p. 191). Problematiza-se, a partir de sua compreensão pós-moderna, o compromisso com um mundo cujos sujeitos e objetos são dados e dicotomizados. Trata-se, assim, de observar práticas culturais, históricas e linguísticas que constroem e (são construídas por) sujeitos e objetos.

Como os olhares desta pesquisa estão voltados para práticas de política externa, importa também a noção de Shapiro (1989) de que para compreender a política externa de um país é preciso ser sensível a textualidade. Afinal, salienta o autor, as “políticas externas” dos Estados Nações estão baseadas em práticas representacionais e na criação e na repetição da *otherness* na vida global.

Além disso, por ter delimitado a atenção da análise para o primeiro governo de George W. Bush e aos discursos que do executivo emanaram, atento também para a noção *Foucaultiana* de autor, ou para o que Jennifer Milliken (1997) chama de orador autorizado. Isso porque, assim como Bialasiewicz, Campbell *et al* (2007) é importante (re)lembrar que podemos olhar para Bush não apenas como um personagem estranho e isolado. Muito pelo contrário, suas ações respondiam e influenciavam uma máquina de ressonância muito maior que ele.

Foucault (2014) também auxilia a entender a função do autor que está por trás do que é falado. Com seu auxílio percebe-se que o “autor” não pode, nem deve ser entendido simplesmente como o indivíduo que pronuncia, ou que escreve o discurso. Muito pelo contrário, deve-se pensar no autor como “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, 2014, p. 24).

Além disso, para Shapiro (1989) importa também a noção de que o que é considerado realidade social emerge na escrita (*writing*) do texto e traz consigo vestígios de momentos anteriores. Daí a importância da sensibilidade à intertextualidade: torna-se possível atentar ao discurso não apenas como uma resposta a uma realidade social determinada, mas também como vinculada à outras ocasiões.

Shapiro (1989) nos alerta: se nossa compreensão de conflitos, de guerras, de políticas externas, ou seja, das Relações Internacionais, é mediado por modos de representação, devemos estar atentos aos mecanismos envolvidos em sua constituição, quais sejam: gramática, narrativas, retórica. Há, assim, a necessidade de operarmos com uma visão da política sensível à textualidade.

### 1.3 **Eu (Nós) *versus* o Outro (Eles)**

O mundo que percebemos ao nosso redor é reproduzido e interpretado por meio do significado e do valor que é imposto a ele por nós. As diferenças sem fim que textos (i.e., tudo aquilo que produz uma mensagem) possuem, geram significado finais instáveis. Surgem, a partir de constantes (re)invenções e (re)interpretações, paradoxos: o bom *versus* o mau; o certo *versus* o errado; o civilizado *versus* o não-civilizado; o Eu (Nós) *versus* o Outro (Eles).

Reitero que, nesta pesquisa, consideramos que partir de análises baseadas teórica e politicamente na normatividade não é frutífero para deslocar o estereótipo. Isso porque, para além de buscar classificações normatizantes de representações como “positivas” ou “negativas”, cabe tentar compreender como processos de subjetivação são tornados plausíveis e, ainda, duráveis no tempo e no espaço.

Assim, ressalto, com auxílio de Homi Bhabha (1998), que estereótipo, discurso e discriminação caminham lado a lado. Além disso, assim como demonstro nos próximos capítulos, para compreender essa dinâmica de maneira consistente é necessário questionar posições dogmáticas e moralistas que promovem a opressão e a discriminação. Ainda, em acordo com Bhabha (1998), saliento que é importante evidenciar que para se manter ao longo do tempo e no espaço, o discurso dominante tem seu alicerce na noção de “fixidez” e em sua estratégia discursiva, o estereótipo. Isso porque Bhabha (1988) demonstra que partir de estereótipos o não-familiar é traduzido, por quem o representa, em termos considerados coerentes. Assim, para além de um estereotipar o “Outro” como excêntrico e curioso, o discurso pode retratá-lo como digno de horror. Em outras palavras, o “outro” pode se tornar sinônimo de degeneração, excentricidade, religiosidade excessiva e violência.

Desse modo, formas de alteridade são marginalizadas em relação a outras. Por isso, essa marginalização é possibilitada em espaços políticos e teóricos que se dedicam, profundamente, a articular a “diferença” como contraditória a determinados “padrões”. Teoricamente a diferença é construída textualmente. Politicamente, por sua vez, é traduzida em forma de processos separatistas, nacionalistas, belicistas, entre outros.

David Blaney e Naeem Inayatullah (2004), por sua vez, ajudam o argumento dessa pesquisa a ter continuidade ao ilustrar que o “problema da diferença” permanece intenso nas relações internacionais e nas Relações Internacionais. Esse problema pode ser ilustrado com as constantes imagens nas quais o “Ocidente” se demonstra incomodado pelo assim chamado “Terceiro Mundo”. Assim, afirmam Blaney e Inayatullah (2004), restam-lhe apenas duas escolhas: ignorar as diferenças ou confrontá-las eternamente. Isso porque, para além dos limites daquilo que é familiar, “o Outro” está em terras desconhecidas, a observar e, mais ainda, se coloca perpetuamente como uma ameaça; ameaça essa que se manifesta em forma de grupos que antagonizam e de ideias consideradas alienígenas.

A demarcação e o policiamento feitos pelo “Eu” ao “Outro”, salientam Walker (2006), Blaney e Inayatullah (2004), derivam das fronteiras estabelecidas entre o “dentro” e o “fora” de comunidades políticas. Por isso, a diferença seria marcada a distância e contida inter(nacionalmente). Assim, a partir dessas representações, urge-se pela defesa e pela vigilância das fronteiras. O “Eu” torna-se o “Nós”, seja ele uma pequena comunidade, um Estado ou o “Ocidente”, e busca não ser “contaminado”. Sua congruência interna deve ser mantida e qualquer tipo de diferença que questione seus valores universais ali não podem adentrar. Tratam-se de apelos paroquialistas (*parochials*) que se apropriam do “Outro” e o definem (e afastam) arbitrariamente.

Isso porque a “fixidez” é essencial para a construção da alteridade ao utilizar-se de um modo de representação paradoxal. De um lado, ressalta rigidez e imutabilidade de determinada representação; de outro, a trata como sinônimo de desordem e degeneração. O estereótipo, por sua vez, também demonstra certa ambiguidade. Como estratégia discursiva essencial à postura colonialista, é capaz de identificar indivíduos, comunidades, Estados como já conhecidos e definidos. Porém, a obviedade do discurso é ansiosamente repetida. Assim, a partir de uma “força ambivalente” é dado ao estereótipo validade e fixidez.

Então, é possível dizer que a partir de um processo complexo, forças distintas agem em concomitância. Paradoxalmente, o “sujeito/objeto dominado” sofre um processo distanciador de “*othering*” e, ao mesmo tempo, é forçado a adentrar nas fronteiras do conhecimento e comportamento do “Eu” Ocidental. Trata-se de um processo que

Bialasiewicz, Campbell *et al* (2007) reconhecem como de integração e, concomitantemente, de exclusão. Para tanto, é importante (e poderoso) o uso de representações e, simultaneamente, da projeção de um processo de amnésia histórica. Isso porque, quando associadas, amnésia histórica e representação possibilitam o controle de sujeitos, comunidades e identidades sociais e culturais.

Cabe ressaltar que, assim como para os autores elencados, ao compreendemos que há processos de subjetivação, reconhecemos que a partir deles são promovidas narrativas que permitem a identificação, o reconhecimento e, principalmente, a legitimação de quaisquer ações. Em outras palavras, importa para as práticas de subjetivação a capacidade do discurso de produzir reconhecimento e legitimidade social.

Por isso, para Blaney e Inayatullah (2004), as pretensões universalistas do Ocidente fazem com que o problema da diferença permaneça obliterado. Naturaliza-se, paradoxalmente, a urgência pela igualdade. Ignora-se, por vezes, que comunidades políticas, bem como suas diferenças, constroem (e são construídas pelo) “Outro”. Assim, o “Outro” é visto, de maneira simplória, como uma degeneração da dita perfeição costumeira aos olhos do Ocidente.

De um lado, o “outro” localizado dentro das fronteiras de um Estado ou de uma comunidade é facilmente controlado, por meio de disposições hierárquicas, da assimilação, da expulsão ou da tolerância. Já o “outro” localizado além-fronteiras é deixado

[...]to suffer or prosper according to its own means (though its poverty or prosperity may be experienced as a threat); [...] it is defeated militarily and colonized if need be. Indeed, colonial relationships have long existed as a separable mode of, or perhaps as a supplement to, relations among sovereign states.” (BLANEY, INAYATULLAH, 2004, p. 6)<sup>23</sup>.

Assim, a partir de uma postura autocentrada, que busca definir a perfeição do mundo nos termos restritos do “Eu”, a diferença tem seu *status* relegado a uma categoria inferior. Permite-se que, em nome do “bem-geral da humanidade”, particularismos sejam transcendidos e que quaisquer tipos de resistência componham um espectro “não-civilizado” e que pode ser alvo de intervenções militares (BLANEY, INAYATULLAH, 2004, p.8).

Assim, ao invés de definirmos o “Outro” de maneira arbitrária e binária e de nos apropriarmos de sua essência, Blaney e Inayatullah (2004) sustentam que devemos buscar o que se esconde por trás de noções banalizadas. Noções banalizadas que constituem o “Eu” e

<sup>23</sup> [...]para sofrer ou prosperar de acordo com seus próprios meios (mas sua pobreza ou prosperidade podem ser consideradas uma ameaças); [...] é vencido militarmente e colonizado se precisar sê-lo. De fato, relações coloniais existem há muito tempo como um modo separável de, ou talvez suplementar para, relações entre Estados soberanos. (BLANEY, INAYATULLAH, 2004, p. 6, tradução nossa)



seu modo de vida. O “Outro” deve, assim, ser reconhecido como aquele que é intrínseco a nossa experiência e pode ser utilizado como recurso para uma autorreflexão crítica.

### 1.3.1 O Orientalismo como prática de binarização

O estudo de Edward Said (2007), por vezes inserido sob o guarda-chuva do movimento pós-colonial, também constitui elemento essencial para esta pesquisa. Isso porque concordo com o argumento do autor de que representações levam o Ocidente a dominar o Oriente. Esse processo, salienta Said (2007) se daria a partir do fenômeno denominado Orientalismo, ou seja, da criação de um Oriente feita pelo Ocidente que não traduz sua realidade e sua plenitude. Um Oriente representado como adjacente ao Ocidente, culturalmente distinto e, principalmente, inferior.

Destaco então, a preocupação em compreender a construção do discurso que possibilita a dominação. Isso porque com auxílio de Bhabha (1998) compreendo que muitas vezes discursos separam de um lado o “Oriental” ou “sujeito colonizado” como o “Outro” do Ocidental. O “Eu” Ocidental, ao observá-lo, o percebe como excêntrico e coloca-o em um patamar de constante preocupação. De outro, paradoxalmente, o “Eu” Ocidental também empreende um discurso que urge pela domesticação do “Outro” e pela abolição de sua “*otherness*” de modo a introduzi-lo aos moldes ocidentais, por meio de um projeto Orientalista.

Para Said (2007), ambos “Oriente” e “Ocidente” não possuem estabilidade ontológica uma vez que são fruto de uma constante ação humana. Assim, apesar de utilizar constantemente os termos “Ocidente” e “Oriente” e passar a impressão de que fala de entidades fechadas, o próprio autor enfatiza que “Seria o caso de eu dizer mais uma vez que não tenho um oriente ‘real’ a defender. Tenho, contudo, enorme consideração pela fortaleza das pessoas daquela parte do mundo, bem como por seu esforço de continuar por sua concepção do que são e do que desejam ser”. (SAID, 2007, p. 15)

Salientamos assim que tal instabilidade ontológica não impede que manipulações de paixões, quais sejam, medo, ódio e receio, atuem em conjunto com a crença de superioridade do “Eu” ocidental (SAID, 2007, p. 68). Cabe ressaltar também que, para Said (2007), na maior parte das vezes, o Orientalismo, não busca conhecer outros povos, tempos e locais de maneira compreensiva, sensível e atenciosa. Muito pelo contrário, constitui uma empreendimento de autoafirmação que, para além da violência epistêmica (i.e. simbólica) se manifesta belicosamente. Assim, tem-se que o conhecimento e a representação levam ao

poder e o poder leva à dominação. Para tanto, é utilizado um binarismo constante que contrapõe àqueles adiantados aos atrasados.

É-nos também imposta, reforça o autor, a ideia de que o Oriente deve ser convertido e ensinado. Suas tradições e sociedades, por sua vez, devem submeter-se às normas universais, democráticas e livres do Ocidente. E, como se dá esse processo? Said (2007, p. 144) responde que há uma transição de uma representação meramente textual do Oriente para um contexto em que a violência epistêmica é posta em prática a partir da interpretação textual, de sua legitimação e de sua ressonância temporal e espacial. Assim, com uma noção limitada da(s) realidade(s) “do” Oriente, permite-se, no meio internacional, que sejam fabricadas imagens em que o Ocidente deve estender suas mãos ao Oriente e resgate-o de um abismo autoritário.

Shampa Biswas (2007, p. 126) e Sheila Nair (2007), ao analisarem Edward Said como um teórico das Relações Inter(nacionais), demonstram que o autor traz críticas a sistemas de educação nacionalmente baseados, bem como sua tendência em empreender, politicamente, a divisão do “nós/nosso” *versus* o “eles/deles”. Postura que se evidencia, entre outros aspectos, no empreendimento, durante o governo Bush, de uma Guerra ao “Terror” e a “terroristas” baseados no “Oriente”.

Said (2007) ressalta que os líderes que se definem como pertencentes ao Ocidente – marcadamente os Estados Unidos sob a administração Bush – ignoram a ideia de que a história não é escrita em uma lousa branca ao “nosso” *bel prazer*.

As sociedades contemporâneas de árabes e muçulmanos sofreram um ataque tão maciço, tão calculadamente agressivo em razão de seu atraso, de sua falta de democracia e de sua supressão dos direitos das mulheres que simplesmente esquecemos que noções como modernidade, iluminismo e democracia não são, de modo algum, conceitos simples e consensuais que se encontram ou não, como ovos de Páscoa, na sala de casa. (SAID, 2007, p.15)

Ademais, percebemos que a partir de discursos há aqueles que dizem atuar em circunstâncias excepcionais, em nome de uma missão altruísta, benigna, civilizadora e esclarecedora e que não trará danos como “outras” o fizeram no passado. Porém, assim como assevera Said (2007) em seu prefácio à edição de 2003 do livro “Orientalismo”, não bastou a noção das terríveis ações promovidas pelo governo de Saddam Hussein – curiosamente ignoradas ou apoiadas (?) na década de 1980. Foi necessária também uma concepção bem-organizada de que o Iraque era distinto do “Eu” estadunidense e que não apreciava “seus” valores democráticos. Para tanto, foi necessário que o governo Bush, com auxílio de seu *staff* neoconservador, se utilizasse de *clichés* que justificassem o uso da violência que seria empreendido em 2003.

#### 1.4 A exclusão por meio da integração: a Política Externa dos Estados Unidos como moderna, performática, orientalista, binária e integradora

Por tomarmos a Política Externa dos Estados Unidos em relação ao Iraque como objeto de estudo, propomos, assim como David Campbell (1992) a ideia de uma compreensão não essencialista. Assim, optamos por uma atitude interpretativista voltada à “história do presente”. (p.5). Campbell analisa como a identidade dos Estados Unidos foi e é (re)escrita por meio do empreendimento de “políticas externas” (p. VII). Além disso, por endereçar-se ao papel do “perigo” e da “diferença” como constitutivos da identidade dos Estados Unidos, o autor propõe uma desconstrução do discurso político convencional. Assim, ressalta como a associação da Política Externa ao combate de um perigo objetifica eventos, disciplina relações e sequestra o ideal de identidades de povos considerados em risco (CAMPBELL, 1992, p.3, p. 85).

Por isso, com o auxílio do autor, a intenção é a de ilustrar que a Política Externa é, nos Estados Unidos, uma parte importante da prática de segurança escrita a partir do contexto identidade/diferença e expressa por meio do relacionamento e da oposição Eu/Outro. Salientamos assim que, durante a administração Bush, os Estados Unidos se mostraram como relutantes a qualquer tipo de tolerância em relação a regimes que não espelhassem suas práticas e seus valores democráticos. Por isso, observamos uma postura de persuasão para adesão ao *modus operandi* americano. (BIALASIEWICS, CAMPBELL, *et al.*, 2007).

É preciso ressaltar que, assim como Bialasiewicz, Campbell *et al* (2007), não se tratava de uma postura sem precedentes. As concepções maniqueístas de mundo presentes na *performance* estratégica da administração Bush foram observadas em momentos anteriores, tais como os da Guerra Fria (do bom capitalismo democrático, oposto ao mau comunismo soviético). Porém, apesar de considerarmos os binarismos presentes, não deixamos de lado a percepção de que na atuação do Governo de George W. Bush *performances* estratégicas se manifestaram também de modo distinto. Não se trata de, assim, da compreensão da invenção de uma Política Externa específica e sim de uma (re)formatização com suas próprias formas de violência à espera daqueles que não estivessem inclinados ou incapacitados a participarem do processo de incorporação.

Desse modo, novos termos foram utilizados de modo a sublinhar o que Bialasiewicz, Campbell *et al* (2007) chamam de antipatia binária, quais sejam: o democrático contra o antidemocrático; o liberal para libertar do tirano; o remédio para o *sick*; o policiamento para o *rogue*; e a lei hegemônica para o *outlaw*. Percebe-se assim, de um lado, um discurso de

integração no qual o “Eu” torna-se o “Nós” – “Either you are with us[...]”. De outro, porém há o discurso de exclusão, no qual o “Outro” expande-se para o “eles” – “[...] or you are with the terrorists.” BUSH, 2001, s.p.)<sup>24</sup> e passa a fazer parte de ““an *axis of evil*”<sup>25</sup>, arming to threaten the peace of the world. By seeking weapons of mass destruction, these regimes pose a grave and growing danger.” (BUSH, 2002, s.p., grifo nosso)<sup>26 27</sup>

Ainda, para além da antipatia binária textual – que será explorada nos próximos capítulos –, houve a transição de uma representação meramente textual do Oriente, mais especificamente do Iraque, para um contexto em que a violência epistêmica foi posta em prática a partir da interpretação textual, de sua legitimação e de sua ressonância temporal e espacial.

Desse modo, quando empreendida durante a administração Bush, a GGT, de um lado, se utilizou de uma imagem dos Estados Unidos “superpotência” e “porta-voz da humanidade” que, a partir de sua “excepcionalidade”, combateriam, de uma só vez, o “o mal” que assolava a ordem internacional. De outro, o Iraque, detentor de ADMs, ameaçador, *rogue, sick* e *outlaw*<sup>28</sup>, viu suas características inúmeras vezes representadas; suas necessidades delineadas desde fora; foi alvo de operações militares para promover a “liberdade” do seu povo e; se viu, cada vez mais, inserido em um estado de deterioração de bases previamente apontadas como frágeis.

Por isso, o trabalho de investigação acerca do poder da produção de discursos (e de sua tradução para a realidade), ao ser feito, é capaz de identificar lutas nas quais determinadas vozes conseguem se expressar com maior autoridade que outras (DUNN, 2008). Devemos, assim, reconhecer o peso da construção retórica por trás definições que, para além da subjetividade da adjetivação, tem força política e belicosa.

---

<sup>24</sup> “Ou você está conosco, ou você está com os terroristas. (BUSH, 2001, s.p.).

<sup>25</sup> Assim como o Iraque, a Coreia do Norte e o Irã também figuravam como países que ameaçavam a ordem internacional a partir da produção do terror e do desenvolvimento de armas de destruição em massa (ADMs).

<sup>26</sup> “Um *eixo do mal*, armando para ameaçar a paz do mundo. Ao buscarem armas de destruição em massa, esses regimes representam um perigo grave e crescente.” (BUSH, 2002, s.p., grifo nosso, tradução nossa)

<sup>27</sup> Opta-se, nesta pesquisa, pela preservação dos extratos dos discursos em seu idioma original (inglês) ao longo do texto e por sua tradução apenas em nota de rodapé. Isso porque acredita-se que, apesar da alternância entre dois idiomas no corpo do texto, que pode ser fastidiosa ao leitor, será possível manter maior fidelidade aos pronunciamentos utilizados durante pesquisa.

<sup>28</sup> Pária, doente e fora da lei. (tradução nossa)

## 1.5 Considerações Preliminares

Nesse capítulo foram apresentados autores, debates e ideias que guiaram esta pesquisa e que são comumente compreendidos como pertencentes a movimentos “Pós” (Modernos, Estruturalistas e Coloniais) das RI. Frente a infinidade de caminhos possibilitados por essas abordagens, advinda pelas vastas e ricas produções de seus pensadores, voltei minhas atenções para a confluência de ideias desses movimentos. Desse modo, atenção especial foi dedicada às noções de logocentrismo, discurso, intertextualidade, representação, diferença, estereótipo e orientalismo. Isso porque, a partir dessas noções e dessas abordagens, busco, ao longo dos próximos capítulos, compreender como conhecimento, verdade, e significado são constituídos e mantidos, bem como busco, na medida do possível, realizar a desestabilização de perspectivas binárias e por meio da crítica ao paradigma linear e historicista de progresso.

Ressalto ainda que a partir desse compromisso epistemológico, o estudioso pode perceber oposições que nele geram indecisões que podem e devem ser respeitadas. Isso porque, caso contrário, uma decisão arbitrária e indesejada pode ser tomada. E essa não é a intenção desta pesquisa. Além disso, posicionar-se deste modo, de acordo com Ashley (1989), exige um certo nível de audácia e de coragem. Para ele, requer-se coragem para admitir que não temos certeza sobre o que sabemos e sobre o que tememos. Ainda, é necessário insistir que incertezas não podem ser *per se* causadoras de medo generalizado e de mobilização social em nome do “homem”. Requer-se também a audácia de admitir que quando essas incertezas não são sanadas, nós não sabemos quem somos. (ASHLEY, 1989, p.311).

Trata-se de um posicionamento que é certamente inquietante e não compreendido por muitos. Não há limites desenhados precisamente. Muito pelo contrário, trabalhamos com lugares que são sempre apagados, (re)desenhados, movidos, substituídos e transgredidos. Há um “não-lugar” e, acima de tudo, a privação de um conforto metafísico. (ASHLEY, 1989, p. 272). Porém, acredito que deste modo reflexões podem ser provocadas acerca de convenções tratadas como naturais, verdadeiras e únicas. E essa é a tarefa que tento realizar nos próximos capítulos.

## 2 LEITURA MONOLÓGICA: “WE CANNOT WAIT FOR THE FINAL PROOF, THE SMOKING GUN, THAT COULD COME IN THE FORM OF A MUSHROOM CLOUD.”<sup>29</sup>

### 2.1 Introdução

Em conformidade com os passos delineados na introdução e no apêndice metodológico dessa dissertação, nesse capítulo dedico-me ao empreendimento da Análise de Discurso por meio da leitura monológica que volta seus olhares para o discurso dominante que, nesse caso, é oriundo do Executivo estadunidense entre os anos de 2000 e 2004. Assim, esse capítulo tem como objetivo responder à primeira pergunta de pesquisa: como se constituiu e se manteve a representação do Iraque no discurso da Política Externa dos Estados Unidos do Governo Bush, entre os anos de 2000 e 2004? Ou seja, o objetivo principal é perceber como a construção estadunidense de subjetividades concernentes ao Iraque ganhou significado e foi levada a sério sob a forma de declarações poderosas de conteúdo apresentado como autoevidente.

Argumento que essa pergunta pode ser respondida a partir de um olhar atento aos choques no interior do texto manifestados a partir de signos verbais, de jogos de palavras e de metáforas que possibilitaram a hierarquização entre os Estados Unidos e o Iraque, na qual o primeiro par tendeu a ser sempre hierarquicamente privilegiado em relação ao segundo que, por sua vez, adquiriu o caráter de indesejável, inferior e negativo. Para tanto, e de modo a compreender esses esforços de estabilização de significados dominantes, volto meus olhares para os discursos empreendidos por George W. Bush, figura essa considerada a partir da concepção Foucaultiana de autor/orador autorizado/autor principal (MILLIKEN, 1999; HANSEN, 2006; FOUCAULT, 2014)) que reproduziu discursos, mas não necessariamente os produziu de maneira integral.

Ressalto, também, que nesse capítulo busco apoio em Foucault (2014), Derrida e Ashley (1988, 1989). O aporte encontrado em Foucault se deu a partir de sua perspectiva de que o discurso possui dupla função: a que alega o que deve ser conhecimento (função includente) – presente nessa primeira leitura – e a que define o que não deve ser declarado como conhecimento (função excludente) – presente na leitura dialógica do capítulo seguinte.

---

<sup>29</sup> BUSH, George W. **Address to the Nation on Iraq From Cincinnati, Ohio**. October 7, 2002. Em tradução livre: “Não podemos esperar pela prova final, pela arma fumegante, que poderia vir na forma de uma nuvem de cogumelo”. (BUSH, 2002d, s.p., tradução nossa)

(CHIZZOTTI, 2006; FOUCAULT, 2014). Também trabalho com a contribuição derridiana e sua atenção para as hierarquias internas ao texto. Concentro-me, assim, nesse capítulo, na consistência dos discursos analisados. Por isso, realizo, aqui, uma leitura que na medida do possível respeita o interior do texto (sua *episteme*) – ou seja, que sua própria lógica é respeitada. (THOMASSEN, 2010). Ademais, ao seguir a proposta apresentada no Apêndice Metodológico, e de modo a vincular a inspiração proporcionada por Foucault e Derrida às Relações Internacionais, são significativos à construção desse capítulo os trabalhos de Ashley (1988; 1989) e o seu uso de uma dupla leitura desconstrucionista que compreende, questiona, inverte e desloca hierarquias.

Dado isso, cabe, por último, destacar que esse capítulo foi dividido em 07 seções (incluindo essa introdução). Assim, ao longo das seções subsequentes realizo, cronologicamente, uma leitura monológica de 14 discursos proferidos por Bush e de 02 documento por ele ratificados.<sup>30</sup>

## 2.2 Anos 2000: a campanha

Em 14 de junho de 1999 o então governador do Texas, George Walker Bush, lançou-se na corrida eleitoral com vistas a obter a nomeação como candidato à Presidência dos Estados Unidos pelo Partido Republicano. Bush venceu seus adversários durante as primárias e, em 03 de agosto de 2000, sua candidatura foi oficializada. Na Plataforma do Partido pelo qual sua candidatura foi lançada, bem como em seu discurso de aceite, já eram presentes, ainda que timidamente, intenções e representações relativas ao Iraque.

Assim, de modo a adentrar nas minúcias de suas diretrizes de governo, bem como na representação do Iraque daí resultante, analiso, nesta seção, dois discursos. Em primeiro lugar, volto meus olhares para a Plataforma do Partido Republicano. Isso porque percebo nessa plataforma o delineamento das linhas mestras que foram levadas adiante durante seus anos como Presidente e que, assim, auxiliaram no esboço da imagem do Iraque. Assim, em um segundo momento, volto minhas atenções para o discurso de aceite de candidatura presidencial, no qual Bush sugere propostas para seu possível governo e traz planos de ação frente ao que denominou uma nova era permeada por novos desafios.

---

<sup>30</sup> No Anexo I apresento breves considerações acerca do processo de escolha de todos os 16 discursos, bem como trago sua listagem organizada em ordem cronológica.

### 2.2.1 Republican Party Platform – July 31, 2000

#### Plataforma do Partido Republicano – 31 de julho de 2000

Ao apreciar a Plataforma do Partido Republicano, é possível observar, nesse documento, uma chamada para atitudes que condissessem com os novos tempos que estavam por vir. Tratava-se de uma espécie de prólogo para o século vindouro que, acreditava-se, apresentaria novos desafios aos Estados Unidos. A Plataforma do Partido Republicano destacou, então, que “We meet a remarkable time in the life of our country [...] Our country, after an era of drift, must now set itself to important tasks and higher goals. The Republican Party has the vision and leadership to address these issues.” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p.)<sup>31</sup>

Ainda, fez-se saber que não se tratava da invenção de novos comportamentos. Muito pelo contrário, a Plataforma enfatizou uma postura histórica e tradicional que remetia às eleições da década de 1860. Por isso, esse texto enfatizou que “[...] the Republican Party has had a special calling” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p.)<sup>32</sup> e, mais que isso, uma necessidade de atender a um chamado pela propagação de princípios de liberdade e dignidade. Ainda, é possível reconhecer o enaltecimento do compromisso desse partido e de seus políticos com valores fortalecedores da identidade e da nação estadunidenses. Afinal, como seria possível para os Estados Unidos manterem-se de pé sem um sólido compromisso com sua fé, com a inviolabilidade da família e com a dignidade de toda e qualquer vida humana?

Tratava-se de uma promessa e de um compromisso com a tradição:

We seek to be faithful to the best traditions of our party. We are the party that ended slavery, granted homesteads, built land grant colleges, and moved control of government out of Washington, back into the hands of the people. We believe in service to the common good — and that good is not common until it is shared. (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p.)<sup>33</sup>

Dessa forma, ao referir-se a esses novos tempos, a Plataforma do Partido Republicano voltou suas atenções à importância de seu candidato nomeado para as eleições de 2000.

<sup>31</sup> Encontramo-nos frente a um momento notável na vida de nosso país [...] Depois de uma era à deriva, nosso país agora deve se estabelecer a partir de tarefas importantes e de metas mais elevadas. O Partido Republicano tem a visão e a liderança para abordar essas questões. (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p., tradução nossa).

<sup>32</sup> “O Partido Republicano teve um chamado especial.” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p., tradução nossa)

<sup>33</sup> Buscamos ser fiéis às melhores tradições do nosso partido. Nós somos o partido que acabou com a escravidão, que conquistou propriedades, que criou colégios de concessão de terras e que transferiu o controle do governo de Washington de volta às mãos do povo. Acreditamos no serviço ao bem comum - e esse bem não é comum até que seja comumente compartilhado. (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p., tradução nossa)



George W. Bush foi descrito nesse documento como um líder especialmente designado por sua capacidade de unir pessoas e de estabelecer objetivos comuns – que a todos beneficiaria – frente a um país que conhecia um partidarismo feroz. Alegou-se, assim, que em um cenário de novos desafios, George W. Bush trazia consigo “[...] a fresh outlook and innovative ideas and a record of results.” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p.)<sup>34</sup>

O Partido Republicano e seu nomeado também nos relembram, ao longo de sua plataforma, que os Estados Unidos possuíam papel e missão singulares. Frente aos novos desafios da nova era e do novo século qualquer espécie de ceticismo não era malvista. Afinal, ainda havia muito a ser feito e parte disso se devia à ineficiência da gestão anterior do democrata William (Bill) Clinton (1993-2001).

Por isso, com o novo século, uma postura foi proposta: não seria mais possível, aos Estados Unidos, procrastinar e empreender missões imperfeitas e inacabadas. Assim, “[...] the United States can again regain the hope it lost eight years ago. We can restore our country's sense of international purpose and national honor.” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p.)<sup>35</sup> Desse modo, não apenas propôs-se, mas prometeu-se um novo começo capaz de construir e proporcionar novas e grandes oportunidades.

Reforçou-se também que nesse novo cenário os Estados Unidos poderiam, mais uma vez, ajudar a moldar ideais e instituições internacionais no curto e no longo prazo. Nesse documento foi afirmado que essa nova geração desse novo século (e dessa nova era) era considerada capaz de construir um mundo melhor por meio de uma fórmula simples:

[...] promoting U.S. interests and principles, avoiding the economic convulsions and perilous conflicts that so scarred the century just past. Through a distinctly American internationalism, a new Republican president will build public support for a new strategy that can lead the United States of America toward a more peaceful and prosperous world for us, our children, and future generations. (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p.)<sup>36</sup>

É perceptível também, ao longo desse documento, um tom de esperança fundado na ideia de que “Around the globe, the word, the ideas and the power of the United States commanded respect. The American Presidency showed bright and respectful”

<sup>34</sup> “[...] um novo olhar e ideias inovadoras e de recordes de resultados.” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p., tradução nossa)

<sup>35</sup> “[...] os Estados Unidos podem novamente recuperar a esperança que perderam oito anos atrás. Podemos restaurar o senso de propósito internacional de nosso país e sua honra nacional.” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p., tradução nossa)

<sup>36</sup> “[...] promovendo os interesses e princípios dos EUA, evitando as convulsões econômicas e os conflitos perigosos que tanto cicatrizaram o século passado. Por meio de um internacionalismo claramente americano, um novo presidente republicano irá alcançar apoio público para uma nova estratégia que pode levar os Estados Unidos da América a um mundo mais pacífico e próspero para nós, nossos filhos e futuras gerações. (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p., tradução nossa)

(REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.d.)<sup>37</sup> Porém, a despeito da positividade expressa pelo Partido Republicano em 2000, também havia um tom cauteloso: a liberdade e a prosperidade vislumbradas não poderiam ser atingidas enquanto outros países não compartilhassem, com os Estados Unidos, dos mesmos valores.

A Plataforma do Partido Republicano evocou também a memória de que, não havia muito – ainda na década de 1990 – agiram aqueles que, como o Iraque, optaram pela lei da selva e que, assim, desafiaram a comunidade internacional por meio de um poder agressivo. Ainda, somos lembrados que, apesar da contenção desse país, “Token air strikes against Iraq could not long mask the collapse of an inspection regime that had — until then — at least kept an ambitious, murderous tyrant from acquiring additional nuclear, biological, and chemical weapons.” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p.)<sup>38</sup>

Assim, há nesse texto a ideia de que para o Partido Republicano e para George W. Bush proteger a comunhão dos Estados Unidos com a liberdade não era uma opção, mas uma necessidade. Afinal, “Ballistic missiles and weapons of mass destruction threaten the world's future. America is currently without defense against these threats.” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p.)<sup>39</sup>. Seria preciso, assim, que os Estados Unidos estivessem preparados para prevenir guerras. Ademais, seria necessária uma “[...] readiness to prevent wars.” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p.)<sup>40</sup>

De acordo com esse texto, é possível compreender que naquele momento estava sendo delineado um espaço no qual novas oportunidades e novas ameaças coexistiriam. Por isso, o governo que estava por vir se comprometeria a endereçar-se a ameaças advindas de *rogue states* (Estados Pária) proliferadores do perigo nuclear, dentre os quais figuravam o Iraque, o Irã e a Coreia do Norte.

E por que o Iraque e seus correlatos eram considerados *rogue states*? A Plataforma do Partido Republicano responde a essa pergunta ao afirmar que trata(va)m-se de países que “[...] seek to hide their dangerous weapons programs behind weak international treaties.”

---

<sup>37</sup> “Ao redor do globo, a palavra, as ideias e o poder dos Estados Unidos asseguram respeito. A Presidência americana mostrou-se brilhante e respeitável” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.d., tradução nossa)

<sup>38</sup> “Os ataques aéreos contra o Iraque não mais conseguiriam esconder o colapso de um regime de inspeção que tinha – até então – impedido um tirano ambicioso e assassino de adquirir armas nucleares, biológicas e químicas adicionais” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p., tradução nossa)

<sup>39</sup> “Mísseis balísticos e Armas de Destruição em Massa ameaçam o futuro do mundo. E a América está, atualmente, sem defesa para esses tipos de ameaças.” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p., tradução nossa)

<sup>40</sup> “[...] prontidão para prevenir guerras.” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p., tradução nossa)

(REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p.)<sup>41</sup> E, com eles, seria preciso que os Estados Unidos (o nós), fossem cautelosos: “We can fight the spread of nuclear weapons, but we cannot wish them away with unwise agreements.” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p.)<sup>42</sup>

Além disso, no que dizia respeito ao Iraque, foi sublinhado que esse país representava um projeto de República desperdiçado. E também que desse desperdício adveio seu estabelecimento como *rogue state*. E, novamente, grande parcela da culpa do estabelecimento e da existência desse cenário foi atribuída à administração Clinton:

The [former] administration has pretended to support the removal of Saddam Hussein from power but did nothing when Saddam Hussein's army smashed the democratic opposition in northern Iraq in August 1996. The administration also surrendered the diplomatic initiative to Iraq and Iraq's friends, and failed to champion the international inspectors charged with erasing Iraq's nuclear, biological, chemical, and ballistic missile programs. When, in late 1998, the administration decided to take military action, it did too little, too late. Because of the administration's failures there is no coalition, no peace, and no effective inspection regime to prevent Saddam's development of weapons of mass destruction. (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p.)<sup>43</sup>

Desse modo, percebemos uma outra promessa: a de renovação. Somente assim, afirmou-se, seria possível reunir uma coalizão internacional compromissada com a oposição ao Iraque governado por Saddam Hussein, bem como com o seu desarmamento. Para tanto, os Estados Unidos de um possível governo Bush comprometer-se-iam com a manutenção de sanções ao regime Iraquiano “[...] while seeking to alleviate the suffering of innocent Iraqi people.” Ainda, “We will react forcefully and unequivocally to any evidence of reconstituted Iraqi capabilities for producing weapons of mass destruction.” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p.)<sup>44</sup>.

Há na Plataforma do Partido Republicano e em seu lançamento da campanha de George W. Bush a expressão de um senso de comunidade em prol do bem maior. Aquele que

<sup>41</sup> “[...] buscam esconder seus perigosos programas armamentistas por trás de tratados internacionais.” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p., tradução nossa)

<sup>42</sup> “Podemos lutar contra a proliferação de armas nucleares, mas não podemos desejar que elas desapareçam com tratados imprudentes.”

<sup>43</sup> A [antiga] administração fingiu apoiar a remoção de Saddam Hussein do poder, mas não fez nada quando o exército de Saddam Hussein esmagou a oposição democrática no norte do Iraque em agosto de 1996. Essa administração também entregou a iniciativa diplomática ao Iraque e aos amigos do Iraque e falhou em defender os inspetores internacionais acusados de apagar os programas nucleares, biológicos, químicos e de mísseis balísticos do Iraque. Quando, no final de 1998, a administração decidiu tomar medidas militares, fez muito pouco, e muito tarde. Por causa das falhas da administração não existe uma coalizão, nem paz, nem um regime de inspeção eficaz para prevenir o desenvolvimento de Armas de Destruição em Massa de Saddam Hussein. (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p., tradução nossa).

<sup>44</sup> “[...] enquanto procurava aliviar o sofrimento de pessoas iraquianas inocentes”. Ainda, “reagiremos com força e inequivocamente a qualquer evidência de capacidades reconstituídas iraquianas para a produção de Armas de Destruição em Massa” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p., tradução nossa).

ousasse desafiar o “Nós” não poderia representar nada além do mal. De um lado, celebrou-se a ideia dos Estados Unidos de Bush como aquele que deteria um futuro promissor no qual reinariam a democracia, a dignidade humana, a liberdade e a segurança: “The Twenty-First Century opens with unique promise for the United States. Democratic values are celebrated on every continent” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p.)<sup>45</sup> Porém, também é necessário lembrar que esse otimismo foi acompanhado de uma certa dose de cautela. Isso porque, em meio aos novos desafios a serem enfrentados, o Iraque de Saddam Hussein despontou como um lembrete do constante perigo à espreita, o lar da tirania, da insegurança e um projeto de República desperdiçado. Vemos nesse Iraque a antítese do projeto estadunidense; vemos nesse Iraque o veneno a ser neutralizado pelo antídoto oferecido para desenvolver, proteger e melhorar a situação da comunidade internacional.

### 2.2.2 Address Accepting the Presidential Nomination at the Republican National Convention in Philadelphia – August 3, 2000

#### Discurso Aceitando a Nomeação Presidencial na Convenção Nacional Republicana na Filadélfia – 3 de agosto de 2000

Após ser escolhido como nomeado a partir das primárias nos Estados Unidos, George W. Bush proferiu, em agosto de 2000, seu discurso de aceite. Nesse pronunciamento foram delineadas as propostas de seu governo, caso fosse eleito. O olhar para um passado não muito distante e eficiente foi manifesto a partir da menção ao governo de seu pai, George H. W. Bush (1989-1993). De acordo com Bush, era preciso reavivar esse passado e inspirar-se em uma “[...] generation of Americans who stormed beaches, liberated concentration camps and delivered us from evil”. (BUSH 2000, s.p.)<sup>46</sup> E, para fazê-lo, seria necessário aproveitar o momento oferecido aos Estados Unidos: “Never has the promise of prosperity been so vivid.” (BUSH, 2000, s.p.)<sup>47</sup>

Além disso, o tom de prudência frente às ambições de um possível mandato presidencial foi manifesto. Por isso Bush pediu que todos compreendessem que “[...] times of plenty, like times of crisis, are tests for American character. (BUSH, 2000, s.p.)<sup>48</sup>. Bush

<sup>45</sup> “O século XXI se inicia com uma promessa única para os Estados Unidos. Valores democráticos são celebrados em cada continente”. (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p., tradução nossa)

<sup>46</sup> “[...] geração de americanos que invadiram praias, liberaram campos de concentração e nos livraram do mal”. (BUSH 2000, s.p., tradução nossa)

<sup>47</sup> “Nunca antes a promessa da prosperidade foi tão vívida” (BUSH, 2000, s.p., tradução nossa)

<sup>48</sup> “[...] tempos de abundância, assim como tempos de crise, são testes para o caráter americano.” (BUSH, 2000, s.p., tradução nossa)

também sublinhou que “When America uses force in the world, the cause must be just, the goal must be clear, and the victory must be overwhelming.” (BUSH, 2000, s.p.)<sup>49</sup> Em outras palavras, era necessário agir com justiça, sobriedade e responsabilidade. E, como presidente, esse seria o seu papel “And to lead this nation to a responsibility era, that president himself must be responsible (BUSH, 2000, s.p.)<sup>50</sup>. Ainda, frisou-se que o papel dos Estados Unidos era o de “[...] to confront problems, not to pass the onto others” (BUSH, 2000, s.p.)<sup>51</sup>

É possível perceber nesse discurso a relevância do momento em que o discurso foi pronunciado. Afinal, falava-se em uma nova era, cercada de novas oportunidades, mas também de novas ameaças. A superação do inimigo soviético, empreendida nos tempos do governo de seu pai, bem como a neutralização e contenção do Iraque não eram consideradas suficientes. Permaneciam, para os Estados Unidos, ameaças tão perigosas e imensuráveis quanto o “comunismo soviético”. Tratavam-se dos proliferadores das Armas de Destruição em Massa (ADM)s e dos perpetradores do terrorismo internacional – para mencionar alguns.

Por isso, Bush prometeu

I will work to reduce nuclear weapons and nuclear tension in the world, to turn these years of influence into decades of peace. And at the earliest possible date, my administration will deploy missile defenses to guard against attack and blackmail. [applause] Now is the time not to defend outdated treaties but to defend the American people. (BUSH, 2000, s.p.)<sup>52</sup>

Nesse pronunciamento o senso de comunidade – do “Nós”, povo estadunidense – é expresso e, considero que esse senso foi crucial no esboço das diretrizes do governo Bush que estavam prestes a serem estabelecidas. Nesse documento, nem o Iraque, nem o regime de Saddam Hussein são citados explicitamente. Porém, é possível identificar a ideia de inimigos a serem combatidos e de disseminadores de ADMs que, conforme notado no discurso anterior – e conforme será reafirmado por Bush nos discursos subsequentes – apareciam como característicos do Iraque e de seu regime. É viável também apontar a idealização de um cenário de segurança, liberdade, sobriedade e responsabilidade que não seria plenamente conquistado caso posturas antagônicas, tiranas e imprudentes prevalecessem no meio internacional.

---

<sup>49</sup> “Quando a América usa a sua força no mundo, a causa deve ser justa, o objetivo deve ser claro e a vitória deve ser esmagadora” (BUSH, 2000, s.p., tradução nossa)

<sup>50</sup> E liderar essa nação para uma era de responsabilidade, o próprio presidente deve ser responsável (BUSH, 2000, s.p., tradução nossa).

<sup>51</sup> “[...] confrontar problemas e não os passar para outras mãos” (BUSH, 2000, s.p., tradução nossa)

<sup>52</sup> Trabalharei para reduzir as armas nucleares e a tensão nuclear no mundo, para transformar esses anos de influência em décadas de paz. E minha administração irá implantar defesas de mísseis o mais cedo possível de modo a evitar ataques e chantagens. [aplausos] Agora é o momento de não defender os tratados ultrapassados, mas sim de defender o povo americano. (BUSH, 2000, s.p., tradução nossa)

## 2.3 2001: o primeiro ano de governo e seus desafios

Depois de efetivada a eleição de George W. Bush, com um primeiro mandato que se estenderia entre 2001 e 2004, os contornos que delineavam Estados, grupos e pessoas “a serem combatidos” continuaram efetivos – marcadamente após os atentados ao World Trade Center (WTC) e ao Pentágono, em 11 de setembro de 2001. Percebemos, assim, que com sua eleição ao cargo de 43º Presidente dos Estados Unidos, a promessa de “novas ações em uma nova era” poderia ser, naquele momento, efetivada. Além disso, percebemos que o temor por “novas ameaças” havia saído do campo das ideias e se materializado nos ataques ao WTC e ao Pentágono. (RICKS, 2006, SCAHILL, 2014)

Para isso, importa que observe, ao longo desta seção, os pronunciamentos de George W. Bush respectivos ao ano de 2001. Portanto, em primeiro lugar, analiso o seu Discurso Inaugural. Em segundo lugar trabalho com o discurso empreendido no imediato 11 de setembro de 2001. Assim, por último, analiso seu discurso para a Sessão Conjunta do Congresso e do povo americano.

### 2.3.1 Inaugural Address – January 20, 2001

#### Discurso Inaugural – 20 de janeiro de 2001

Em seu Discurso Inaugural, o então Presidente Bush relembrou – a todos que o escutavam ou o leram (lêem) – que havia, nas mãos dos Estados Unidos, de seu governo e de seu povo, uma autoridade singular. Em meio à essa excepcionalidade promissora, “**We** have a place, all of us, in a long story, a story **we** continue but whose end **we** will not see.” (BUSH, 2001a, s.p.)<sup>53</sup>. Além disso, e por meio dessas características, foi reiterado que para os Estados Unidos daquele momento existia a possibilidade de se realizar um movimento duplo: reafirmar e honrar antigas tradições e, concomitantemente, conceber novos começos.

“It is a story of a new world that became a friend and liberator of the old, the story of a slaveholding society that became a servant of freedom, the story of a power that went into the world to protect but not possess, to defend but not conquer” (BUSH, 2001a, s.p.)<sup>54</sup> Assim, os Estados Unidos foram, nesse discurso, representados como capazes de perdoar e libertar o

<sup>53</sup> “Nós temos um lugar, todos nós, em uma longa história, uma história que nós continuamos, mas cujo o fim nós não vislumbramos.” (BUSH, 2001<sup>a</sup>, s.p., tradução nossa)

<sup>54</sup> “É a história de um novo mundo que se torna amigo e libertador do velho, a história de uma sociedade escravocrata que se torna serva da liberdade, a história de uma potência que foi ao mundo para proteger, mas não possuir, para defender, mas não conquistar”. (BUSH, 2001<sup>a</sup>, s.p., tradução nossa)

dominador; como capazes de superar seus erros e de, assim, levantarem a bandeira correta (a da liberdade) e, também; como capazes de empreender ações altruístas ao levarem a proteção, a liberdade e o bem em troca, apenas, da defesa de valores em sua mais alta estima.

Somente assim, afirmou Bush, seria possível sobreviver a quaisquer turbulências. Afinal “Through much of the last century, America's faith in freedom and democracy was a rock in a raging sea.” (BUSH, 2001a, s.p.)<sup>55</sup> O povo e o governo dos Estados Unidos, ressaltou Bush, eram decentes, fortes e generosos (BUSH, 2001a, s.p.). Por isso, reiterou, eram capazes de prevalecer sobre erros e sobre qualquer mal. E, caso algum tipo de ameaça ocorresse, Bush frisou

**We** will confront weapons of mass destruction, so that a new century is spared new horrors. The enemies of liberty and our country should make no mistake: America remains engaged in the world, by history and by choice, shaping a balance of power that favors freedom. **We** will defend our allies and our interests. **We** will show purpose without arrogance. **We** will meet aggression. (BUSH, 2001a, s.p., grifo nosso)<sup>56</sup>

Assim, ademais de perceber uma oportunidade singular, Bush também destacou a possibilidade de conservar o dever estadunidenses cujo exercício fora provado historicamente. É, nesse discurso, visível a determinação e a confiança no vigor dos valores, das instituições e do senso de comunidade estadunidenses. Apesar disso, também foi destacado que era preciso sempre manter-se atento às turbulências ocasionadas por esse mar hostil representado por ADMs, por inimigos da liberdade e por agressores.

É necessário que eu destaque que, nesse discurso, nem o Iraque, nem o regime de Saddam Hussein foram mencionados. Porém, foi expresso um chamado no qual o senso de comunidade prometeu erguer-se contra quaisquer ameaças oriundas de agressores. Como demonstrarei mais adiante essa mesma estratégia discursiva foi utilizada para referir-se ao Iraque. Por enquanto, basta perceber que em seu discurso inaugural, Bush fez saber que o “Nós” (governo + povo) deveria sempre estar a serviço da decência, da generosidade e da força. O “Nós” também deveria honrar os alicerces historicamente firmados da democracia, da liberdade e da segurança. O “Nós” deveria estender suas mãos para aqueles que não estivessem na mesma situação por puro altruísmo e não com vistas a obter vantagens de

<sup>55</sup> “Durante boa parte do último século, a fé da América na liberdade e na democracia foi uma rocha em meio a um oceano turbulento.” (BUSH, 2001a, s.p., tradução nossa)

<sup>56</sup> “Nós confrontaremos Armas de Destruição em Massa de modo que o novo século seja poupado de novos horrores. Os inimigos da liberdade e de nosso país não devem cometer nenhum erro: a América permanece engajada com o mundo, historicamente e por sua escolha, delineando o balanço de poder que favorece o poder. Nós defenderemos nossos aliados e nossos interesses. Nós mostraremos propósito sem arrogância. Nós vamos enfrentar a agressão. (BUSH, 2001a, s.p., tradução nossa)

situações de inferiores. E, caso ameaçado e desafiado, o “Nós” não deveria cometer erros, ou seja, não deveria hesitar em proteger seus aliados, seus interesses por meio das medidas merecidas aos “Outros” cujo desserviço trazia horrores, insegurança, tirania e agressão.

### 2.3.2 9/11 Address to the Nation

#### Discurso sobre o 11 de setembro à Nação

Os atentados de 11 de setembro de 2001 fizeram com que os Estados Unidos aparentemente fossem desprovidos da imagem de superpotência invencível e se apresentassem como uma superpotência ameaçada. Por isso, Bush (2001b, s.p.)<sup>57</sup> afirmou que “Today, our nation saw evil -- the very worst of human nature [...]”. Frente a tamanha agressão e com vistas a impedir que o “inimigo” desferisse novos golpes, Bush salientou que os Estados Unidos agiriam, dali em diante, de modo a fortalecer alianças para combater o “terrorismo global” e a evitar a ação de Estados considerados meliantes e detentores de ADMs. Portanto, para além da figura do “inimigo” – a ser eliminado – importou também a noção de um “mal” que transcendia a política tradicional e que permitiria a luta absoluta, inquestionável e perpétua. (JABRI, 2007).

Assim, a partir desse pronunciamento, foi delineada a necessidade de identificar esse inimigo que manifestava o oposto dos valores dos Estados Unidos. Era preciso trazê-lo à tona. E, mais que isso, fazer com que enfrentasse a justiça. Ademais, qualquer um que com ele se envolvesse seria julgado com igual peso. Não se tratava de uma ameaça em vão, mas de uma promessa de ação legítima. Assim que a identificação do inimigo fosse completa, “We will make no distinction between the terrorists who committed these acts and those who harbor them.” (BUSH 2001b, s.p.)<sup>58</sup>, pronunciou-se o presidente Bush no exato dia dos ataques de 11 de setembro. E, certamente, uma atitude de peso seria tomada, pois, afinal, “America has stood down enemies before, and we will do so this time.” (BUSH, 2001b, s.p.)<sup>59</sup>

Não era possível, nem desejável, afirmou Bush (2001b), manter-se inerte quando “Thousands of lives were suddenly ended by evil, despicable acts of terror” (BUSH 2001b, s.p.)<sup>60</sup>. Percebemos também nas palavras de Bush que, os Estados Unidos mostraram-se chocados, porém não abalados. Sua determinação em prol da integridade de seu território e de

<sup>57</sup> “Hoje nossa nação conheceu o mal – em sua pior forma humana[...]” (BUSH, 2001b, s.p., tradução nossa)

<sup>58</sup> “Não faremos distinção entre os terroristas que cometeram esses atos e aqueles que os abrigam” (BUSH, 2001b, tradução nossa).

<sup>59</sup> “A América já destruiu os inimigos antes, e faremos isso desta vez” (BUSH, 2001b, s.p., tradução nossa)

<sup>60</sup> “Milhares de vidas foram repentinamente terminadas por atos de terror maldosos e desprezíveis” (BUSH 2001b, s.p., tradução nossa)



seus valores era visível: “Terrorist attacks can shake the foundations of our biggest buildings, but they cannot touch the foundation of America.” (BUSH, 2001b, s.p.)<sup>61</sup>

Assim, um chamado foi feito e a divisão entre o bem e o mal se mostrou mais clara que nunca. “America and our friends and allies join with all those who want peace and security in the world, and we stand together to win the war against terrorism.” (BUSH, 2001b, s.p.)<sup>62</sup>. Portanto, discursivamente, combater o “terrorismo” e seus agentes que haviam violado o território dos Estados Unidos figurava como necessidade urgente e inadiável.

E, para combatê-los, Bush (2001b) reiterou que os Estados Unidos possuíam capacidade, desejo e influência de combate sem precedentes. Tal postura pôde ser observada quando Bush afirmou que “This is a day when all Americans from every walk of life unite in our resolve for justice and peace [...] None of us will ever forget this day, yet we go forward to defend freedom and all that is good and just in our world.” (BUSH, 2001b, s.p.)<sup>63</sup>

Conforme delineei nas páginas anteriores – e também reiterarei ao analisar discursos subsequentes – anteriormente aos ataques do 11 de setembro, já havia uma agenda previamente estabelecida de combate a “inimigos” marginais ao sistema, a *rogue states* que, afirmava-se, alastravam ADMs e ameaçavam a segurança, a liberdade e a democracia em qualquer parte do mundo. Valores esses seriamente prezados pelos Estados Unidos. Também é notável que o Iraque figurava nessa lista, uma vez que, de acordo com inúmeros discursos de Bush, era um detentor de ADMs e cujo regime não se adaptava à democracia ocidental (estadunidense).

Em concordância com Thomas Ricks (2006), percebo que os ataques de 11 de setembro surpreenderam a comunidade de inteligência dos Estados Unidos. E, por isso, a partir de então criou-se uma nova oportunidade de que os olhares do governo estadunidense se voltassem para o Iraque. Ainda, é importante trazer aqui a análise de Jeremy Scahill (2014) na qual nos é demonstrado que o 11 de setembro concedeu aos Estados Unidos plenos poderes para combater o Iraque. Isso porque, como bem ilustra esse autor, a partir de 2001 os Estados Unidos alteraram a maneira como suas guerras seriam tratadas e travadas. O Iraque foi, assim, inserido no denominado “Eixo do Mal” e se tornou alvo de uma Guerra Global ao Terror (GGT), como veremos mais adiante.

---

<sup>61</sup> Ataques terroristas podem abalar as fundações dos nossos maiores edifícios, mas eles não podem tocar a fundação da América. (BUSH, 2001b, s.p., tradução nossa)

<sup>62</sup> “A América e os nossos amigos e aliados se juntam a todos aqueles que querem paz e segurança no mundo, e estamos juntos para ganhar a guerra contra o terrorismo”. (BUSH, 2001b, s.p., tradução nossa)

<sup>63</sup> “Este é um dia em que todos os americanos de cada caminhada da vida se unem em nossa resolução pela justiça e pela paz. [...] Nenhum de nós nunca esquecerá este dia, mas avançamos para defender a liberdade e tudo o que é bom e apenas em nosso mundo.” (BUSH, 2001b, s.p., tradução nossa)

Sob a o símbolo de uma Guerra Justa, um poder sem precedentes foi, então, atribuído à Casa Branca: o poder de perseguir àqueles *considerados* responsáveis pelos ataques de 11 de setembro. Por isso, afirma o autor, paralelamente ao desmoronamento das Torres Gêmeas, desmoronaram também as amarras legais que poderiam impedir investidas militares.

Assim, como demonstro mais adiante, a partir de 2001 ganhou cada vez mais espaço a noção de imoralidade inerente ao “terrorismo” e aos seus perpetradores. Frente a quaisquer questionamentos que poderiam advir dessa proposta de caça às bruxas, Bush frisou suas justificativas, uma vez que a “America was targeted for attack because we're the brightest beacon for freedom and opportunity in the world. And no one will keep that light from shining” (BUSH, 2001b, s.p.)<sup>64</sup> Assim, figurava um chamado que não mais queria subestimar a ameaça representada pelo Iraque e por outros países – especialmente no que dizia respeito às suas inclinações de possuir e de utilizar armas químicas e biológicas. Ainda, a de compartilhá-las com terroristas antagonistas aos valores dos Estados Unidos. Ricks (2006) demonstra que naquele contexto, pairava nos ares da administração Bush a seguinte pergunta: “If you missed the warning signs on 9/11 [...]what else are you missing now about Iraq?” (p. 32)<sup>65</sup>.

### 2.3.3 Address to Joint Session of congress and the American People – September 20, 2001 Discurso à Sessão Conjunta do Congresso e ao Povo Americano – 20 de setembro de 2001

Poucos dias após dos atentados de 11 de setembro, o Presidente dos Estados Unidos endereçou-se ao Congresso e ao povo americano. Já em suas primeiras palavras Bush demonstrou que não se tratava de um contexto normal.

On September the 11th, enemies of freedom committed an act of war against our country. Americans have known wars [...] Americans have known the casualties of war -- but not at the center of a great city on a peaceful morning. Americans have known surprise attacks -- but never before on thousands of civilians. All of this was brought upon us in a single day -- and night fell on a different world, a world where freedom itself is under attack. (BUSH, 2001c, s.p.)<sup>66</sup>

<sup>64</sup> "A América foi alvo de ataques porque somos o farol mais brilhante da liberdade e das oportunidades no mundo. E ninguém deixará essa luz brilhar "(BUSH, 2001b, s.p., tradução nossa)

<sup>65</sup> "Se vocês deixaram passar os sinais de alerta do 11 de setembro [...] o que mais vocês estão deixando passar agora no que diz respeito ao Iraque?" (p. 32, tradução nossa).

<sup>66</sup> No dia 11 de setembro, inimigos da liberdade cometeram um ato de guerra contra o nosso país. Os americanos conheceram guerras [...] Os americanos conheceram as baixas da guerra - mas não no centro de uma grande cidade numa manhã tranquila. Os americanos conheceram ataques surpresa - mas nunca antes em milhares de civis. Tudo isso foi trazido sobre nós em um único dia - e a noite caiu em um mundo diferente, um mundo onde a própria liberdade está sendo atacada. (BUSH, 2001c, s.p., tradução nossa)

A excepcionalidade havia tido início a partir do momento em que sua nação fora violada. Bush também afirmou que não cabia a ele trazer nenhum tipo de declaração acerca do "Estado da União" naquele momento, uma vez que os cidadãos americanos, bem como todo o resto do mundo já havia realizado essa tarefa. Em suas palavras os Estados Unidos haviam se tornado “[...] a country awakened to danger and called to defend freedom”. (BUSH, 2001c, s.p.)<sup>67</sup>

Por isso o seu intuito foi o de enfatizar que, apesar de não superado, o estado de luto havia se convertido em “[...] anger, and anger to resolution.” (BUSH, 2001c, s.p.)<sup>68</sup> Porém, Bush não delineava nesse pronunciamento sentimentos improdutivos. Muito pelo contrário “[...] in our grief and anger we have found our mission and our moment. Freedom and fear are at war. The advance of human freedom [...] now depends on us.” (BUSH, 2001c, s.p.)<sup>69</sup>

Além disso, nesse momento nos é demonstrado que muitas questões ainda deveriam ser respondidas. Quem havia atacado os Estados Unidos? Por qual motivo? “Why do they hate us?” (BUSH, 2001b, s.p.)<sup>70</sup>. No que diz respeito à primeira questão, Bush sinalizou a existência de evidências coletadas que apontavam para uma organização terrorista, a *al-Qaeda*<sup>71</sup>. Em relação aos outros dois questionamentos, Bush declarou que

They hate what we see right here in this chamber – a democratically elected government. Their leaders are self-appointed. They hate our freedoms -- our freedom of religion, our freedom of speech, our freedom to vote and assemble and disagree with each other. (BUSH, 2001c, s.p.)<sup>72</sup>

Um chamado para a guerra foi feito por meio da divisão amigo-inimigo. De um lado figurava “The civilized world is rallying to America's side. They understand that if this terror goes unpunished, their own cities, their own citizens may be next.” (BUSH, 2001c, s.p.)<sup>73</sup> De outro, estava o terror que caso “[...] unanswered, cannot only bring down buildings, it can threaten the stability of legitimate governments. And [...] we're not going to allow it.” (BUSH, 2001c, s.p.)<sup>74</sup> Esse chamado envolvia a geração que presenciou os ataques ao solo e

<sup>67</sup> “[...] um país despertado para o perigo e chamado para defender a liberdade”. (BUSH, 2001c, s.p., tradução nossa)

<sup>68</sup> “[...] em raiva, e a raiva em determinação.” (BUSH, 2001c, s.p., tradução nossa)

<sup>69</sup> “[...] em nosso sofrimento e raiva encontramos nossa missão e nosso momento. Liberdade e medo estão em guerra. O avanço da liberdade humana [...] agora depende de nós.” (BUSH, 2001c, s.p., tradução nossa)

<sup>70</sup> “Por que eles nos odeiam?” (BUSH, 2001c, s.p., tradução nossa)

<sup>71</sup> A base. (Tradução nossa)

<sup>72</sup> Eles odeiam o que vemos aqui mesmo nesta câmara - um governo democraticamente eleito. Seus líderes são automeados. Eles odeiam nossas liberdades - nossa liberdade de religião, nossa liberdade de expressão, nossa liberdade para votar, reunir e discordar uns dos outros. (BUSH, 2001c, s.p., tradução nossa)

<sup>73</sup> “O mundo civilizado está combatendo do lado da América. Eles entendem que, se esse terror for impune, suas próprias cidades, seus próprios cidadãos podem ser os próximos.” (BUSH, 2001c, s.p., tradução nossa)

<sup>74</sup> “[...] não respondido, pode não apenas derrubar edifícios, pode também ameaçar a estabilidade de governos legítimos. E [...] não vamos permitir isso.” (BUSH, 2001c, s.p., tradução nossa)

ao povo dos Estados Unidos. Apenas desse modo, afirmou Bush, a ameaça da violência seria afastada dos Estados Unidos e de seu futuro. “We will rally the world to this cause by our efforts, by our courage. We will not tire, we will not falter, and we will not fail.” (BUSH, 2001c, s.p.)<sup>75</sup>

De uma maneira ou de outra, afirmou Bush, a justiça seria feita. “Whether we bring our enemies to justice, or bring justice to our enemies, justice will be done.” (BUSH, 2001c, s.p.)<sup>76</sup> E, ainda que a Guerra que se delineava não possuísse um curso claramente definido, seu fim foi considerado certo. Isso porque “Freedom and fear, justice and cruelty, have always been at war, and we know that God is not neutral between them.” (BUSH, 2001c, s.p.)<sup>77</sup>

Assim, percebemos que o futuro, apesar de possuir caminhos incertos, reservava a vitória para os Estados Unidos. Assim como Condoleeza Rice havia afirmado em 2000, os Estados Unidos pareciam estar “[...] on the right side of history” (RICE, 2000, p. 46)<sup>78</sup> Nenhum tipo de neutralidade era bem-vinda. Muito pelo contrário, era clara a divisão entre justiça e injustiça; entre injustiçados e injustiçosos; entre normal e excepcional; entre liberdade (de expressão, religiosa, para votar e para discordar) e terror; entre a democracia e a tirania.

## 2.4 2002

Diferentemente dos anos de 2000 e 2001, em 2002 é possível perceber uma alteração no tom dos discursos de George W. Bush referentes ao Iraque. Isso porque, principalmente a partir do segundo semestre daquele ano, percebemos um Iraque representado de forma muito mais estridente, enfática e repetitiva. (RICKS, 2006). De modo a ilustrar tal afirmação, nas seções seguintes observo cinco discursos.

No primeiro deles, o Discurso sobre o estado da União, o enfoque no inimigo a ser combatido constituiu boa parte de seu objeto. Os Estados Unidos de Bush, fizeram então, um chamado ao seu povo e aos seus aliados: não era mais possível esperar pelo pior e, por isso, uma estratégia de ação deveria ser delimitada. No segundo, no terceiro, no quarto e no quinto

---

<sup>75</sup> “Vamos reunir o mundo em torno dessa causa por meio dos nossos esforços, por meio da nossa coragem. Não nos cansaremos, não vacilaremos e não falharemos.” (BUSH, 2001c, s.p., tradução nossa)

<sup>76</sup> “Se nós levamos nossos inimigos à justiça, ou trazemos a justiça até os nossos inimigos, a justiça será feita” (BUSH, 2001c, s.p., tradução nossa)

<sup>77</sup> “Liberdade e medo, justiça e crueldade, sempre estiveram em guerra, e sabemos que Deus não é neutro no que diz respeito a eles.” (BUSH, 2001c, s.p., tradução nossa)

<sup>78</sup> “[...] do lado certo da história.” (RICE, 2000, p. 46, tradução nossa)

discurso, por sua vez, o Iraque foi explicitamente representado como ameaça iminente e uma postura da Política Externa Estadunidense que iria para além da contenção e da dissuasão foi delineada.

#### 2.4.1 President Delivers State of the Union Address – January 29, 2002

##### O Presidente profere o Discurso sobre o estado da União – 29 de janeiro de 2002

Ao proferir seu primeiro Discurso acerca do estado da União, George W. Bush prometeu combater a recessão de sua economia com a mesma intensidade em que combateria o "terrorismo". Isso porque os Estados Unidos eram, naquele momento, uma nação em guerra e uma economia em recessão. (BUSH, 2002a, s.p.). Ainda, os Estados Unidos faziam parte de um mundo civilizado que enfrentava perigos sem precedente. Porém, para Bush, desde setembro de 2001,

[...] our nation has comforted the victims, begun to rebuild New York and the Pentagon, rallied a great coalition, captured, arrested, and rid the world of thousands of terrorists, destroyed Afghanistan's terrorist training camps, saved a people from starvation, and freed a country from brutal oppression. (BUSH, 2002a, s.p.)<sup>79</sup>

Assim, percebemos sua ênfase nos esforços até então feitos para contornar um momento tão atípico. Mesmo assim, muito ainda deveria ser feito e para isso, Bush (2002a) pediu pela paciência e pela persistência do país. Somente assim seria possível atingir dois grandes objetivos da Política dos Estados Unidos: em primeiro lugar, prometeu-se que “[...] we will shut down terrorist camps, disrupt terrorist plans, and bring terrorists to justice.” (BUSH, 2002a, s.p.)<sup>80</sup> Em segundo lugar, por sua vez, “[...] we must prevent the terrorists and regimes who seek chemical, biological or nuclear weapons from threatening the United States and the world.” (BUSH, 2002a, s.p.)<sup>81</sup>. Para tanto, um convite para um trabalho conjunto foi delineado. Apenas por essa via seria factível negar aos “terroristas” e aos seus Estados financiadores qualquer possibilidade de obter expertise, materiais e tecnologias para que ADMs fossem desenvolvidas.

<sup>79</sup> [...]nossa nação confortou as vítimas, começou a reconstruir Nova York e o Pentágono, reuniu uma grande coalizão, capturou, prendeu e livrou o mundo de milhares de terroristas, destruiu os campos de treinamento terrorista do Afeganistão, salvou um povo da fome e libertou um país da opressão brutal. (BUSH, 2002a, s.p., tradução nossa)

<sup>80</sup> “[...] nós fecharemos campos terroristas, despedaçaremos planos terroristas, e levaremos terroristas à justiça.” (BUSH, 2002a, s.p., tradução nossa)

<sup>81</sup> “[...] devemos evitar que terroristas e regimes que buscam armas químicas, biológicas ou nucleares ameacem os Estados Unidos e o mundo” (BUSH, 2002a, s.p., tradução nossa)

Para todos aqueles que escutavam ou liam suas palavras, Bush fez saber que [...] Some of these regimes have been pretty quiet since September the 11th. But we know their true nature.” (BUSH, 2002a, s.p.)<sup>82</sup>. Isto posto, é possível notar que a partir de então o tom de ameaça ganhou mais espaço nos discursos de George W. Bush. Assim, de modo a alcançar os dois objetivos elencados, Bush salientou que “o(s) inimigo(s)” adquiria(m), a cada dia, mais e mais uma feição cognoscível.

Além disso, no que dizia respeito aos ditos Estados financiadores, Bush reforçou a ideia já apresentada pela Republican Party Platform (2000). Juntos, eles compunham um

[...] axis of evil, arming to threaten the peace of the world. By seeking weapons of mass destruction, these regimes pose a grave and growing danger. They could provide these arms to terrorists, giving them the means to match their hatred. They could attack our allies or attempt to blackmail the United States. In any of these cases, the price of indifference would be catastrophic. (BUSH, 2002a, s.p.)<sup>83</sup>

Ademais do Afeganistão, que naquele momento já estava sendo combatido, nessa lista também figuravam a Coreia do Norte, o Irã e o Iraque. Frente a esse cenário, a ideia de guerra preventiva foi também delineada. A ameaça iminente, a excepcionalidade, a possibilidade de desastres nucleares pedia por ações imediatas. Por isso Bush afirmou que “I will not wait on events, while dangers gather. I will not stand by, as peril draws closer and closer.” (BUSH, 2002a, s.p.)<sup>84</sup>

No que dizia respeito ao Iraque, Bush tentou evidenciar que seu regime poderia ser associado com a promoção do terror. A ligação era, nas palavras de Bush, incontestável, uma vez que “The Iraqi regime has plotted to develop anthrax, and nerve gas, and nuclear weapons for over a decade.” (BUSH, 2002a, s.p.)<sup>85</sup> Além disso, os abusos cometidos pelo regime do Presidente Saddam Hussein foram enumerados de modo a demonstrar a degeneração que o Iraque vivia há anos.

O Iraque representava um

---

<sup>82</sup> “[...] Alguns desses regimes têm se mantido muito quietos desde o 11 de setembro. Mas nós conhecemos sua natureza.” (BUSH, 2002a, s.p., tradução nossa)

<sup>83</sup> “[...] um *Eixo do Mal* armando para ameaçar a paz mundial. Buscando Armas de Destruição em Massa, esses regimes constituem ameaças graves e crescentes. Eles poderiam providenciar essas armas aos terroristas, dando-lhes os meios para combinar seu ódio. Eles poderiam atacar nossos aliados ou tentar chantagear os Estados Unidos. Em qualquer um desses casos o preço da indiferença seria catastrófico. (BUSH, 2002a, s.p., tradução nossa)

<sup>84</sup> “Eu não vou esperar por eventos, enquanto os perigos se juntam. Eu não vou ficar parado à medida que o perigo se aproxima cada vez mais.” (BUSH, 2002a, s.p., tradução nossa)

<sup>85</sup> “O regime iraquiano planejou desenvolver antraz, gás nervoso, e armas nucleares por mais de uma década” (BUSH, 2002a, s.p., tradução nossa)

[...] regime that has already used poison gas to murder thousands of its own citizens -- leaving the bodies of mothers huddled over their dead children [...] a regime that agreed to international inspections -- then kicked out the inspectors. This is a regime that has something to hide from the civilized world. (BUSH, 2002a, s.p.)<sup>86</sup>

Não era aceitável, para os Estados Unidos, permitir que um regime como o do Iraque permanecesse existindo. Muito pelo contrário, acreditava-se que uma guerra justa deveria ser empreendida contra esse e outros países que desrespeitavam seu povo e, concomitantemente, ameaçavam outros povos. Assim, Bush prometeu que a “America will do what is necessary to ensure our nation's security.” (BUSH, 2002a, s.p.)<sup>87</sup>

Dessa maneira, é possível observar que de um lado esboçava-se uma missão manifesta e inadiável dos Estados Unidos, a missão de trazer segurança, frente ao terror e de defender a liberdade e a dignidade humana frente a abusos recorrentes. Além disso, ao se comprometer com essa tarefa, George W. Bush ressaltou que não havia intenção alguma, por parte dos Estados Unidos, de empreender imposições culturais. Pelo contrário, tratava-se apenas de defender “[...] the non-negotiable demands of human dignity: the rule of law; limits on the power of the state; respect for women; private property; free speech; equal justice; and religious tolerance.” (BUSH, 2002a, s.p.)<sup>88</sup>

Assim, é possível percebermos em primeiro lugar que após intensos meses de buscas e pesquisas, o governo dos Estados Unidos parecia estar cada vez mais perto do enquadramento de quem deveria ser combatido e de quais medidas deveriam ser tomadas para impedir qualquer tipo de avanço que culminaria em catástrofe. Em segundo lugar, percebemos que o estado de guerra já estava em vias de estabelecimento. Isso porque, conforme afirmou Bush, caso nenhuma atitude fosse tomada, caso a indiferença dos Estados Unidos prevalecesse face às ameaças iminentes, um resultado catastrófico estaria à espera de seu país. Em terceiro lugar, percebemos também que o perigo das ADMs ganha local de origem e, um de seus desenvolvedores e propagadores era o Iraque. Iraque esse constituinte de um eixo do mal, que ameaçava a paz mundial, que abusava de sua população e que ignorava súplicas internacionais e que, por isso, escondia algo do “mundo civilizado”.

---

<sup>86</sup> [...] regime que já usou gás venenoso para assassinar milhares de seus próprios cidadãos - deixando os corpos de mães amontoados sobre seus filhos mortos [...] um regime que concordou com inspeções internacionais - e expulsou os inspetores. Este é um regime que tem algo a esconder do mundo civilizado. (BUSH, 2002a, s.p., tradução nossa)

<sup>87</sup> “A América fará o que for necessário para assegurar a segurança de nossa nação.” (BUSH, 2002a, s.p., tradução nossa)

<sup>88</sup> “[...] as demandas não negociáveis da dignidade humana: o Estado de direito, os limites do poder do Estado; respeito pelas mulheres; propriedade privada; livre expressão; justiça igualitária; e tolerância religiosa.” (BUSH, 2002a, s.p., tradução nossa)

2.4.2 Address to the United Nations General Assembly in New York City – September 12, 2002

Discurso à Assembleia Geral das Nações Unidas na cidade de Nova Iorque – 12 de setembro de 2002

Ao pronunciar-se à Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), Bush destacou o desejo comum (das nações ali presentes) de promover a justiça e de, concomitantemente, afastar-se do conflito, do medo e da guerra. Esse desejo, ressaltou o Presidente, pertencia à Organização das Nações Unidas (ONU), desde sua gênese, em 1945. Porém, para além de exaltar os benefícios de tais aspirações, Bush colocou-se ali como porta-voz de más notícias. Isso porque, naquele momento, “[...] these standards and this security are challenged.” (BUSH, 2002b, s.p.)<sup>89</sup>

E quem (ou o que) desafiava a ordem almejada? De acordo com Bush (2002b, s.p.) o perigo emanava de regimes fora da lei (*outlaw*) cujos limites para promoção da violência inexistiam e cuja moralidade era questionável. Além disso, Bush demonstrou que os desafios oriundos desses países eram reais. A ação desses regimes estava presente nas lembranças de todos e as consequências de suas ações ainda eram sentidas. E um exemplo marcante foi dado: havia um ano e um dia, os Estados Unidos “[...] saw the destructive intentions of our enemies.” (BUSH, 2002b, s.p.)<sup>90</sup> E, de modo a reforçar seu argumento central, o pronunciamento de Bush se voltou para “[...]one place [...] one regime in which we find all these dangers in their most lethal and aggressive forms, exactly the kind of aggressive threat the United Nations was born to confront.” (BUSH, 2002b, s.p.)<sup>91</sup> Tratava-se do Iraque.

Bush salientou que esse Iraque possuía um governante desprezava a ONU e seus valores. Assim, “[...] By breaking every pledge, by his deceptions, and by his cruelties, Saddam Hussein has made the case against himself.” (BUSH, 2002b, s.p.)<sup>92</sup>. Assim, para Bush, ao invés de resguardar-se em ilusões em relação ao Iraque era importante que todos mantivessem um olhar atento à sua conturbada história. E, para isso, não seria necessário voltar muito no tempo. Isso porque, o regime iraquiano de Saddam Hussein havia

<sup>89</sup> “[...] esses padrões e essa segurança são desafiados.” (BUSH, 2002b, s.p., tradução nossa)

<sup>90</sup> “[...] conheceu as intenções destrutivas dos nossos inimigos.” (BUSH, 2002b, s.p., tradução nossa)”

<sup>91</sup> “[...] um local [...] um regime no qual encontramos todos esses perigos em suas formas mais letais e agressivas, exatamente o tipo de ameaça agressiva que as Nações Unidas nasceram para confrontar.” (BUSH, 2002b, s.p., tradução nossa).

<sup>92</sup> “[...] ao quebrar todas as promessas, por seus enganos e por suas crueldades, Saddam Hussein criou um caso contra si mesmo” (BUSH, 2002b, s.p., tradução nossa)



[...] attacked Iran in 1980 and Kuwait in 1990 [...] fired ballistic missiles at Iran and Saudi Arabia, Bahrain, and Israel [...] ordered the killing of every person between the ages of 15 and 70 in certain Kurdish villages in northern Iraq [...] gassed many Iranians and 40 Iraqi villages.” (BUSH, 2002b, s.p.)<sup>93</sup>

Em outras palavras, tratava-se de um país que realizava invasões e ataques sem justificativas plausíveis aos seus vizinhos. Um país cujo regime ameaçava havia mais de 20 anos seu próprio povo, a estabilidade do Oriente Médio e, mais que isso, um país que perturbava a estabilidade e a paz mundiais. (BUSH, 2002b, s.p.). Ainda, conforme destacou Bush, tratava-se do mesmo Iraque que poderia ter sido não apenas contido pelos Estados Unidos – e pelas nações amigas – durante a década de 1990, mas também apaziguado e transformado.

O discurso de Bush, à primeira vista, afirmava não trazer especulações. Pelo contrário, vislumbrava uma ameaça iminente. Para ele, “The history, the logic, and the facts lead to one conclusion: Saddam Hussein's regime is a grave and gathering danger.” (BUSH, 2002b, s.p.)<sup>94</sup>

E esse crescente perigo era conhecido e comprovado. Isso porque Bush ressaltou que, em 2001, a Comissão de Direitos Humanos da ONU havia observado no Iraque uma série de violações de direitos humanos, quais sejam: prisões arbitrárias de oponentes políticos, execuções sumárias e torturas. Além disso, de acordo com Bush, naquele momento era sabido que

[...] Iraq is expanding and improving facilities that were used for the production of biological weapons. United Nations inspections also revealed that Iraq likely maintains stockpiles of VX, mustard, and other chemical agents and that the regime is rebuilding and expanding facilities capable of producing chemical weapons. (BUSH, 2002b, s.p.)<sup>95</sup>

Tratava-se, assim, de um Estado totalitário. E, mais que isso, um Estado cujas promessas de cooperação não eram confiáveis e cujos planos de ação eram opacos, mas amedrontadores. (BUSH, 2002b, s.p.). Frente a esse cenário de crescentes temores e face a um histórico de negociações atribuladas, tentativas de inspeção frustrada e sanções constantes, Bush destacou que todos os meios legais haviam sido esgotados. Assim, outro tipo de abordagem deveria ser levada a cabo. “We have been more than patient [...] We owe it to all our citizens to do everything in our power to prevent that day from coming [...]” (BUSH,

<sup>93</sup> [...] atacou o Irã em 1980 e o Kuwait em 1990 [...] disparou mísseis balísticos no Irã e na Arábia Saudita, no Bahrein e em Israel [...] ordenou o assassinato de cada pessoa entre 15 e 70 anos em certas aldeias curdas no norte do Iraque [...] atacou com gás muitos iranianos e 40 aldeias iraquianas. "(BUSH, 2002b, s.p., tradução nossa)

<sup>94</sup> "A história, a lógica e os fatos levam a uma conclusão: o regime de Saddam Hussein é um grave e crescente perigo." (BUSH, 2002b, s.p., tradução nossa).

<sup>95</sup> “[...] O Iraque está expandindo e melhorando as instalações que foram usadas para a produção de armas biológicas. As inspeções das Nações Unidas também revelaram que o Iraque provavelmente mantém estoques de VX, mostarda e outros agentes químicos e que o regime está reconstruindo e expandindo instalações capazes de produzir armas químicas.” (BUSH, 2002b, s.p., tradução nossa)

2002b, s.p.)<sup>96</sup> Formava-se, assim, um cenário que pedia pela união e pelo bom senso de todas as nações. Tratava-se de um momento de escolhas importantes cujos desfechos poderiam tomar dois rumos.

If we fail to act in the face of anger, the people of Iraq will continue to live in brutal submission. The regime will have new power to bully and dominate and conquer its neighbors, condemning the Middle East to more years of bloodshed and fear. The regime will remain unstable—the region will remain unstable, with little hope of freedom, and isolated from the progress of our times. With every step the Iraqi regime takes toward gaining and deploying the most terrible weapons, our own options to confront that regime will narrow. And if an emboldened regime were to supply these weapons to terrorist allies, then the attacks of September the 11th would be a prelude to far greater horrors. [...] If we meet our responsibilities, if we overcome this danger, we can arrive at a very different future. The people of Iraq can shake off their captivity. They can one day join a democratic Afghanistan and a democratic Palestine, inspiring reforms throughout the Muslim world. These nations can show by their example that honest government and respect for women and the great Islamic tradition of learning can triumph in the Middle East and beyond. And we will show that the promise of the United Nations can be fulfilled in our time.” (BUSH, 2002b, s.p.)<sup>97</sup>

De acordo com Bush nenhum desses desfechos estava garantido integralmente. Porém, os Estados Unidos e todas as nações que prezavam pela lei, pela dignidade humana, pela justiça e pela segurança deveriam responder a esse chamado. Era necessário, de acordo com ele, fazer escolhas e optar pelo caminho correto. A escolha era clara: de um lado, havia um mundo no qual o medo prevaleceria; de outro, seria possível construir um mundo de progresso. Assim, a inatividade não seria nem bem-vinda nem bem vista face aos novos e crescentes desafios.

Por isso, apesar da imprevisibilidade do futuro, o caminho dos Estados Unidos face ao Iraque já estava pavimentado. Assim, Bush determinou que “We must stand up for our security and for the permanent rights and the hopes of mankind. By heritage and by choice,

---

<sup>96</sup> “Nós fomos mais que pacientes. [...] nós devemos, a todos os nossos cidadãos, fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para prevenir que esse dia venha [...]” (BUSH, 2002b, s.p., tradução nossa)

<sup>97</sup> “Se deixamos de agir em face da raiva, o povo do Iraque continuará a viver em submissão brutal. O regime terá novo poder para intimidar e dominar e conquistar seus vizinhos, condenando o Oriente Médio a mais anos de derramamento de sangue e medo. O regime permanecerá instável - a região permanecerá instável, com pouca esperança de liberdade e isolada do progresso do nosso tempo. A cada passo que o regime iraquiano der na conquista e desdobramento das armas mais terríveis, nossas próprias opções para enfrentar esse regime diminuirão. E se um regime encorajado fornecesse essas armas aos aliados terroristas, os ataques de 11 de setembro seriam apenas um prelúdio para horrores muito maiores. [...] Se cumprimos com nossas responsabilidades, se superarmos esse perigo, podemos chegar a um futuro muito diferente. O povo do Iraque pode sacudir seu cativeiro. Eles podem um dia se juntar a um Afeganistão democrático e a uma Palestina democrática, inspirando reformas em todo o mundo muçulmano. Essas nações podem servir como exemplo de que o governo honesto e o respeito pelas mulheres e a grande tradição islâmica de aprendizagem podem triunfar no Oriente Médio e além. E mostraremos que a promessa das Nações Unidas pode ser cumprida em nosso tempo.” (BUSH, 2002b, s.p., tradução nossa)

the United States of America will make that stand. And delegates to the United Nations, you have the power to make that stand as well.” (BUSH, 2002b, s.p.)<sup>98</sup>

Percebemos, nesse pronunciamento uma postura mais determinada e rígida da Política Externa dos Estados Unidos face ao Iraque. Nesse discurso o “Nós” englobou não apenas o governo e a população estadunidenses. Pelo contrário, abarcou todas as nações representadas pela AGNU. O Iraque, por sua vez, foi o alvo da atenção e o motivo do temor de todas as nações. A conduta desse país é vista como ameaçadora, fora da lei, imoral e violenta. Seus próprios cidadãos eram alvos de uma brutal e abusiva submissão sob a forma de aprisionamentos, torturas e execuções. Por sua vez, seus vizinhos também foram historicamente afetados, principalmente no que diz respeito a invasões e ataques armados. Nesse discurso, o comportamento do regime iraquiano é, mais uma vez, reprovado. A continuação de seu regime foi vista como uma ameaça à paz e à autoridade da ONU. Por isso, um chamado foi feito: todas as nações deveriam unir-se e mostrar ao Iraque o poder e as benesses da civilização.

2.4.3 Remarks Announcing Bipartisan Agreement on a Joint Resolution to Authorize the Use of United States Armed Forces Against Iraq – October 2, 2002  
Observações anunciando o acordo bipartidário sobre uma resolução conjunta para autorizar o uso de forças armadas dos Estados Unidos contra o Iraque – 2 de outubro de 2002

O dia 02 de outubro de 2002 pareceu marcar um momento singular na agenda da Política Externa dos Estados Unidos. Isso porque, nesse dia foi anunciado um acordo bipartidário com vistas a autorizar o uso das Forças Armadas dos Estados Unidos contra o Iraque. Os dois partidos dominantes do Congresso americano, cujos objetivos, valores e agendas destoam vigorosamente ao longo da história chegaram a um acordo comum, e esse acordo, de acordo com Bush “[...] is clear, and it is strong.” (BUSH, 2002c, s.p.)<sup>99</sup> E como esse feito foi alcançado? De acordo com Bush, havia um inimigo maior que qualquer tipo de discordância ideológica. Face a seu perigo iminente, os Estados Unidos, como um todo, mostrar-se-iam irredutíveis e determinados.

<sup>98</sup> Devemos defender nossa segurança e os direitos permanentes e as esperanças da humanidade. Por herança e por opção, os Estados Unidos da América farão isso. E, delegados das Nações Unidas, vocês têm o poder de fazer isso também.” (BUSH, 2002b, s.p.)

<sup>99</sup> “[...] é clara, e é forte.” (BUSH, 2002c, s.p., tradução nossa).

Aos olhos desses Estados Unidos havia um Iraque que desafiara as demandas do baluarte da ordem internacional, a ONU. E a declaração bipartidária ali estava para mostrar para o Iraque que o cumprimento do eu fora solicitado pela ONU era o único caminho a ser seguido. E, além disso, Bush fez um *ultimatum*: seria necessário realizar essa escolha o mais rápido possível. O “[...] time remaining for that choice is limited.” (BUSH, 2002c, s.p.)<sup>100</sup>

Caso o Iraque permanecesse no caminho da ilegalidade, medidas urgentes deveriam ser tomadas. Caso contrário, assim como a história já havia contado a todos, as consequências seriam desastrosas. De modo a ilustrar seu argumento, Bush listou alguns dos feitos reprováveis do regime governante desse país:

It has waged a war against its neighbors. It has sponsored and sheltered terrorists. It has developed weapons of mass death. It has used them against innocent men, women, and children. We know the designs of the Iraqi regime. In defiance of pledges to the U.N., it has stockpiled biological and chemical weapons. It is rebuilding the facilities used to make those weapons. U.N. inspectors believe that Iraq could have produced enough biological and chemical agent to kill millions of people. The regime has the scientists and facilities to build nuclear weapons and is seeking the materials needed to do so. (BUSH, 2002c, s.p.)<sup>101</sup>

Assim, de acordo com Bush, os métodos de ação desse Iraque eram conhecidos há muito. Sua ameaça não se limitava às suas mulheres, crianças e homens. Além disso, seu envolvimento com ADMs crescia perigosamente. Seus vizinhos conheciam os efeitos de suas ações. E, mais que isso, qualquer forma de lei era mantida fora de seus limites territoriais. Prevalencia, nesse país, a lei da selva. (BUSH, 2002c, s.p.)

Nesse anúncio Bush também demonstrou que os métodos do regime que governava o Iraque eram amplamente conhecidos.

We also know the nature of Iraq's dictator. On his orders, opponents have been decapitated and their heads displayed outside their homes. Women have been systematically raped as a method of intimidation. Political prisoners are made to watch their own children being tortured. The dictator is a student of Stalin, using murder as a tool of terror and control within his own cabinet, within his own army, even within his own family. We will not leave the future of peace and the security of America in the hands of this cruel and dangerous man. (BUSH, 2002c, s.p.)<sup>102</sup>

---

<sup>100</sup> “[...] tempo restante para essa escolha é limitado.” (BUSH, 2002c, s.p., tradução nossa)

<sup>101</sup> “[...] travou uma guerra contra seus vizinhos. Ele patrocinou e abrigou terroristas. Desenvolveu Armas de Destruição em Massa. Ele as utilizou contra homens, mulheres e crianças inocentes. Conhecemos os projetos do regime iraquiano. Em desafio às promessas da ONU, ele armazenou armas biológicas e químicas. Ele está reconstruindo as instalações usadas para fabricar essas armas. Os inspetores da ONU acreditam que o Iraque poderia ter produzido agente biológico e químico suficiente para matar milhões de pessoas. O regime tem os cientistas e instalações para construir armas nucleares e está buscando os materiais necessários para fazê-lo.” (BUSH, 2002c, s.p., tradução nossa)

<sup>102</sup> Também conhecemos a natureza do ditador iraquiano. Sob suas ordens, os oponentes foram decapitados e suas cabeças foram expostas fora de suas casas. As mulheres foram violadas sistematicamente como um método de intimidação. Prisioneiros políticos são obrigados a assistir seus próprios filhos sendo torturados. O ditador é um estudante de Stalin, usando o assassinato como uma ferramenta de terror e controle dentro de seu próprio

Essas características confirmavam a convicção republicana de 2000, de um Iraque cujo regime representava o ápice da falha do projeto republicano. Seu governante, Saddam Hussein, lidava com qualquer tipo de oposição por meio de intimidações tortuosas. Estupros desumanizavam suas mulheres e torturas abalavam infâncias. O Iraque era governado por alguém que se assemelhava a um inimigo que assombrara os Estados Unidos durante boa parte do século XX: Joseph Stalin. E, assim como os Estados Unidos haviam lidado com seu “inimigo soviético”, mais uma vez, o futuro da paz e da segurança dos Estados Unidos seria garantido por meio da retirada do poder de Saddam Hussein, que comandava um regime cruel e perigoso.

É importante ressaltar que, conforme vimos em outros discursos de Bush, mais uma vez foi nesse documento destacado que o desejo de conflito militar não era inerente aos valores dos Estados Unidos. Historicamente esse país já conhecia as mazelas da Guerra. A opção pelo uso de forças armadas resultava da necessidade de resguardar a justiça e a segurança. Por isso, afirmou Bush, “Saddam must disarm—period. If, however, he chooses to do otherwise, if he persists in his defiance, the use of force may become unavoidable.” (BUSH, 2002c, s.p.)<sup>103</sup> Tratava-se, assim, nas palavras de Bush, de um dever, não de uma incursão impensada e desnecessária.

Assim, naquele momento, a união bipartidária do Congresso reafirmou e assegurou um dever há muito preservado pelos Estados Unidos. Uma responsabilidade foi aceita e, em seu nome, não apenas os interesses do povo americano e de seu governo seriam satisfeitos. Mais que isso, autorizar o uso das Forças Armadas dos Estados Unidos no Iraque representava o aceite de uma responsabilidade e o cumprimento do papel de liderança dos Estados Unidos. Somente assim, seria possível servir também

[...] the interests and the hopes of the Iraqi people. They are a great and gifted people, with an ancient and admirable culture, and they would not choose to be ruled by violence and terror. The people of Iraq are the daily victims of Saddam Hussein's oppression. They will be the first to benefit when the world's demands are met. Americans believe all men and women deserve to be free. (BUSH, 2002c, s.p.)<sup>104</sup>

---

gabinete, dentro de seu próprio exército, e até mesmo dentro de sua própria família. Não deixaremos o futuro da paz e a segurança da América nas mãos desse homem cruel e perigoso. (BUSH, 2002c, s.p., tradução nossa)

<sup>103</sup> “Saddam deve desarmar-se – ponto. Se, caso contrário, ele faça outra escolha, se ele persistir com suas provocações, o uso da força deve tornar-se inevitável.” (BUSH, 2002c, s.p., tradução nossa)

<sup>104</sup> [...] os interesses e as esperanças do povo iraquiano. Eles são um povo grandioso e talentoso, com uma cultura antiga e admirável, e eles não escolheriam ser governados pela violência e pelo terror. O povo iraquiano é diariamente vítima da opressão de Saddam Hussein. Eles serão os primeiros a se beneficiar quando as demandas mundiais forem atendidas. Os americanos acreditam que todos os homens e mulheres merecem ser livres (BUSH, 2002c, s.p., tradução nossa)

Por meio desse documento, é possível perceber que, ao olharem para o Iraque, os Estados Unidos faziam uma divisão entre seu povo (admirável, culto e talentoso) e seu governo (violento, opressor e terrorista). Para que o primeiro fosse preservado, o segundo deveria parar de existir. E, para isso, um convite foi feito a outras nações de modo que um trabalho conjunto fosse feito e um governo justo e unificado fosse garantido ao povo iraquiano. Por meio dessa ação conjunta, os Estados Unidos, investidos líderes, ajudariam a “[...] rebuild a liberated Iraq.” (BUSH, 2002c, s.p.)<sup>105</sup>

Nesse documento, mais uma vez foi reforçada a imagem de um Iraque intimamente ligado ao terrorismo por meio de um regime corrupto, violento e opressor. A permanência desse Estado nesses moldes representava, para os Estados Unidos e, para a humanidade, um perigo letal. Mais uma vez, um convite para ação foi feito, e dessa vez foi sublinhado que enfrentamentos físicos se aproximavam cada vez mais. O Iraque era visto como um regime fora da lei, mantenedor de redes terroristas, comandado por um ditador que oprimia mulheres, sufocava qualquer tipo de oposição e desrespeitava a sacralidade da infância. Tratava-se de um Estado terrorista que, ao lado de células terroristas, compunha uma das faces do mal. (BUSH, 2002c, s.p.)

#### 2.4.4 Address to the Nation on Iraq From Cincinnati, Ohio – October 7, 2002

##### Discurso à Nação sobre Iraque em Cincinnati, Ohio – 7 de outubro de 2002

Em outubro de 2002, George W. Bush proferiu, em Cincinnati, um discurso cujo objeto central era a ameaça identificada no Iraque. Ameaça essa capaz de atingir os Estados Unidos e o mundo por meio de um regime munido de um “[...] arsenal of terror.” (BUSH, 2002d, s.p.)<sup>106</sup> e cuja história foi descrita como permeada pela violência. O conteúdo do discurso de Bush trouxe uma argumentação pautada na lógica e na historicidade. Bush informou a sua audiência que, ao olhar para trás era possível que todos traçassem um perfil do Iraque e de sua potencialidade destrutiva. Isso porque

Eleven years ago, as a condition for ending the Persian Gulf war, the Iraqi regime was required to destroy its weapons of mass destruction, to cease all development of such weapons, and to stop all support for terrorist groups. The Iraqi regime has violated all of those obligations. (BUSH, 2002d, s.p.)<sup>107</sup>

<sup>105</sup> “[...] reconstruir um Iraque liberado.” (BUSH, 2002c, s.p., tradução nossa)

<sup>106</sup> “[...] arsenal de terror.” (BUSH, 2002d, s.p., tradução nossa)

<sup>107</sup> “Onze anos atrás, como condição para acabar com a guerra do Golfo Pérsico, o regime iraquiano foi obrigado a destruir suas Armas de Destruição em Massa, a cessar todo o desenvolvimento dessas armas e a impedir todo o apoio a grupos terroristas. O regime iraquiano violou todas essas obrigações. (BUSH, 2002d, s.p., tradução nossa)

Ao ressaltar que o Iraque ignorava e violava seus compromissos internacionais, Bush garantiu que esse país possuía e produzia armas químicas e biológicas. Pior ainda, de acordo com Bush, o Iraque estava em vias de desenvolver armamentos nucleares. Adicionalmente, outros agravantes foram sublinhados: o regime iraquiano abrigava o terrorismo e, conseqüentemente, praticava o terror com seu próprio povo. De acordo com Bush, essas informações não eram tão inusitadas como muitos poderiam crer. Isso porque “The entire world has witnessed Iraq's 11-year history of defiance, deception, and bad faith.” (BUSH, 2002d, s.p.)<sup>108</sup>.

Mesmo em um cenário de tantas certezas, o pronunciamento de Bush também se dedicou a justificar o porquê de um olhar tão interessado no Iraque. Afinal, o que diferenciava esse país de outros que também possuíam armamentos consideráveis? Para Bush (2002d, s.p.),

Iraq's weapons of mass destruction are controlled by a murderous tyrant who has already used chemical weapons to kill thousands of people. This same tyrant has tried to dominate the Middle East, has invaded and brutally occupied a small neighbor, has struck other nations without warning, and holds an unrelenting hostility toward the United States. By its past and present actions, by its technological capabilities, by the merciless nature of its regime, Iraq is unique.<sup>109</sup>

Em outras palavras, o Iraque representava a ameaça mais séria de sua era para os Estados Unidos. Isso porque o país reunia inúmeras características reprováveis. O perigo oferecido pelo Iraque era considerado crescente e seus métodos eram antigos conhecidos. Não fazia sentido, de acordo com Bush, esperar por um cenário insustentável para que os Estados Unidos agissem. Isso porque, segundo o então Presidente, as provas de um perigo iraquiano real e iminente eram irrefutáveis. A certeza permeou o discurso de Bush:

**We know** that Iraq and the Al Qaida terrorist network share a common enemy—the United States of America. **We know** that Iraq and Al Qaida have had high-level contacts that go back a decade. Some Al Qaida leaders who fled Afghanistan went to Iraq [...] **We've learned** that Iraq has trained Al Qaida members in bombmaking poisons and deadly gases. And **we know** that after September the 11th, Saddam Hussein's regime gleefully celebrated the terrorist attacks on America. Iraq could decide on any given day to provide a biological or chemical weapon to a terrorist group or individual terrorists. (BUSH, 2002d, s.p., grifo nosso)<sup>110</sup>

<sup>108</sup> O mundo inteiro testemunhou os 11 anos de história de provocação, de decepção e de má fé do Iraque” (BUSH, 2002d, s.p., tradução nossa)

<sup>109</sup> “As Armas de Destruição em Massa do Iraque são controladas por um tirano assassino que já usou armas químicas para matar milhares de pessoas. Este mesmo tirano tentou dominar o Oriente Médio, invadiu e brutalmente ocupou um pequeno vizinho, atingiu outras nações sem aviso prévio e mantém uma hostilidade implacável em relação aos Estados Unidos. Por suas ações passadas e presentes, pelas suas capacidades tecnológicas, pela natureza impiedosa de seu regime, o Iraque é único.” (BUSH, 2002d, s.p., tradução nossa)

<sup>110</sup> “**Nós** sabemos que o Iraque e a rede terrorista *al Qaeda* compartilham um inimigo comum - os Estados Unidos da América. Sabemos que o Iraque e *al Qaeda* mantiveram contatos de alto nível que remontam a uma década. Alguns líderes da Al Qaeda que fugiram do Afeganistão foram para o Iraque. [...] **Nós** descobrimos que o Iraque treinou membros da *al Qaeda* para confeccionar venenos, bombas e gases mortais. E **nós** sabemos que

À primeira vista, percebemos que essas certezas não provinham apenas do emissor do discurso. Pelo contrário, o senso de comunidade foi, por meio de suas palavras, expresso. O “Nós” de tudo estava ciente, o “Nós” trazia consigo a verdade e, o “Nós” estava pronto para reagir. Ademais, conforme o próprio Bush ressaltou em pronunciamentos anteriores (e aqui trazidos), os Estados Unidos haviam se comprometido, historicamente, com a defesa da liberdade humana. Por meio de suas ações, afirmou, havia sido possível fortalecer e levar esperança a outros. Assim, foi ressaltado que Estados Unidos não tinham a opção de fugir de suas responsabilidades, afinal, “We did not ask for this present challenge, but we accept it.” (BUSH, 2002d, s.p.)<sup>111</sup>. O mal, bem como a oportunidade de promover um mundo melhor, pareciam estar à espreita.

No que diz respeito ao delineamento de uma necessidade de ação, uma realidade que não poderia ser ignorada possuía destaque. A evidência do perigo era considerada clara. Por isso, afirmou Bush, “[...] we cannot wait for the final proof, the smoking gun, that could come in the form of a mushroom cloud.” (BUSH, 2002d, s.p.)<sup>112</sup>. Isso porque, “[...] the longer we wait, the stronger and bolder Saddam Hussein will become.” (BUSH, 2002d, s.p.)<sup>113</sup> Assim, é razoável admitir que a ideia de conhecimento dado e inquestionável foi repassada por Bush. O mundo inteiro era testemunha das mazelas trazidas pelo Iraque, de sua postura reprovável e, mais que isso, o mundo inteiro almejava o fim dessa situação.

Exemplo disso foi o lembrete feito acerca da união singular do Congresso americano em prol do bem maior. Face a uma ameaça que deveria ser contida, desarmada e derrubada, até mesmo partidos políticos cujas ideologias divergiam haviam se unido. “**We agree** that the Iraqi dictator must not be permitted to threaten America and the world with horrible poisons and diseases and gases and atomic weapons. Since **we all agree** on this goal, the issue is: How can we best achieve it?” (BUSH, 2002d, s.p., grifo nosso)<sup>114</sup> O “Nós” parecia, mais do que nunca, estar em sintonia. Um passo importante fora dado e, por isso, era preciso, a partir daquele momento, pensar nas próximas etapas.

---

depois do 11 de setembro o regime de Saddam Hussein alegremente celebrou os ataques terroristas contra a América. O Iraque poderia optar por fornecer, a qualquer momento, uma arma biológica ou química a um grupo terrorista ou a terroristas individuais. (BUSH, 2002d, s.p., grifo nosso, tradução nossa)

<sup>111</sup> “Nós não pedimos pelo desafio presente, mas nós o aceitamos.” (BUSH, 2002d, s.p., tradução nossa)

<sup>112</sup> “[...] não podemos esperar pela prova final, pela arma fumegante, que poderia vir na forma de uma nuvem de cogumelos”. (BUSH, 2002d, s.p., tradução nossa).

<sup>113</sup> “[...] quanto mais aguardarmos, mais forte e mais ousado Saddam Hussein se tornará.” (BUSH, 2002d, s.p., tradução nossa)

<sup>114</sup> “Concordamos que o ditador iraquiano não deve ser autorizado a ameaçar a América e o mundo com venenos horríveis e doenças e armas atômicas. Uma vez que **todos concordamos** com esse objetivo, a questão é: como podemos alcançá-lo melhor?” (BUSH, 2002d, s.p., grifo nosso, tradução nossa)



Vale ressaltar que, em vários momentos, Bush afirmou que seria possível ao regime iraquiano evitar conflitos. Porém, para isso, seria necessário que sua natureza fosse transformada. E, apesar dessa possibilidade e do desejo dos Estados Unidos de que um caminho pacífico fosse tomado, “Unfortunately, at least so far, **we** have little reason to expect it.” (BUSH, 2002d, s.p., grifo nosso)<sup>115</sup>

#### 2.4.5 The National Security Strategy of the United States of America – September 2002

##### A Estratégia Nacional de Segurança dos Estados Unidos da América – setembro de 2002

Em setembro de 2002, Bush anunciou, em West Point<sup>116</sup>, a substituição da estratégia de defesa dos Estados Unidos. Até aquele momento, a estratégia de defesa do país era pautada nas práticas de dissuasão e contenção – que marcaram o período da Guerra Fria. (PECEQUILO, 2003, p. 3). A partir daquele momento, o novo documento propôs uma estratégia voltada para ataques preventivos contra grupos considerados terroristas e contra países considerados hostis. (RICKS, 2006). Não era considerado plausível deixar que “[...] our enemies strike first.” (NSSUSA, 2002, p. 15)<sup>117</sup>. Por isso, fez-se saber que “Our immediate focus will be those terrorist organizations of global reach and any terrorist or state sponsor of terrorism which attempts to gain or use weapons of mass destruction (WMD) or their precursors.” (NSSUSA, 2002, p. 6)<sup>118</sup>.

A partir daquele momento uma nova postura foi anunciada. Nela, buscar-se-ia aporte em um internacionalismo que prezava pela união de dois fatores: os valores e os interesses nacionais estadunidenses. (NSSUSA, 2002, p. 1). Para tanto, nesse documento, o argumento central de que os Estados Unidos possuíam uma força ímpar que se via ameaçada. Isso porque, historicamente, os Estados Unidos haviam proporcionado a paz em regiões estratégicas vitais em todo o mundo e, naquele momento, novas ameaças e inimigos emergiam. Por isso, era necessário, de acordo com a NSSUSA (2002) repaginar a estratégia de ação estadunidense.

Na Estratégia Nacional de Segurança dos Estados Unidos foi afirmado que haveria um empenho incessante de modo a reunir apoio internacional; mas que, se necessário, os Estados

<sup>115</sup> “Infelizmente, pelo menos até agora, **nós** temos poucas razões para esperar por isso.” (BUSH, 2002d, s.p., grifo nosso, tradução nossa)

<sup>116</sup> Academia Militar dos Estados Unidos, também conhecida como West Point.

<sup>117</sup> “[...] nossos inimigos ataquem primeiro.” (NSSUSA, 2002, p. 15, tradução nossa)

<sup>118</sup> “Nosso foco imediato será concentrado em organizações terroristas de alcance global e em qualquer terrorista ou Estado patrocinador de terrorismo que tente obter ou usar Armas de Destruição em Massa (ADM)s ou seus precursores” (NSSUSA, 2002, p.6, tradução nossa).

Unidos não hesitariam em agirem sozinhos para exercerem o direito de autodefesa, agindo de forma preventiva contra os terroristas e países hostis. (DUPAS, 2003). Isso porque, “Defending our Nation against its *enemies* is the first and fundamental commitment of the Federal Government.” (NSSUSA, 2002, p. I)<sup>119</sup> Promover-se-iam, assim, as bases de uma guerra preventiva. Por isso,

[...] as a matter of common sense and self-defense, America will act against such emerging threats before they are fully formed. We cannot defend America and our friends by hoping for the best. So we must be prepared to defeat our enemies’ plans, using the best intelligence and proceeding with deliberation. (NSSUSA, 2002, p. II)<sup>120</sup>

Como demonstra Moniz Bandeira (2009) foram esses o momento e o meio que o governo encontrou para cumprir uma pendência da Segunda Guerra do Golfo: retirar Saddam Hussein do poder. Para tanto, no documento foi reiterado que os Estados Unidos possuíam força e influência sem precedentes e que sua atuação, baseada nos princípios de liberdade, de democracia e na fé, traziam consigo responsabilidades e oportunidades inigualáveis e inadiáveis. Afinal, [...] the United States enjoys a position of unparalleled military strength and great economic and political influence. (NSSUSA, 2002, p. I)<sup>121</sup>. Porém, pressões e vantagens unilaterais não eram buscadas (NSSUSA, 2002, p. I) e, por isso, as metas elencadas de modo a alcançar o progresso eram: preservar as liberdades política e econômica, promover a manutenção de relações internacionais pacíficas, defender o respeito pela dignidade humana, evitar ameaças com ADMs, fortalecer alianças de modo a eliminar o terrorismo global, entre outras. (NSSUSA, 2002, p.1).

De acordo com o documento, havia sido necessária quase uma década para que a natureza das novas ameaças fosse conhecida a fundo. (NSSUSA, 2002, p. 15) Essas novas ameaças foram caracterizadas como mortais (*deadly*) e tinham origem em terroristas e Estados denominados *rogue states*. Assim, um apelo foi feito: “We must be prepared to stop rogue states and their terrorist clients before they are able to threaten or use weapons of mass destruction against the United States and our allies and friends.” (NSSUSA, 2002, p. 14)<sup>122</sup>

<sup>119</sup> "Defender nossa Nação contra seus inimigos é o primeiro compromisso fundamental do Governo Federal" (NSSE, 2002, p. I, tradução nossa).

<sup>120</sup> [...] como uma questão de bom senso e de autodefesa, a América irá agir contra tais ameaças emergentes antes delas estarem totalmente formadas. Não podemos defender a América e os nossos amigos apenas esperando pelo melhor. Portanto, devemos estar preparados para derrotar os planos dos nossos inimigos, usando a melhor inteligência e procedendo deliberadamente. (NSSUSA, 2002, p. II, tradução nossa)

<sup>121</sup> [...] os Estados Unidos gozam de uma posição de força militar sem igual e de uma grande influência econômica e política. (NSSUSA, 2002, p. I, tradução nossa).

<sup>122</sup> "Devemos estar preparados para parar Estados párias e seus clientes terroristas antes que eles possam ameaçar ou usar Armas de Destruição em Massa contra os Estados Unidos e nossos aliados e amigos" (NSSUSA, 2002, p. 14, tradução nossa).

E, de modo a legitimar as representações do(s) inimigo(s), a Estratégia de Segurança Nacional de 2002 trouxe uma definição do que seriam *Rogue States*:

These states: • brutalize their own people and squander their national resources for the personal gain of the rulers; • display no regard for international law, threaten their neighbors, and callously violate international treaties to which they are party; • are determined to acquire weapons of mass destruction, along with other advanced military technology, to be used as threats or offensively to achieve the aggressive designs of these regimes; • sponsor terrorism around the globe; and • reject basic human values and hate the United States and everything for which it stands. (NSSUSA, 2002, p. 13-14)<sup>123</sup>

Percebemos, desse modo, que o inimigo sob a forma de *rogue state* era aquele capaz de utilizar ADMs como instrumentos de intimidação e de agressão contra seus nacionais, seus vizinhos e países como os Estados Unidos, cujos valores eram encarados com desprezo. Assim, a Estratégia de Segurança Nacional reforçou a ideia muitas vezes ecoada pela Casa Branca de que, historicamente, o mundo estava dividido entre uma luta na qual liberdade e igualdade se opunham a visões destrutivas e totalitárias. (NSSUSA, 2002, p. 1).

Além disso, foi sublinhado que os Estados Unidos se viam, naquele momento, ameaçados por Estados falidos: “America is now threatened less by conquering states than we are by failing ones.” (NSSUSA, 2002, p.1)<sup>124</sup>. Desse modo, reforçou-se que, caso necessário, empreender-se-ia uma luta em nome da defesa do modo de vida americano e de seus valores americanos. E, assim como no discurso de Bush (2001c), repetiu-se que a liberdade e o medo estavam em guerra e que o desfecho desse conflito não seria fácil e muito menos previsível.

Travar-se-ia, assim, uma luta contra o terrorismo global, contra as ADMs e contra *rogue states*. Luta esta distinta de qualquer outra guerra que precedeu esse momento, uma vez que seria travada em muitas frentes, contra um inimigo particularmente intangível, por um período de tempo indeterminado. O progresso viria, assim, por meio da persistência e do acúmulo, (às vezes visível, às vezes invisível) de sucessos. (NSSUSA, 2002).

Fez-se saber também que desde a Guerra do Golfo, empreendida em 1991, “we acquired irrefutable proof that Iraq’s designs were not limited to the chemical weapons it had used against Iran and its own people, but also extended to the acquisition of nuclear weapons

<sup>123</sup> Estes Estados: • brutalizam seu próprio povo e desperdiçam seus recursos nacionais para o ganho pessoal dos governantes; • não mostram respeito pelo direito internacional, ameaçam seus vizinhos e violam gravemente os tratados internacionais dos quais são parte; • estão determinados a adquirir Armas de Destruição em Massa, juntamente com outras tecnologias militares avançadas, para serem utilizados como ameaças ou ofensivas para manter seus modelos agressivos; • patrocinam o terrorismo em todo o mundo; E • rejeitam os valores humanos básicos e odiar os Estados Unidos e tudo o que ele representa. (NSSUSA, 2002, p. 13-14, tradução nossa)

<sup>124</sup> “A América é hoje menos ameaçada por Estados conquistadores do que por Estados falidos” (NSSUSA, 2002, p. 1, tradução nossa).

and biological agents.” (NSSE, 2002, p. 14)<sup>125</sup>. Assim, o Iraque preenchia requisitos elencados de uma *check-list* que definia o que era ser um *Rogue State*.

## 2.5 2003

O ano de 2003 representou, para o Iraque e para a Política Externa dos Estados Unidos, o momento em que o discurso se converteu em materialidade. Já em janeiro daquele ano Bush delineou as justificativas da invasão do Iraque que ocorreria dali a dois meses. Em março, por sua vez, foi lançada a Operação Liberdade Iraquiana, sob a égide de uma GGT que estava sendo empreendida desde 2001 no Afeganistão. Em abril, por sua vez, o sucesso do empreendimento estadunidense foi anunciado e um novo momento foi vislumbrado.

Deste modo, a imagem dos Estados Unidos como superpotência foi reafirmada. Ademais, reiterou-se sua primazia no setor militar e sua tradição no campo da segurança. Assim, os Estados Unidos assumiriam o papel tão enaltecido por Bush de porta-voz da humanidade. O “mundo civilizado”, bem como sua democracia, sua liberdade e seu livre mercado seriam, então, protegidos.

Como veremos nos três discursos analisados nas próximas subseções, a ação armada no Iraque proporcionou aos Estados Unidos, militarmente superiores, uma vitória rápida – a ocupação ocorreu em menos de um mês. O governante, Saddam Hussein, não foi capturado de imediato – tendo sido encontrado apenas em dezembro do mesmo ano. Por outro lado, seu regime de 24 anos foi derrubado. (BLIX, 2004). Assim sendo, ademais da eliminação de centros de comando iraquianos, seu efetivo militar foi desmoralizado. Além disso, é possível perceber que nesse ano, exaltou-se a clareza dos objetivos dos Estados Unidos e as benesses de sua intervenção militar. O fim da brutalidade foi anunciado e, em seu lugar, a liberdade esperava pelo grandioso e talentoso povo iraquiano. (BUSH, 2003c, s.p.)

---

<sup>125</sup> "Conseguimos provas irrefutáveis de que os projetos do Iraque não se limitaram às armas químicas que usaram contra o Irã e seu próprio povo, mas também se estenderam à aquisição de armas nucleares e agentes biológicos" (NSSE, 2002, p.14, tradução nossa).

2.5.1 Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union – January 28, 2003

Discurso antes da sessão conjunta do Congresso sobre o Estado da União – 28 de janeiro de 2003

Em janeiro de 2003, o então Presidente George W. Bush realizou discurso anual ao Congresso acerca do estado da União. No que diz respeito à agenda de Política Externa, em suas primeiras palavras já é perceptível o tom de preocupação acerca dos desafios enfrentados pelos Estados Unidos. Desafios esses que, de acordo com Bush, não poderiam ser ignorados. Empreendimentos inacabados tampouco seriam aceitos.

Os anos do governo de Bush foram descritos, nesse pronunciamento, como muito intensos. De acordo com ele "There's never a day when I do not learn of another threat or receive reports of operations in progress or give an order in this global war against a scattered network of killers. The war goes on, and we are winning." (BUSH, 2003a, s.p.)<sup>126</sup> E, qualquer que fosse a duração ou a dificuldade no curso dessa guerra, Bush garantiu que "[...] we will not permit the triumph of violence in the affairs of men; free people will set the course of history." (BUSH, 2003a, s.p.)<sup>127</sup> Mais uma vez Bush informou a sua audiência que as ações dos Estados Unidos advinham de um chamado, aceito por eles de bom grado, em prol da segurança de seu povo e das esperanças de toda humanidade. (BUSH, 2003).

Para tanto, seria necessário lidar com cada ameaça por meio de diferentes estratégias. Nesse meio, notabilizava-se o caso do Iraque. De acordo com Bush (2003), tratava-se de um país que, havia 12 anos, violava e desprezava acordos acerca de um desarmamento proposto pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Ainda, de acordo com oficiais de inteligência dos Estados Unidos e de acordo com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) era estimado que

[...]Saddam Hussein had the materials to produce as much as 500 tons of sarin, mustard, and VX nerve agent. In such quantities, these chemical agents could also kill untold thousands. [...] He has given no evidence that he has destroyed them. (BUSH, 2003a, s.p.)<sup>128</sup>

<sup>126</sup> "Não há um dia sequer em que eu não descubra outra ameaça ou receba relatórios de operações em andamento ou dê uma ordem nessa guerra global contra uma rede dispersa de assassinos. A guerra continua e estamos ganhando" (BUSH, 2003a, s.p., tradução nossa).

<sup>127</sup> "[...] não permitiremos o triunfo da violência nos assuntos dos homens; as pessoas livres definirão o curso da história". (BUSH, 2003a, s.p., tradução nossa)

<sup>128</sup> [...] Saddam Hussein tinha os materiais para produzir até 500 toneladas de sarin, mostarda e agente nervoso VX. Em tais quantidades, esses agentes químicos também podem matar incontáveis milhares. [...] Ele não deu provas de que os tenha destruído. (BUSH, 2003a, s.p., tradução nossa)

Por isso, Bush sustentava uma atenção urgente *vis-à-vis* ao Iraque. Conforme suas palavras, esse país não estava promovendo nenhum tipo de desarmamento, mas, pelo contrário, agia de maneira desonrosa e traiçoeira.

From intelligence sources we know, for instance, that thousands of Iraqi security personnel are at work hiding documents and materials from the U.N. inspectors, sanitizing inspection sites, and monitoring the inspectors themselves. [...] Iraq is blocking U-2 surveillance flights requested by the United Nations. Iraqi intelligence officers are posing as the scientists inspectors are supposed to interview. [...] Intelligence sources indicate that Saddam Hussein has ordered that scientists who cooperate with U.N. inspectors in disarming Iraq will be killed, along with their families. (BUSH, 2003a, s.p.)<sup>129</sup>

Informações pareciam não faltar ao governo dos Estados Unidos. E, de acordo com esses dados, as ambições do regime iraquiano poderiam ter consequências mortíferas para o Oriente Médio e para o povo estadunidense. Bush também revelou, em seu discurso, que antes mesmo dos eventos de 11 de setembro, havia aqueles no governo dos Estados Unidos que vislumbravam a contenção do governo de Saddam Hussein. Porém, para ele, sua contenção não constituiria tarefa fácil. Mesmo assim, prometeu Bush, tudo o que estivesse ao alcance dos Estados Unidos seria feito de modo a eliminar o mal que se materializava no Iraque. Para isso, mais uma vez foi sublinhada a necessidade de uma guerra preemptiva. Não seria possível, nem sensato esperar pelo pior para poder agir. Isso porque “Trusting in the sanity and restraint of Saddam Hussein is not a strategy, and it is not an option.” (BUSH, 2003a, s.p.)<sup>130</sup>.

Nas palavras de Bush, doze anos de espera eram prova suficiente de que nenhuma transformação no regime iraquiano seria possível sem uma intervenção externa. Assim, uma espécie de *ultimatum* foi lançada por Bush: “We will consult. But let there be no misunderstanding: If Saddam Hussein does not fully disarm, for the safety of our people and for the peace of the world, we will lead a coalition to disarm him.” (BUSH, 2003a, s.p.)<sup>131</sup>

Do Iraque representado nesse discurso, somente era possível esperar pelo pior. Tratava-se de um país que prendia, estuprava, desfigurava e matava seus homens, mulheres e

<sup>129</sup> Com base em fontes de inteligência sabemos, por exemplo, que milhares de funcionários de segurança iraquianos estão trabalhando escondendo documentos e materiais dos inspetores da U.N., saneando locais de inspeção e monitorando os próprios inspetores. [...] O Iraque está bloqueando os voos de vigilância U-2 solicitados pelas Nações Unidas. Oficiais de inteligência iraquianos estão passando-se por cientistas que os inspetores deveriam entrevistar. [...] As fontes de inteligência indicam que Saddam Hussein ordenou que os cientistas que cooperarem com os inspetores da U.N. no desarmamento do Iraque serão mortos, juntamente com suas famílias. (BUSH, 2003a, s.p., tradução nossa)

<sup>130</sup> “Confiar na sanidade e no constrangimento de Saddam Hussein não é uma estratégia, e não é uma opção” (BUSH, 2003a, s.p., tradução nossa)

<sup>131</sup> “Vamos consultar. Mas não haja nenhum mal-entendido: se Saddam Hussein não se desarmar completamente, lideraremos uma coalizão para desarmá-lo em nome da segurança do nosso povo e da paz no mundo.” (BUSH, 2003a, s.p.)

crianças. Um país que gerava uma diáspora de seus habitantes e tornava-os refugiados internacionais. Um país que estava em vias de reunir armamentos altamente destrutivos. O Iraque foi, assim, concebido como um país regido pelo pior dos regimes. Nele imperavam o desprezo pela lei, o desrespeito pelos seus nacionais, a inverdade e planos nocivos à humanidade. Tratava-se de um país dominado pelo mal, mas que, com a ajuda dos Estados Unidos, poderia ser transformado e que, somente assim, possuiria um povo liberto, alimentado e curado.

### 2.5.2 Address to the Nation on Iraq – March 19, 2003

#### Discurso à Nação sobre o Iraque – 19 de março de 2003

Em 17 de março de 2003, Bush anunciou que os meios diplomáticos propostos pelos Estados Unidos ao Iraque haviam sido esgotados, que o CSNU havia sido reticente e que, então, de modo a evitar a instabilidade mundial, medidas militares seriam tomadas. Mantendo essa postura e “[...] como demonstração de boa vontade, deram um *ultimatum* de 48 horas [a Saddam Hussein].” *Ultimatum* esse não respondido (PECEQUILO, 2003, p. 3).

Assim, o momento para levar contramedidas adiante havia chegado. E, para tanto, os Estados Unidos alegaram legítima defesa. Deste modo, quaisquer medidas poderiam ser tomadas e suas consequências não poderiam acarretar em responsabilidade internacional. Isso porque se entendia, internamente, que existiam danos anteriormente verificados que constituíam agressão injusta e exigiam reação estatal imediata, “[...] necessária à preservação de pessoas e da dignidade do Estado.” (MAZZUOLI, 2012, p. 591). Assim, em 19 março de 2003, o George W. Bush ordenou o início das ofensivas militares no território iraquiano. O discurso se materializara.

Em seu pronunciamento, Bush destacou que naquele momento dava-se início ao desarmamento do Iraque, à liberação de seu povo e, principalmente, à defesa do mundo de um grande perigo. (BUSH, 2003b, s.p.) Nesse discurso também foi destacado que “[...] the peace of a troubled world and the hopes of an oppressed people [...]” (BUSH, 2003b, s.p.) dependiam da ação estadunidenses. Inimigos seriam confrontados e, nessa incursão, um povo seria liberto e conheceria o poder, a honra e a decência das forças armadas dos Estados Unidos. Para tanto, Bush prometeu que todos os esforços possíveis seriam feitos para que apenas o inimigo fosse atingido e que civis inocentes fossem poupados de quaisquer danos.

Além disso, Bush também direcionou parte de suas palavras ao povo iraquiano. De acordo com ele, “We come to Iraq with respect for its citizens, for their great civilization and

for the religious faiths they practice. We have no ambition in Iraq, except to remove a threat and restore control of that country to its own people.” (BUSH, 2003b, s.p.)<sup>132</sup>

É importante destacar a ideia trazida por Bush de que nenhuma ambição impulsionava as ações estadunidenses. De acordo com as palavras de Bush, esse conflito era iniciado com certa resistência. Porém, conforme afirmou Bush, seu propósito já havia sido delineado há muito. Era inadmissível permitir a continuidade de um regime for a da lei que ameaçava a paz e a estabilidade mundiais. Por isso, o exército, a força aérea e a marinha estadunidenses foram designados para eliminar a ameaça que tomava conta do Iraque. Afinal, “Now that conflict has come, the only way to limit its duration is to apply decisive force. And I assure you, this will not be a campaign of half measures, and we will accept no outcome but victory.” (BUSH, 2003b, s.p.)<sup>133</sup>

Então, sob as ordens de Bush, teve início a Operação Liberdade Iraquiana cuja estratégia principal era minar a capacidade de ação do regime de Saddam Hussein. A certeza de superação do mal pareceu estar mais próxima que nunca. O perigo à espreita há anos finalmente seria eliminado. Para isso, de acordo com Bush, a liberdade dos Estados Unidos seria defendida e, assim, outros também conheceriam a liberdade. Assim, O Iraque fora da lei, inimigo, que cometia atrocidades com homens mulheres e crianças inocentes parecia viver seus últimos momentos. O “Nós” adentrava, naquele dia, em seus limites e estava disposto a transformá-los. Assim, o “Nós” trazia consigo respeito pelos cidadãos iraquianos, pela sua cultura, pelas suas crenças e, principalmente, trazia o fim das atrocidades e promoveria, imediatamente, a liberdade.

### 2.5.3 Videotaped Remarks to the Iraqi People – April 10, 2003

#### Considerações filmadas para o povo iraquiano – 10 de abril de 2003

Menos de um mês após o início das ofensivas estadunidenses no Iraque já era possível perceber que, nos Estados Unidos, vislumbrava-se o fim de uma longa angústia. Em decorrência das ações estadunidenses e das forças de coalizão, localizadas em Baghdad, o regime iraquiano comandado por Saddam Hussein estava sendo removido do poder. Por isso, em abril de 2003 Bush pronunciou-se por meio de uma transmissão exibida na TV

<sup>132</sup> “Nós chegamos no Iraque com respeito pelos seus cidadãos, pela sua grande civilização e pelas religiões que eles praticam. Nós não temos nenhuma ambição no Iraque, exceto a de remover uma ameaça e restaurar o controle do país para seu próprio povo.” (BUSH, 2003b, s.p., tradução nossa)

<sup>133</sup> “Agora que o conflito chegou, a única maneira de limitar a sua duração é aplicar força decisiva. E garantivos, essa não será uma campanha de meias medidas, e nós não aceitaremos qualquer resultado, mas a vitória.” (BUSH, 2003b, s.p., tradução nossa)



iraquiana<sup>134</sup>. Em seu pronunciamento Bush mais uma vez prometeu que os esforços dos Estados Unidos e de seus aliados seriam contínuos até que toda a estrutura comandada por Saddam Hussein e apontada como corrupta fosse desmantelada. Assim, “[...] a long era of fear and cruelty [...]” (BUSH, 2003c, s.p.)<sup>135</sup>, estava em vias de conhecer o seu fim.

Para tanto, seriam levados a cabo objetivos descritos como claros, limitados e respeitosos. Conforme afirmou Bush,

We will end a brutal regime, whose aggression and weapons of mass destruction make it a unique threat to the world. Coalition forces will help maintain law and order so that Iraqis can live in security. We will respect your great religious traditions, whose principles of equality and compassion are essential to Iraq's future. We will help you build a peaceful and representative government that protects the rights of all citizens. And then our military forces will leave. Iraq will go forward as a unified, independent, and sovereign nation that has regained a respected place in the world. (BUSH, 2003c, s.p.)<sup>136</sup>

Desse modo, Bush argumentou que, por meio de ações sem precedentes, os Estados Unidos e seus aliados extirpariam o mal que dominava o Estado iraquiano e, ao fazê-lo, demonstrariam seu respeito, sua admiração e seu cuidado pelo povo do Iraque. Ademais, uma promessa foi feita: as forças militares deixariam o Iraque para que, finalmente, seu povo pudesse se autogerir. Assim,

your country will no longer be held captive to the will of a cruel dictator. You will be free—free to build a better life instead of building more palaces for Saddam and his sons, free to pursue economic prosperity without the hardship of economic sanctions, free to travel and free to speak your mind, free to join in the political affairs of Iraq. (BUSH, 2003c, s.p.)<sup>137</sup>

Consequentemente, ademais de trazerem a liberdade, os Estados Unidos de Bush também se comprometeram a estender suas mãos para os iraquianos necessitados, providenciando, de um lado, água, comida e medicamentos e, de outro, encarregando-se de poupar os civis inocentes das mazelas da guerra. O inimigo iraquiano se limitava a Saddam

<sup>134</sup> De acordo com o jornal The New York Times, essa transmissão foi feita de um avião EC-130E que, por sua vez, enviou o conteúdo para a rede de televisão estatal que havia sido confiscada por forças aliadas aos Estados Unidos. Para mais informações ver: <<http://www.nytimes.com/2003/04/11/world/nation-war-overview-april-10-2003-fall-northern-city-suicide-bombing-marines.html>>

<sup>135</sup> “[...] uma longa era de medo e crueldade[...]”. (BUSH, 2003c, s.p., tradução nossa)

<sup>136</sup> Vamos acabar com um regime brutal, cuja agressão e Armas de Destruição em Massa o tornam uma ameaça única para o mundo. As forças da coalizão ajudarão a manter a lei e a ordem para que os iraquianos possam viver em segurança. Respeitaremos suas grandes tradições religiosas, cujos princípios de igualdade e compaixão são essenciais para o futuro do Iraque. Nós o ajudaremos a construir um governo pacífico e representativo que proteja os direitos de todos os cidadãos. E então nossas forças militares vão sair. O Iraque avançará como uma nação unificada, independente e soberana que recuperou um lugar de respeito no mundo. (BUSH, 2003c, s.p., tradução nossa)

<sup>137</sup> “Seu país não será mais cativo da vontade de um ditador cruel. Vocês serão livres para construir uma vida melhor ao invés de construírem mais palácios para Saddam e seus filhos, livres para perseguir a prosperidade econômica sem as dificuldades das sanções econômicas, livres para viajar e livres para expressar o que vem da sua mente, livres para se juntar aos assuntos políticos do Iraque.” (BUSH, 2003c, s.p., tradução nossa)

Hussein e seu regime tirano. Seu povo, cultural, religiosa e etnicamente múltiplo (Curdos, Turcomanos, Yazidis, Xiitas, Sunitas, entre outros) não mais seria alvo das costumeiras perseguições.

Nesse breve pronunciamento de Bush é possível perceber a distinção entre dois Iraques. Havia, de um lado, uma versão degenerada, comandada por um tirano e por regime corrupto. Esse Iraque possuía ADMs capacidade e vontade de promover agressões. Tratava-se, assim, de um Iraque que representava uma ameaça inigualável ao mundo. De outro lado, porém, havia um Iraque a ser liberto que era constituído por um povo que merecia viver em liberdade, sem corrupção, sem tortura e com dignidade. Esse Iraque foi retratado como um baluarte singular cultural e religiosamente. Porém, esse segundo Iraque era incapaz de ultrapassar os obstáculos a ele impostos sozinho. Ele precisava do auxílio de um guia bem-sucedido e experiente. Esse Iraque não conseguiria chegar a lugar algum, ao menos em um primeiro momento, sem o auxílio de uma autoridade liberal, democrática e justa.

## 2.6 2004

Em 2004, mais uma vez George W. Bush lançou-se na corrida eleitoral de modo a ser nomeado como candidato à Presidência dos Estados Unidos pelo Partido Republicano. Assim como em 2000, Bush venceu seus adversários durante as primárias e, em 2 de setembro de 2004, sua candidatura foi oficializada. Por isso, é perceptível que nos três discursos analisados nessa seção, Bush volta seus olhares para os desafios e promessas cumpridas em seu primeiro mandato, bem como demonstra aspirações frente a possibilidade de um segundo mandato.

Assim, considero que os pronunciamentos de Bush são permeados pela preocupação em reforçar a necessidade de dar continuidade a empreendimentos já iniciados, como era o caso do Iraque. Por isso, conforme demonstro nas próximas subseções, a imagem de um Iraque em vias de transformação, mas ainda extremamente desafiador prevalece.

### 2.6.1 Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union – January 20, 2004

#### Pronunciamento sobre o estado da União antes da sessão conjunta do Congresso – 20 de janeiro de 2004

Em janeiro de 2004 Bush proferiu o discurso anual acerca do estado da União. É importante lembrar que esse era o último ano de seu mandato como presidente. Por isso, em

partes, seu pronunciamento se dedicou a recapitular o que até então fora feito. Ademais, percebemos, ainda que sutilmente, propostas de continuidade que, como hoje sabemos, delineavam o início de seu lançamento à reeleição presidencial pelo partido Republicano.

De acordo com Bush, muito já havia sido experimentado pelos Estados Unidos nos últimos três anos, porém, grandes responsabilidades ainda pediam por sua atenção. Marcadamente no que dizia respeito a suas ofensivas contra o “terror”, Bush ressaltou a continuidade da confrontação de regimes hostis que abrigavam e/ou davam suportes a grupos “terroristas”. Isso porque era necessário atentar-se a sua capacidade de abastecimento do terror por meio de armas biológicas, químicas e nucleares. Percebemos, assim, a continuidade da determinação do governo dos Estados Unidos de evitar, a qualquer custo, um encontro com o perigo.

No que dizia respeito ao Iraque, Bush frisou o fim do regime baathista de Saddam Hussein. O “The once all-powerful ruler of Iraq was found in a hole and now sits in a prison cell.” (BUSH, 2004a, s.p.)<sup>138</sup>. Por isso, de acordo com o então Presidente, em virtude do discernimento e da estratégia estadunidenses, era possível dizer, naquele momento, que o povo do Iraque fora liberto.

Porém, esse Iraque ainda precisava receber atenção e ajuda dos Estados Unidos. Isso porque, de acordo com Bush, ainda havia resquícios da ordem antiga sob a forma de apoiadores violentos de Saddam Hussein. (BUSH, 2004a, s.p.) Eram eles, “Men who ran away from our troops in battle are now dispersed and attack from the shadows. These killers, joined by foreign terrorists, are a serious, continuing danger. Yet we're making progress against them.” (BUSH, 2004a, s.p.)<sup>139</sup>

Assim, nesse pronunciamento outra promessa foi feita: a de que essas pessoas que ainda representavam uma ameaça para o novo e liberto Iraque seriam tratadas do mesmo modo que Saddam Hussein o foi. Percebemos, desse modo, que a transformação do Iraque proposta com tanto vigor em 2003 ainda estava em vias de efetivação. Tratava-se de um trabalho árduo, complexo e que, defendia Bush, merecia ter continuidade. Isso porque tratava-se também, nas palavras de Bush, do trabalho correto, uma vez que a “[...]America has always been willing to do what it takes for what is right.” (BUSH, 2004a, s.p.)<sup>140</sup>

---

<sup>138</sup> “anteriormente líder todo-poderoso do Iraque foi encontrado em um buraco e agora está sentado em uma cela de prisão.” (BUSH, 2004a, s.p., tradução nossa)

<sup>139</sup> “Homens que fugiram de nossas tropas na batalha e agora estão dispersos e atacam das sombras. Esses assassinos, acompanhados de terroristas estrangeiros representam um sério e contínuo perigo. Ainda estamos fazendo progressos contra eles.” (BUSH, 2004a, s.p., tradução nossa)

<sup>140</sup> “[...] A América sempre esteve disposta a fazer o que fosse preciso em prol do que é certo.” (BUSH, 2004a, s.p., tradução nossa)

De acordo com Bush, um novo Iraque estava sendo instaurado. Assim, “Month by month, Iraqis are assuming more responsibility for their own security and their own future.” (BUSH, 2004a, s.p.)<sup>141</sup>. Ademais, um trabalho conjunto estava sendo feito de modo a reformular a estrutura política desse país. Iraquianos, estadunidenses e representantes das Nações Unidas estavam se dedicando a preparar uma transição que daria aos iraquianos soberania plena para gerir seu país.

A missão e os novos desafios vislumbrados em 2000, no momento da campanha de Bush, pareciam ter conhecido seu destino. Isso porque, “For all who love freedom and peace, the world without Saddam Hussein's regime is a better and safer place.” (BUSH, 2004c, s.p.) Assim, de acordo com Bush, um plano divino estava sendo realizado, uma vez que “[...] God has planted in every human heart the desire to live in freedom, and even when that desire is crushed by tyranny for decades, it will rise again.” (BUSH, 2004a, s.p.)<sup>142</sup>

Nesse discurso percebemos que um Iraque em transformação foi representado. Seu povo há muito oprimido havia sido resgatado pelos Estados Unidos e por seus aliados. O regime de Saddam Hussein estava sendo desmantelado e o pior já havia passado, uma vez que seu líder estava aprisionado e não mais poderia perturbar as ordens regionais e internacional. Vemos, assim, um Iraque em transição que ainda conheceria algumas correções. Assim, de acordo com o pronunciamento de Bush, sob a tutela dos Estados Unidos e da ONU, o Iraque em breve, poderia se autogerir e, assim, tornar-se-ia um local mais digno, democrático, livre e menos ameaçador.

#### 2.6.2 Remarks on the Anniversary of Operation Iraqi Freedom – March 19, 2004

##### Comentários acerca do aniversário da Operação Liberdade Iraquiana – 19 de março de 2004

Um ano após o lançamento da Operação Liberdade Iraquiana, Bush discursou a uma audiência composta majoritariamente por embaixadores. Em seu pronunciamento, o então presidente frisou a capacidade de todos ali reunidos de reconhecer e de combater a ameaça representada pelo “terrorismo”. Exemplo disso era, que muitos dos países ali representados estiveram envolvidos na liberação do Iraque. (BUSH, 2003b, s.p.) Porém, para superar tal

<sup>141</sup> “Mês após mês, os iraquianos estão assumindo mais responsabilidades em prol de sua própria segurança e de seu próprio futuro.” (BUSH, 2004a, s.p., tradução nossa)

<sup>142</sup> “[...] Deus plantou em cada coração humano o desejo de viver em liberdade, e mesmo quando esse desejo é atingido pela tirania durante décadas, ele se erguerá novamente.” (BUSH, 2004a, s.p., tradução nossa)

mal, a união indivisível e decisiva seria necessária. Desse modo, a linha divisória que separava “[...] two visions of justice and the value of life.” (BUSH, 2004b, s.p.)<sup>143</sup> teria fim.

Por isso, Bush ressaltou que a chamada GGT não consistia em uma figura de linguagem. Muito pelo contrário, tratava-se, em suas palavras, de “[...] an inescapable calling of our generation.” (BUSH, 2004b, s.p.)<sup>144</sup>. E, de acordo com esse pronunciamento, esse chamado inevitável e urgente só havia sido, em partes, respondido. O mal a ser combatido ainda estava à espreita.

No que dizia respeito ao Iraque, Bush ressaltou que havia um ano os Estados Unidos estavam trabalhando diretamente em prol de sua liberação. Seu regime, considerado tirano, já havia sido extirpado. E isso, era, de acordo com Bush, uma boa coisa.

It is a good thing that years of illicit weapons development by the dictator have come to the end. It is a good thing that the Iraqi people are now receiving aid instead of suffering under sanctions. And it is a good thing that the men and women across the Middle East, looking to Iraq, are getting a glimpse of what life in a free country can be like. (BUSH, 2004b, s.p.)<sup>145</sup>

Bush anunciou, naquele dia, que o discurso e o desejo de anos acerca do Iraque haviam se materializado e “[...] it was the moment when years of demands and pledges turned to decisive action.” (BUSH, 2004b, s.p.)<sup>146</sup>. A liberdade prometida ao povo iraquiano, a garantia de segurança a todos os povos e a erosão do poder de Saddam Hussein haviam sido alcançados.

E, em relação àqueles que em algum momento discordaram do empreendimento estadunidense no Iraque, Bush fez saber que “Those differences belong to the past. All of us can now agree that the fall of the Iraqi dictator has removed a source of violence, aggression, and instability in the Middle East.” (BUSH, 2004b, s.p.)<sup>147</sup>. Assim, frente a uma campanha retratada como bem-sucedida, o pronunciamento de Bush destacou que, mesmo que face a discordâncias acerca do *modus operandi* utilizado, era certo que todas as nações possuíam um

---

<sup>143</sup> “[...] duas visões de justiça e do valor da vida.” (BUSH, 2004b, s.p., tradução nossa)

<sup>144</sup> “[...] um chamado inescapável à nossa geração.” (BUSH, 2004b, s.p., tradução nossa)

<sup>145</sup> É bom que os anos de desenvolvimento de armas ilícitas pelo ditador tenham chegado ao fim. É bom que o povo iraquiano esteja agora recebendo ajuda em vez de sofrer sob sanções. E é bom que os homens e as mulheres em todo o Oriente Médio, olhando para o Iraque, vislumbrem o que a vida em um país livre pode ser. (BUSH, 2004b, s.p., tradução nossa)

<sup>146</sup> “[...] era o momento no qual anos de demandas e pedidos se transformaram em uma ação decisiva.” (BUSH, 2004b, s.p., tradução nossa)

<sup>147</sup> “Essas diferenças pertencem, agora, ao passado. Todos nós podemos agora concordar que a queda do ditador iraquiano removeu a fonte da violência, da agressão e da instabilidade no Oriente Médio.” (BUSH, 2004b, s.p., tradução nossa)

desejo comum e inabalável, o de ver um “[...] free, successful, stable Iraq.” (BUSH, 2004b, s.p.)<sup>148</sup> E esse objetivo estava sendo, naquele momento, consolidado.

É possível destacar que, nesse discurso, o tom celebratório tomou conta de boa parte do argumento de Bush. Um regime que havia muito trazia preocupações para os Estados Unidos havia sido extirpado. Em seu lugar, surgia um Iraque pronto para ser redesenhado. Seu povo, finalmente, estava sendo apresentado à liberdade e a autogestão. Vislumbrava-se, assim, um Iraque livre, bem-sucedido e estável. Nesse momento, o Iraque constituía, então, um projeto em execução, um objeto promissor da Política Externa dos Estados Unidos e um local mais seguro que outrora.

### 2.6.3 Accepting the Presidential Nomination at the Republican National Convention in New York City – September 2, 2004

#### Aceitando a nomeação Presidencial na Convenção Nacional Republicana na cidade de Nova Iorque – 2 de setembro de 2004

Em 02 de setembro de 2004, George W. Bush aceitou, oficialmente, sua nomeação como candidato à Presidência dos Estados Unidos pelo partido Republicano. Em seu pronunciamento foram reforçadas as diretrizes já apresentadas em sua campanha dos anos 2000. Assim, Bush exaltou uma América cuja história era permeada pela expansão da liberdade e pela oposição a quaisquer posturas que desafiassem seus valores.

Tratava-se de um compromisso histórico que deveria ser preservado. “Our Nation's founding commitment is still our deepest commitment: In our world and here at home, we will extend the frontiers of freedom.” (BUSH, 2004c, s.p.)<sup>149</sup> As eleições que tomavam, então, formato, determinariam, de acordo com Bush, como os Estados Unidos continuariam a combater perigos contínuos representados pelo “terrorismo” e por Estados hostis.

De acordo com Bush, seu governo caracterizava-se pelo empreendimento de uma estratégia ofensiva e internacional, afinal “[...] we do not have to face them here at home.” (BUSH, 2004c, s.p.)<sup>150</sup>. Assim, Bush frisou que o trabalho iniciado em seu primeiro mandato deveria ter continuidade. Caso contrário, o avanço da liberdade no Oriente Médio poderia se ver ameaçado. Por isso, um segundo mandato seria importante, haja vista que somente assim

<sup>148</sup> “[...] Iraque livre, bem-sucedido e estável.” (BUSH, 2004b, s.p., tradução nossa)

<sup>149</sup> “O compromisso fundador de nossa nação ainda é nosso compromisso mais profundo: em nosso mundo e aqui, em casa, nós estenderemos as fronteiras da liberdade.” (BUSH, 2004c, s.p., tradução nossa)

<sup>150</sup> “[...] nós não devemos encará-los aqui em casa.” (BUSH, 2004c, s.p., tradução nossa)

“[...]freedom will bring a future of hope and the peace we all want. And we will prevail.” (BUSH, 2004c, s.p.)<sup>151</sup>

De acordo com Bush, o maior desafio enfrentado por seu primeiro governo foi o Iraque. Isso porque a hostilidade desse país era reconhecida. Ademais de promover agressões ao seu povo e aos seus vizinhos, o regime iraquiano enfrentado pelos Estados Unidos era um financiador do terror por meio da produção de ADMs. Por isso, durante seus 04 anos no poder, Bush havia se dedicado, junto a sua equipe, a eliminar o mal antes que sua expansão fosse irreversível.

Assim, “We went to the United Nations Security Council, which passed a unanimous resolution demanding the dictator disarm or face serious consequences. Leaders in the Middle East urged him to comply.” (BUSH, 2004c, s.p.)<sup>152</sup>. De acordo com Bush, a ação dos Estados Unidos nesse país recebeu todo o suporte necessário e era justificável. Afinal de contas, as oportunidades dadas ao regime de Saddam Hussein foram amplamente ignoradas. O Iraque foi invadido porque seu líder não “[...] meet his responsibilities to the civilized world. He again refused, and I faced the kind of decision that comes only to the Oval Office, a decision no President would ask for but must be prepared to make [...]” (BUSH, 2004c, s.p.)<sup>153</sup>

Devido a um regime que se negava a portar-se de modo civilizado, os Estados Unidos entraram em ação e invadiram o Iraque. Assim, de acordo com Bush, naquele momento um novo Iraque era percebido. Apesar da continuação de certos focos de violência, o novo Iraque já possuía um “[...] strong Prime Minister, a national council, and national elections are scheduled for January.” (BUSH, 2004c, s.p.)<sup>154</sup>.

Assim, percebemos que um dos objetivos que pautavam o anúncio da candidatura de Bush era o de dar continuidade à transformação do Iraque. Bush afirmou naquele contexto que não mais era necessário preocupar-se com uma ameaça semelhante a do 11 de setembro. A tarefa daquele momento era outra: fazer com que os Estados Unidos cumprissem sua promessa com o povo iraquiano. Para tanto, seus novos líderes seriam treinados, eleições

---

<sup>151</sup> “[...] a liberdade trará um futuro de esperança e a paz que nós queremos. E nós prevaleceremos.” (BUSH, 2004c, s.p., tradução nossa)

<sup>152</sup> Nós fomos ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, que aprovou uma resolução unânime exigindo que o ditador se desarmasse ou enfrentasse graves consequências. Líderes no Oriente Médio pediram que ele a cumprisse. (BUSH, 2004c, s.p., tradução nossa).

<sup>153</sup> “[...] cumpriu suas responsabilidades com o mundo civilizado. Ele recusou novamente, e eu enfrentei o tipo de decisão que vem apenas ao Salão Oval, uma decisão que nenhum presidente pediria por, mas que deveria estar preparado para tomar [...]” (BUSH, 2004c, s.p., tradução nossa)

<sup>154</sup> “[...] Primeiro Ministro forte, um Conselho Nacional, e eleições nacionais estão agendadas para janeiro.” (BUSH, 2004c, s.p., tradução nossa)

seriam organizadas e o caminho para a democracia, para a liberdade e para a estabilidade seria pavimentado.

Desse modo, percebemos nesse discurso a representação do Iraque como um projeto de civilização promovido pelos Estados Unidos. Não mais prevalecia a imagem de uma ameaça iminente, produtora de ADMs e financiadora do terrorismo. Pelo contrário, ao povo iraquiano estava sendo dada a oportunidade de conhecer o lado considerado correto, depois de muitos anos de sinuosidades. Tratava-se de um país ainda em fase de aprendizagem, mas cujo futuro era apresentado como promissor.

## 2.7 Considerações Preliminares

A análise dos discursos selecionados nesse capítulo tentou, na medida do possível, respeitar sua proposta de coerência interna. Desse modo, nos pronunciamentos de Bush e nos documentos que pautaram seu governo, foi privilegiado seu tom argumentativo que era baseado em uma lógica persuasiva que tentava atrair atenção para a natureza de seu objeto central. E, conforme foi exposto, o tema central de todos os pronunciamentos e documentos era o inimigo externo.

De acordo com o enfoque proposto nessa dissertação, esse inimigo era representado pelo Iraque. Um Iraque que era considerado não apenas uma ameaça aos Estados Unidos, mas também ao mundo em geral. Nesses discursos, prevaleceram divisões hierárquicas. De um lado estavam os Estados Unidos, apresentados como democráticos, livres, fortes, decentes, persistentes, seguros, sóbrios e responsáveis. De outro estava o Iraque, apresentado como a expressão máxima de inimigo.

Ao longo desse capítulo a representação do Iraque nos discursos de Política Externa dos Estados Unidos foi visitada cronologicamente. Assim, no que diz respeito aos anos 2000, percebemos um Iraque representado como um país que, historicamente, optava pela lei da selva, que pertencia à uma classe de *rogue states* e que constituía um projeto de República desperdiçada. Tratava-se de uma antítese do projeto americano vislumbrado para o novo século.

Em 2001, por sua vez, a imagem de um Iraque detentor de ADMs foi reforçada. Isso porque o país era regido por um governo que não se adaptava à democracia ocidental e, assim, merecia atenção especial. Em 2002, por sua vez, percebemos um Iraque representado de forma mais estridente e enfática. Nesse ano foram ressaltadas como suas características principais à imoralidade, o desrespeito à lei e a violência para com sua população, para com



seus vizinhos e para com o mundo. O Iraque figurava como país constituinte do eixo do mal que ameaçava a paz mundial, que abusava de sua população, que ignorava súplicas internacionais e que, por isso, escondia algum tipo de perigo do “mundo civilizado”.

Em 2003, face à eminência da Operação Liberdade Iraquiana, é possível perceber a representação não de um, mas de dois Iraques. De um lado, figurava um Iraque do qual era possível esperar apenas pelo pior. Tratava-se de um país que prendia, estuprava, desfigurava e matava seus homens, mulheres e crianças – um país comandado pelo pior dos regimes. Nele imperavam o desprezo pela lei, o desrespeito pelos seus nacionais, a inverdade e planos nocivos à humanidade. De outro, porém, havia um Iraque cuja história era inestimável, cujas culturas, crenças e população deveriam ser respeitados, admirados e protegidos.

Já em 2004, após o estabelecimento dos Estados Unidos no território iraquiano e face à erosão do regime de Saddam Hussein, percebemos a representação do Iraque como um projeto de civilização promovido pelos Estados Unidos. Não mais prevalecia a imagem de uma ameaça iminente, produtora de ADMs e financiadora do terrorismo. Pelo contrário, ao povo iraquiano estava sendo dada a oportunidade de conhecer o lado considerado correto depois de muitos anos de sinuosidades. Tratava-se, ainda de uma fase de aprendizagem, mas cujo futuro era apresentado como promissor.

Frente a essas afirmativas advindas do e/ou replicadas pelo Presidente dos Estados Unidos à época podemos pensar: por que a audiência não acreditaria em um líder eleito? Por que não acreditaria na pesquisa de seus subordinados e nos dados trazidos? Por que não se trataria da verdade? Aparentemente, não havia espaço para hesitações no discurso de Bush. Afinal, uma incursão incerta e onerosa estava em vias de ser organizada/efetuada. Ainda, devemos lembrar que essa incursão resultava, nas palavras de Bush, de uma dívida do governo dos Estados Unidos para com seu povo, para com sua segurança, para com a justiça. Além disso, o povo iraquiano, muitas vezes enaltecido nos pronunciamentos de Bush, não poderia vivenciar uma guerra irrelevante e muito menos permanecer sobre a opressão de um regime tirano. Não se tratavam, assim, de ameaças gratuitas, senão de promessas que buscavam transformações que a todos beneficiariam. Esse foi o caminho utilizado para conferir coerência aos discursos proferidos e à sua materialização em forma de enfrentamentos bélicos. Porém, como abordarei no próximo capítulo, esse mesmo foco de coerência pode ser utilizado para inverter a hierarquia estabelecida e, assim, deslocar significados apresentados como inquestionáveis e autoevidentes.

### 3 LEITURA DIALÓGICA: “IRAQ DID NOT HAVE THE WEAPONS THAT OUR INTELLIGENCE BELIEVE WERE THERE [BUT] I BELIEVE WE WERE RIGHT TO TAKE ACTION”

#### 3.1 Introdução

Durante o último ano do mandato de Bush, um dos grandes sustentáculos da GGT parecia ter ruído. Isso porque chegou ao conhecimento público a informação de que ADMs não haviam sido encontradas no Iraque. A declaração dada por Bush no dia 07 de outubro daquele ano pareceu, porém, seguir um caminho distinto. O então Presidente afirmou que o "Iraq did not have the weapons that our intelligence believed were there." (BUSH, 2004d, s.p.)<sup>155</sup> e que, ainda assim, "Based on all the information we have today, I believe we were right to take action, and America is safer today with Saddam Hussein in prison." (BUSH, 2004d, s.p.)<sup>156</sup>.

Assim, frente a esse breve excerto, é possível perceber a existência de uma ambiguidade discursiva notória. Há também a possibilidade de observar uma lógica própria que buscava justificar o que até então fora feito e dar continuidade aos planos do governo Bush, em prol de um “bem maior”. Em outras palavras, é possível vislumbrar várias interpretações e, dependendo de quem as apreciou, aprecia e apreciará, a “verdade” não foi, não é, nem será a mesma.

Por isso, em conformidade com a proposta dessa dissertação, nesse capítulo realizarei a leitura desconstrucionista dialógica dos discursos de George W. Bush relativos ao Iraque entre os anos de 2000 e 2004. Assim, por meio dessa abordagem, busco demonstrar que as justificativas trazidas nos discursos analisados legitimaram a formação da imagem do Iraque por meio da recorrência à fluidez do que é considerado verdade. Em outras palavras, nesse capítulo, concentro meus olhares na ideia de representação e na contraposição do Eu/Nós ao Outro/Eles. E, para tanto, ilustro como a narrativa oriunda dos discursos selecionados se utiliza de taxonomias poderosas.

Cabe destacar, assim, que esse capítulo busca responder à seguinte pergunta: como os discursos da Política Externa dos Estados Unidos de George W. Bush relativos ao Iraque e

---

<sup>155</sup> “O Iraque não possuía as armas que nossa Inteligência acreditava que estavam lá.” (BUSH, 2004d, s.p., tradução nossa)

<sup>156</sup> “Baseando-nos nas informações que temos hoje, eu acredito que estávamos corretos ao tomarmos uma atitude, e que os Estados Unidos estão mais seguros hoje com Saddam Hussein na prisão.” (BUSH, 2004d, s.p., tradução nossa).

aqui analisados expõem suas estratégias retóricas e minam seus próprios alicerces, possibilitando, assim, outras vias de interpretação? Frente a esse questionamento, e em concomitância com o pensamento de Ashley (1989, p. 228), trago como argumento a ideia de que a autoevidência proposta a partir das representações discursivas do Executivo estadunidense são oriundas de sua prontidão para serem replicadas. Isso porque, frente a essa prontidão, questionamentos às disposições interpretativas não foram feitos e, por meio da prática do discurso moderno, modos de subjetividade e objetividade prevaleceram.

Portanto, nesse capítulo analiso como práticas envolvidas na produção de um texto/discurso (provenientes do Executivo estadunidense) se moveram para absorver, antecipar, negar/afirmar, e/ou responder ao Outro – consubstanciado sob a forma do Iraque – de maneira ambígua, indeterminada, porém produtiva. Além disso, nesse capítulo, a partir da desconstrução, observo como os textos e argumentos elencados dependem de estruturas de oposição hierárquicas – ou seja, na qual um termo possui maior peso que o outro.

Por último, cabe salientar que esse capítulo possui uma divisão semelhante a do capítulo anterior. Em primeiro lugar, definirei brevemente o que entendo por leitura desconstrucionista dialógica. Em segundo lugar, analisarei, cronologicamente, os discursos selecionados. Assim, por último, dedico uma seção para as considerações preliminares do capítulo de modo a trazer um panorama geral de todos documentos lidos dialogicamente.

### 3.2 Anos 2000: a campanha

Durante a fase embrionária das eleições presidenciais dos Estados Unidos, entre os anos 1999 e 2000, prevalecia a ideia de que não eram muitos aqueles que asseveravam a necessidade de uma mudança substancial na condução da política estadunidense. Isso porque a continuidade da agenda democrata era esperada e desejável. (PECEQUILO, 2007). Além disso, Cristina Pecequilo (2007) sustenta seu argumento ao sublinhar que o presidenciável democrata Al Gore, até aquele momento vice-presidente de William (Bill) Clinton, concorria com o republicano George W. Bush, cuja experiência política se mostrava menos substancial. Ainda, conforme ressalta a autora, naquele momento e em que pese o processo de *impeachment* sofrido por Clinton, o chefe do executivo democrata ainda gozava de alta popularidade em decorrência de sua política econômica e de sua atuação externa.

Porém, frente aos eventos que se sucederam, torna-se perceptível que, ao contrário do que aparentemente era esperado, George W. Bush, ao longo de seu pleito eleitoral, conquistou a Casa Branca, propôs e efetivou uma pauta distinta da até então implementada pelo Partido

Democrata. Como foi e ainda é amplamente discutido, as eleições que então tiveram lugar, demonstraram a existência, nas palavras de Pecequillo (2007, p.2) de uma "América dividida, isso porque, naquele momento emergia um presidente Republicano eleito a partir de sua vitória nos Colégios Eleitorais, ainda que seu adversário tenha recebido a maioria dos votos populares. Evento esse que levantou, à época, calorosos debates acerca da legitimidade das eleições empreendidas e do investimento de um alto cargo público ao candidato Republicano. Assim sendo, George W. Bush foi, naquele momento, acusado de obter uma vitória parcial e fraudulenta. E, apenas após a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos, sua eleição foi validada e a execução de sua agenda teve início.

Frente a esse cenário, é preciso ressaltar que apesar de perceber, naquele momento, controvérsias que permearam a política estadunidense e seu futuro, não cabe, nessa dissertação, adentrar em todas as especificidades desses eventos. Convém, porém, olhar para esse momento e para suas contradições seguindo o objetivo desse capítulo. Em outras palavras, importa, aqui, o enfoque nas contradições relativas aos discursos empreendidos em relação ao Iraque. Por isso, nas duas próximas subseções minha atenção está voltada para dois discursos que delineiam as diretrizes de governo propostas pelo partido Republicano e por George W. Bush. Desse modo, observo as representações do Iraque que desses discursos resultaram, bem como questiono suas pretensões universalistas que se colocaram como autoevidentes e que condicionaram amnésias históricas ao mencionarem diversos atores, eventos e vozes que foram prontamente delimitados e representados de maneira simplista.

### 3.2.1 Republican Party Platform – July 31, 2000

#### Plataforma do Partido Republicano – 31 de julho de 2000

Conforme salientado no capítulo anterior, ao longo da Plataforma do Partido Republicano é possível observar um convite para que novas atitudes fossem tomadas nos tempos vindouros. Convite esse justificado a partir da ideia de que os Estados Unidos estavam, naquele momento, fadados a atingir metas elevadas após um longo período à deriva. (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p.). Paradoxalmente, a evocação do novo foi acompanhada da reificação do passado estadunidense. Isso porque, afirmava-se que os novos comportamentos deveriam estar pautados em uma postura histórica e tradicional que remontasse ao século XVII. Assim, ao longo de suas diretrizes a Plataforma do Partido Republicano retratou a ideia de que os Estados Unidos, bem como o Partido Republicano possuíam uma missão particular e incontestável: a de propagar princípios de liberdade e de

dignidade de modo a manter o compromisso com a fé, com a sacralidade da família e de toda e qualquer vida humana.

A relevância da tradição e o culto aos valores foram enaltecidos a todo o tempo de modo que a ideia de identidade nacional estadunidense fosse fortalecida e propagada. É possível perceber, nesse primeiro momento, que a representação Eu/Nós não foi apenas delimitada, como também foi definida como imutável. Em outras palavras, mesmo frente a novas demandas, desafios e perigos, prometeu-se que os Estados Unidos governados por um Republicano não abririam mão de valores considerados inerentes ao cerne do país e de seus cidadãos. Ademais, cultuaram-se as vitórias da tradição republicana e seu papel no fim da escravidão, na fundação de universidades e na concessão de terras – para nomear alguns.

Porém, permaneceu fora do discurso o modo como a propagação dos princípios ditos inerentes aos Estados Unidos havia sido empreendida. Esse silenciamento pode ser ilustrado ao observarmos que a Plataforma deixa de lado a ideia de que, ainda que em sua origem, em 1854, o Grand Old Party (GOP)<sup>157</sup> tenha possuído papel relevante na abolição da escravidão e nas tentativas de estabelecimento de direitos civis iguais a partir de uma postura relativamente liberal, durante a década de 1960, com a candidatura de Barry Goldwater e, especialmente, em 1980 com a eleição de Ronald Reagan, uma postura mais conservadora passou a fazer parte dos governos republicanos e de sua agenda. (VIDAL, 2013, BOYD, 2014). Desse modo, nesse aspecto da Plataforma do Partido Republicano de 2000, é possível questionar a dita imutabilidade de valores apregoados de modo a sustentar a campanha do candidato escolhido, George W. Bush.

Ao adentrar, mais especificamente, no lançamento de seu candidato às eleições que se aproximavam, a Plataforma do Partido Republicano descreveu George W. Bush como um líder, ou seja, como uma pessoa capaz de influenciar, de unir e de transformar beneficentemente a todos sob sua supervisão. Concomitantemente, frente ao argumento de que os Estados Unidos conheciam, naquele momento, um bipartidarismo truculento e improdutivo, prometeu-se a emergência de uma figura unificadora, que traria consigo “[...] a fresh outlook and innovative ideas and a record of results.” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p.)<sup>158</sup>.

Ao apreciar esse aspecto da Plataforma do Partido Republicano, é possível afirmar que se almejava o estabelecimento de um senso de comunidade que deveria prevalecer, ao passo

<sup>157</sup> Termo comumente utilizado para fazer referência ao Partido Republicano dos Estados Unidos.

<sup>158</sup> “[...] um novo olhar e ideias inovadoras e de recordes de resultados.” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p., tradução nossa)

que divergências eram consideradas, essencialmente, improdutivas. Desse modo, apregoava-se que o pensamento unitário era necessário para que um bem maior fosse alcançado. O “Nós” deveria prevalecer sobre vozes dissidentes e céticas, haja vista que a dissidência – ilustrada no discurso a partir das discordâncias bipartidárias – traria consigo desestabilização às ideias, à missão e ao papel ditos singulares dos Estados Unidos. É curioso notar também que paradoxalmente ao pedido de união geral e ao fim de um bipartidarismo feroz, a Plataforma Republicana não poupou o governo anterior, do democrata William (Bill) Clinton, de críticas. Isso porque, afirmou-se que caso George W. Bush fosse eleito, suas ações iriam de encontro aos empreendimentos dos oito anos do governo Clinton. Afirmação essa calcada no argumento de que somente com Bush “[...] the United States can again regain the hope it lost eight years ago. We can restore our country's sense of international purpose and national honor.” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p.)<sup>159</sup>

É possível perceber como o discurso deste documento é pautado em oposições binárias: o dever ser de Bush estava calcado em um “não dever ser” como Clinton e como os democratas; e o novo século e as novas atitudes, por sua vez, presumiriam que velhos erros e missões imperfeitas fossem evitados. Assim, se de um lado um novo e promissor futuro estava à espreita, de outro, oito anos sob o domínio democrata (1993-2001) representavam a interrupção de uma trajetória – empreendida por Ronald Reagan (1981-1989) e George W. H. Bush (1989-1993) – considerada livre de falhas e extremamente eficiente.

Para além da oposição simplista entre os governos Republicanos de Reagan e Bush (pai) e o governo Democrata de Clinton, é possível sublinhar a amnésia histórica presente nesse documento. Isso porque, ao voltar seus olhares para o objeto de estudo dessa dissertação, o Iraque, essas acusações ao estarem pautadas na dicotomia Republicanos *versus* Democratas não mencionam que durante a década de 1980, sob a administração do Republicano Reagan, o Iraque, que até então constava na lista de países promotores do terrorismo internacional, foi retirado dessa lista de modo a facilitar o empreendimento da Guerra Irã-Iraque e, mais ainda, de modo a possibilitar que os Estados Unidos fornecessem financiamento para que armas fossem adquiridas pelo Iraque. Curiosamente, também não é mencionado que nesse período houve uma aproximação do Iraque com os Estados Unidos. (SCAHILL, 2011). Assim, o uso de armas químicas pelo Iraque no Irã, os massacres internos

---

<sup>159</sup> “[...] os Estados Unidos podem novamente recuperar a esperança que perderam oito anos atrás. Podemos restaurar o senso de propósito internacional de nosso país e sua honra nacional.” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p., tradução nossa)

contra xiitas<sup>160</sup> e curdos, as acusações de terrorismo desapareceram (ou foram negligenciadas).

Além disso, cabe ressaltar que, nesse período, os Estados Unidos, como afirma Virgílio Arraes (2004), bloquearam iniciativas condenatórias e, inclusive, patrocinaram ações contra navios e plataformas petrolíferas iranianas durante a década de 1980. Incentivou-se, ou ao menos, negligenciou-se, a existência de um programa de desenvolvimento de armas biológicas do país. Sendo assim, “[...] o Iraque, então apoiado entusiasticamente pelos Estados ocidentais, usou-o à vontade contra soldados e civis” (ARRAES, 2004, p. 16).

No que diz respeito ao governo de George H. W. Bush (1989-1993), por sua vez, o destaque dado à Guerra do Golfo e à recorrência bem-sucedida ao multilateralismo, empreendida em 1991, deixa de fora os desdobramentos dessas ações. Isso porque, conforme salienta Ricks (2006) em 1991 Bush (pai) pronunciou-se, inúmeras vezes, de modo a encorajar iraquianos a promover uma insurgência que tirasse Saddam Hussein do poder. Encorajamento esse que foi levado adiante por iraquianos xiitas e que recebeu duras respostas de Saddam Hussein, resultando em um número estimado de 20 mil mortes de xiitas e no deslocamento interno e externo de dezenas de milhares de curdos. Assim, “when the Shiites of cities in the south rose up, US forces stood by – their guns silent. It was Saddam Hussein who continued to fight.” (RICKS, 2006, p. 5)<sup>161</sup>. Tampouco se menciona que esses desdobramentos resultaram em um grande embaraço internacional para a administração Bush que se viu obrigado a promover, amplamente fora dos holofotes, uma operação improvisada, denominada *Operation Provide Comfort*, de modo a aliviar o sofrimento dos curdos que tentavam fugir das ofensivas de Saddam Hussein:

Operation Provide Comfort was historically significant in several ways. It was the U.S. military's first major humanitarian relief operation after the Cold War. [...] It was initiated as an effort simply to keep Iraqi Kurds alive in the mountains, and so at first was seen just as a matter of air-dropping supplies for about ten days to stranded refugees. Next came a plan to build tent camps to house those people. But United Nations officials counseled strongly against setting up refugee camps in Turkey for fear they would become like the Palestinian camps in Lebanon that never went away. So U.S. forces first tried to create a space back in Iraq where the refugees could go, and ultimately decided simply to push back the Iraqi military sufficiently to permit the Kurds to return to their homes. (RICKS, 2006, p. 8-9)<sup>162</sup>

<sup>160</sup> Em 1982 o Estado Iraquiano, por meio de Saddam Hussein, promoveu o massacre de 148 xiitas. Este episódio recebeu o nome de Caso Dujail e foi elencado, em dezembro de 2006, como um dos Crimes Contra a Humanidade cometidos por Saddam.

<sup>161</sup> “Quando os xiitas das cidades do sul se sublevaram, as forças dos EUA permaneceram estáticas - suas armas silenciaram-se. Foi Saddam Hussein quem continuou a lutar.” (RICKS, 2006, p. 5, tradução nossa)

<sup>162</sup> A Operação *Provide Comfort* foi historicamente significativa de várias maneiras. Foi a primeira grande operação de ajuda humanitária militar estadunidense após a Guerra Fria. [...] Ela foi iniciado como um esforço para simplesmente manter curdos iraquianos vivos nas montanhas, e assim, a princípio, foi vista apenas como um modo de deixar cair suprimentos por cerca de dez dias para refugiados abandonados. Em seguida surgiu um

Assim, ao vislumbrar o renascimento de uma imutável fênix Republicana e ao omitir oscilações e críticas de governos anteriores, o documento prometeu que o pior poderia ser evitado desde que o internacionalismo americano fosse guiado por um Presidente Republicano. E essa conquista se daria a partir de uma fórmula considerada simples:

[...] promoting U.S. interests and principles, avoiding the economic convulsions and perilous conflicts that so scarred the century just past. Through a distinctly American internationalism, a new Republican president will build public support for a new strategy that can lead the United States of America toward a more peaceful and prosperous world for us, our children, and future generations [...]“Around the globe, the word, the ideas and the power of the United States commanded respect. The American Presidency showed bright and respectful” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.d.)<sup>163</sup>

Apregoou-se, assim, que um *ethos* estadunidense seria capaz de inspirar, em todos os lugares, respeito a partir de suas ideias, palavras e poderio. Porém, essa postura positiva trouxe consigo o aviso de que tudo o que era vislumbrado somente poderia ser alcançado enquanto outros países aderissem aos mesmos valores dos Estados Unidos. Caso não houvesse respeito por suas palavras, ideias e poder, afirmou-se que os perigos que haviam assombrado o século XX poderiam retornar. Perigos esses ilustrados a partir do relato de que, durante a década de 1990, países como o Iraque optaram por agir conforme a agressividade da “lei da selva” e, conseqüentemente, desafiaram a ordem internacional. Por isso, argumenta-se que medidas em prol da proteção dos Estados Unidos tiveram que ser tomadas e deveriam ser conservadas. Isso porque, no caso do Iraque, acreditava-se que “Token air strikes against Iraq could not long mask the collapse of an inspection regime that had — until then — at least kept an ambitious, murderous tyrant from acquiring additional nuclear, biological, and chemical weapons.” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p.)<sup>164</sup>

Esse posicionamento foi reforçado a partir do discurso de que novas oportunidades e novas ameaças coexistiriam e que os Estados Unidos precisariam de “[...] readiness to

---

plano para construir acampamentos para abrigar essas pessoas. Mas oficiais das Nações Unidas se posicionaram fortemente contra a criação de campos de refugiados na Turquia por medo de que eles se tornassem como os campos palestinos no Líbano que nunca cessaram de existir. Assim, as forças dos EUA primeiro tentaram criar um espaço no Iraque para onde os refugiados poderiam ir e, por fim, decidiram simplesmente empurrar de volta as forças armadas iraquianas o suficiente para permitir que os curdos voltassem para suas casas. (RICKS, 2006, p. 8-9, tradução nossa)

<sup>163</sup> “[...] promovendo os interesses e princípios dos EUA, evitando as convulsões econômicas e os conflitos perigosos que tanto cicatrizaram o século passado. Por meio de um internacionalismo claramente americano, um novo presidente republicano irá alcançar apoio público para uma nova estratégia que pode levar os Estados Unidos da América a um mundo mais pacífico e próspero para nós, nossos filhos e futuras gerações[...] Ao redor do globo, a palavra, as ideias e o poder dos Estados Unidos asseguram respeito. A Presidência americana mostrou-se brilhante e respeitável” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.d., tradução nossa)

<sup>164</sup> “Os ataques aéreos contra o Iraque não mais conseguiriam esconder o colapso de um regime de inspeção que tinha – até então – impedido um tirano ambicioso e assassino de adquirir armas nucleares, biológicas e químicas adicionais” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p., tradução nossa)



prevent wars” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p.)<sup>165</sup> Prontidão essa endereçada aos denominados *rogue states* que eram caracterizados como países que “[...] seek to hide their dangerous weapons programs behind weak international treaties.” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p.)<sup>166</sup> e que, assim, seriam capazes de proliferar o perigo nuclear. De acordo com o documento, nessa lista figuravam a Coreia do Norte, o Irã e o Iraque<sup>167</sup>, países que “We can fight the spread of nuclear weapons, but we cannot wish them away with unwise agreements.” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p.)<sup>168</sup>

Nesse trecho do documento é possível também ilustrarmos a oposição hierárquica entre os Estados Unidos e o Iraque. Ao primeiro foi investido o papel de protetor e ordenador do meio internacional. Ao segundo, por sua vez, foi atribuído o caráter desviante, daquele que durante a década de 1990 optara pela barbárie da lei da selva. Ainda, devido aos perfis atribuídos a ambos, via-se como perfeitamente normal o empreendimento de ataques aéreos ao Iraque. E, mais que isso, a ideia de tomar medidas que iriam além desses ataques também foi posta como desejável. Isso porque o discurso alicerçou a imagem de um regime comandado por um “tirano assassino” e portador de ADMs que, dado seu caráter desviante do que era considerado aceitável, deveria deixar de existir.

Porém, em momento algum desse documento levou-se em conta, por exemplo, o sofrimento de civis iraquianos oriundo das sanções e dos ataques aéreos empreendidos ao longo da década de 1990<sup>169</sup>. Sanções que trouxeram consigo uma “[...] catastrophic health situation [that caused around] 6,000 deaths a month among children under the age of five”. (CAMPAIGN AGAINST SANCTIONS IN IRAQ, UN, Sub-comission decision 1999/10, 1999, s.p.)<sup>170</sup>. Houve, assim, o empreendimento da autoafirmação do Nós em contraposição

<sup>165</sup> “[...] prontidão para prevenir guerras.” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p., tradução nossa)

<sup>166</sup> “[...] buscam esconder seus perigosos programas armamentistas por trás de tratados internacionais.” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p., tradução nossa)

<sup>167</sup> “[...] buscam esconder seus perigosos programas armamentistas por trás de tratados internacionais.” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p., tradução nossa)

<sup>168</sup> “Podemos lutar contra a proliferação de armas nucleares, mas não podemos desejar que elas desapareçam com tratados imprudentes.”

<sup>169</sup> Ao longo da década de 1990, o Iraque se viu preso a uma série sanções que interferiram em seu desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, no bem-estar de sua população. De acordo com Arraes (2004) sanções essas “[...] que só seriam suspensas se houvesse a constatação da eliminação total dos programas de armas químicas, biológicas, nucleares, o desmantelamento de mísseis de longo alcance e o pagamento de indenizações de guerra. Só anos depois, autorizar-se-ia a troca de petróleo por remédios e alimentos, não se permitindo a importação de produtos químicos, laboratórios, geradores de energia, equipamentos de comunicação, ambulâncias e até lápis - por causa do grafite, que poderia ter emprego militar. Da comercialização, um terço seria extraído para o pagamento das indenizações.” (ARRAES, 2004. p. 18).

<sup>170</sup> “[...] Situação de saúde catastrófica que causou cerca de 6000 mortes por mês entre crianças menores de cinco anos de idade”. (CAMPAIGN AGAINST SANCTIONS IN IRAQ, ONU, decisão da Subcomissão de 1999/10, 1999, s.p., tradução nossa).

ao Eles. Empreendimento esse que, de acordo com as lentes de Said (2007), poderia ser caracterizado como orientalista, haja vista que o medo, o ódio e o receio das ações do Iraque foram colocados como ameaçadores frente a crença de superioridade do “Eu” ocidental (SAID, 2007, p. 68).

Além disso, é importante sublinhar que, no que dizia respeito ao Iraque, o documento salienta que o país representava um projeto de República desperdiçado, haja vista seu status de *rogue state*. Projeto esse amplamente desperdiçado, de acordo com o documento, porque a administração Clinton

[...] has pretended to support the removal of Saddam Hussein from power but did nothing when Saddam Hussein's army smashed the democratic opposition in northern Iraq in August 1996. The administration also surrendered the diplomatic initiative to Iraq and Iraq's friends, and failed to champion the international inspectors charged with erasing Iraq's nuclear, biological, chemical, and ballistic missile programs. When, in late 1998, the administration decided to take military action, it did too little, too late. Because of the administration's failures there is no coalition, no peace, and no effective inspection regime to prevent Saddam's development of weapons of mass destruction. (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p.)<sup>171</sup>

No caso iraquiano, é destacado que havia muito trabalho a ser feito e disposição por parte de um futuro governo Bush de fazê-lo. Isso porque ainda que fosse salientado que outras ameaças tivessem sido superadas, países como o Iraque eram considerados ameaçadores e perigosos, haja vista as acusações de que esse país e seus ditos correlatos promoviam a proliferação de ADMs e perpetravam o temido terrorismo internacional.

Além disso, nos trechos do discurso sublinhados nessa seção, bem como em outros discursos que analiso nessa dissertação, outro silenciamento que gera incômodo é o que diz respeito ao conceito de ADMs e à noção de proliferação. No que tange à ideia de proliferação, David Mutimer (1997) aponta que há, no cenário internacional – e, principalmente, a partir de Estados Ocidentais – discursos que constroem a imagem de proliferação como sinônimo de problema. Construção essa realizada a partir de uma apropriação de um conceito da biologia que diz respeito a propagação de células ou organismos –particularmente de maneira desenfreada, como no caso de células cancerígenas. De acordo com o autor, a partir da Guerra do Golfo, em 1991, tornou-se crescente a ideia de proliferação como um problema associado

<sup>171</sup> [...] fingiu apoiar a remoção de Saddam Hussein do poder, mas não fez nada quando o exército de Saddam Hussein esmagou a oposição democrática no norte do Iraque em agosto de 1996. Essa administração também entregou a iniciativa diplomática ao Iraque e aos amigos do Iraque e falhou em defender os inspetores internacionais acusados de apagar os programas nucleares, biológicos, químicos e de mísseis balísticos do Iraque. Quando, no final de 1998, a administração decidiu tomar medidas militares, fez muito pouco, e muito tarde. Por causa das falhas da administração não existe uma coalizão, nem paz, nem um regime de inspeção eficaz para prevenir o desenvolvimento de armas de destruição em massa de Saddam Hussein. (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p., tradução nossa).

não apenas a armas nucleares, mas também a armas químicas e biológicas. Desse modo, e por meio dessa apropriação, Mutimer (1997) demonstra que, por meio de metáforas, o estabelecimento de agendas de segurança internacional é impulsionado. Assim, essa metáfora foi e ainda é capaz de dar forma a concepções acerca de problemas e soluções, "[...] focusing on the aspects that are highlighted and marginalizing or ignoring those that are downplayed or hidden in the metaphors' entailments. (MUTIMER, 1997, p. 215)<sup>172</sup>.

Michael Mann (2006) também dedica parte de sua análise a essa incoerência. Conforme destaca o autor, o termo “Armas de Destruição em Massa” faz referência a armas químicas, biológicas e nucleares e não inclui, de outro lado, armas convencionais, que são tão destrutivas quanto as supracitadas. Assim, Mann (2006) destaca que o uso da expressão ADMs acabou adquirindo um sentido tendencioso, uma vez que é direcionado contra países considerados periféricos, mas não contra as potências que as possuem em quantidade superior. Curiosamente, ressalta o autor, se não houvesse juízo de valor, os Estados Unidos seriam considerados os maiores possuidores de ADMs, bem como os seus maiores multiplicadores, por meio de vendas realizadas ao exterior.

Assim, por meio de incoerências, silenciamentos e do reforço de dicotomias, a Plataforma do Partido Republicano prometeu a execução de uma agenda pautada na renovação de compromissos internacionais. Com efeito, a oposição ao regime de Saddam Hussein, seu desarmamento e a manutenção de sanções ao Iraque constituiriam compromissos de um possível governo de George W. Bush. Porém, afirmou-se que esse compromisso seria levado a cabo “[...] while seeking to alleviate the suffering of innocent Iraqi people.” Ainda, “We will react forcefully and unequivocally to any evidence of reconstituted Iraqi capabilities for producing weapons of mass destruction.” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p.)<sup>173</sup>.

Nesse sentido, é possível observar a representação de não apenas um, mas de dois Iraques: de um lado figurava um país regido por um governo tirânico, detentor de armas potencialmente destrutivas e merecedor de sanções econômicas e políticas. De outro, porém, havia o Iraque que representava o lar de iraquianos inocentes que não mereciam sofrer quaisquer represálias e que, ao mesmo tempo, deveriam e poderiam ser retirados de um abismo autoritário por um país defensor da democracia, da liberdade e da dignidade humana.

<sup>172</sup> “[...] focando em aspectos que são destacados e marginalizando ou ignorando aqueles que são minimizados ou escondidos nas implicações das metáforas. (MUTIMER, 1997, p. 215, tradução nossa)

<sup>173</sup> “[...] enquanto procurava aliviar o sofrimento de pessoas iraquianas inocentes”. Ainda, “reagiremos com força e inequivocamente a qualquer evidência de capacidades reconstituídas iraquianas para a produção de armas de destruição em massa” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p., tradução nossa).

À primeira vista, essa pode parecer uma promessa altruísta e misericordiosa. Porém, ao olharmos para a intersecção das histórias dos Estados Unidos e do Iraque, essa benevolência poderia ser colocada em xeque. E, para isso, nem nos é necessário utilizarmos exemplos que viriam *a posteriori*. Pelo contrário, basta revisitarmos as amnésias presentes na Plataforma no que diz respeito ao modo como dois presidentes exaltados por ela – Reagan e Bush (Pai) – lidaram com o Iraque e com seu povo.

Diante dessas considerações, é viável reconhecer e reiterar que a Plataforma do Partido Republicano, ao lançar a campanha de George W. Bush, tentou exprimir, em nome dos Estados Unidos, e até mesmo do mundo, o senso de comunidade. Senso esse tratado como inviolável. Isso porque “The Twenty-First Century opens with unique promise for the United States. Democratic values are celebrated on every continent” (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p.)<sup>174</sup> Quem deliberadamente decidisse desafiar e questionar esse “Nós” seria tratado como o Outro, representante de uma dissidência malquista, inimigo da democracia, da dignidade humana, da liberdade e, até mesmo, da segurança.

No que dizia respeito à *otherness* do Iraque, prevaleceu a representação receosa e amplamente cautelosa: seu regime, considerado um projeto de República desperdiçado, foi vislumbrado como símbolo de um perigo constante à espreita, lar da tirania, da insegurança. Assim, a hierarquia desse documento coloca o Iraque como a antítese do projeto estadunidense que deveria ser neutralizada para desenvolver e proteger não apenas o “Nós” estadunidense, mas também a comunidade internacional. Além disso, frente à discussão de algumas afirmativas e silenciamentos desse documento, é possível questionarmos a tão impetuosa defesa à dignidade e à liberdade humana descrita como inerente aos Estados Unidos e alheia ao Iraque. Afinal, percebemos, nos Estados Unidos, um respeito constante aos dois? A história não nos mostra um movimento distinto, repleto de inflexões? Um movimento que salienta que a vida humana do Outro, seus cultos e seus valores são respeitados, mas, desde que certas diretrizes sejam fielmente seguidas? Não seria possível falar no Eu/Nós que se enfurece sob qualquer sinal de desvio do Outro?

---

<sup>174</sup> “O século XXI se inicia com uma promessa única para os Estados Unidos. Valores democráticos são celebrados em cada continente”. (REPUBLICAN PARTY PLATFORM, 2000, s.p., tradução nossa)

### 3.2.2 Address Accepting the Presidential Nomination at the Republican National Convention in Philadelphia – August 3, 2000

#### Discurso Aceitando a Nomeação Presidencial na Convenção Nacional Republicana na Filadélfia – 3 de agosto de 2000

Conforme salientei no capítulo anterior, em 03 de agosto de 2000, frente a confirmação de sua nomeação como candidato a Presidente, George W. Bush proferiu um discurso de aceite por meio do qual foram delineadas as propostas de seu possível governo. Assim como na Plataforma do Partido Republicano, esse discurso menciona, com honrarias, o passado do país e do partido – destacadamente o governo de seu pai, George H. W. Bush (1989-1993). O discurso de Bush traz a ideia de que resgatar esse passado seria essencial, uma vez que ““My father was the last president of a great generation, a generation of Americans who stormed beaches, liberated concentrations camps and delivered us from evil.”<sup>175</sup>

Ao conceder um perfil glorioso – e capaz de livrar os Estados Unidos do mal – ao último mandato de um presidente republicano, Bush delineou as ditas benesses do governo de seu pai. Porém, deixou de mencionar que George H. W. Bush não foi reeleito por conta de uma gestão que se caracterizou pela lentidão econômica, pelas altas taxas de desemprego e por ser alvo de críticas dentro de seu próprio partido. (PECEQUILO, 2007). Ao silenciar esse aspecto, o discurso de Bush seguiu um caminho semelhante àquele apresentado pela Plataforma do Partido Republicano, ou seja, urgiu pela combinação de valores e atitudes do passado – consideradas bem-sucedidas – com oportunidades vislumbradas face a chegada do novo século. E, de acordo com Bush, “Never has the promise of prosperity been so vivid.” (BUSH, 2000, s.p.)<sup>176</sup>

Nesses excertos do discurso, é possível perceber que aos Estados Unidos governados por republicanos são investidas as características de excepcionalidade e, também, de porta-vozes da humanidade. Características essas oriundas da oposição de características positivas atribuídas aos Estados Unidos em contraste com aspectos considerados negativos e presentes em outras partes do mundo.

Sequencialmente, em seu pronunciamento Bush salientou que seria preciso que o país não menosprezasse uma postura mais prudente, uma vez que “[...] times of plenty, like times

<sup>175</sup> "Meu pai foi o último presidente de uma grande geração, uma geração de americanos que invadiram praias, liberaram campos de concentração e nos livraram do mal". (BUSH 2000, s.p., tradução nossa)

<sup>176</sup> "Nunca antes a promessa da prosperidade foi tão vívida" (BUSH, 2000, s.p., tradução nossa)

of crisis, are tests for American character. (BUSH, 2000, s.p.)<sup>177</sup>. E que, além disso, “When America uses force in the world, the cause must be just, the goal must be clear, and the victory must be overwhelming.” (BUSH, 2000, s.p.)<sup>178</sup>. Mais adiante frisou que “[...]to lead this nation to a responsibility era, that president himself must be responsible (BUSH, 2000, s.p.)<sup>179</sup>. Somente assim seria possível, de acordo com Bush, “[...]to confront problems, not to pass the onto others” (BUSH, 2000, s.p.)<sup>180</sup>

Nesses fragmentos do discurso a ideia defendida foi a de que era possível, ao Presidente, empreender ações ao mesmo tempo justas, sóbrias e responsáveis. Consequentemente, enalteceu-se a possibilidade do uso justo da força. Face a essas afirmativas, é possível questionar: é possível vencer, por meio do uso da força, e atingir apenas o que é considerado mau? Uma vitória estrondosa e esmagadora atinge cirurgicamente o mal a ser extirpado sem deixar de atingir civis e pessoas que não tem relação alguma com o conflito? Além disso, é possível colocar em xeque a própria dicotomia estabelecida entre o uso da força justo e o uso da força injusto que se insere na dinâmica do Nós (justos) em oposição ao(s) Outro(s) injustos. Afinal, as partes atingidas podem considerar empreendimentos bélicos internos injustos e prejudiciais a sua estabilidade. Assim como uma resposta a esses empreendimentos feita pela parte atingida pode ter seu grau de justiça obliterado.

Certamente o discurso de Bush caminhou em sentido distinto ao desses questionamentos e, assim, pautou-se em celebrar novas oportunidades e em posicionar-se com prudência frente a possibilidade de emergência de novas ameaças. Características essas que, conforme salientei ao longo do capítulo 1, parecem acompanhar a formulação da Política Externa estadunidense e o reforço de seu senso de comunidade – marcadamente a ideia de ameaça como sua propulsora. (CAMPBELL, 2006). Até porque o discurso daquele momento – bem como outros analisados adiante – destacou que a superação do inimigo soviético em fins da década de 1980 e início da década de 1990, bem como a neutralização e a contenção do Iraque, iniciada no governo de George H. W. Bush, não eram, por ele, consideradas suficientes. Assim, o discurso enfatizou que o mal estava sempre à espreita.

---

<sup>177</sup> [...] tempos de abundância, assim como tempos de crise, são testes para o caráter americano.” (BUSH, 2000, s.p., tradução nossa)

<sup>178</sup> “Quando a América usa a sua força no mundo, a causa deve ser justa, o objetivo deve ser claro e a vitória deve ser esmagadora” (BUSH, 2000, s.p., tradução nossa)

<sup>179</sup> E liderar essa nação para uma era de responsabilidade, o próprio presidente deve ser responsável (BUSH, 2000, s.p., tradução nossa).

<sup>180</sup> [...] confrontar problemas e não os passar para outras mãos” (BUSH, 2000, s.p., tradução nossa)

Em outro trecho de seu pronunciamento, George W. Bush voltou suas atenções para a proliferação de armamentos nucleares, bem como sua posse e prometeu que

I will work to reduce nuclear weapons and nuclear tension in the world, to turn these years of influence into decades of peace. And at the earliest possible date, my administration will deploy missile defenses to guard against attack and blackmail. [applause] Now is the time not to defend outdated treaties but to defend the American people. (BUSH, 2000, s.p.)<sup>181</sup>

Mais uma vez o discurso voltou-se para um tom mais alarmista, para a necessidade de defesa do país. É possível, a partir desse excerto apontarmos que, enquanto de um lado a possibilidade de uso da força por parte do Outro é posta como irracional e errônea, de outro a possibilidade de defesa dos Estados Unidos e sua posse de armamentos para tal não é questionada, haja vista a noção implícita de que tal posse e uso de armas, em caso de necessidade, seria racional. E, ao mesmo tempo, outro aspecto importante foi silenciado: o de que os Estados Unidos também tinham parte no que dizia respeito a proliferação de armamentos nucleares.<sup>182</sup>

A título de exemplo é possível recorrermos a década de 1980. Nesse período, durante o governo Reagan e face as políticas de contenção soviética, os Estados Unidos investiram em armamentos nucleares de modo a propulsionar suas forças armadas. Concomitantemente, o país também fez um investimento denominado Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE)<sup>183</sup> de modo a promover a proteção contra quaisquer ataques externos e, concomitantemente, manter o monopólio nuclear. (PECEQUILO, 2007)

Com base nesse pronunciamento, é mais uma vez possível perceber o apelo ao senso comunitário do “Eu/Nós” estadunidense de modo a delinear a condução de um possível governo Bush em 2001. E, ainda que, aqui, o Iraque e o regime de Saddam Hussein não tenham sido mencionados explicitamente, é possível identificar no discurso de Bush a contraposição do “Eu/Nós” estadunidense ao “Outro” inimigo. Inimigo esse que, dizia-se,

---

<sup>181</sup> Trabalharei para reduzir as armas nucleares e a tensão nuclear no mundo, para transformar esses anos de influência em décadas de paz. E minha administração irá implantar defesas de mísseis o mais cedo possível de modo a evitar ataques e chantagens. [aplausos] Agora é o momento de não defender os tratados ultrapassados, mas sim de defender o povo americano. (BUSH, 2000, s.p., tradução nossa)

<sup>182</sup> É importante ressaltar que a posse de armamentos nucleares por parte dos Estados Unidos, bem como a sua promessa de não-proliferação é resguardada pelo Tratado de Não-Proliferação (TNP) de 1970. Entretanto, é possível colocar em xeque a própria possibilidade de posse garantida a esse país e a outros poucos (China, França, Reino Unido e Rússia). E esse questionamento pode possibilitar um debate que vai ao encontro do argumento de que há uma contraposição do Nós/Eu ao Outro/Eles. Debate esse no qual os primeiros são vistos como aptos a possuírem armamentos e os utilizarem de maneira justa e racional em distinção dos segundos que não têm permissão de manter e produzir nenhum tipo de arsenal nuclear uma vez que são considerados incapazes de utiliza-los racionalmente e que, caso as possuíssem/possuam, seriam/são imediatamente considerados ameaçadores

<sup>183</sup> O IDE é mais comumente conhecido como Projeto Guerra nas Estrelas (*Star Wars*.)

deveria ser combatido de modo que ADMs não comprometessem o futuro dos Estados Unidos e do mundo. E, como já destaquei anteriormente, essa imagem de inimigo foi, nos anos seguintes, associada ao Iraque e utilizada como justificativa e motivadora para os empreendimentos bélicos que tiveram lugar no ano de 2003.

Assim, em linhas gerais, é possível apontar que esse discurso de Bush idealizou um cenário em que a liberdade, a responsabilidade, a segurança e a sobriedade são opostas ao tirano, ao irresponsável, ao ameaçador, ao desequilibrado e irracional. Porém, como foi salientado nessa seção, essas oposições foram pautadas em silenciamentos. Se de um lado Estados Unidos responsáveis e com um passado glorioso são exaltados, de outro podemos apontar que o mesmo país possuiu governos amplamente questionados, fez empreendimentos externos cujos resultados nem sempre são encarados como bem-sucedidos – vide os desdobramentos da Guerra do Golfo abordados na seção 3.1. Além disso, a delimitação entre o bem e o mal, o certo e o errado e o justo e o injusto foi descrita como facilmente delimitável e seus atores facilmente identificáveis – ideia essa questionada ao longo desse capítulo.

### 3.3 2001: as “novas ameaças” se materializam?

Assim como demonstrei no capítulo anterior, o ano de 2001 deu início ao primeiro mandato presidencial de George Bush. Em seu pronunciamento de posse já eram perceptíveis delimitações no que dizia respeito a Estados, grupos e pessoas que seriam alvos de combate. Porém, apenas após os atentados de 11 de setembro de 2001 – ao Pentágono e ao WTC – esses contornos começaram a ser melhor preenchidos e o “inimigo” adquiriu características mais específicas e ameaçadoras. Desencadeou-se assim a ideia de que as temidas “novas ameaças” não mais pertenciam ao campo discursivo, mas haviam se materializado. Desse modo, o momento vislumbrado nos documentos analisados referentes ao ano anterior pareceu estar em vias de confirmação: o novo século chegara e, com ele, dava-se início a um mandato presidencial de um Republicano que enfrentaria grandes desafios.

Desse modo, nas próximas páginas realizo a análise de três discursos: o Discurso Inaugural, de janeiro de 2001; o pronunciamento feito em 11 de setembro de 2001; e, por último, o Discurso para a Sessão Conjunta do Congresso e do Povo Americano. Seguindo o argumento desse capítulo, e em concordância com a seção anterior, nessa seção também me atento às controvérsias discursivas e pretensões universalistas que, direta ou indiretamente, orientaram a representação de um Iraque contrário aos valores e aspirações dos Estados Unidos e que, concomitantemente, condicionaram silenciamentos.



### 3.3.1 Inaugural Address – January 20, 2001

#### Discurso Inaugural – 20 de janeiro de 2001

“We have a place, all of us, in a long story, a story we continue but whose end we will not see.” (BUSH, 2001a, s.p.)<sup>184</sup>. Foi dessa maneira que, em seus primeiros parágrafos, o Discurso Inaugural de George W. Bush trouxe consigo a ideia de que aos Estados Unidos, ao seu governo e ao seu povo pertencia uma autoridade singular. Além disso, em concordância com pronunciamentos anteriores, reiterou que a prioridade desse novo governo era a de empreender uma dupla ação: reafirmar e honrar antigas tradições e, simultaneamente, idealizar novos começos.

Ademais, o enaltecimento atribuído aos Estados Unidos se fez presente. “It is a story of a new world that became a friend and liberator of the old, the story of a slaveholding society that became a servant of freedom, the story of a power that went into the world to protect but not possess, to defend but not conquer” (BUSH, 2001a, s.p.)<sup>185</sup> Por meio dessas oposições “novo mundo x velho mundo”; “sociedade escravocrata x “sociedade serva da liberdade”; “potência protetora x potência possuidora”; e, “potência defensiva x potência conquistadora”, atribuem-se aos Estados Unidos características que sublinham em sua história e autoridade as benesses vivenciadas.

Mais a frente em seu pronunciamento, Bush ressaltou que de modo a superar quaisquer entraves, era necessário que o governo que se estabelecia seguisse os passos bem-sucedidos de seus antecessores e honrasse os valores que, conforme destacou, faziam parte do *ethos* estadunidense. Isso porque

Through much of the last century, America's faith in freedom and democracy was a rock in a raging sea. Now it is a seed upon the wind, taking root in many nations. Our democratic faith is more than the creed of our country. It is the inborn hope of our humanity, an ideal we carry but do not own, a trust we bear and pass along. Even after nearly 225 years, we have a long way yet to travel.” (BUSH, 2001a, s.p.)<sup>186</sup>

<sup>184</sup> “Nós temos um lugar, todos nós, em uma longa história, uma história que nós continuamos, mas cujo o fim nós não vislumbramos.” (BUSH, 2001<sup>a</sup>, s.p., tradução nossa)

<sup>185</sup> “É a história de um novo mundo que se torna amigo e libertador do velho, a história de uma sociedade escravocrata que se torna serva da liberdade, a história de uma potência que foi ao mundo para proteger, mas não possuir, para defender, mas não conquistar”. (BUSH, 2001<sup>a</sup>, s.p., tradução nossa)

<sup>186</sup> “Durante boa parte do último século, a fé da América na liberdade e na democracia foi uma rocha em meio a um oceano turbulento. Agora é uma semente ao vento criando raízes em muitas nações. Nossa fé democrática é mais que um credo do nosso país. É a esperança inata de nossa humanidade, um ideal que carregamos, mas não possuímos, uma confiança que temos e passamos adiante. Mesmo depois de aproximadamente 225 anos, nós ainda temos um longo caminho a percorrer” (BUSH, 2001a, s.p., tradução nossa)

De modo a reforçar essa ideia, Bush (2001a, s.p.) afirmou que “If our country does not lead the cause of freedom, it will not be led.”<sup>187</sup> Notavelmente, a prontidão para replicar essas características atribuídas aos Estados Unidos nos excertos destacados pode ser posta em xeque. Cabe também questionar o dito altruísmo desse “Nós”. Isso porque, se de um lado exalta-se seu serviço à decência, à generosidade, à força, à democracia, à liberdade e à segurança, de outro é destacado que esse “Nós” estenderia suas mãos para todos que não possuíssem o mesmo *status* considerado desejável. Ajuda essa colocada como altruísta, mas que, caso não aceita, veria o Outro como propulsor de desserviços, horrores, insegurança, tirania e agressão.

Com o auxílio de Pecequilo (2003), é possível admitir que essa postura na política estadunidense como mais presente a partir da década de 1990. Isso porque, conforme salienta a autora, há, a partir daquele momento, uma predileção por justificar ações a partir de uma ótica moralista pautada na propagação da fé da democracia. Assim, mesmo que empreendessem ou empreendam iniciativas consideradas por muitos expansionistas, imperialistas e intervencionistas – caracterizadas pela busca de interesses específicos, *i.e.* conquista de mercados ou controle de territórios – as justificativas resultantes foram/são apresentadas como “um direito e um dever de ação em todas as épocas e circunstâncias.” (PECEQUILO, 2003, p. 33).

A características atribuídas como intrínsecas aos Estados Unidos Bush (2001a) somou a ideia de que “Americans are generous and strong and decent, not because we believe in ourselves but because we hold beliefs beyond ourselves.” (2001a, sp.). Reiterou-se, assim, a ideia de que os Estados Unidos, como um todo, apresentavam traços indispensáveis para que qualquer mal e qualquer erro fossem evitados e/ou combatidos. Esses atributos poderiam, assim, servir de contrapartida às ameaças à espreita.

We will confront weapons of mass destruction, so that a new century is spared new horrors. The enemies of liberty and our country should make no mistake: America remains engaged in the world, by history and by choice, shaping a balance of power that favors freedom. We will defend our allies and our interests. We will show purpose without arrogance. We will meet aggression. (BUSH, 2001a, s.p., grifo nosso)<sup>188</sup>

<sup>187</sup> “Se o nosso país não liderar a causa da liberdade, ela não será liderada.” (BUSH, 2001a, s.p., tradução nossa)

<sup>188</sup> “Nós confrontaremos Armas de Destruição em Massa de modo que o novo século seja poupado de novos horrores. Os inimigos da liberdade e de nosso país não devem cometer nenhum erro: a América permanece engajada com o mundo, historicamente e por sua escolha, delineando o balanço de poder que favorece o poder. Nós defenderemos nossos aliados e nossos interesses. Nós mostraremos propósito sem arrogância. Nós vamos enfrentar a agressão. (BUSH, 2001a, s.p., tradução nossa)

O inimigo foi representado, então, como aquele que rejeitava a ideia de liberdade e, conseqüentemente, os valores dos Estados Unidos. Desse modo, de acordo com esse pronunciamento, a dicotomia foi representada por dois lados de uma balança: se de um lado estavam os Estados Unidos e seus aliados favorecendo a liberdade, de outro estavam aqueles que eram seus inimigos, produziam ADMs e que deveriam ser combatidos. Ainda, destacou-se que os Estados Unidos mantinham esse propósito sem arrogância, ou seja, exaltou-se, mais uma vez, um dito perfil altruísta. Delineou-se, assim, um cenário singular de modo a favorecer a ação estadunidense, bem como suas justificativas. Para tanto, valores, instituições e o senso de comunidade foram sublinhados e representados como inerentes aos Estados Unidos e historicamente conservados.

Nesse discurso o senso de comunidade permeia não apenas o povo estadunidense, mas também todas as nações que haviam entrado em contato com as “sementes da liberdade” e que favoreciam “balanço de poder a favor da paz”. (BUSH, 2001a, s.p.). O “Nós” abrangia, assim, um espectro mais amplo, enquanto o inimigo foi caracterizado como a antítese dos valores, dos objetivos do “Nós”, como aquele capaz de impedir a germinação dessas sementes por meio da contraposição à liberdade.

Por isso, é necessário salientar que, nesse discurso, não foram feitas menções específicas ao Iraque, ao regime de Saddam Hussein ou ao povo iraquiano. Porém, como afirmei anteriormente, mais que o texto, importa a relação intertextual entre esses discursos. Ainda que nesse discurso seja possível que vislumbremos uma construção ampla e turva de oposição entre o “Nós” (governo + povo + países democráticos) contrária a um “Outro” (inimigo, inseguro, tirano e não democrático), é possível afirmar que pouco a pouco os discursos aqui analisados ampliaram a representação do Iraque e, para isso, nem sempre uma menção explícita ao país foi necessária. Pelo contrário, ao observarmos o estabelecimento de um senso de comunidade que emergiria contra quaisquer ameaças oriundas de outros locais, grupos e pessoas, percebemos a existência da mesma estratégia discursiva utilizada em relação ao Iraque – marcadamente a partir de 2002.

### 3.3.2 9/11 Address to the Nation

#### Discurso sobre o 11 de setembro à Nação

Ao pensarmos no governo de George W. Bush certamente somos levados, em algum momento, a revisitar uma data marcante: o dia 11 de setembro de 2001. Isso porque, como é amplamente discutido, atribui-se aos eventos que marcaram essa data a emergência da

representação dos Estados Unidos como um país que, após anos de inviolabilidade, percebia-se face a um perigo externo até então desconhecido.

É possível afirmar, assim, que o discurso proferido por George W. Bush no mesmo dia dos ataques ao Pentágono e ao WTC apelou às ideias de identidade estadunidense, patriotismo e de missão manifesta do país no mundo. Tudo isso em nome de uma guerra contra o “terror”. Terror esse caracterizado como um ataque não apenas ao solo estadunidense e ao seu povo, mas também à democracia e à liberdade. Por isso afirmou que “Today, our fellow citizens, our way of life, our very freedom came under attack in a series of deliberate and deadly terrorist acts [...] Today, our nation saw evil – the very worst of human nature [...]” (BUSH, 2001b, s.p.)<sup>189</sup>

A partir daquele momento os discursos empreendidos por Bush – e não apenas por ele – passaram a enfatizar com maior veemência a ideia que era intrínseca ao “terrorismo” e aos seus perpetradores a presença da imoralidade. Ainda, sublinhou-se que “America was targeted for attack because we're the brightest beacon for freedom and opportunity in the world. And no one will keep that light from shining” (BUSH, 2001b, s.p.)<sup>190</sup>

Nesse excerto do discurso, bem como em outros que figuram nessa subseção, é possível destacar o estabelecimento de hierarquias. De um lado figuravam os Estados Unidos como alvo de ataques devido à sua excepcional liberdade, a seu destaque e ao seu nível de desenvolvimento. De outro estava o inimigo imoral perpetrador do terrorismo que havia desferido um golpe covarde e invejoso.

Assim, face ao estabelecimento de um cenário de agressão e, concomitantemente, visando que o “inimigo” novamente mostrasse seu poderio, Bush pronunciou-se de modo a garantir que os Estados Unidos deveriam agir, daquele momento em diante, com vistas a fortalecer alianças e, concomitantemente, combater o “mal”. Mal esse caracterizado como terrorismo global apoiado por Estados considerados meliantes e com a suposta posse de ADMs. Desse modo, ao observarmos esses trechos do pronunciamento de Bush (2001b), é viável afirmar que, diferentemente do que ocorria discursos empreendidos até então, a busca de uma definição do “inimigo” – oposto aos valores dos Estados Unidos – manifestou-se. A imagem do “mal” e do “inimigo” pareceu adquirir características mais concretas: o inimigo era terrorista, abrigado por Estados meliantes e se utilizava, covardemente, de ADMs.

---

<sup>189</sup> “Hoje nossos concidadãos, nosso modo de vida, nossa própria liberdade foram atacados em uma série de atos terroristas deliberados e mortais [...] Hoje, nossa nação viu o mal - o pior da natureza humana [...]” (BUSH, 2001b, s.p., tradução nossa)

<sup>190</sup> “A América foi alvo de ataques porque somos o farol mais brilhante da liberdade e das oportunidades no mundo. E ninguém deixará essa luz brilhar” (BUSH, 2001b, s.p., tradução nossa)

Porém, apesar das aparências, podemos questionar até que ponto essa definição se tornou mais palpável. Como associar o terrorismo global, que é imprescindivelmente tratado como descolado de fronteiras como advindo de um ou mais Estados? Ademais, a menção a posse de ADMs continuava a deixar em aberto, à audiência do discurso, uma definição mais tangível do termo. E quais eram esses Estados Meliantes? Trata-se, no meu entendimento, de uma representação opaca travestida de bem delimitada de objetos importantes à Política Externa dos Estados Unidos.

“We will make no distinction between the terrorists who committed these acts and those who harbor them.” (BUSH 2001b, s.p.)<sup>191</sup>, disse Bush. Frente a esse trecho do discurso, fica perceptível a ideia de que era desejável e necessário que o inimigo e seus apoiadores enfrentassem a justiça. E, mais que isso, que essa justiça seria levada à cabo, afinal, “America has stood down enemies before, and we will do so this time.” (BUSH, 2001b, s.p.)<sup>192</sup> Tratava-se, assim, o momento como excepcional e, para tanto, considerava-se que não era possível optar pela inércia uma vez que “Thousands of lives were suddenly ended by evil, despicable acts of terror” (BUSH 2001b, s.p.)<sup>193</sup>.

Nesse excerto o destaque é dado ao senso de justiça advindo do governo dos Estados Unidos. Senso este transmitido como legítimo e como historicamente utilizado para destruir inimigos. Desse modo, os contornos de um chamado feito de modo a distinguir o bem do mal, o justo do injusto e o amigo do inimigo foram postos como mais claros. A fórmula para tamanha distinção foi descrita como simples “America and our friends and allies join with all those who want peace and security in the world, and we stand together to win the war against terrorism.” (BUSH, 2001b, s.p.)<sup>194</sup>.

Além disso, a partir de postura que buscava reforçar um *ethos* estadunidense, Bush tentou firmar a ideia de que os Estados Unidos, apesar de abalados, estavam mais determinados que nunca: “Terrorist attacks can shake the foundations of our biggest buildings, but they cannot touch the foundation of America.” (BUSH, 2001b, s.p.)<sup>195</sup> Em outras palavras, Bush reiterou a existência de capacidade e desejo sem precedentes dos Estados Unidos para superar aquele cenário. E, de modo a delinear as ações que seriam

<sup>191</sup> “Não faremos distinção entre os terroristas que cometeram esses atos e aqueles que os abrigam” (BUSH, 2001b, tradução nossa).

<sup>192</sup> “A América já destruiu os inimigos antes, e faremos isso desta vez” (BUSH, 2001b, s.p., tradução nossa)

<sup>193</sup> “Milhares de vidas foram repentinamente terminadas por atos de terror maldosos e desprezíveis” (BUSH 2001b, s.p., tradução nossa)

<sup>194</sup> “A América e os nossos amigos e aliados se juntam a todos aqueles que querem paz e segurança no mundo, e estamos juntos para ganhar a guerra contra o terrorismo”. (BUSH, 2001b, s.p., tradução nossa)

<sup>195</sup> Ataques terroristas podem abalar as fundações dos nossos maiores edifícios, mas eles não podem tocar a fundação da América. (BUSH, 2001b, s.p., tradução nossa)

tomadas a partir daquele momento, Bush afirmou que “This is a day when all Americans from every walk of life unite in our resolve for justice and peace [...] None of us will ever forget this day, yet we go forward to defend freedom and all that is good and just in our world.” (BUSH, 2001b, s.p.)<sup>196</sup>

Frente a essa imagem que delineou, de um lado, um país abalado e, de outro, um inimigo a ser combatido urgentemente, percebo que o 11 de setembro e os discursos que circundaram essa data permitiram que fossem concedidos aos Estados Unidos plenos poderes para combater o “inimigo”. Isso porque, em concordância com Scahill (2001), considero que a partir de 2001 – e face ao empreendimento da GGT em 2003, conforme explico adiante – foi atribuído à Casa Branca o poder, sem precedentes, de investigar, perseguir e eliminar àqueles *considerados* responsáveis pelas mazelas vivenciadas pelos Estados Unidos. Por isso, paralelamente ao desmoronamento das Torres Gêmeas, desmoronaram (ou fizeram-se desmoronar?) também quaisquer amarras legais que poderiam impedir investidas militares.

E de modo a sustentar as informações transmitidas a partir dos discursos empreendidos por Bush a partir de então, foi construída o que Weber (2002) chama de “gramática moral da guerra”. Em outras palavras, os discursos foram construídos a partir de informações autoevidentes, autorreplicáveis e convincentes à boa parte de sua audiência. Por isso, por meio dessa gramática moral, a causa que visava abarcar todo e qualquer estadunidense, e que emergira após o 11 de setembro, criou uma imaginação que sustentou uma ausência de ambiguidade moral. Assim, defendeu-se, no seio da política externa estadunidense, que as respostas (belicosas) a serem dadas ao terror eram corretas e inquestionáveis.

Saliento também, com auxílio de Butler (2004) e Stampnitzky (2013) que essa “gramática moral da guerra” e sua incorrência a ambiguidades que visavam não ser questionadas também encontraram sustentáculo na emergência de ondas de “anti-intelectualismo” e/ou de “anti-saber” (*anti-knowledge*). Isso porque, aqueles que tentavam entender as razões dos ataques empreendidos e/ou a dita necessidade de revidar belicosamente, eram considerados indulgentes, ou até mesmo simpatizantes dos atos. De acordo com as autoras, essa repressão foi originada em várias frentes: por meio da mídia, por meio de pronunciamentos políticos, por meio de familiares das vítimas e, até mesmo, por meio de *experts* em terrorismo. Assim, após o 11 de setembro, de acordo com o discurso dominante (do *anti-knowledge*), tentar entender suas motivações presumia permitir a

---

<sup>196</sup> "Este é um dia em que todos os americanos de cada caminhada da vida se unem em nossa resolução pela justiça e pela paz. [...] Nenhum de nós nunca esquecerá este dia, mas avançamos para defender a liberdade e tudo o que é bom e apenas em nosso mundo." (BUSH, 2001b, s.p., tradução nossa)

continuação do mal, questionar a gramática moral da guerra e ser um obstáculo ao combate do inimigo.

Face a essas informações, julgo necessário reiterar que nessa dissertação o objetivo central é tentar compreender os discursos que permearam esse complexo cenário a partir de uma perspectiva que se afasta de escolhas *either/or*. Em outras palavras, não se trata de abordar esse ou aquele cenário como corretos e incorretos e de, assim, estabelecer um cenário ideal.

### 3.3.3 Address to Joint Session of congress and the American People – September 20, 2001 Discurso à Sessão Conjunta do Congresso e ao Povo Americano – 20 de setembro de 2001

Poucos dias após os ataques de 11 de setembro, Bush proferiu, em uma sessão conjunta, um discurso endereçado ao Congresso dos Estados Unidos e ao povo sob seu governo. Logo de início seu pronunciamento estabeleceu uma linha divisória: anteriormente ao 11 de setembro os eventos vivenciados pelos Estados Unidos participavam de um curso dito “normal”; posteriormente aos ataques, o Presidente deu a entender que havia tido início um momento “anormal”, ou seja, excepcional. Ainda, nesse pronunciamento Bush destacou que a sensação de anormalidade era compartilhada por todos. Isso porque, “In the normal course of events, Presidents come to this chamber to report on the state of the Union. Tonight, no such report is needed. It has already been delivered by the American people.” (BUSH, 2001c, s.p.)<sup>197</sup>

Frente a esse momento definido como excepcional, Bush frisou a importância do senso de comunidade. A ação do “Nós”, em tempos difíceis, foi descrita como essencial uma vez que sua abrangência não se limitava ao povo estadunidense, mas também era composto por outros povos que falavam outras línguas e cultivavam outras crenças.

We have seen the state of our Union in the endurance of rescuers, working past exhaustion. We have seen the unfurling of flags, the lighting of candles, the giving of blood, the saying of prayers – in English, Hebrew, and Arabic. We have seen the decency of a loving and giving people who have made the grief of strangers their own [...] America will never forget the sounds of our National Anthem playing at Buckingham Palace, on the streets of Paris, and at Berlin's Brandenburg Gate. We will not forget South Korean children gathering to pray outside our embassy in Seoul, or the prayers of sympathy offered at a mosque in Cairo. We will not forget

---

<sup>197</sup> “No curso normal dos acontecimentos, os presidentes vêm a esta câmara para relatar o estado da União. Hoje à noite nenhum relatório desse tipo é necessário. Esse relatório já foi entregue pelo povo americano.” (BUSH, 2001c, s.p., tradução nossa)

moments of silence and days of mourning in Australia and Africa and Latin America. (BUSH, 2001c, s.p.)<sup>198</sup>

Porém, apesar de exaltar a solidariedade advinda de vários locais do mundo, o discurso de Bush também se dedicou a estabelecer bases que defendiam a necessidade de ação. Ação essa representada como inadiável e necessária. Isso porque, de acordo com Bush, os Estados Unidos eram, naquele momento, “[...] a country awakened to danger and called to defend freedom. Our grief has turned to anger, and anger to resolution. Whether we bring our enemies to justice, or bring justice to our enemies, justice will be done.” (BUSH, 2001c, s.p.)<sup>199</sup>

Ademais da divisão “normal *x* anormal” é também possível identificar nesses trechos do discurso de Bush a delimitação feita entre “amigos *x* inimigos”. Por isso, ao observar o discurso, bem como seus desdobramentos, é viável salientar que sua utilização foi essencial de modo a erguer o discurso de enfrentamento que, nos anos seguintes, incluiria o Iraque como pertencente ao grupo “inimigo”. Além disso, frente ao destaque dado à ideia de excepcionalidade, formularam-se bases para tratar a “ameaça” como tão imperiosa que, quase que instantaneamente, favoreceu-se o cultivo da intenção de tomada de medidas urgentes.

Esse binarismo, porém, ainda apresentava um “Outro” opaco. E, ainda, sublinhava-se que as razões para os ataques ainda eram incompreendidas. “Why do they hate us?”, questionou Bush (2001c, s.p.)<sup>200</sup>. Ainda assim, nesse pronunciamento, Bush sinalizou que havia indícios que atribuíam a responsabilidade pelas mazelas sofridas pelos Estados Unidos à *al-Qaeda*<sup>201</sup>. Além disso, de acordo com Karin Riswold (2015) foi nesse discurso que, pela primeira vez, foi feita a conexão oficial entre os ataques empreendidos e inimigos mais definidos, quais sejam: a *al-Qaeda*, Talibã e Osama bin Laden.

“Our war on terror begins with al Qaeda, but it does not end there. It will not end until every terrorist group of global reach has been found, stopped and defeated.” (BUSH, 2001c, s.p.). Desse modo, o “inimigo” adquiriu duas características principais: ao mesmo tempo foi

---

<sup>198</sup> Vimos o estado da nossa União na resistência dos socorristas, trabalhando até a exaustão. Vimos o desdobramento de bandeiras, a iluminação de velas, a doação de sangue, o dizer de orações - em inglês, em hebraico e em árabe. Vimos a decência de um povo amoroso e generoso que tomou a dor de estranhos [...] A América nunca esquecerá os sons do nosso Hino Nacional tocando no Palácio de Buckingham, nas ruas de Paris e no Portão de Brandemburgo, em Berlim. Não vamos esquecer as crianças sul-coreanas se reunindo para rezar do lado de fora de nossa embaixada em Seul, ou as orações de simpatia oferecidas em uma mesquita no Cairo. Não esqueceremos momentos de silêncio e dias de luto na Austrália e na África e na América Latina. (BUSH, 2001c, s.p., tradução nossa)

<sup>199</sup> “[...] um país despertado para o perigo e chamado para defender a liberdade. Nossa dor se transformou em raiva e a raiva em determinação. Quer levemos nossos inimigos à justiça ou façamos justiça aos nossos inimigos, a justiça será feita.” (BUSH, 2001c, s.p., tradução nossa)

<sup>200</sup> “Por que eles nos odeiam?” (BUSH, 2001c, s.p., tradução nossa)

<sup>201</sup> A base. (Tradução nossa)



considerado como pertencente a redes (*networks*) terroristas, caracterizadas pelo anonimato e pela transnacionalidade, e também foi estabelecido sob a forma de governos e Estados que o subsidiavam e que a ele davam abrigo.

E, em relação às motivações desse(s) suposto(s) inimigo(s), Bush salientou que

They hate what we see right here in this chamber – a democratically elected government. Their leaders are self-appointed. They hate our freedoms -- our freedom of religion, our freedom of speech, our freedom to vote and assemble and disagree with each other. (BUSH, 2001c, s.p.)<sup>202</sup>

Além disso, para o Presidente,

On September the 11th, enemies of freedom committed an act of war against our country [...] All of this was brought upon us in a single day -- and night fell on a different world, a world where freedom itself is under attack. (BUSH, 2001c, s.p.)<sup>203</sup>

Ademais, foi essencial para sua construção as justificativas das ações que seriam tomadas adiante. O embate “amigo-inimigo” adquiriu então forma de um conflito entre o mundo dito civilizado e o terror. De um lado figurava, nas palavras de Bush, o mundo civilizado e ideal, de outro, estava o mundo intolerante, corrosivo e que propagava o terror.

This is not, however, just America's fight. And what is at stake is not just America's freedom. This is the world's fight. This is civilization's fight. This is the fight of all who believe in progress and pluralism, tolerance and freedom. [...]The civilized world is rallying to America's side. They understand that if this terror goes unpunished, their own cities, their own citizens may be next. Terror, unanswered, can not only bring down buildings, it can threaten the stability of legitimate governments. And you know what -- we're not going to allow it. (Applause.) (BUSH, 2001c, s.p.)<sup>204</sup>

Trata-se de um discurso que une fé e patriotismo e que, conseqüentemente, delimita fronteiras e as trata como naturais e inquestionáveis. Um discurso que padroniza o correto e o incorreto e que, ao fazê-lo, define a justiça de sua causa e exclui a legitimidade de todos aqueles que questionam seus motivos, as conseqüências de seus desdobramentos e/ou pedem por explicações mais específicas. Além disso, no que diz respeito à identificação do “terrorismo” e de “terroristas”, é possível apontar uma ambigüidade latente no uso desses

---

<sup>202</sup> Eles odeiam o que vemos aqui mesmo nesta câmara - um governo democraticamente eleito. Seus líderes são autoneomados. Eles odeiam nossas liberdades - nossa liberdade de religião, nossa liberdade de expressão, nossa liberdade para votar, reunir e discordar uns dos outros. (BUSH, 2001c, s.p., tradução nossa)

<sup>203</sup> No dia 11 de setembro, inimigos da liberdade cometeram um ato de guerra contra o nosso país. [...] Tudo isso foi trazido sobre nós em um único dia - e a noite caiu em um mundo diferente, um mundo onde a própria liberdade está sendo atacada. (BUSH, 2001c, s.p., tradução nossa)

<sup>204</sup> Esta não é, no entanto, apenas a luta dos Estados Unidos. E o que está em jogo não é apenas a liberdade da América. Esta é a luta do mundo. Esta é a luta da civilização. Esta é a luta de todos que acreditam no progresso e no pluralismo, na tolerância e na liberdade. [...] O mundo civilizado está se unindo ao lado da América. Eles entendem que se esse terror ficar impune, suas próprias cidades, seus próprios cidadãos podem ser os próximos. O terror, sem resposta, pode não apenas derrubar edifícios, mas também ameaçar a estabilidade de governos legítimos. E vocês sabem que nós não vamos permitir isso. (Aplausos) (BUSH, 2001c, s.p., tradução nossa)

termos, ao passo que seu uso identifica um inimigo não localizável em nenhum lugar específico, mas que foi utilizado constantemente como justificativa para uma guerra preemptiva

A partir da retórica que opõe o “Nós/Eu” ao “Outro/Eles”, cria-se uma estrutura linguística que implícita e explicitamente tenta especificar o que é bom e o que é mau. Ademais, esse pronunciamento criou uma aura de certezas, dentre as quais prevaleceu a de que o bem triunfaria. “Freedom and fear, justice and cruelty, have always been at war, and we know that God is not neutral between them.” (BUSH, 2001c, s.p.)<sup>205</sup> Assim, delineou-se a certeza de que Deus estaria ao lado dos Estados Unidos e não ao lado do Outro. Assim, nas palavras de Bush, “Great harm has been done to us. We have suffered great loss. And in our grief and anger we have found our mission and our moment. Freedom and fear are at war. [...] We will not tire, we will not falter, and we will not fail.” (BUSH, 2001c, s.p.)<sup>206</sup>

É notório também que essas declarações sugeriram a existência de uma visão de mundo que pressupunha que a existência de conflitos era natural e compunha o cerne da realidade. Ademais, ao apelar para a fé, o discurso apossou-se da noção de que Deus possuiria um posicionamento favorável à liberdade e à justiça e que, por isso, estaria instantaneamente ao lado dos Estados Unidos e de seus aliados. Em outras palavras, o chamado para ações militares feito pautava-se também em uma permissão divina, uma vez que as motivações dos Estados Unidos foram definidas como corretas. Assim como salienta Riswold (2015, p. 45)

US suddenly seems to be the chosen nation, the favored ones in the eyes of God. This claim about God’s position and favor, coupled with the stated *certainty* of the outcome of whatever military action would follow, speaks arrogantly about the power and privilege of this nation.<sup>207</sup>

É possível, assim, também questionar a delimitação do cenário daquele momento, bem como as justificativas das ações que teriam lugar. Isso porque, a ideia de que lutas contra o “mal” e a definição de “inimigo” pode ser posta em xeque: é possível realizarmos definições limpas, fáceis e claras? Há apenas o bem e o mal? Santos e pecadores? Ou Podemos considerar que todos somos uma mistura caótica de várias posturas, ideologias e atitudes? (RISWOLD, 2015)

<sup>205</sup> “Liberdade e medo, justiça e crueldade, sempre estiveram em guerra, e sabemos que Deus não é neutro no que diz respeito a eles.” (BUSH, 2001c, s.p., tradução nossa)

<sup>206</sup> “Um grande dano foi feito a nós. Nós sofremos uma grande perda. E em nossa tristeza e raiva encontramos nossa missão e nosso momento. Liberdade e medo estão em guerra. [...] Não nos cansaremos, não vacilaremos e não falharemos.” (BUSH, 2001c, s.p.)

<sup>207</sup> “Os EUA repentinamente parecem ser a nação escolhida, os favorecidos aos olhos de Deus. Esta afirmação sobre a posição e favor de Deus, juntamente com a certeza declarada do resultado de qualquer ação militar, fala arrogantemente sobre o poder e privilégio desta nação.” (RISWOLD, 2015, p. 45, tradução nossa)

A caracterização de uma clara oposição entre civilização e terror pautou-se em dicotomias que não buscaram explicar profundamente complexidades e nuances da política global. Optou-se, pelo contrário, em estabelecer a ideia de que os Estados Unidos eram a maior nação da terra e, assim, silenciar quaisquer questionamentos a esses pressupostos. Definição essa associada à ideia de que os Estados Unidos seriam uma nação investidas do favor divino, o que, por si só, justificaria o empreendimento da violência.

Ao apreciar esse discurso, é possível ter em mente que sua elaboração, bem como sua difusão, se deu em um momento muito próximo aos ataques de 11 de setembro. Desse modo, torna-se perceptível que seu conteúdo traz consigo a ideia de que era necessário lidar com os sentimentos de coletividades – representadas pelo povo estadunidense, pelos seus governantes e, também, por todo o mundo que se sensibilizara com esses eventos. Ademais, sua construção se deu de modo a dar, a essa audiência, esperança e, ao mesmo tempo, mostrar que seus medos eram compreendidos e que seriam combatidos.

#### 3.4 2002 – A identificação do inimigo?

Nessa seção volto minhas atenções para cinco documentos que demonstram uma alteração no tom do tratamento dispensado ao Iraque pelos Estados Unidos. O primeiro deles, Discurso Sobre o Estado da União, reforçou um cenário de excepcionalidade e fez um chamado para enfrentamentos diretos. Isso porque tornou-se mais proeminente, a partir daquele momento, a ideia de que não era mais possível manter-se inerte. O segundo discurso, Discurso à Assembleia Geral das Nações Unidas, por sua vez, constituiu um chamado com vistas a ampliar a gama de apoiadores dos enfrentamentos que estavam sendo planejados. Ademais, ao pronunciar-se à AGNU, Bush tentou reforçar a ideia de que se tratava não apenas de uma luta estadunidense, mas sim uma luta do mundo democrático, livre e ocidental.

Frente a esse cenário, considero o terceiro discurso, que anuncia um acordo bipartidário de autorização de uso da força contra o Iraque, uma tentativa de demonstração de unidade nacional, de uma superação de animosidades partidárias, em prol da efetivação dos interesses do governo Bush no Iraque. O quarto discurso, por sua vez, voltou-se diretamente para o Iraque e para seu povo. Trata-se de um discurso que tentou delinear divisões internas naquele país.

Nas palavras de Bush, havia dois Iraques: um a ser combatido, por abrigar um regime tirano e subsidiar o terrorismo e outro Iraque a ser defendido, lar de uma história incomparável e de um povo que não mais merecia sofrer. Desse modo, nesse discurso,

prevaleceu a tentativa de convencer uma audiência distinta de que a força deveria ser utilizada: a do próprio Iraque. Por último, volto minhas atenções para um documento constantemente revisitado quando a Política Externa de Bush é analisada: a Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Isso porque, a partir dessa estratégia, novas diretrizes de ação foram elaboradas e, desse modo, o Iraque, sob a forma de inimigo, viu-se amplamente delimitado.

### 3.4.1 President Delivers State of the Union Address – January 29, 2002

#### O Presidente profere o Discurso sobre o estado da União – 29 de janeiro de 2002

O Discurso sobre o estado da União, proferido por Bush, direcionou-se, em grande parte, a questões de política externa. Isso porque, posteriormente aos ataques de 11 de setembro de 2001, teve início à denominada GGT. Esboçou-se, assim, um momento permeado pelo uso do medo de ameaças como propulsores de consenso. (PECEQUILO, 2007). Logo de início Bush frisou a ideia de que o mundo civilizado estaria enfrentando um perigo sem precedentes. Perigo esse que seria alvo de "uma batalha longa, multidimensional e perigosa [...] o novo "outro", mais volátil, de face menos definida e sem o caráter sistêmico do comunismo". (PECEQUILO, 2007, p. 7)

E, de modo a delinear a eminência desse perigo e a justificar as ações que seriam tomadas para evita-lo, Bush dedicou parte de seu pronunciamento para relembrar as dificuldades e choques vividos pelos Estados Unidos não havia muito. Além disso, Bush destacou que, apesar de um cenário turbulento, os Estados Unidos estavam se reerguendo e, assim, levando a cabo a missão que cabia aos Estados Unidos.

Como exemplo do empreendimento desse dito sucesso, o Presidente destacou as ações levadas a cabo no Afeganistão. Portanto, em seu discurso, exaltou a resiliência dos Estados Unidos, bem como sua determinação e rapidez de ação:

[...] our nation has comforted the victims, begun to rebuild New York and the Pentagon, rallied a great coalition, captured, arrested, and rid the world of thousands of terrorists, destroyed Afghanistan's terrorist training camps, saved a people from starvation, and freed a country from brutal oppression. (BUSH, 2002a, s.p.)<sup>208</sup>

Ainda, frente a esse cenário, Bush tentou garantir que

---

<sup>208</sup> [...] nossa nação confortou as vítimas, começou a reconstruir Nova York e o Pentágono, reuniu uma grande coalizão, capturou, prendeu e livrou o mundo de milhares de terroristas, destruiu os campos de treinamento terrorista do Afeganistão, salvou um povo da fome e libertou um país da opressão brutal. (BUSH, 2002a, s.p., tradução nossa)

Our nation will continue to be steadfast and patient and persistent in the pursuit of two great objectives. First, we will shut down terrorist camps, disrupt terrorist plans, and bring terrorists to justice. And, second, we must prevent the terrorists and regimes who seek chemical, biological or nuclear weapons from threatening the United States and the world. (BUSH, 2002a, s.p.)<sup>209</sup>

É necessário ressaltar, porém, que além de uma construção problemática que opta pela hierarquização entre um mundo civilizado e um mundo não-civilizado, o discurso de Bush, ao propor que o Afeganistão representava um alvo de uma missão bem-sucedida, incorreu a afirmações genéricas que, apesar de trazerem a impressão de sucesso, podem ser amplamente criticadas a partir de uma análise mais atenta.

É perceptível que combater “a” ameaça que violara o dito imaculado território estadunidense era posto como necessidade extrema. E para combatê-la, salientava-se uma necessidade de eliminar “o” terrorismo. Afirmava-se também que seus empreendedores, os “terroristas”, deveriam ser exterminados. Mas, como se daria esse processo? Se há centenas de definições para terrorismo, como os Estados Unidos teriam a capacidade identificar um terrorista? (KIRAS, 2013; WHITTAKER, 2005). E, se pensarmos que terrorismo e terroristas destoam da lógica estadocêntrica, como terroritorializar o fenômeno? Ainda, como poderiam os Estados Unidos Republicano de Bush encontrar inimigos e puni-los sem violar princípios de dignidade humana, da inviolabilidade de soberanias e o tratamento igual a ser dispensado a todos os povos exaltados em sua Plataforma?

Com o apoio de um autor revisitado no Capítulo 1, Said (2007), é possível considerar que a administração Bush, a partir do uso de *clichés*, reforçou estereótipos que foram de extrema utilidade para justificar o seu uso de poder e de violência. A partir da batalha contra o desconhecido, emergiram dicotomias que simplificaram de sobremaneira a perseguição, a captura e o tratamento daqueles capturados durante o empreendimento GGT, bem como empreendimentos bélicos em territórios estrangeiros, como era o caso do Afeganistão e como seria o caso do Iraque. Assim, a partir da construção do Oriente e do Oriental; do árabe e do muçulmano ameaçadores; tornaram-se alvos pessoas, grupos e Estados cuja postura divergia ou resistia à subordinação aos interesses do Ocidente. Concepção essa reforçada a partir da simplificação do “outro” perdido em uma estrutura despótica, imóvel e que precisa ser consertada. (SAID, 2007).

---

<sup>209</sup> Nossa nação continuará a ser firme, paciente e persistente na busca de dois grandes objetivos. Primeiro, vamos fechar os campos terroristas, interromper os planos terroristas e levar os terroristas à justiça. E, segundo, devemos evitar que os terroristas e regimes que buscam armas químicas, biológicas ou nucleares ameacem os Estados Unidos e o mundo. (BUSH, 2002a, s.p., tradução nossa)

Além disso, considero que esses e outros discursos<sup>210</sup> possibilitaram o tratamento de "terroristas" como uma classe à parte - não (tão) humana. Isso porque, mesmo que subjetivamente, quando discursos naturalizam certas interpretações e não outras, a criação do "outro" pode ser utilizada, de maneira potencial, como uma arma política. Por isso, a partir do estabelecimento dessas bases, abriu-se espaço para o chamado por uma guerra a ser empreendida contra aqueles (pessoas, grupos e Estados) identificados como sinônimos de maldade, de insanidade, de desvio de conduta e de desumanidade. (COWAN, 2008)

Há, assim, vários questionamentos possíveis face à a estruturação do discurso de Bush, bem como aos seus desdobramentos, perceptíveis ainda naquele ano. Lauren Wilcox (2015), por exemplo, dedica parte de seu trabalho a questionar o modo como se deu a detenção de pessoas classificadas como "Terroristas" em Guantánamo"<sup>211</sup>. Isso porque, de acordo com a autora, durante a administração Bush, aplicaram-se técnicas que eram definidas como "técnicas de interrogação aprimoradas", mas que, legalmente, se encaixavam na definição de tortura – mecanismo esse contrário aos princípios de dignidade humana defendidos em vários discursos de Bush e condenado pelas Convenções de Direitos Humanos e de Direito Internacional dos Direitos Humanos, das quais os Estados Unidos eram, naquele momento, signatários. (WILCOX, 2015, p. 49).

Além disso, de acordo com Scahill (2011) e por meio de entrevistas que o autor realizou à oficiais e ex-oficiais da CIA e de outros departamentos do governo estadunidense, há a noção de que resoluções e medidas foram tomadas de modo a permitir que a CIA pudesse capturar e manter sob sua custódia não apenas militantes, mas também *suspeitos* de terrorismo do mundo inteiro. O autor também avança a possibilidade (dita não oficial pelo governo dos Estados Unidos) da existência de *black holes*, ou seja, de prisões secretas nas quais essas pessoas eram (e são) encarceradas, interrogadas e, se necessário, torturadas. Caso levados à cabo, conforme denunciado por Scahill (2011), as ações do Governo Bush agiram em descompasso com o Artigo V da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que garante que "Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou

---

<sup>210</sup> Ademais da Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos, que é analisada nas páginas seguintes, também é possível ter como exemplo a: AUTHORIZATION FOR USE OF MILITARY FORCE, [against Terrorists], PL 107-40, 2001. Disponível em: < <http://www.cfr.org/911-impact/authorization-use-military-force-pl-107-40/p25703>>

<sup>211</sup> O centro de detenção de Guantánamo, localizado em Cuba, foi aberto, pelos Estados Unidos, em julho de 2002. Ainda que a prisão tenha sido inaugurada 5 meses após o empreendimento desse discurso, é perceptível a conexão de ambos a partir da promessa de que os Estados Unidos destruiriam e destruiriam campos "terroristas", livraram e livrariam pessoas da opressão e haviam capturado e capturariam milhares de "terroristas", bem como os exterminariam.

degradante.” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, Artigo V, s.p.)

Certamente, como demonstrado na leitura monológica desse discurso, esses questionamentos não foram feitos. Muito pelo contrário, em nome da defesa de uma dita missão inadiável, dicotomias e generalizações foram preferíveis. Desse modo, outro aspecto do discurso de Bush foi possibilitado: um convite para o estabelecimento de um trabalho conjunto em nome de uma “Guerra ao Terror”. Apenas por essa via, afirmara Bush, seria factível negar aos “terroristas” e aos seus Estados financiadores qualquer possibilidade de obter expertise, materiais e tecnologias para que ADMs fossem desenvolvidas e para que o perigo se espraiasse.

Esse convite foi feito a partir de quatro certezas: a de que havia uma divisão clara amigo/aliado  $\times$  inimigo; a de um enfrentamento direto era necessário; a de que os passos a serem dados eram definidos e certos e; a de que que os Estados Unidos e seus aliados prevaleceria. De modo a sustentar essas certezas e suas justificativas, Bush não hesitou em apelar para uma postura mais impositiva: “[...]some governments will be timid in the face of terror. And make no mistake about it: If they do not act, America will. (BUSH, 2002a, s.p.) Assim, ao evocar uma ação conjunta, reforçou-se a ideia de que apenas um caminho era possível: a de que a audiência se juntasse aos Estados Unidos e triunfasse, ou a de que optasse por outro caminho e fosse imediatamente excluído e sofresse as consequências.

Assim, o discurso de Bush tentou trazer à sua audiência a impressão de infalibilidade. Para tanto, afirmou que seus alvos eram precisos: “Some of these regimes have been pretty quiet since September the 11th. But we know their true nature.” (BUSH, 2002a, s.p.)<sup>212</sup> Ademais do Afeganistão, nessa lista figuravam Coreia do Norte, Irã e Iraque. Tratavam-se, nas palavras de Bush, de Estados que, aliados ao terrorismo, compunham um

[...] axis of evil, arming to threaten the peace of the world. By seeking weapons of mass destruction, these regimes pose a grave and growing danger. They could provide these arms to terrorists, giving them the means to match their hatred. They could attack our allies or attempt to blackmail the United States. In any of these cases, the price of indifference would be catastrophic. (BUSH, 2002a, s.p.)<sup>213</sup>

<sup>212</sup> “[...] Alguns desses regimes têm se mantido muito quietos desde o 11 de setembro. Mas nós conhecemos sua natureza.” (BUSH, 2002a, s.p., tradução nossa)

<sup>213</sup> “[...] um *Eixo do Mal* armando para ameaçar a paz mundial. Buscando Armas de Destruição em Massa, esses regimes constituem ameaças graves e crescentes. Eles poderiam providenciar essas armas aos terroristas, dando-lhes os meios para combinar seu ódio. Eles poderiam atacar nossos aliados ou tentar chantagear os Estados Unidos. Em qualquer um desses casos o preço da indiferença seria catastrófico. (BUSH, 2002a, s.p., tradução nossa)

Assim, no que dizia respeito ao Iraque, Bush traçou características que associavam esse país à promoção do terror. Associação essa tratada por Bush como incontestável e sustentava por uma visita ao histórico recente de abusos cometidos pelo regime do país comandado por Saddam Hussein. Para Bush, “Iraq continues to flaunt its hostility toward America and to support terror.” (2002a, s.p.)<sup>214</sup> Isso porque

The Iraqi regime has plotted to develop anthrax, and nerve gas, and nuclear weapons for over a decade. This is a regime that has already used poison gas to murder thousands of its own citizens -- leaving the bodies of mothers huddled over their dead children. This is a regime that agreed to international inspections -- then kicked out the inspectors. This is a regime that has something to hide from the civilized world. (BUSH, 2002a, s.p.)<sup>215</sup>

Porém, assim como sublinhei na seção 3.1., o discurso de Bush, ao focar-se nas falhas do regime iraquiano, deixa de sublinhar a convivência dos Estados Unidos com as ações do Iraque durante a década de 1980 – justamente o período revisitado para apontar um perfil desviante no Iraque. Além disso, é necessário destacar que o discurso de Bush se encerrou reforçando todos os aspectos levantados desde seu início. Desse modo, prometeu que

America will lead by defending liberty and justice because they are right and true and unchanging for all people everywhere. [...] No nation owns these aspirations, and no nation is exempt from them. We have no intention of imposing our culture. But America will always stand firm for the non-negotiable demands of human dignity: the rule of law; limits on the power of the state; respect for women; private property; free speech; equal justice; and religious tolerance. (BUSH, 2002a, s.p.)<sup>216</sup>

Com base nesse excerto é possível perceber que a divisão certo/verdadeiro x errado/falso é normalizada e que, assim, quaisquer medidas tomadas em nome dos primeiros pares seriam auto justificadas e não careceriam de quaisquer questionamentos. Ao mesmo tempo, ambiguidades são desconsideradas. De um lado, esse trecho afirma que nenhuma nação está isenta de experimentar liberdade e justiça, o que implica que os Estados Unidos consideram essa “experiência” obrigatória. De outro, Bush afirma que não há intenção, por parte de seu país, de realizar imposições culturais. Mas, afirmar que valores como liberdade e

<sup>214</sup> “O Iraque continua a exibir sua hostilidade em relação aos Estados Unidos e a apoiar o terror”. (2002a, s.p., tradução nossa)

<sup>215</sup> “O regime iraquiano planejou desenvolver antraz, gás nervoso, e armas nucleares por mais de uma década. Este é um regime que já usou gás venenoso para assassinar milhares de seus próprios cidadãos - deixando os corpos de mães amontoados sobre seus filhos mortos [...] um regime que concordou com inspeções internacionais - e expulsou os inspetores. Este é um regime que tem algo a esconder do mundo civilizado. (BUSH, 2002a, s.p., tradução nossa)

<sup>216</sup> Os EUA liderarão por meio da defesa da liberdade e da justiça porque elas são corretas, verdadeiras e imutáveis para todas as pessoas em todos os lugares. [...] Nenhuma nação possui essas aspirações e nenhuma nação está isenta delas. Não temos intenção de impor nossa cultura. Mas os EUA sempre estarão firmes para as exigências não negociáveis da dignidade humana: o estado de direito; limites no poder do estado; respeito pelas mulheres; propriedade privada; discurso livre; justiça igual; e tolerância religiosa. (BUSH, 2002a, s.p., tradução nossa)



justiça são inerentes à existência dos Estados Unidos e liderar a sua defesa, até mesmo por meios bélicos, não é realizar imposições culturais? Imposições essas com desdobramentos materiais?

Nessas circunstâncias e face às omissões discursivas apontadas, começou a ganhar forma a ideia de guerra preventiva. Isso porque, aventava-se a possibilidade de um cenário excepcional, que enfrentaria ameaças iminentes e que, possivelmente, teria que lidar com desastres nucleares caso se mantivesse inerte. Por isso Bush afirmou que “I will not wait on events, while dangers gather. I will not stand by, as peril draws closer and closer [...] The United States of America will not permit the world's most dangerous regimes to threaten us with the world's most destructive weapons.” (BUSH, 2002a, s.p.)<sup>217</sup> Porém, a argumentação presente nesse discurso não avança. Quais eram as provas de que os Estados Unidos seriam, novamente, alvos de ataques externos? Como se chegou ao conhecimento de que ameaças estavam, a cada dia, mais perto de se materializarem? Quais aspectos foram utilizados para definir os regimes elencados como os mais perigosos do mundo? Quais eram as provas materiais de posse, por parte desses países, das armas mais destrutivas do mundo? Nenhum desses aspectos é bem explicado.

#### 3.4.2 Address to the United Nations General Assembly in New York City – September 12, 2002

##### Discurso à Assembleia Geral das Nações Unidas na cidade de Nova Iorque, 12 de setembro de 2002

Proferido um ano e um dia após uma data marcante na história dos Estados Unidos, esse discurso representa, ao meu ver, uma das peças centrais na construção, por parte do Executivo estadunidense, da definição do Iraque como inimigo. Isso porque, trata-se de um texto permeado pelo reforço do sentimento luto, pela exaltação de supostas vitórias da Guerra ao Terror e pela declaração explícita de que o Iraque era um Estado fora da lei e que, por isso, reunia características que pediam por um embate direto.

Já em suas primeiras frases, Bush enalteceu os empreendimentos que foram levados a cabo no seio da GGT, e os justificou a partir do sentimento de luto que pairava no país. Sentimento esse que, de acordo com Butler (2004) foi revertido de modo que políticas que

---

<sup>217</sup> “ Eu não vou esperar por eventos, enquanto os perigos se juntam. Eu não vou ficar parado à medida que o perigo se aproxima cada vez mais. [...] os Estados Unidos da América não vão permitir que os regimes mais perigosos do mundo nos ameacem com as armas mais destrutivas do mundo. ”(BUSH, 2002a, s.p., tradução nossa)

alimentavam ciclos de violência tivessem lugar. Além disso, de modo a angariar aliados e a convencer sua audiência da justiça de sua causa, Bush idealizou um cenário em que prevalecia um desejo comum entre a AGNU e os Estados Unidos: a promoção de justiça e o repúdio a um mundo permeado pelo medo e por conflitos. Assim, de maneira a corroborar com sua exposição, Bush frisou que

The United Nations was born in the hope that survived a world war, the hope of a world moving toward justice, escaping old patterns of conflict and fear. The founding members resolved that the peace of the world must never again be destroyed by the will and wickedness of any man [...] Today, these standards and this security are challenged. (BUSH, 2002b, s.p.)<sup>218</sup>

Para Bush, também era necessário “[...] stand up for our security and for the permanent rights and the hopes of mankind. By heritage and by choice, the United States of America will make that stand. And delegates to the United Nations, you have the power to make that stand as well.” (BUSH, 2002b, s.p.). Investiu-se, assim, àquele momento, o caráter de excepcionalidade e de urgência. Ademais, ao delinear essa necessidade de ação conjunta, Bush afirmou que “As a symbol of our commitment to human dignity, the United States will return to UNESCO.” (BUSH, 2002b, s.p.)<sup>219</sup> Promessa essa que pode ser apontada como uma ambiguidade discursiva, haja vista que desde 1984 o país estava fora dessa organização e somente a partir da necessidade de cooperação com membros da AGNU, um retorno seria feito. Assim, para além de considerar apenas a justificativa do compromisso do Governo Bush com a dignidade humana, é possível apontar que poderia se tratar da tentativa de promoção de interesses individuais (do governo Bush) sendo oferecidos à AGNU sob a forma de uma ação altruísta e democrática. (FRAU-MEIGS, 2005)

Ao silenciar essas ambiguidades em prol da corroboração de sua tese e do recrutamento de aliados, o pronunciamento de Bush dedicou-se então a demonstrar conhecimento acerca das ameaças a serem combatidas e, assim, tentar comprovar sua materialidade. De acordo com o Presidente, o perigo advinha de países fora-da-lei (*Outlaw States*). Esses países, salientou Bush, desconheciam limites no que dizia respeito à promoção da violência e, ademais, possuíam uma moral questionável.

De modo a apontar suas preocupações em relação a esses regimes, Bush afirmou que havia pouco o perigo por eles proporcionado havia sido sentido: “[...] we saw the destructive

<sup>218</sup> As Nações Unidas nasceram na esperança de que sobrevivessem a uma guerra mundial, na esperança de um mundo que caminha em direção à justiça, e escapando aos antigos padrões de conflito e medo. Os membros fundadores decidiram que a paz do mundo nunca mais deve ser destruída pela vontade e maldade de qualquer homem [...] Hoje, esses padrões e essa segurança são desafiados. (BUSH, 2002b, s.p., tradução nossa)

<sup>219</sup> Como símbolo de nosso compromisso com a dignidade humana, os Estados Unidos retornarão à UNESCO”(BUSH, 2002b, s.p., tradução nossa)

intentions of our enemies.” (BUSH, 2002b, s.p.)<sup>220</sup>. Assim, se em 2001 Bush se perguntava “Por que eles nos odeiam?”, em 2002 a dúvida parecia ter sido substituída por uma grande certeza. Foi feito, assim, um chamado para que a lei hegemônica fosse aplicada ao fora-da-lei que, acreditava-se, possuía “[...]violent ambitions [...] mad ambitions [...]” (BUSH, 2002b, s.p.)<sup>221</sup>

A partir desse argumento, o discurso de Bush voltou seus olhares para “[...]one place [...] one regime in which we find all these dangers in their most lethal and aggressive forms, exactly the kind of aggressive threat the United Nations was born to confront.” (BUSH, 2002b, s.p.)<sup>222</sup>: o Iraque. Desse momento em diante o pronunciamento de Bush dedicou-se a demonstrar a existência de um país que construía, ao longo dos anos, um caso contra si. E, por meio desse discurso, Bush trouxe também o tom de arrependimento. Para o Presidente, a contenção do Iraque não havia sido suficiente. Para Bush, seu apaziguamento e transformação também deveriam ser levados à cabo.

Bush, ao citar uma série de resoluções e sanções estabelecidas ao Iraque na década anterior, deu enfoque a imagem de um país que, nas suas palavras, seguidamente “[...] broke its promises.” (BUSH, 2002b, s.p.)<sup>223</sup>. Porém, seu discurso não menciona os desdobramentos das punições internacionais estabelecidas ao país durante a década de 1990. Não se menciona que os Estados Unidos, bem como a Grã-Bretanha e a França estabeleceram *no-fly zones* (NFZs) sob a justificativa de proteger o Norte (1991), de população curda, e o Sul (1992), de população muçulmana xiita. Tampouco foi problematizado que, a partir dessa postura, para além da debilitação da soberania iraquiana, houve consequências no tocante à manutenção da economia do país e do bem-estar de sua população. Isso porque, a partir de diversas sanções proibiu-se que qualquer Estado importasse e exportasse do/para o Iraque qualquer produto (incluindo *commodities*, como o petróleo). Não se menciona que as sanções estabelecidas tiveram fortes impactos no que tange aos direitos humanos ao limitarem demasiadamente o acesso da população a medicamentos, a comida e a água potável. Não é declarado também que, como consequência dessas punições estabeleceu-se uma “[...] catastrophic health situation [that caused around] 6,000 deaths a month among children under the age of five”.<sup>224</sup>

<sup>220</sup> “[...] nós conhecemos as intenções destrutivas dos nossos inimigos.” (BUSH, 2002b, s.p., tradução nossa)”

<sup>221</sup> “[...] ambições violentas [...] ambições loucas [...]” (BUSH, 2002b, s.p., tradução nossa)

<sup>222</sup> “[...] um local [...] um regime no qual encontramos todos esses perigos em suas formas mais letais e agressivas, exatamente o tipo de ameaça agressiva que as Nações Unidas nasceram para confrontar.” (BUSH, 2002b, s.p., tradução nossa).

<sup>223</sup> “[...] quebrou suas promessas.” (BUSH, 2002b, s.p., tradução nossa)

<sup>224</sup> “[...] Situação de saúde catastrófica que causou cerca de 6000 mortes por mês entre crianças menores de cinco anos de idade”. (CAMPAIGN AGAINST SANCTIONS IN IRAQ, ONU, decisão da Subcomissão de 1999/10, 1999, s.p., tradução nossa).

(CAMPAIGN AGAINST SANCTIONS IN IRAQ, UN, Sub-comission decision 1999/10, 1999, s.p.).

Pelo contrário, estabeleceu-se uma estruturação discursiva que hierarquizou o apreço por ambições ditas benéficas e racionais – levar a paz e a democracia ao resto do mundo – em detrimento de posturas consideradas violentas e loucas. E, para tanto, negligenciaram-se argumentações que, a partir de várias frentes, condenaram a busca de justiça dos Estados Unidos por meio do empreendimento da violência. Desse modo, foi delimitada a imagem de um país irracional que perturbava a estabilidade e a paz mundiais. (BUSH, 2002b, s.p.).

Bush tentou ratificar essa ideia a partir de afirmativas que não davam a impressão de especulação. Para ele, “The history, the logic, and the facts lead to one conclusion: Saddam Hussein's regime is a grave and gathering danger.” (BUSH, 2002b, s.p.)<sup>225</sup> E quais eram esses fatos? Qual era essa lógica? De acordo com Bush, havia evidências de que o Iraque era governado por um regime tirânico e inclinado a violações: prisões arbitrárias de oponentes políticos, execuções sumárias e torturas. Além disso, de acordo com Bush, naquele momento era sabido que

[...] Iraq is expanding and improving facilities that were used for the production of biological weapons. United Nations inspections also revealed that Iraq likely maintains stockpiles of VX, mustard, and other chemical agents and that the regime is rebuilding and expanding facilities capable of producing chemical weapons. (BUSH, 2002b, s.p.)<sup>226</sup>

Mais uma vez há o apelo à racionalidade dos Estados Unidos e à certeza de que havia evidências para uma ação mais vigorosa. Informações foram apresentadas abundantemente, porém, suas fontes nem sempre foram demonstradas. Bush não falou em números, não deu o nome e a localização das instalações. Pelo contrário, distribuiu informações com um elevado tom de convicção e esperou que isso bastasse à sua audiência. E, para quem oferecesse outra leitura da situação, replicava: “To suggest otherwise is to hope against the evidence.” (BUSH, 2002b, s.p.)<sup>227</sup>

Ademais, seu discurso também tentou trazer a convicção de que os meios legais haviam sido esgotados e que, por isso, uma nova abordagem poderia ser levada a cabo em

<sup>225</sup> "A história, a lógica e os fatos levam a uma conclusão: o regime de Saddam Hussein é um grave e crescente perigo." (BUSH, 2002b, s.p., tradução nossa).

<sup>226</sup> “[...] O Iraque está expandindo e melhorando as instalações que foram usadas para a produção de armas biológicas. As inspeções das Nações Unidas também revelaram que o Iraque provavelmente mantém estoques de VX, mostarda e outros agentes químicos e que o regime está reconstruindo e expandindo instalações capazes de produzir armas químicas.” (BUSH, 2002b, s.p., tradução nossa)

<sup>227</sup> “Sugerir o contrário é criar expectativas contra as evidências.” (BUSH, 2002b, s.p., tradução nossa)

solo iraquiano. Para o presidente, tratava-se de uma dívida dos Estados Unidos para com seus cidadãos e para com o mundo – inclusive para com a população iraquiana. Isso porque,

If we fail to act in the face of anger, the people of Iraq will continue to live in brutal submission. [...] The regime will remain unstable—the region will remain unstable, with little hope of freedom, and isolated from the progress of our times.[...] If we meet our responsibilities, if we overcome this danger, we can arrive at a very different future. (BUSH, 2002b, s.p.)<sup>228</sup>

Nesse excerto, a partir de uma noção (de)limitada da(s) realidade(s) do Iraque, permitiu-se uma representação a partir da imagem de um país e de um povo que deveria ser resgatado de um abismo autoritário. De um país e de um povo sem autonomia e sem capacidade de autogestão, que não havia aceito a oferta de ajuda por parte dos Estados Unidos pelos meios legais e que, então, deveria aceitar uma ação mais agressiva em seu território para seu próprio bem. Para tanto, de acordo com o pronunciamento de Bush, havia apenas dois desfechos possíveis: de um lado, conhecer-se-ia um mundo reduzido ao medo; de outro, porém, seria possível construir um mundo de progresso. E, ainda que nenhum desfecho fosse garantido, a inatividade – por parte dos Estados Unidos e da AGNU – não era, aos seus olhos, bem-vinda. Assim, é visível nesse discurso uma postura mais estridente da Política Externa do Governo Bush em relação ao Iraque. A delimitação do “Nós” tentou englobar não apenas os Estados Unidos, mas todas as nações presentes na AGNU.

O “Outro” por sua vez, foi apresentado não mais como uma figura opaca, mas como um inimigo conhecido e temido: o Iraque. País esse caracterizado por Bush como violento e irracional. É viável também apontar que essa estruturação encontrou apoio em silenciamentos no que dizia respeito às ações dos Estados Unidos no país ao longo das décadas de 1980 e 1990 e aos seus desdobramentos catastróficos na vida da população civil iraquiana. Além disso, esse discurso estruturou-se por meio da ideia de que o luto do 11 de setembro deveria ser superado a partir do empreendimento da violência. Assim, a violência sofrida a ser respondida com mais violência não foi encarada como questionável, mas como justa. E, em nome da demonstração de poder, e em nome das ditas benesses da civilização, ignorou-se a ideia de que dali poderia emergir um cenário ainda mais violento.

---

<sup>228</sup> “Se deixamos de agir em face da raiva, o povo do Iraque continuará a viver em submissão brutal. [...]. O regime permanecerá instável - a região permanecerá instável, com pouca esperança de liberdade e isolada do progresso do nosso tempo. [...] Se cumprimos com nossas responsabilidades, se superarmos esse perigo, podemos chegar a um futuro muito diferente.” (BUSH, 2002b, s.p., tradução nossa)

3.4.3 Remarks Announcing Bipartisan Agreement on a Joint Resolution to Authorize the Use of United States Armed Forces Against Iraq – October 2, 2002

Observações anunciando o acordo bipartidário sobre uma resolução conjunta para autorizar o uso de forças armadas dos Estados Unidos contra o Iraque - 2 de outubro de 2002

O anúncio de um acordo bipartidário que autorizava o uso das forças armadas no Iraque, ao ser empreendido, pareceu confirmar a aspiração da Plataforma do Partido Republicano de 2000: a de que Bush seria uma figura capaz de trazer consigo a união partidária frente à tradicional rivalidade feroz e em detrimento de valores e agendas que, constantemente, destoavam. Porém, essa união pode ser caracterizada também como produto da delimitação de um cenário de excepcionalidade, que urgia por uma investida imediata frente a uma suposta eminência do perigo e, conseqüentemente, de embates diretos entre os Estados Unidos e o Iraque. Assim, ao desbotar as fronteiras “Democrata x Republicanos”, esse discurso tentou traçar outro tipo de rivalidade: a dos partidos Estadunidenses unidos em oposição ao “inimigo”. Inimigo esse representado pelo Iraque.

Desse modo, Bush, mais uma vez, tentou traçar o que sua equipe e sua audiência entendiam (ou deveriam entender) como componentes de um “perfil” do Iraque. Para ele,

It has waged a war against its neighbors. It has sponsored and sheltered terrorists. It has developed weapons of mass death. It has used them against innocent men, women, and children. We know the designs of the Iraqi regime. In defiance of pledges to the U.N., it has stockpiled biological and chemical weapons. It is rebuilding the facilities used to make those weapons. U.N. inspectors believe that Iraq could have produced enough biological and chemical agent to kill millions of people. The regime has the scientists and facilities to build nuclear weapons and is seeking the materials needed to do so. (BUSH, 2002c, s.p.)<sup>229</sup>

E essa caracterização foi justificada por Bush a partir de um retorno à história. Isso porque, de acordo com o Presidente, os métodos e o comportamento do Iraque e de seu regime governante já eram antigos conhecidos dos Estados Unidos. Assim como pairava nas convicções republicanas de 2000, tentou-se afirmar a imagem de um Iraque que desconhecia o um governo bem-sucedido, de um Iraque que representava o ápice da falha de projeto de República. Seu governo e seu governante foram descritos como intimidadores,

<sup>229</sup> “[...] travou uma guerra contra seus vizinhos. Ele patrocinou e abrigou terroristas. Desenvolveu armas de destruição em massa. Ele as utilizou contra homens, mulheres e crianças inocentes. Conhecemos os projetos do regime iraquiano. Em desafio às promessas da ONU, ele armazenou armas biológicas e químicas. Ele está reconstruindo as instalações usadas para fabricar essas armas. Os inspetores da ONU acreditam que o Iraque poderia ter produzido agente biológico e químico suficiente para matar milhões de pessoas. O regime tem os cientistas e instalações para construir armas nucleares e está buscando os materiais necessários para fazê-lo. (BUSH, 2002c, s.p., tradução nossa)

desumanizadores e torturadores cujas ações atingiam mulheres, crianças e qualquer tipo de oposição.

We also know the nature of Iraq's dictator. On his orders, opponents have been decapitated and their heads displayed outside their homes. Women have been systematically raped as a method of intimidation. Political prisoners are made to watch their own children being tortured. The dictator is a student of Stalin, using murder as a tool of terror and control within his own cabinet, within his own army, even within his own family. We will not leave the future of peace and the security of America in the hands of this cruel and dangerous man. (BUSH, 2002c, s.p.)<sup>230</sup>

É perceptível, nesse discurso, o convite para enfrentamentos físicos. Isso porque o Iraque foi delineado como regime fora da lei que subsidiava redes terroristas e que era governando por Saddam Hussein, definido como opressor de mulheres, repressor de qualquer tipo de oposição e transgressor da sacralidade da infância. Por sua vez, a derrubada do poder desse regime, era cada vez mais apresentada como saída perfeita para uma mudança radical nas bases econômicas, sociais e políticas do Iraque. Parecia assim, haver a ideia de que uma fórmula instantânea poderia ser aplicada: se Saddam Hussein e seu governo saíssem do poder, logo, nenhuma ameaça seria originada a partir do Iraque e, ademais, seu povo viveria livre de quaisquer amarras.

A partir da reafirmação do discurso de que o Iraque possuía um caráter inferior e desviante, tentou-se firmar a imagem de um Iraque que representava a falha de um projeto de República idealizado, de acordo com Bush e com a Plataforma do Partido Republicano (2000), pelos Estados Unidos e por todo o mundo pacífico, livre e democrático. Porém, é possível questionar o porquê de sua caracterização como falha. Em outras palavras, por que deveria o Iraque estabelecer-se como Estado nos mesmos moldes que, em tese, caracterizam o Ocidente?

É possível, assim, apontar nesse pronunciamento a permanência do “problema da diferença” nas relações internacionais. Isso porque, assim como ilustram Blaney e Inayatullah (2004) para além dos limites daquilo que é familiar, “o outro” – nesse caso o Iraque – foi representado como aquele que estava em terras desconhecidas, a observar e, mais ainda, se colocava perpetuamente como uma ameaça; ameaça essa que se manifesta em forma de grupos que antagonizam e de ideias consideradas alienígenas.

---

<sup>230</sup> Também conhecemos a natureza do ditador iraquiano. Sob suas ordens, os oponentes foram decapitados e suas cabeças foram expostas fora de suas casas. As mulheres foram violadas sistematicamente como um método de intimidação. Prisioneiros políticos são obrigados a assistir seus próprios filhos sendo torturados. O ditador é um estudante de Stalin, usando o assassinato como uma ferramenta de terror e controle dentro de seu próprio gabinete, dentro de seu próprio exército, e até mesmo dentro de sua própria família. Não deixaremos o futuro da paz e a segurança da América nas mãos desse homem cruel e perigoso. (BUSH, 2002c, s.p., tradução nossa)

Além disso, ao caracterizar o Iraque daquele momento como um Estado degenerado e que precisava de intervenção externa, pareceu prevalecer a ideia de que o Oriente deveria ser convertido e ensinado. As tradições e a organização da sociedade iraquiana, por sua vez, deveriam ser, nas palavras de Bush, submetidas a normas universais, democráticas e livres que, conforme seu discurso, caracterizavam “o” Ocidente. Porém, silenciou-se o modo como esse processo poderia ser levado a cabo, bem como seus desdobramentos. Desse modo, recorro a Said (2007, p. 144) para apontar que esse discurso, bem como outros analisados aqui, propiciou bases para que sua audiência apoiasse empreendimentos bélicos que teriam lugar em 2003. Assim, o Iraque foi visto a partir da ótica da diferença que proveu aos Estados Unidos uma postura autocentrada, que buscou definir o que entendia por “perfeição” no mundo a partir dos seus próprios termos, dos termos do “Nós”. O “Outro”, diferente, teve seu *status* relegado a uma categoria inferior.

Em nome do “bem-geral da humanidade”, o discurso de Bush empreendeu a defesa de transgressão de particularismos. Para isso, delineou o “Outro” iraquiano de maneira simplória, como sinônimo de degeneração face à uma suposta perfeição costumeira aos olhos do Ocidente. Assim, ao tratar o Iraque sob essa ótica da diferença, prevaleceu o espectro que dividia “civilizados” e “não civilizados” que poderiam entrar em embates militares. (BLANEY, INAYATULLAH, 2004, p.8).

Assim, nesse discurso, e a partir da celebração do acordo bipartidário, a guerra foi representada como um mal necessário. “Saddam must disarm—period. If, however, he chooses to do otherwise, if he persists in his defiance, the use of force may become unavoidable.” (BUSH, 2002c, s.p.)<sup>231</sup>. Assim, o discurso de Bush traçou um cenário limitado apenas a duas opções: ou o Iraque aceitava cumprir as solicitações da ONU, ou o uso da Força seria inevitável. E, de acordo com o Presidente, “[...] time remaining for that choice is limited.” (BUSH, 2002c, s.p.)<sup>232</sup>. Delineou-se, assim, um cenário, *either/or* (ou/ou): ou o Iraque obedecia às ordens externas, ou seria imediatamente atacado. Isso porque havia, nas palavras de Bush, apenas a oposição entre a atitude correta e a atitude errada. Conseqüentemente, ainda que o povo iraquiano seja, nesse discurso, isolado da percepção de Iraque mau, houve uma representação do país como inferior e desviante.

Por meio dessa hierarquização, mais uma vez, o discurso de Bush tentou delinear a ideia de que empreender o uso de suas Forças Armadas em território estrangeiro compreendia

<sup>231</sup> “Saddam deve desarmar-se – ponto. Se, caso contrário, ele faça outra escolha, se ele persistir com suas provocações, o uso da força deve tornar-se inevitável.” (BUSH, 2002c, s.p., tradução nossa)

<sup>232</sup> “[...] tempo restante para essa escolha é limitado.” (BUSH, 2002c, s.p., tradução nossa)



um ato de responsabilidade inerente a uma suposta liderança dos Estados Unidos. Liderança essa que se auto investiu a imagem de altruísta. Isso porque, de acordo com Bush, somente assim seria também viável servir aos

[...] interests and the hopes of the Iraqi people. They are a great and gifted people, with an ancient and admirable culture, and they would not choose to be ruled by violence and terror. The people of Iraq are the daily victims of Saddam Hussein's oppression. They will be the first to benefit when the world's demands are met. Americans believe all men and women deserve to be free. (BUSH, 2002c, s.p.)<sup>233</sup>

O Iraque foi, assim, representado como um projeto dos Estados Unidos, como um alvo necessário de interferência e essa representação é normalizada. Seu povo, por sua vez, foi representado de maneira condescendente: um povo que estava à espera de resgate, à espera de iluminação por meio de moldes democráticos e da oferta externa de liberdade. Silenciaram-se questões concernentes a possíveis desdobramentos catastróficos. Prezou-se, pelo contrário, pela ideia de que uma ação militar poderia apenas possuir caráter benéfico e consequências há muito desejadas.

#### 3.4.4 Address to the Nation on Iraq From Cincinnati, Ohio – October 7, 2002

##### Discurso à Nação sobre Iraque em Cincinnati, Ohio – 7 de outubro de 2002

Em outubro de 2002, Bush pronunciou-se ao Congresso dos Estados Unidos de modo a angariar apoio e autoridade para empreender o uso da força contra o Iraque. Desse modo, seu discurso foi construído tendo em vista sugerir uma necessidade de ação imediata frente a uma suposta ameaça iminente advinda do governo de Saddam Hussein. Assim, sua argumentação tentou demonstrar que estava pautada na história – tratada como cíclica e previsível – e em uma lógica inquestionável.

Por conseguinte, a representação do Iraque foi conduzida com vistas a delinear um país “inimigo”. “The threat comes from Iraq.”<sup>234</sup>, ressaltou Bush (2002d, s.p.) E, assim como em seu pronunciamento à AGNU, Bush também apontou neste discurso a ideia de que o Iraque historicamente se comportava de maneira negligente frente a compromissos internacionais. Para o Presidente, “The entire world has witnessed Iraq’s ‘-year history of

<sup>233</sup> [...] os interesses e as esperanças do povo iraquiano. Eles são um povo grandioso e talentoso, com uma cultura antiga e admirável, e eles não escolheriam ser governados pela violência e pelo terror. O povo iraquiano é diariamente vítima da opressão de Saddam Hussein. Eles serão os primeiros a se beneficiar quando as demandas mundiais forem atendidas. Os americanos acreditam que todos os homens e mulheres merecem ser livres (BUSH, 2002c, s.p., tradução nossa)

<sup>234</sup> “A ameaça vem do Iraque.” (BUSH, 2002d, s.p., tradução nossa)

defiance, deception, and bad faith.” (BUSH, 2002d, s.p.)<sup>235</sup>. E, ao não considerar essa afirmativa inusitada, Bush tentou convencer sua audiência de que, “Se A, logo B”, ou seja, tentou convencer a sua audiência de que se o Iraque se comportava de uma maneira reprovável aos olhos dos Estados Unidos, a tendência era a de que esse comportamento se repetiria e de que, notoriamente, a ameaça era iminente.

Bush argumentou assim que “Knowing these realities, America must not ignore the threat gathering against us. Facing clear evidence of peril, we cannot wait for the final proof, the smoking gun, that could come in the form of a mushroom cloud.” (BUSH, 2002d, s.p.)<sup>236</sup>. Desse modo, com certo tom de urgência e de assertividade, Bush caracterizou o Iraque como a mais séria ameaça aos Estados Unidos. Isso porque, para o Presidente, “[...] the threat from Iraq stands alone because it gathers the most serious dangers of our age in one place.” (BUSH, 2002d, s.p.)<sup>237</sup> Além disso, descreveu o histórico daquele país e os conectou com os ataques vividos pelos Estados Unidos em 2001 de modo a corroborar sua tese. De acordo com Bush,

We must also never forget the most vivid events of recent history. On September the 11th, 2001, America felt its vulnerability, even to threats that gather on the other side of the Earth. We resolved then, and we are resolved today to confront every threat, from any source, that could bring sudden terror and suffering to America. (BUSH, 2002d, s.p.)<sup>238</sup>

Além disso, para o Presidente, tratava-se de um país ameaçador e de comportamento desviante. Essa era

[...] the source of our urgent concern about Saddam Hussein's links to international terrorist groups [...] **We know** that Iraq and the Al Qaida terrorist network share a common enemy—the United States of America. **We know** that Iraq and Al Qaida have had high-level contacts that go back a decade. Some Al Qaida leaders who fled Afghanistan went to Iraq [...] **We've learned** that Iraq has trained Al Qaida members in bombmaking poisons and deadly gases. And **we know** that after September the 11th, Saddam Hussein's regime gleefully celebrated the terrorist attacks on America. Iraq could decide on any given day to provide a biological or

---

<sup>235</sup> O mundo inteiro testemunhou os 11 anos de história de provocação, de decepção e de má fé do Iraque” (BUSH, 2002d, s.p., tradução nossa)

<sup>236</sup> “Conhecendo a essas realidades, a América não deve ignorar a ameaça que está se reunindo contra nós. Encarando a clara evidência de perigo, não podemos esperar pela prova final, pela arma fumegante, que poderia vir na forma de uma nuvem de cogumelos”. (BUSH, 2002d, s.p., tradução nossa).

<sup>237</sup> “[...] a ameaça do Iraque é única porque ela reúne os mais sérios perigos de nossa era em um local.” (BUSH, 2002d, s.p., tradução nossa)

<sup>238</sup> “Devemos nos lembrar também dos eventos mais vívidos da história recente. Em 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos sentiram sua vulnerabilidade, mesmo diante de ameaças que se concentram no outro lado da Terra. Resolvemos então e estamos decididos hoje a enfrentar qualquer ameaça, de qualquer fonte, que poderia trazer subitamente terror e sofrimento para a América. (BUSH, 2002d, s.p., tradução nossa)

chemical weapon to a terrorist group or individual terrorists. (BUSH, 2002d, s.p., grifo nosso)<sup>239</sup>

A partir do desenvolvimento de sua argumentação, há, no discurso de Bush, transições e conexões que também tentam, limitadamente, associar ao Iraque com os ataques de 11 de setembro. Assim, ademais de representa-lo como ameaçador e desobediente no passado, o discurso parecia presumir que uma consequência óbvia desse comportamento teria sido sua participação nos ataques de 2001.

Mas, qual foi *check list* utilizada para ranquear o Iraque como a mais perigosa ameaça? Quem era o “Nós” que de tudo sabia? E, para além das supostas comemorações de Saddam Hussein, quais eram as provas de ligação entre o Iraque, a *al-Qaeda* e os ataques do 11 de setembro? Se para a segunda e para a terceira perguntas, não encontramos explicações detalhadas, para a primeira pergunta, Bush pareceu responder que “Iraq's weapons of mass destruction are controlled by a murderous tyrant who has already used chemical weapons to kill thousands of people.” (BUSH, 2002d, s.p.)<sup>240</sup> Além disso, sublinhou que, “By its past and present actions, by its technological capabilities, by the merciless nature of its regime, Iraq is unique.” (BUSH, 2002d, s.p.)<sup>241</sup>.

Além disso, ao observar esses excertos também é possível questionar: reunir uma série de características, aponta-las como únicas é suficiente para estabelecer qual o Estado, grupo ou país mais perigoso? Há transparência nessa definição? E sua tentativa de persuasão pode ser considerada convincente quando pensamos que tais afirmativas tem como base a trivialização descritiva do Iraque? Basta apenas tratar a história como cíclica e previsível, tratar a “ameaça” como muito urgente e perigosa, para isso, apenas afirmar que “Nós sabemos”, sem demonstrar como e a partir de quais fontes?

Mesmo em um cenário de tantas certezas que são aqui questionadas, o pronunciamento de Bush também se dedicou a justificar o porquê de um olhar tão interessado no Iraque. Afinal, o que diferenciava esse país de outros que também possuíam armamentos consideráveis? Para Bush (2002d, s.p.),

---

<sup>239</sup> “[...] a fonte de nossa preocupação urgente com os links entre Saddam Hussein e grupos terroristas internacionais **Nós** sabemos que o Iraque e a rede terrorista *al Qaeda* compartilham um inimigo comum - os Estados Unidos da América. Sabemos que o Iraque e *al Qaeda* mantiveram contatos de alto nível que remontam a uma década. Alguns líderes da *Al Qaeda* que fugiram do Afeganistão foram para o Iraque. [...] **Nós** descobrimos que o Iraque treinou membros da *al Qaeda* para confeccionar venenos, bombas e gases mortais. E **nós** sabemos que depois do 11 de setembro o regime de Saddam Hussein alegremente celebrou os ataques terroristas contra a América. O Iraque poderia optar por fornecer, a qualquer momento, uma arma biológica ou química a um grupo terrorista ou a terroristas individuais. (BUSH, 2002d, s.p., grifo nosso, tradução nossa)

<sup>240</sup> “As Armas de Destruição em Massa são controladas por um tirano assassino que já utilizou armas químicas para matar milhares de pessoas.” (BUSH, 2002d, s.p., tradução nossa)

<sup>241</sup> “Por suas ações passadas e presentes, por suas capacidades tecnológicas, pela natureza impiedosa de seu regime, o Iraque é único” (BUSH, 2002d, s.p., tradução nossa)

Iraq's weapons of mass destruction are controlled by a murderous tyrant who has already used chemical weapons to kill thousands of people. This same tyrant has tried to dominate the Middle East, has invaded and brutally occupied a small neighbor, has struck other nations without warning, and holds an unrelenting hostility toward the United States. By its past and present actions, by its technological capabilities, by the merciless nature of its regime, Iraq is unique.<sup>242</sup>

Houve também, no pronunciamento de Bush, a representação do Iraque como um projeto não terminado e malsucedido dos Estados Unidos. Isso porque, de acordo com o Presidente,

After 11 years during which we have tried containment, sanctions, inspections, even selected military action, the end result is that Saddam Hussein still has chemical and biological weapons and is increasing his capabilities to make more. And he is moving ever closer to developing a nuclear weapon. (BUSH, 2002d, s.p.)<sup>243</sup>

À primeira vista, percebemos que o pronunciamento de Bush deu a entender que certezas não provinham apenas do emissor do discurso. Pelo contrário, o senso de comunidade parecia ser expresso por meio daquelas palavras. O “Nós” parecia, mais do que nunca, estar em sintonia. Mas, quem era esse “Nós” que de tudo estava ciente? Quem era o “Nós” que trazia consigo a verdade? E, quem era o “Nós” que estava pronto para reagir? Se, de um lado, aclama-se o senso de comunidade a partir de uma postura assertiva, de outro, e a partir de um olhar mais atento, o “Nós” se torna opaco, indefinido e pouco convincente.

Percebemos, assim, nesse excerto – e em muitos outros aqui destacados – o que caracterizamos como narrativas totalizantes da história política moderna que se caracterizam por padrões de concomitantes inclusões e de exclusões (WALKER, 2006). Pronunciamento esse formulado a partir de um apelo constante à irracionalidade e à imprevisibilidade do regime iraquiano de modo a sustentar a ideia de que o perigo era iminente. O “Nós” que de tudo estava ciente e que estava pronto a agir foi oposto à “Eles”, considerados desviantes, irracionais e, historicamente, desobedientes. Oposição essa autorizada, no discurso de Bush, por meio de apelos ao mesmo tempo universalizantes e teleológicos.

---

<sup>242</sup> “As armas de destruição em massa do Iraque são controladas por um tirano assassino que já usou armas químicas para matar milhares de pessoas. Este mesmo tirano tentou dominar o Oriente Médio, invadiu e brutalmente ocupou um pequeno vizinho, atingiu outras nações sem aviso prévio e mantém uma hostilidade implacável em relação aos Estados Unidos. Por suas ações passadas e presentes, pelas suas capacidades tecnológicas, pela natureza impiedosa de seu regime, o Iraque é único.” (BUSH, 2002d, s.p., tradução nossa)

<sup>243</sup> Depois de 11 anos, durante os quais tentamos contenção, sanções, inspeções e até ações militares selecionadas, o resultado é que Saddam Hussein ainda tem armas químicas e biológicas e está aumentando sua capacidade de ganhar mais. E ele está se aproximando cada vez mais do desenvolvimento de uma arma nuclear. (BUSH, 2002d, s.p., tradução nossa)

3.4.5 The National Security Strategy of the United States of America – September, 2002  
A Estratégia Nacional de Segurança dos Estados Unidos da América – setembro de 2002

A Estratégia de Nacional de Segurança de 2002, composta por uma série de documentos e por uma introdução feita pelo então Presidente George W. Bush, traz, desde suas primeiras palavras, a ideia de que os Estados Unidos assumiriam uma postura mais agressiva contra aqueles considerados responsáveis pelos ataques de 2001. Ao recorrer a experiências marcantes no cenário internacional que tiveram lugar ao longo do século XX, e ao apresentá-las como grandes lutas que opuseram liberdade e totalitarismo, a Estratégia Nacional de Segurança tentou delimitar apenas um modelo que possibilitaria o sucesso nacional. Modelo esse composto por três características: democracia, liberdade e livre iniciativa. (NSSUSA, 2002, s.p.) Além disso, é viável afirmar que a partir dessa série de documentos pareceu haver uma busca pela formalização dos discursos até aquele momento empreendidos. Isso porque, ao direcionar-se ao Congresso e ao Público em geral, a Estratégia de Segurança Nacional desenvolveu uma retórica poderosa que parecia enquadrar, mais detalhadamente, o(s) “inimigos” como uma classe Outra: má, única e oposta à liberdade.

A princípio podemos apontar que nesse discurso há um exercício de apresentação e de interpretação formulados a partir de pressupostos que diziam identificar o “Eu” e o “Outro”. Pressupostos estes postos traçados a partir de uma suposta objetividade que, a partir de silenciamentos e simplificações, revelam sua subjetividade. Cabe ressaltar, porém, que mesmo que subjetivamente, quando certas interpretações são naturalizadas e não outras, a criação do “Outro” pode ser utilizada, de maneira potencial, como uma arma política (SUBERCASSEAU, 2005; SEED, 1991).

Assim, a partir da naturalização do enquadramento do “inimigo” e de uma proposta dita objetiva, esse documento delineou dois objetos basilares. O primeiro objetivo era o de defender valores e interesses ditos nacionais. O segundo deles, decorrente do primeiro objetivo, era o combate, por meio do uso da força, de grupos considerados responsáveis pelo empreendimento do “terrorismo internacional”, bem como a países que, acreditava-se, acolhiam esses grupos, quais sejam: Coreia do Norte, Irã e Iraque – países que, de acordo com Bush (2002<sup>a</sup>), compunham o “eixo do mal”. (NSSUSA, 2002, p. 6).

E, ao delinear esse cenário, a Estratégia Nacional de Segurança destacou a necessidade de ação conjunta. Isso porque, ao definir-se um trajeto que “[...]is not America’s alone.”

(NSSUSA, 2002, p. 1)<sup>244</sup> Pelo contrário, defendia-se uma ação que, em tese iria: " [...] champion aspirations for human dignity; strengthen alliances to defeat global terrorism and work to prevent attacks against us and our friends [...] prevent our enemies from threatening us, our allies, and our friends, with weapons of mass destruction [...]" (NSSUSA, 2002, P.1)<sup>245</sup>. Porém, caso os anseios estadunidenses de ação conjunta não fossem atendidos, afirmou-se que "[...]we will not hesitate to act alone, if necessary, to exercise our right of self-defense by acting preemptively." (NSSUSA, 2002, p. 6)<sup>246</sup> Desse modo, e assim como seu título buscava afirmar, em nome da Segurança Nacional, os Estados Unidos fariam o que considerassem necessário. "Defending our Nation against its *enemies* is the first and fundamental commitment of the Federal Government." (NSSUSA, 2002, p. I)<sup>247</sup>

De modo a legitimar seus anseios e temores, a Estratégia Nacional de Segurança afirmou ter sido necessária quase uma década de esforços e investigações para que a natureza do "inimigo" fosse conhecida intimamente. (NSSUSA, 2002, p. 15) De acordo com o documento, o "inimigo" tomava forma sob a imagem de "novas ameaças" caracterizadas como mortais e originadas em grupos e Estados terroristas denominados *Rogue States* (Estados hostis, párias, vilões). Desse modo, reiterou-se que "We must be prepared to stop rogue states and their terrorist clients before they are able to threaten or use weapons of mass destruction against the United States and our allies and friends." (NSSUSA, 2002, p. 14)<sup>248</sup>

Por isso, ao voltar suas atenções para o Iraque, a Estratégia Nacional de Segurança dos Estados Unidos tentou legitimar sua representação como um *Rogue State*. Isso porque ao atentar-se ao país, esse documento considerava um projeto inacabado dos Estados Unidos: a derrubada do governo do iraquiano Saddam Hussein.

De acordo com a Estratégia Nacional de Segurança, a definição de *Rogue States* era a seguinte:

These states: • brutalize their own people and squander their national resources for the personal gain of the rulers; • display no regard for international law, threaten their neighbors, and callously violate international treaties to which they are party; • are determined to acquire weapons of mass destruction, along with other advanced military technology, to be used as threats or offensively to achieve the aggressive

<sup>244</sup> "[...] não é apenas dos Estados Unidos." (NSSUSA, 2002, p.1, tradução nossa)

<sup>245</sup> "[...] impedir que nossos inimigos nos ameacem, ameacem nossos aliados e nossos amigos com armas de destruição em massa[...]" (NSSUSA, 2002, p. 1, tradução nossa).

<sup>246</sup> "[...] não hesitaremos em agir sozinhos, se necessário, para exercer nosso direito de autodefesa agindo preventivamente." (NSSUSA, 2002, p. 6, tradução nossa)

<sup>247</sup> "Defender nossa Nação contra seus inimigos é o primeiro compromisso fundamental do Governo Federal" (NSSUSA, 2002, p. 1, tradução nossa).

<sup>248</sup> "Devemos estar preparados para parar Estados párias e seus clientes terroristas antes que eles possam ameaçar ou usar armas de destruição em massa contra os Estados Unidos e nossos aliados e amigos" (NSSUSA, 2002, p. 14, tradução nossa).

designs of these regimes; • sponsor terrorism around the globe; and • reject basic human values and hate the United States and everything for which it stands. (NSSE, 2002, p. 13-14)<sup>249</sup>

De modo a associar o Iraque à essa definição, afirmou-se que desde a Guerra do Golfo, em 1991, “we acquired irrefutable proof that Iraq’s designs were not limited to the chemical weapons it had used against Iran and its own people, but also extended to the acquisition of nuclear weapons and biological agents.” (NSSE, 2002, p. 14)<sup>250</sup>. Assim, a partir da recorrência ao uso de termos cujos significados podem ser interminavelmente discutidos (*i.e.* inimigo, ameaças, terrorismo, terroristas, etc), houve nesse discurso um constante apelo a generalizações e ao tratamento de termos como intercambiáveis e autoevidentes.

Em outras palavras, as representações textuais que encaixavam o Iraque em um Oriente “*rogue*”, “*sick*” e “*outlaw*”, bem como sua interpretação, legitimação e ressonância, foram, paulatinamente, postas em prática (SAID, 2007). Assim, para além da representação textual, houve, nesse documento, uma tentativa de legitimar a representação do Iraque. Com base nos escritos Said (2007), considero que esses tipos de representação possibilitaram que sentidos, construídos histórica e socialmente, fossem internalizados na consciência social e, gradualmente, fossem considerados naturais.

Dispensou-se, assim, qualquer tipo de reflexão mais atenta. Pelo contrário, criou-se uma *check-list* e afirmou-se que, caso não cumprida à risca, consequências, não raras vezes, devastadoras teriam lugar. E, assim como Bhabha (1998; 2011), acredito que a partir da força da ambivalência, construiu-se, ideologicamente, a alteridade que não precisava ser provada, mas que foi, ao longo de vários discursos, ansiosa e repetidamente, afirmada.

### 3.5 2003: o combate efetivo ao inimigo?

Dando continuidade ao cenário que estava sendo construído, vislumbrou-se, desde o início de 2003, e por meio da continuidade da GGT, a derrubada do regime de Saddam Hussein como uma possibilidade de recomeço para o Iraque. Recomeço esse que ambicionava o estabelecimento da democracia na vida da população iraquiana presa em um sistema

<sup>249</sup> Estes Estados: • brutalizam seu próprio povo e desperdiçam seus recursos nacionais para o ganho pessoal dos governantes; • não mostram respeito pelo direito internacional, ameaçam seus vizinhos e violam gravemente os tratados internacionais dos quais são parte; • estão determinados a adquirir armas de destruição em massa, juntamente com outras tecnologias militares avançadas, para serem utilizados como ameaças ou ofensivas para manter seus modelos agressivos; • patrocinam o terrorismo em todo o mundo; E • rejeitam os valores humanos básicos e odiam os Estados Unidos e tudo o que ele representa. (NSSE, 2002, p. 13-14, tradução nossa)

<sup>250</sup> “Conseguimos provas irrefutáveis de que os projetos do Iraque não se limitaram às armas químicas que usaram contra o Irã e seu próprio povo, mas também se estenderam à aquisição de armas nucleares e agentes biológicos” (NSSUSA, 2002, p.14, tradução nossa).

sectário e opressor. Concomitantemente, de acordo com o discurso do Executivo estadunidenses, a partir da conquista do desfecho desejado no Iraque, superar-se-ia, também o cenário de crise que assolava os Estados Unidos. Porém, apesar dessa narrativa, pautada em uma lógica apresentada como factível e tangível, consideramos “crises” e suas narrativas não como fatos objetivos. Isso porque crises apoiam-se em construções discursivas e também dependem da escolha de determinadas narrativas de modo a adquirir caráter significativo e de modo a possibilitar determinados acessos (e não outros) às suas implicações. (Hrnčíř, 2011).

Para Ricks (2006), a opção por invadir o Iraque em 2003 foi “[...]the most profligate actions in the history of US Foreign Policy.” (p. 3)<sup>251</sup>. De acordo com o autor, tratou-se de um empreendimento motivado por um frágil nexos entre o Regime de Saddam Hussein e uma suposta posse de ADMs, bem como com um suposto apoio do país à *al-Qaeda*. Além disso, Ricks (2006) destaca que a ocupação que teve lugar imediatamente após à derrubada de Saddam Hussein pode ser classificada como negligente. E, por que negligente? Porque milhares de pessoas morreram e centenas de bilhões de dólares foram gastos nessa empreitada. Além disso, para o autor, a invasão do Iraque, teve como base informações que posteriormente foram consideradas, pelo próprio Presidente Bush, incorretas<sup>252</sup>. E, por isso, destaca Ricks (2006) as consequências dessa decisão ainda não eram claras em 2006 e tampouco seriam nas décadas subsequentes.

Outro aspecto que permeou a invasão do Iraque em 2003 foi o escasso apoio internacional que os Estados Unidos receberam (RICKS, 2006). Quando empreendida em 2003, a GGT dos Estados Unidos no Iraque buscou afirmar a existência de uma imagem dos Estados Unidos como porta-voz da humanidade. Assim, nos discursos de Bush analisados a seguir, foi reiterada a primazia dos Estados Unidos no setor militar e sua tradição no campo da segurança. Porém, algumas circunstâncias que antecederam a invasão do Iraque foram silenciadas, quais sejam: as alegações provenientes de inspetores Comissão das Nações Unidas de Vigilância, Verificação e Inspeção (UNMOVIC) e da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) acerca da ausência de provas acerca da existência de ADMs (BLIX, 2004), e da falta de unanimidade do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) quanto a empreender ações militares.

De acordo com Pecequillo (2003) os Estados Unidos transpuseram o CSNU e contaram apenas com o apoio de poucas nações e do público interno devido ao temor e à justificativa de

<sup>251</sup> [...] as ações mais depravadas da história da política externa dos EUA ”(p. 3).

<sup>252</sup> Ver BUSH, George W. **Remarks on the Report on Iraq's Weapons of Mass Destruction**. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=72774&st=remarks+on+the&st1=>>>



que o Iraque possuía ADMs e colaborara com a Al-Qaeda para 11/09, acusações que se mostraram infundadas.” (p. 10) Ainda assim, o discurso de Bush deu a entender que os Estados Unidos não se dariam por satisfeitos caso a empreitada bélica não tivesse lugar. Deste modo, anunciaram, em 17 de março de 2003, que os meios diplomáticos haviam sido esgotados, que o CSNU havia sido reticente e que, então, de modo a evitar a instabilidade mundial, medidas militares seriam tomadas. Mantendo essa postura e “[...] como demonstração de boa vontade, deram um *ultimatum* de 48 horas [a Saddam].” (PECEQUILO, 2003, p. 3).

No mesmo mês, após a derrubada do Regime de Saddam Hussein, argumentou-se que a ação armada no Iraque proporcionou aos Estados Unidos uma vitória rápida – a ocupação ocorreu em menos de um mês. Vitória essa amplamente questionada quando os desdobramentos desse empreendimento são observados. Isso porque, ao que parece, deu-se mais atenção à ação militar em si do que para a futura pacificação. (MANN, 2006).

Assim, como demonstro adiante, o ano de 2003 representou para a Política Externa dos Estados Unidos e para o Iraque o momento em que os, até em então, pronunciamentos se converteram em materialidade. No primeiro discurso analisado, em janeiro daquele ano, Bush delineou as justificativas da invasão que ocorreria em março. No segundo discurso, por sua vez, percebemos a reiteração das justificativas da empreitada, bem como o lançamento da Operação Liberdade Iraquiana. O terceiro discurso, por sua vez, empreendido em abril, tentou delinear um cenário de sucesso e de conquista dos objetivos até então vislumbrados. Frente a esses documentos, dedico-me, nessa seção, a observar como esses eventos foram construídos de maneira subjetiva e simplista por meio de distorções da identidade do “inimigo” sob o discurso de proteção contra novos ataques. Assim, minha análise se dará por meio da problematização do que foi enquadrado como real e inquestionável.

### 3.5.1 Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union – January 28, 2003

#### Discurso antes da sessão conjunta do Congresso sobre o Estado da União – 28 de janeiro de 2003

No discurso anual acerca do estado da União, além de trazer um relatório para reportar o que até então fora feito, Bush (2003a) se dedicou também a delinear propostas para o ano que se iniciava. Desse modo, e seguindo a narrativa de uma agenda de Política Externa preocupada com o futuro dos Estados Unidos, Bush afirmou que, naquele momento, “[...] we

are deeply aware of decisive days that lie ahead.” (BUSH, 2003a, s.p.)<sup>253</sup>. Além disso, destacou que “You and I serve our country in a time of great consequence [...] and we will answer every danger and every enemy that threatens the American people.” (BUSH, 2003a, s.p.)<sup>254</sup>. Delineou-se, assim, nesse discurso o tom de urgência e um cenário de excepcionalidade, principalmente no que dizia respeito à agenda externa do país. Assim, para Bush, era inaceitável que seu governo deixasse pendente a superação da violência: “[...] we will not pass along our problems to other Congresses, to other Presidents, and other generations. We will confront them with focus and clarity and courage.” (BUSH, 2003a, s.p.)<sup>255</sup>.

De modo a orquestrar esse cenário, Bush também repassou à sua audiência a ideia de que seu governo estava se dedicando intensamente para superar cenários indesejáveis. De acordo com Bush,

There are days when our fellow citizens do not hear news about the war on terror. There's never a day when I do not learn of another threat or receive reports of operations in progress or give an order in this global war against a scattered network of killers. The war goes on, and we are winning. (BUSH, 2003a, s.p.)<sup>256</sup>

E, essa dedicação intensa possuía um grande objetivo: “[...] we will not permit the triumph of violence in the affairs of men; free people will set the course of history.” (BUSH, 2003a, s.p.)<sup>257</sup>. Assim, para o Presidente, o maior perigo a ser enfrentado pela Guerra ao Terror era representado por regimes fora-da-lei (outlaw regimes). Regimes esses que, salientou, desenvolviam e/ou possuíam ADMs e que se utilizavam desse status para “[...]blackmail, terror, and mass murder [...] also give or sell those weapons to terrorist allies, who would use them without the least hesitation.” (BUSH, 2003a, s.p.)<sup>258</sup>. Dentre esses países, notabilizavam-se os países que, para Bush, compunham um “eixo do mal”. E, nesse pronunciamento, grande espaço foi dedicado à ideia de combate ao Iraque. País esse que, de acordo com Bush, historicamente desobedecera a demandas da ONU, empreendera crimes

---

<sup>253</sup> [...] estamos profundamente conscientes dos dias decisivos que temos pela frente.” (BUSH, 2003a, s.p., tradução nossa)

<sup>254</sup> “Você e eu servimos ao nosso país em um momento de grande importância [...] e responderemos a todos os perigos e a todos os inimigos que ameacem o povo americano.” (BUSH, 2003a, s.p., tradução nossa)

<sup>255</sup> “[...] Não transmitiremos nossos problemas a outros congressos, a outros presidentes e a outras gerações. Nós os confrontaremos com foco, clareza e coragem” (BUSH, 2003a, s.p., tradução nossa).

<sup>256</sup> Há dias em que nossos concidadãos não ouvem notícias sobre a guerra ao terror. Nunca há um dia em que eu não saiba de outra ameaça ou receba relatos de operações em andamento ou dê uma ordem nesta guerra global contra uma rede dispersa de assassinos. A guerra continua e nós estamos vencendo. (BUSH, 2003a, s.p., tradução nossa).

<sup>257</sup> “[...] não permitiremos o triunfo da violência nos assuntos dos homens; as pessoas livres definirão o curso da história”. (BUSH, 2003a, s.p., tradução nossa)

<sup>258</sup> “[...] chantagem, terror e assassinato em massa [...] também dão ou vendem essas armas a aliados terroristas, que as utilizariam sem a menor hesitação.” (BUSH, 2003a, s.p., tradução nossa)

contra o povo que governava e que tampouco vislumbrara livrar-se de um grande e ameaçador arsenal de ADMs.

De modo a corroborar seu argumento, Bush afirmou que, de acordo com oficiais da inteligência dos Estados Unidos e com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), ademais de violar e desprezar acordos propostos pelo CSNU,

[...]Saddam Hussein had the materials to produce as much as 500 tons of sarin, mustard, and VX nerve agent. In such quantities, these chemical agents could also kill untold thousands. [...] He has given no evidence that he has destroyed them. (BUSH, 2003a, s.p.)<sup>259</sup>

O discurso empreendido por Bush formulou, assim, um cenário no qual os Estados Unidos figuravam como altruístas, benéficos e seguros de si e, concomitantemente, colocou o Iraque como um contraponto negativo. Ademais, foi traçada uma linha a partir da qual também tentou-se justificar a intervenção vislumbrada pelos Estados Unidos em território iraquiano, bem como seus desdobramentos. Isso porque, de acordo com Bush (2003a, s.p.), “Your enemy is not surrounding your country; your enemy is ruling your country. And the day he and his regime are removed from power will be the day of your liberation.”<sup>260</sup>

A partir dessa construção, Bush lançou um *ultimatum* ao governo de Saddam Hussein. “We will consult. But let there be no misunderstanding: If Saddam Hussein does not fully disarm, for the safety of our people and for the peace of the world, we will lead a coalition to disarm him.” (BUSH, 2003a, s.p.)<sup>261</sup> Assim, de acordo com Bush (2003a) não era possível confiar no Iraque. Isso porque “Trusting in the sanity and restraint of Saddam Hussein is not a strategy, and it is not an option.” (BUSH, 2003a, s.p.)<sup>262</sup>.

Para tanto, a construção discursiva empregada por Bush constantemente opôs os Estados Unidos ao Iraque em nome da segurança, da urgência e da excepcionalidade. Porém, em vários momentos, informações apresentadas como autoevidentes careceram de transparência. Por exemplo, ainda que Bush tenha ressaltado a constante dedicação de seu governo para conhecer o inimigo, seu discurso preza por informar que “novas ameaças foram descobertas”. O recurso a termos abertos e generalizantes pode ser observado a partir da

<sup>259</sup> [...] Saddam Hussein tinha os materiais para produzir até 500 toneladas de sarin, mostarda e agente nervoso VX. Em tais quantidades, esses agentes químicos também podem matar incontáveis milhares. [...] Ele não deu provas de que os tenha destruído. (BUSH, 2003a, s.p., tradução nossa)

<sup>260</sup> “Seu inimigo não está cercando seu país; seu inimigo está governando seu país. E o dia em que ele e seu regime forem retirados do poder será o dia da sua libertação.” (BUSH, 2003a, s.p., tradução nossa)

<sup>261</sup> “Vamos consultar. Mas não haja nenhum mal-entendido: se Saddam Hussein não se desarmar completamente, lideraremos uma coalizão para desarmá-lo em nome da segurança do nosso povo e da paz no mundo.” (BUSH, 2003a, s.p.)

<sup>262</sup> “Confiar na sanidade e no constrangimento de Saddam Hussein não é uma estratégia, e não é uma opção” (BUSH, 2003a, s.p., tradução nossa)

afirmação de Bush de que uma “Guerra ao Terror” seria promovida contra uma “rede dispersa de assassinos” (BUSH, 2003a, s.p.).

Além disso, em certos momentos o discurso de Bush pareceu exigir de sua audiência um elevado nível de confiança de modo a conferir credibilidade ao seu discurso. Isso porque, parte de seu pronunciamento se dedicou a inundar sua audiência com números que, afirmou Bush, eram provenientes da Inteligência dos Estados Unidos e que conheciam, quase exatamente, a quantidade de munições supostamente em posse do Iraque. Se de um lado Bush pronunciava-se com convicção de modo a mensurar um inimigo também tratado como imensurável, de outro, exigia-se de sua audiência, ratificação irrestrita.

É possível também apontar contradições no que diz respeito ao destaque dado a uma postura desinteressada e generosa por parte dos Estados Unidos. Isso porque, em um primeiro momento, afirmou-se que “The American flag stands for more than our power and our interests.” (BUSH, 2003a, s.p.)<sup>263</sup>. Porém, não muito depois de trazer uma postura mais assertiva e que vislumbrava apenas um caminho para atingir os objetivos dos Estados Unidos no Iraque, Bush também afirmou que o regime de Saddam Hussein “ [...] will not be permitted to dominate a vital region and threaten the United States.” (BUSH, 2003a, s.p.)<sup>264</sup>. Afinal, como é possível propor uma intervenção altruísta e em nome da civilização, e ao mesmo tempo, dizer que o Iraque e seu entorno constituíam uma região vital? Vital para quem? E por quê?

Outro aspecto que pode ser questionado nesse pronunciamento, é a definição do Iraque como um regime fora-da-lei devido a uma dita propensão a chantagens (*blackmail*) sustentada por sua posse de ADMs. Se considerássemos, assim como Mann (2006) a ideia de que ADMs é um termo tendencioso que não inclui a periculosidade e o alto nível destrutivo de armas possuídos por potências como os Estados Unidos (ver tópico 3.1.) e se considerássemos o *ultimatum* feito por Bush como uma imposição, não poderíamos falar que esse país também estava, naquele momento, uma chantagem?

De acordo com o Dicionário Oxford (s.a., s.p.), *to blackmail* pode significar “The use of threats or the manipulation of someone's feelings to force them to do something.”<sup>265</sup> Assim, não seria possível vermos uma chantagem feita por parte do governo de Bush se retornarmos ao trecho já mencionado nesse tópico, no qual Bush afirma que “We will consult. But let there

<sup>263</sup> ““A bandeira americana representa mais do que nosso poder e nossos interesses” (BUSH, 2003a, s.p., tradução nossa)

<sup>264</sup> “[...] não terá permissão para dominar uma região vital e ameaçar aos Estados Unidos.” (BUSH, 2003a, s.p., tradução nossa)

<sup>265</sup> “O uso de ameaças ou da manipulação aos sentimentos de alguém para força-lo a fazer algo.” (OXFORD, s.a., s.p., tradução nossa)

be no misunderstanding: If Saddam Hussein does not fully disarm, for the safety of our people and for the peace of the world, we will lead a coalition to disarm him.” (BUSH, 2003a, s.p.)<sup>266</sup>?

Ademais de retratar o Iraque como um constante violador de regras internacionais, nesse pronunciamento o país foi representado como aquele que perseguia, aprisionava e torturava suas crianças, mulheres e homens. Um país responsável pela diáspora e pela cada vez maior vulnerabilidade de seus habitantes. E, pior ainda, um país que desenvolvia e possuía um arsenal estarrecedor de armamentos. Porém, uma empreitada bélica, oriunda de um país com maior poderio econômico e militar, também não poderia ter esses efeitos? Afinal, não muito antes, durante a década de 1990, uma intensa crise humanitária envolvendo a população civil iraquiana foi atribuída não apenas a repressões internas, mas também às intervenções e sanções encabeçadas pelos Estados Unidos com respaldo do CSNU.

### 3.5.2 Address to the Nation on Iraq – March 19, 2003

#### Discurso à Nação sobre o Iraque – 19 de março de 2003

Se em 28 de janeiro de 2003 Bush afirmou que os esforços dos Estados Unidos de modo a conter o perigo advindo de países como Iraque possuía articulação com o CSNU e com a AIEA, em 17 de março de 2003 seu discurso pareceu ser outro. Isso porque, nessa última data, o Presidente anunciou que todos os meios diplomáticos propostos ao Iraque haviam sido infrutíferos. Além disso, Bush lamentou a reticência do CSNU no que dizia respeito à intervenção armada e, por isso, atribuiu aos Estados Unidos o papel de evitar a instabilidade mundial. Assim, retirou-se silenciosamente de cena a afirmativa prévia de que

America is making a broad and determined effort to confront these dangers. We have called on the United Nations to fulfill its charter and stand by its demand that Iraq disarm. We're strongly supporting the International Atomic Energy Agency in its mission to track and control nuclear materials around the world. (BUSH, 2003a, s.p.)<sup>267</sup>

Além disso, mais uma vez o discurso proferido por Bush reuniu esforços para impulsionar um cenário no qual os Estados Unidos agiriam de maneira desinteressada e

---

<sup>266</sup> “Vamos consultar. Mas não haja nenhum mal-entendido: se Saddam Hussein não se desarmar completamente, lideraremos uma coalizão para desarmá-lo em nome da segurança do nosso povo e da paz no mundo.” (BUSH, 2003a, s.p.)

<sup>267</sup> A América está fazendo um esforço amplo e determinado para enfrentar esses perigos. Apelamos às Nações Unidas para que cumpram a sua carta e defendam a exigência de que o Iraque se desarme. Estamos apoiando fortemente a Agência Internacional de Energia Atômica em sua missão de rastrear e controlar materiais nucleares em todo o mundo. (BUSH, 2003a, s.p., tradução nossa)

benéfica. Ademais, nesse discurso foi anunciada a materialização dos discursos até então empreendidos para e sobre o Iraque.

[...] American and coalition forces are in the early stages of military operations to disarm Iraq, to free its people, and to defend the world from grave danger. On my orders, coalition forces have begun striking selected targets of military importance to undermine Saddam Hussein's ability to wage war. These are opening stages of what will be a broad and concerted campaign. (BUSH, 2003b, s.p.)<sup>268</sup>

Materialização essa sob o nome de Operação Liberdade Iraquiana que, de acordo com Bush, estava sendo orquestrada orgulhosamente com o suporte de 35 nações. Materialização também essa que, ao ser descrita, silenciou a falta de suporte direto ou indireto dos demais países, bem como do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Afinal, como anteriormente mencionado, não houve consenso no CSNU no que dizia respeito a essa empreitada: China, Rússia, França e Alemanha opuseram-se à proposta sustentada pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha. Assim, mesmo frente a ausência de uma resolução que autorizasse o uso da força proveniente desse órgão, os Estados Unidos por agir. (PECEQUILO, 2003)

Ademais, de modo a corroborar a justificativa da invasão lançada no dia desse pronunciamento, silenciaram-se também as alegações provenientes de inspetores da UNMOVIC e da AIEA ausência de provas acerca da existência de ADMs. “Simplesmente ninguém as encontrou”, afirmou Hans Blix (2004, p. 372), então chefe da UNMOVIC. Ainda, acrescentou que anteriormente a “UNSCOM<sup>269</sup> havia encontrado grande quantidade de armas químicas depois do verão de 1991, que foram destruídas sob sua supervisão. No entanto, elas não estavam escondidas, mas nos locais declarados pelos iraquianos”. (BLIX, 2004, p. 374)

Parecia bastar, para o discurso empreendido por Bush, a ideia de que “America faces an enemy who has no regard for conventions of war or rules of morality.” (BUSH, 2003b, s.p.)<sup>270</sup>. Porém, assim como apontado em outros momentos, as palavras utilizadas nos discursos de Bush também exibem ambiguidades. Afinal, a justificativa de uma empreitada bélica contra um país que desrespeitava convenções foi traçada e levada a cabo por meio do desrespeito às convenções das quais os Estados Unidos faziam parte. Isso porque, assim como afirmou Blix (2004, p. 389)

<sup>268</sup> [...] As forças americanas e da coalizão estão nos estágios iniciais das operações militares para desarmar o Iraque, libertar seu povo e defender o mundo de um grave perigo. Sob minhas ordens, forças da coalizão começaram a atacar alvos selecionados de importância militar para minar a capacidade de Saddam Hussein de travar uma guerra. Estes são os estágios iniciais do que será uma campanha ampla e organizada. (BUSH, 2003b, s.p., tradução nossa)

<sup>269</sup> A Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM) foi um regime que precedeu a UNMOVIC e que operou entre os anos de 1991 e 1999 auxiliando a AIEA na supervisão do Iraque no que dizia respeito à produção, posse e uso de ADMs.

<sup>270</sup> “A América enfrenta um inimigo que não tem respeito por convenções de guerra ou por regras de moralidade.” (BUSH, 2003b, s.p., tradução nossa).

[...] há algo estranho na argumentação de que a autoridade do Conselho de Segurança tenha sido corroborada por uma minoria de membros e a posição da maioria, ignorada. Como é que a vontade mundial pode ser reforçada pela ação – no caso, precipitada – de uma ou de algumas nações, contra a vontade expressa de uma grande maioria?

Ao silenciar a oposição proveniente de órgãos da ONU, o discurso de Bush deu início ao processo de invasão do Iraque, sob a justificativa de que se tratava de uma missão de desarmamento do regime de Saddam Hussein, da liberação do povo iraquiano e, mais que isso, de defesa da segurança internacional. (BUSH, 2003b, s.p.). Além disso, o Presidente afirmou que “I want Americans and all the world to know that coalition forces will make every effort to spare innocent civilians from harm.” (BUSH, 2003b, s.p.)<sup>271</sup>

Mais uma vez, o discurso de Bush se direcionou ao povo iraquiano, ao afirmar que “We come to Iraq with respect for its citizens, for their great civilization and for the religious faiths they practice. We have no ambition in Iraq, except to remove a threat and restore control of that country to its own people.” (BUSH, 2003b, s.p.)<sup>272</sup> Assim, por meio dessa abordagem, Bush tentou novamente passar a ideia de que os ataques externos a serem empreendidos em solo iraquiano não advinham do inimigo. O inimigo, assim como afirmou Bush (2003a, s.p.) estava no próprio Iraque e o objetivo dos Estados Unidos e de seus aliados era de extirpá-lo.

Outro aspecto destacado no breve discurso de Bush foi a de que uma campanha ampla e organizada teria lugar no território iraquiano. Porém, ainda que Bush houvesse tentado trazer a ideia de que todo esse empreendimento bélico havia sido estudado e planejado havia muito tempo, pouco destaque foi dado ao que viria depois. O que aconteceria com o Iraque após a derrubada do regime de Saddam Hussein? Como os Estados Unidos atuariam em seu território e proveriam a ajuda necessária para evitar uma crise humanitária? De onde advinha a certeza de que um cenário objetivo e bem-sucedido teria lugar após a concretização dos objetivos imediatos dos Estados Unidos?

Nesse discurso, por meio de omissões, preconceções e generalizações, o Iraque foi, mais uma vez representado como um país dominado pelas amarras da tirania. E, mais que isso, a partir de um discurso que urgia por uma transformação rápida e pelo alastramento dos ideais da democracia, da liberdade e da dignidade humana em território iraquiano, os Estados

---

<sup>271</sup> “Quero que os americanos e todo o mundo saibam que as forças de coalizão farão todos os esforços para poupar civis inocentes” (BUSH, 2003b, s.p., tradução nossa)

<sup>272</sup> “Nós chegamos no Iraque com respeito pelos seus cidadãos, pela sua grande civilização e pelas religiões que eles praticam. Nós não temos nenhuma ambição no Iraque, exceto a de remover uma ameaça e restaurar o controle do país para seu próprio povo.” (BUSH, 2003b, s.p., tradução nossa)

Unidos viram a concretização da possibilidade de enfrentamentos bélicos. Mesmo com a falta de provas alegada pela AIEA, e pela falta de apoio do CSNU, as intenções de intervenção não foram cessadas. Priorizou-se, assim um cenário que vislumbrava, um novo espaço havia sido aberto para que transformações profundas tivessem lugar no Iraque. Porém, se de um lado defendia-se uma nova e positiva estruturação econômica, política e social, de outro, como será exposto adiante, esse projeto de *state (re)building* foi empreendido por um país que carecia de conhecimento, capacidade e, até mesmo, de legitimidade para tal.

### 3.5.3 Videotaped Remarks to the Iraqi People – April 10, 2003

#### Considerações filmadas para o povo iraquiano – 10 de abril de 2003

A ação armada no Iraque proporcionou aos Estados Unidos e à sua coalizão, militarmente superiores ao Iraque, uma ação rápida, haja vista que a ocupação iniciada em março de 2003 ocorreu em menos de um mês. O governante, Saddam Hussein, não foi capturado de imediato – tendo sido encontrado apenas em dezembro do mesmo ano. Por outro lado, seu regime de 24 anos foi derrubado. Assim sendo, ademais da eliminação de centros de comando iraquianos, o efetivo militar foi desmoralizado. (BLIX, 2004).

Frente a esse cenário, em 10 de abril de 2003, Bush realizou um pronunciamento que foi transmitido aos iraquianos. Inicialmente, o Presidente anunciou à sua audiência que “[...] a long era of fear and cruelty is ending” (BUSH, 2003c, s.p.)<sup>273</sup> e que a partir de um trabalho ininterrupto e de objetivos claramente traçados “[...] the Government of Iraq and the future of your country will soon belong to you.” (BUSH, 2003c, s.p.)<sup>274</sup> E, assim como abordado no capítulo anterior, mais uma vez foi feita a promessa de que as ações levadas a cabo no Iraque não teriam fim até que uma transformação holística fosse empreendida no Iraque.

Bush afirmou que

We will end a brutal regime, whose aggression and weapons of mass destruction make it a unique threat to the world. Coalition forces will help maintain law and order so that Iraqis can live in security. We will respect your great religious traditions, whose principles of equality and compassion are essential to Iraq's future. We will help you build a peaceful and representative government that protects the rights of all citizens. And then our military forces will leave. Iraq will go forward as a unified, independent, and sovereign nation that has regained a respected place in the world. (BUSH, 2003c, s.p.)<sup>275</sup>

<sup>273</sup> “[...] uma longa era de medo e de crueldade está acabando” (BUSH, 2003c, s.p., tradução nossa)

<sup>274</sup> “[...] o governo do Iraque e o futuro de seu país irão pertencer a vocês em breve.” (BUSH, 2003c, s.p., tradução nossa)

<sup>275</sup> Vamos acabar com um regime brutal, cuja agressão e armas de destruição em massa o tornam uma ameaça única para o mundo. As forças da coalizão ajudarão a manter a lei e a ordem para que os iraquianos possam viver



E, de acordo com a lógica de seu pronunciamento, o Iraque

[...] will no longer be held captive to the will of a cruel dictator. You will be free—free to build a better life instead of building more palaces for Saddam and his sons, free to pursue economic prosperity without the hardship of economic sanctions, free to travel and free to speak your mind, free to join in the political affairs of Iraq. (BUSH, 2003c, s.p)<sup>276</sup>

Nesse breve pronunciamento realizado por Bush, a distinção amigo inimigo não opôs Estados Unidos (como amigo) ao Iraque (como inimigo). Há, porém, uma oposição que se utiliza, concomitantemente, de padrões de inclusão e de exclusão. (WALKER, 2006). Isso porque, de um lado, retrata-se um país governado por um regime como tirano, deteriorado e irracional e, de outro, enaltece-se um Iraque cujas tradições e povo deveriam ser respeitados e protegidos por meio de um governo que não fosse corrupto, que não torturasse seus cidadãos e que possibilitasse a disseminação da liberdade.

A partir dessa separação, o segundo Iraque, posto como digno de respeito, também foi tratado de maneira condescendente. Tratava-se, de acordo com a abordagem feita por Bush, de um Iraque incapaz de autogerir-se, incapaz de enfrentar desafios sozinho e que, para ser retirado de um abismo autoritário, necessitava da orientação e da ajuda de um guia bem-sucedido e com experiência para tal, os Estados Unidos.

Desse modo, a intervenção feita pelos Estados Unidos e sua coalização no Iraque, bem como as promessas e as certezas de desdobramentos benéficos afirmados por Bush, propuseram-se a tomar as rédeas do destino e da voz do Iraque e dos iraquianos ao definir quem era o inimigo a ser combatido e ao estabelecer como e porque transformações econômicas, políticas e sociais supostamente deveriam ali ter lugar.

Mais uma vez, por meio da inclusão e da exclusão permitiu-se o desenrolar de uma história que prezou pela oposição entre universalidade(s) e de particularismos: o moderno, Estados Unidos e mundo ocidental, foi oposto ao não-moderno, o Iraque – e essa oposição foi autorizada por meio de apelos ao mesmo tempo universalizantes e teleológicos. Assim, paradoxalmente, o “sujeito/objeto dominado”, que nesse caso era o Iraque (seu povo e seu governo), sofreu um processo distanciador de “*othering*” e, ao mesmo tempo, foi forçado a

---

em segurança. Respeitaremos suas grandes tradições religiosas, cujos princípios de igualdade e compaixão são essenciais para o futuro do Iraque. Nós o ajudaremos a construir um governo pacífico e representativo que proteja os direitos de todos os cidadãos. E então nossas forças militares vão sair. O Iraque avançará como uma nação unificada, independente e soberana que recuperou um lugar de respeito no mundo. (BUSH, 2003c, s.p., tradução nossa)

<sup>276</sup> “Seu país não será mais cativo da vontade de um ditador cruel. Vocês serão livres para construir uma vida melhor ao invés de construírem mais palácios para Saddam e seus filhos, livres para perseguir a prosperidade econômica sem as dificuldades das sanções econômicas, livres para viajar e livres para expressar o que vem da sua mente, livres para se juntar aos assuntos políticos do Iraque.” (BUSH, 2003c, s.p., tradução nossa)

adentrar nas fronteiras do conhecimento e comportamento do “Eu” Ocidental. Trata-se de um processo que Bialasiewicz, Campbell *et al* (2007) reconhecem como de integração e, concomitantemente, de exclusão. Para tanto, é importante (e poderoso) o uso de representações e, simultaneamente, da projeção de um processo de amnésia histórica. Isso porque, quando associadas, amnésia histórica e representação possibilitam o controle de sujeitos, comunidades e identidades sociais e culturais.

### 3.6 2004

Nesta seção volto minha atenção para três discursos proferidos por Bush. O primeiro deles é o Discurso acerca do estado da União, proferido em 28 de janeiro de 2004; o segundo discurso é intitulado Comentários acerca do aniversário da Operação Liberdade Iraquiana, proferido em 19 de março de 2004; por último, debruço-me sobre o Discurso de aceite à nomeação Presidencial, proferido em 02 de setembro de 2004.

Ao analisa-los, parto da ideia de que, para além de apresentarem novidades face à representação do Iraque, esses pronunciamentos dedicaram grande parte de sua atenção aos anos anteriores. Desse modo, maior ênfase foi dada à repetição de estereótipos, bem como às suas justificativas. Ademais, considero que o tratamento de projeto bem-sucedido, mas paradoxalmente incompleto, dispensado ao Iraque foi utilizado de modo a justificar a necessidade de um segundo mandato para Bush.

#### 3.6.1 Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union – January 20, 2004

##### Pronunciamento sobre o estado da União antes da sessão conjunta do Congresso – 20 de janeiro de 2004

Ao proferir o discurso acerca do estado da União em janeiro de 2004, Bush dedicou-se a traçar um histórico dos feitos de seu governo e, ademais, a lançar propostas para os anos vindouros. Isso porque, aquele era o último ano de seu primeiro mandato e, não muito depois, sua candidatura à reeleição foi confirmada. Para tanto, Bush afirmou que a “America this evening is a nation called to great responsibilities, and we are rising to meet them.” (BUSH,

2004a, s.p.)<sup>277</sup> Além disso, de acordo com seu argumento, os Estados Unidos estavam cumprindo seu dever “By bringing hope to the oppressed and delivering justice to the Violent [...]” (BUSH, 2004a, s.p.)<sup>278</sup>

Ao pensar no Iraque, tratado por Bush como um país que carecia de esperança e que vivia, constantemente sob a violência, é possível questionar o cumprimento dessa promessa, bem como a simplicidade com a qual é representada. Como estava sendo possível levar esperança ao povo iraquiano e ao mesmo tempo fazer justiça ao ‘violento’ por meio do uso da força? A resposta dada pelo discurso de Bush era a de que tratava-se de um regime que dava abrigo e subsídios a grupos terroristas. Ainda, o presidente argumentou que, com a derrubada do governo de Saddam, concretizada a partir de sua prisão no fim de 2003, finalmente “The people of Iraque are free.” (BUSH, 2004a, s.p.)<sup>279</sup>

Porém, se de um lado o discurso de Bush exaltou uma conquista almejada há muito por seu governo – a derrubada de Saddam Hussein –, de outro ressaltou que ainda havia resquícios da antiga ordem que governava o Iraque, representada por apoiadores do governo de Saddam, composta por “Men who ran away from our troops in battle are now dispersed and attack from the shadows. These killers, joined by foreign terrorists, are a serious, continuing danger. Yet we're making progress against them.” (BUSH, 2004a, s.p.)<sup>280</sup> Assim, de maneira ambígua, celebrou-se um Iraque livre, mas que ainda era perigoso e necessitava de atenção externa.

Também de modo a justificar sua construção discursiva, Bush inseriu a noção de gradualidade, ou seja, por meio do auxílio externo, argumentou que “Month by month, Iraqis are assuming more responsibility for their own security and their own future.” (BUSH, 2004a, s.p.)<sup>281</sup> E, para aqueles que questionassem essa afirmativa, bem como as intervenções realizadas no Iraque, Bush afirmou que

Objections to war often come from principled motives, but let us be candid about the consequences of leaving Saddam Hussein in power. We're seeking all the facts. Already, the Kay Report identified dozens of weapons-of-mass-destruction-related program activities and significant amounts of equipment that Iraq concealed from the United Nations. Had we failed to act, the dictator's weapons of mass destruction programs would continue to this day. Had we failed to act, Security Council

<sup>277</sup> “A América esta noite é uma nação chamada para grandes responsabilidades, e estamos nos levantando para enfrentá-las.” (BUSH, 2004a, s.p., tradução nossa)

<sup>278</sup> “Trazendo esperança aos oprimidos e levando justiça ao Violento [...]” (BUSH, 2004a, s.p., tradução nossa)

<sup>279</sup> “O povo do Iraque é livre.” (BUSH, 2004a, s.p., tradução nossa)

<sup>280</sup> “Homens que fugiram de nossas tropas na batalha e agora estão dispersos e atacam das sombras. Esses assassinos, acompanhados de terroristas estrangeiros representam um sério e contínuo perigo. Ainda estamos fazendo progressos contra eles.” (BUSH, 2004a, s.p., tradução nossa)

<sup>281</sup> “Mês a mês, os iraquianos estão assumindo mais responsabilidade por sua própria segurança e por seu próprio futuro.” (BUSH, 2004a, s.p., tradução nossa)

resolutions on Iraq would have been revealed as empty threats, weakening the United Nations and encouraging defiance by dictators around the world. Iraq's torture chambers would still be filled with victims, terrified and innocent. The killing fields of Iraq, where hundreds of thousands of men and women and children vanished into the sands, would still be known only to the killers. For all who love freedom and peace, the world without Saddam Hussein's regime is a better and safer place. (BUSH, 2004a, s.p.)<sup>282</sup>

Esse argumento, que trouxe como embasamento dados genéricos acerca da posse de ADMs por parte do Iraque – “dezenas de”; “quantias significantes de” – fez com que a audiência do discurso fosse deixada frente a duas escolhas: apoiar o empreendimento bélico estadunidense no Iraque ou ser conivente com torturas, repressões, com o perigo das ADMS... com o terror. Nesse caso, instrumentalizou-se um argumento que tentou, de toda maneira, evitar quaisquer questionamentos.

Assim, a partir de um cenário dicotômico, que persuade/persuadiu a audiência a optar pela aprovação do que até então havia sido feito e do que planejava-se fazer, há a representação de um Iraque que estava em vias de transformação. Isso porque o comandante de um regime condenado pelo Ocidente havia sido derrubado e capturado e, além disso, seu regime estava sendo e seria combatido pelos Estados Unidos e por seus aliados. Além disso, ao ignorar quão trabalhoso seria o rearranjo completo do Iraque, afirmou-se que o pior havia passado e que, pouco a pouco, o povo iraquiano conheceria a liberdade.

### 3.6.2 Remarks on the Anniversary of Operation Iraqi Freedom – March 19, 2004

#### Comentários acerca do aniversário da Operação Liberdade Iraquiana – 19 de março de 2004

Exatamente um ano após o lançamento da Operação Liberdade Iraquiana, Bush realizou um pronunciamento, diretamente da Casa Branca, de modo a exaltar tal feito e seus desdobramentos. De modo a corroborar a ideia de uma operação bem-sucedida, Bush dirigiu-se a sua audiência, composta majoritariamente por embaixadores, e afirmou que

---

<sup>282</sup> Objeções à guerra muitas vezes são motivadas por princípios, mas sejamos sinceros sobre as consequências de deixar Saddam Hussein no poder. Estamos procurando todos os fatos. O Relatório Kay já identificou dezenas de atividades do programa relacionadas com a destruição de armas em massa e quantidades significativas de equipamento que o Iraque ocultou das Nações Unidas. Se não tivéssemos agido, os programas de armas de destruição em massa do ditador continuariam até hoje. Se não tivéssemos agido, as resoluções do Conselho de Segurança sobre o Iraque teriam sido reveladas como ameaças vazias, enfraquecendo as Nações Unidas e encorajando o desafio de ditadores em todo o mundo. As câmaras de tortura do Iraque ainda estariam cheias de vítimas, aterrorizadas e inocentes. Os campos de matança do Iraque, onde centenas de milhares de homens, mulheres e crianças desapareceram nas areias, ainda seriam conhecidos apenas pelos assassinos. Para todos os que amam a liberdade e a paz, o mundo sem o regime de Saddam Hussein é um lugar melhor e mais seguro. (BUSH, 2004a, s.p., tradução nossa)

We are representing 84 countries united against a common danger and joined in a common purpose. We are the nations that have recognized the threat of terrorism, and we are the nations that will defeat that threat. Each of us has pledged before the world: We will never bow to the violence of a few. We will face this mortal danger, and we will overcome it together. (BUSH, 2004b, s.p.)<sup>283</sup>

Ao exaltar o senso de comunidade a partir da repetição das palavras “Nós somos”, este excerto também demonstra a ênfase dada por Bush à caracterização dos países ali representados como racionais, cautelosos e determinados, contraposto ao “Outro” iraquiano, outrora accidental, complicado e deteriorado. Além disso, ao seguir o argumento de que a Operação Liberdade Iraquiana conheceu, até aquele momento, o sucesso, Bush ressaltou que a Guerra ao Terror, empreendida em solo iraquiano, não era apenas uma figura de linguagem, senão um chamado inadiável e inescapável àqueles países. (BUSH, 2004b, s.p.)

Essa contraposição ficou evidente também quando Bush afirmou que

One year ago, military forces of a strong coalition entered Iraq to enforce United Nations demands, to defend our security, and to liberate that country from the rule of a tyrant. For Iraq, it was a day of deliverance. For the nations of our coalition, it was the moment when years of demands and pledges turned to decisive action. Today, as Iraqis join the free peoples of the world, we mark a turning point for the Middle East and a crucial advance for human liberty [...] It is a good thing that years of illicit weapons development by the dictator have come to the end. It is a good thing that the Iraqi people are now receiving aid instead of suffering under sanctions. (BUSH, 2004b, s.p.)<sup>284</sup>

De acordo com esse trecho, as ações dos Estados Unidos e de seus aliados deveriam ser consideradas componentes de uma luta inevitável e amplamente bem-sucedida. Paradoxalmente ao enaltecimento desses feitos, porém, foi exposta a percepção de incompletude. O mal a ser combatido ainda estava à espreita, haja vista a afirmativa de Bush de que “There are still violent thugs and murderers in Iraq, and we're dealing with them.” (BUSH, 2004b, s.p.)<sup>285</sup> e de que, por isso, “Whatever it takes, we will fight and work to assure the success of freedom in Iraq.” (BUSH, 2004b, s.p.)<sup>286</sup>

---

<sup>283</sup> “Estamos representando 84 países unidos contra um perigo comum e unidos por um propósito comum. Nós somos as nações que reconheceram a ameaça do terrorismo, e nós somos as nações que irão derrotar essa ameaça. Cada um de nós se comprometeu perante o mundo: nunca nos curvaremos à violência de alguns poucos. Enfrentaremos esse perigo mortal e vamos superá-lo juntos.” (BUSH, 2004b, s.p., tradução nossa)

<sup>284</sup> “Há um ano as forças militares de uma forte coalizão entraram no Iraque para impor as exigências das Nações Unidas, defender nossa segurança e libertar o país do domínio de um tirano. Para o Iraque, foi um dia de libertação. Para as nações de nossa coalizão, foi o momento em que anos de exigências e promessas se voltaram para ações decisivas. Hoje, enquanto os iraquianos se unem aos povos livres do mundo, nós marcamos um ponto de virada para o Oriente Médio e um avanço crucial para a liberdade humana [...] É bom que anos de desenvolvimento de armas ilícitas pelo ditador tenham chegado ao fim. É bom que o povo iraquiano esteja recebendo ajuda em vez de sofrer com sanções. (BUSH, 2004b, s.p., tradução nossa)

<sup>285</sup> “Ainda há bandidos violentos e assassinos no Iraque, e estamos lidando com eles.” (BUSH, 2004b, s.p., tradução nossa)

<sup>286</sup> “Seja o que for preciso, vamos lutar e trabalhar para assegurar o sucesso da liberdade no Iraque.” (BUSH, 2004b, s.p., tradução nossa)

O breve pronunciamento de Bush, ao se dedicar à celebração do fim da posse iraquiana de ADMs, reforçou o pressuposto de um Iraque que até pouco tempo era ameaçador. Porém, ao fazê-lo, pouco se dedicou a explicar o que havia sido encontrado e em quais locais esse desenvolvimento de ADMs supostamente se daria. Exigiu-se, assim, mais uma vez, crédito irrestrito às palavras advindas do Presidente.

Outro aspecto citado rapidamente, e que, ao meu ver, apelou à amnésia histórica, foi o enaltecimento do fim das sanções ao povo iraquiano e o surgimento, em seu lugar, de ajuda por parte dos Estados Unidos e de seus aliados. Assim como destacado no tópico 3.1 deste capítulo, essa afirmativa silencia a origem dessas sanções – encabeçadas pelos Estados Unidos no seio do CSNU desde a década de 1990 – bem como suas consequências humanitárias catastróficas.

No lugar desse silenciamento, optou-se por uma estratégia discursiva que chantageava a audiência: “Who would prefer that Saddam's torture chambers still be open? Who would wish that more mass graves were still being filled? Who would begrudge the Iraqi people their long-awaited liberation? (BUSH, 2004b, s.p.)<sup>287</sup>. Assim como em outras oportunidades, por meio desse tipo de argumentação, salientou-se a ideia de que ao questionar a gramática moral da guerra, o questionador tornar-se-ia, quase que automaticamente, um obstáculo ao combate do inimigo. (BUTLER, 2004).

Assim, fica perceptível que nesse discurso o Iraque, ao ser tratado como elemento a ser trabalhado pelos Estados Unidos e seus aliados, foi vislumbrado como um projeto bem-sucedido, como um objetivo alcançado por meio de ações bem definidas e organizadas. Tratamento esse dispensado a partir de afirmações genéricas que pareceram ignorar a complexidade e a longevidade de um processo que visava transformar, holisticamente, àquele país.

---

<sup>287</sup> “Quem preferiria que as câmaras de tortura de Saddam continuassem abertas? Quem desejaria que mais valas comuns ainda estivessem sendo preenchidas? Quem iria dar com relutância ao povo iraquiano sua tão esperada libertação? (BUSH, 2004b, s.p., tradução nossa)

### 3.6.3 Accepting the Presidential Nomination at the Republican National Convention in New York City – September 2, 2004

#### Aceitando a nomeação Presidencial na Convenção Nacional Republicana na cidade de Nova Iorque – 2 de setembro de 2004

Dando continuidade à representação do Iraque como um projeto em andamento de civilização, o discurso de aceite de nomeação Presidencial de Bush dedicou-se a defender seu projeto eleitoral. Ademais de reforçar a ideia presente em seu discurso eleitoral de 2000 de uma América cuja história era permeada pela liberdade, pela democracia e pela defesa da dignidade humana, Bush sublinhou que sua reeleição seria determinante para dar continuidade às respostas concedidas ao contínuo perigo apresentado pelo “inimigo”.

A justificativa de Bush partia da ênfase em um compromisso histórico dos Estados Unidos de “[to] extend the frontiers of freedom.” (BUSH, 2004c, s.p.)<sup>288</sup>. Por meio dessa extensão, afirmou-se que impedir-se-ia que o inimigo fosse encarado novamente em território estadunidense. E, mais que isso, afirmou que somente assim o projeto libertador do Oriente Médio poderia ter continuidade: “We are working to advance liberty in the broader Middle East, because freedom will bring a future of hope and the peace we all want. And we will prevail.” (BUSH, 2004c, s.p.)<sup>289</sup>

No que dizia respeito ao Iraque, Bush exaltou a Operação Liberdade Iraquiana, acentuou aspectos de seu desdobramento considerados positivos e, adicionalmente, ressaltou a importância da continuidade desse projeto. Desse modo, o tratamento dispensado ao Iraque revisitou hierarquizações utilizadas ao longo dos últimos quatro anos. Assim, “Iraq was a gathering threat [...]” (BUSH, 2004c, s.p.)<sup>290</sup>, “We have led; many have joined; and America and the world are safer.” (BUSH, 2004c, s.p.)<sup>291</sup>, mas, mesmo assim, Bush frisou que seu objetivo não havia sido completo. Isso porque, para o Presidente, ainda seria necessário “[to] help new leaders to train their armies and move toward elections and get on the path of stability and democracy as quickly as possible.” (BUSH, 2004c, s.p.)<sup>292</sup>

Ademais de recorrer às representações de um Iraque anteriormente degenerado, o discurso de Bush tentou demonstrar a existência de um país em processo de transformação.

<sup>288</sup> “[...] estender as fronteiras da liberdade.” (BUSH, 2004c, s.p., tradução nossa)

<sup>289</sup> “Estamos trabalhando para promover a liberdade no grande Oriente Médio, porque a liberdade trará um futuro de esperança e a paz que todos desejamos. E nós prevaleceremos.” (BUSH, 2004c, s.p., tradução nossa)

<sup>290</sup> “O Iraque era uma ameaça crescente [...]” (BUSH, 2004c, s.p., tradução nossa)

<sup>291</sup> “Nós lideramos, muitos se uniram; e os Estados Unidos e o mundo estão mais seguros.” (BUSH, 2004c, s.p., tradução nossa)

<sup>292</sup> “Ajudar novos líderes a treinar seus exércitos e a avançar para eleições e a seguir o caminho da estabilidade e da democracia o mais rápido possível.” (BUSH, 2004c, s.p., tradução nossa)

Assim, nesse pronunciamento não mais foi dado destaque a uma ameaça iminente, senão a um país cujo povo estava sendo contemplado com o altruísmo estadunidense, bem como com as benesses de valores por esse último país prezadas. O “Outro iraquiano” foi, assim, relegado a um *statu pupilaris* (i.e. que precisa ser educado).

Outro aspecto reforçado nesse discurso e que está aberto a questionamentos é o uso e o reforço de estereótipos. Isso porque, a partir da ótica de Homi Bhabha (1998) percebo nesse pronunciamento como o Iraque foi traduzido por Bush em termos considerados coerentes, mas que também demonstravam ambiguidades. Afinal, se de um lado a representação desse país foi tratada como óbvia, de outro, a repetição ansiosa de características “autoexplicativas” ocorreu.

Sua validade e fixidez tentaram se dar por meio da representação do Iraque como sinônimo de degeneração, excentricidade e violência. Porém, esse documento, bem como outros anteriormente analisados, trata genericamente o que considera desdobramentos positivos e, concomitantemente, silencia desdobramentos catastróficos à vida civil iraquiana que, não muito depois que se viram afastadas de condições básicas de sobrevivência, ao terem sua infraestrutura e seus meios de produção destruídos a partir da promoção da democracia externa.

### 3.7 Considerações Preliminares

Esse capítulo foi construído a partir da seguinte pergunta: como os discursos da Política Externa dos Estados Unidos de George W. Bush relativos ao Iraque expõem suas estratégias retóricas e minam seus próprios alicerces, possibilitando, assim, outras vias de interpretação? Desse modo, por meio de uma leitura desconstrucionista dialógica, voltei minhas atenções para os argumentos trazidos por Bush, bem como para as práticas discursivas que absorveram/destruíram, afirmaram/negaram, anteciparam/responderam uma ampla gama de representações do Iraque de maneira ambígua, indeterminada e produtiva.

Em 2000 e 2001 o Iraque foi tratado como um projeto incompleto, como uma República malsucedida e como um detentor de ADMs que não deveria passar despercebido. Porém, pouco a pouco o tom dispensado ao tratamento do Iraque se tornou mais notório – particularmente a partir de 2002, quando sua associação ao “terror”, ao 11 de setembro e ao desenvolvimento e capacidade de uso de ADMs se deu de maneira mais estridente. Sob a justificativa de proteger não apenas o “Nós” estadunidense, mas também todo o mundo “democrático, livre e correto”, a audiência dos discursos de Bush se viu cada vez mais



inundada pela noção de que o Iraque deveria não apenas ser neutralizado, mas também combatido e transformado. E, mais que isso, se viu impelida a confiar irrestritamente em suas afirmativas.

Além disso, conforme destaquei, em 2003, por meio de omissões e ambiguidades discursivas apontadas, levou-se a cabo a Operação Liberdade Iraquiana, sob a égide de guerra preventiva. Em 2004, por sua vez, urgiu-se pela continuidade do projeto de transformação que, apesar de anteriormente ter sido tratado como claro e objetivo, pareceu, a partir daquele momento, exigir uma atenção que, afirmou Bush, deveria ser dispensada ao longo de mais quatro anos.

O “Outro” iraquiano foi, assim, de diferentes modos representado como facilmente decifrável: um inimigo conhecido, temido e que deveria ser combatido. Assim, houve a transição de uma representação meramente textual do Oriente, mais especificamente do Iraque, para um contexto em que a violência epistêmica foi posta em prática a partir da interpretação textual, de sua legitimação e de sua ressonância temporal e espacial

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação tentou sugerir respostas para as seguintes perguntas: 1) como se constituiu e se manteve a representação do Iraque, no discurso da Política Externa dos Estados Unidos do Governo Bush, entre os anos de 2000 e 2004? 2) como os discursos da Política Externa da administração Bush relativos ao Iraque expõem suas estratégias retóricas e minam seus próprios alicerces, possibilitando, assim, outras vias de interpretação? E, de modo a ilustrar essa problemática, 16 discursos empreendidos por Bush ao longo de cinco anos foram analisados a partir de uma dupla leitura desconstrucionista.

Para tanto, foram essenciais as noções discurso, intertextualidade, representação, diferença, estereótipo e orientalismo, apresentadas ao longo do Capítulo 1. Além disso, conforme apresentei no Apêndice Metodológico dessa dissertação, a partir da proposta da elaboração de uma leitura monológica e de uma leitura dialógica, foi de igual importância a estratégia metodológica da Análise do Discurso. Isso porque, a partir da AD, foi possível perceber como práticas discursivas são capazes de (re)produzir identidades, representações, oposições e hierarquias.

Assim, ao propor a realização de uma dupla leitura, busquei, ao longo do capítulo 2, por meio de uma leitura monológica, compreender como conhecimento, verdade e significados foram construídos, mantidos e transformados pela Política Externa dos Estados Unidos voltada ao Iraque. A partir da observação da coerência interna dos discursos de Bush, por meio da leitura monológica, privilegiei seu tom argumentativo, sua lógica persuasiva e sua tentativa de atrair atenção para seu objeto central: o Iraque. Percebi que esse país foi representado como inimigo que ameaçava não apenas aos Estados Unidos, mas todo o mundo. Por meio de divisões hierárquicas, os Estados Unidos, apresentados como democráticos, livres, fortes, decentes, persistentes, seguros, sóbrios e responsáveis sobrepôs-se ao Iraque, apresentados como antítese de todas aquelas características.

Assim, ao longo dos anos 2000, identifiquei nos discursos de Bush a representação de um Iraque fora-da-lei almejada, adepto da lei da selva, pertencente a uma classe de *rogue states*, em resumo, um projeto de República falido. Em 2001, por sua vez, ganhou força a representação de um Iraque regido por um governo tirano, afastado da democracia ocidental. Em 2002, o Iraque foi apresentado de maneira mais estridente por meio do realce dado à sua dita imoralidade, seu dito desrespeito à lei e à violência para com sua população, para com seus vizinhos e para com o mundo. A partir de então o país passou a figurar como componente de um eixo do mal que estava à espreita para atacar ao “mundo civilizado”. Em

2003, a partir do empreendimento da Operação Liberdade Iraquiana, percebi a representação de dois Iraques: um que deveria ser eliminado, dado o seu caráter desviante, e outro cuja história e cultura eram tidas como inestimáveis e que, por isso, foi tratado com admiração, respeito e segurança. Por último, ao longo de 2004, percebi a representação do Iraque como um projeto de civilização em vias de transformação. A imagem de ameaça iminente parecia estar em vias de desaparecer e, em seu lugar, prometeu-se um futuro promissor.

Em um segundo momento, ao longo do capítulo 3, e por meio de uma leitura desconstrucionista dialógica, dediquei parte de minha pesquisa a identificar e a desestabilizar perspectivas binárias por meio da crítica à linearidade, a generalizações e por meio da elaboração de questionamentos que colocaram supostos alicerces discursivos em xeque. Assim, ao seguir um caminho distinto ao do capítulo 2, e com auxílio de uma leitura desconstrucionista dialógica, voltei minhas atenções para os argumentos trazidos por Bush.

Desse modo, observei como suas práticas discursivas absorveram/destruíram, afirmaram/negaram, anteciparam/responderam uma ampla gama de representações do Iraque de maneira ambígua, indeterminada e produtiva. Assim, ao seguir mais uma vez uma abordagem cronológica, aponte que entre 2000 e 2004, o “Outro” iraquiano foi repetidamente representado como facilmente decifrável. O Iraque foi assim apresentado como inimigo conhecido, temido e que precisava, acima de tudo, ser combatido. Pouco a pouco, a representação textual do Oriente, sob a forma de Iraque, transitou entre a violência epistêmica em direção a uma ressonância temporal e espacial por meio de enfrentamentos bélicos.

Portanto, ao longo dos três capítulos elaborados, percebi que durante sua campanha e durante seu primeiro mandato, George W. Bush realizou pronunciamentos que auxiliaram na construção da imagem de um Iraque degenerado, violento, fora-da-lei, possuidor de ADMs e justificou que, por isso, esse país deveria ser alvo de atenção especial não apenas dos Estados Unidos, mas também de todos aqueles que se considerassem democráticos, livres e corretos. Houve assim, ao longo desses cinco anos, a promoção da antipatia binária, que priorizava os Estados Unidos como essência da integridade e da legitimidade, em detrimento do Iraque, representado como uma versão derivada e degenerada do seu par e que por esse motivo poderia ser alvo de empreendimentos bélicos que não deveriam ser questionados.

Essa hierarquização se utilizou de representações postas como autoevidentes e que, concomitantemente, condicionaram amnésias históricas. Em outras palavras, por meio de resgates de mitos e símbolos estadunidenses e, simultaneamente, por meio do retrato feito do Iraque, atores, eventos, justificativas e vozes foram ora realçados, ora silenciados e prontamente tratados de maneira simplista.

Desse modo, a partir dessa pesquisa, depreendi que a Política Externa foi e é, nos Estados Unidos, uma importante prática de segurança. Prática esta reforçada por meio de discursos políticos convencionais e dominantes pautados no combate ao perigo e na objetificação de eventos e identidades de diferentes povos e países (CAMPBELL, 1992). Assim, para além da figura do “inimigo” – a ser eliminado – importou também a noção de um “mal” que transcendia a política tradicional e que permitiria a luta absoluta, inquestionável e perpétua. (JABRI, 2007).

Por último, cabe salientar que, assim como Der Derian (1989) coloca, o objetivo maior dessa pesquisa foi iluminar e não eliminar as diferenças produzidas textualmente. Mesmo assim, conforme acredita o autor, pode ser que um dia, “This might better enable us to understand ourselves and others through the differences that make up everyday life in civil society and yet serve to justify homicide every day in the international society.” (DER DERIAN, 1989, p. 5)<sup>293</sup>

Não há dúvidas que os Estados Unidos tenham sido vítimas da violência. Mas, assim como Butler (2004) salienta: uma coisa é ser vítima da violência e outra completamente distinta é utilizar-se deste quadro para empreender agressões ilimitadas contra alvos que podem ou não estar diretamente relacionados à fonte de sofrimento. Assim, para promover mudanças no modo como fenômenos e pessoas hoje ditos meliantes são percebidos e tratados, deve-se reconhecer o peso da construção retórica por trás definições que, para além da subjetividade da adjetivação, tem força política e violenta. Também, deve-se superar o ambiente no qual debates acerca desse tema são vistos de maneira intolerante. Tratam-se de taxonomias polêmicas e, sobretudo, poderosas.

Ao apontar e questionar alguns dos silenciamentos e ambiguidades que possibilita(ram) a representação do Iraque como violento e irracional, essa pesquisa tentou trazer a possibilidade de considerar esse país como uma figura opaca e infinitamente mais complexa do que o discurso de Bush fez crer. Desse modo, ao observar alguns dos discursos empreendidos por Bush ao longo de cinco anos (2000-2004), apontei que por meio da fluidez do que é considerado verdade, de amnésias históricas, de antipatias binárias e de afirmações ditas autoevidentes e autoexplicativas, foram utilizadas de modo a legitimar a imagem de um Iraque inferior aos Estados Unidos. Ao retratar, por meio de diversas imagens e metáforas, o Iraque como o lar da tirania e da insegurança e como ameaça iminente, reforçou-se uma

---

<sup>293</sup> “Isto poderá possibilitar que nos entendamos e entendamos aos outros por meio das diferenças que constituem a vida quotidiana na sociedade civil e ainda servem para justificar homicídios todos os dias na sociedade internacional” (DER DERIAN, 1989, p. 5, tradução nossa).

*otherness* a ser combatida. Prevaleceram, assim, representações receosas, condescendentes e, ao mesmo tempo, belicamente proativas.

## REFERÊNCIAS

ARRAES, Virgílio Caixeta. **Guerra do Golfo: a crise da nova ordem mundial**. In: Revista Brasileira de Política Internacional, nº 1, Brasília, Jan/Junho, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292004000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100006)>. Acesso em 12 Jun 2014.

ASHLEY, Richard. Living on Border Lines: Man, Poststructuralism, and War. In: DER DERIAN, James; SHAPIRO, Michael J. **International/Intertextual Relations** - Postmodern Readings of World Politics. New York: Lexington Books, 1989.

\_\_\_\_\_. “Untying the Sovereign State: A Double Reading of the Anarchy Problematique”. **Millenium: Journal of International Relations** 17(2), 1998.

\_\_\_\_\_; WALKER, Robert. Speaking the Language of Exile: Dissident Thought in International Studies. **International Studies Quartely**, Vol. 34, No 3. Sep. 1990. pp. 259-268. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2600569>>

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano: da guerra da Espanha a Guerra no Iraque**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BHABHA, Homi. **O Bazar Global e o Clube dos Cavalheiros Ingleses** - textos seletos. Organização: COUTINHO, Eduardo. Editora Rocco Digital, 2011.

\_\_\_\_\_. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BIALASIEWICZ, Luiza; CAMPBELL, David et al. Performing security: The imaginative geographies of current US Strategy. **Political Geography**. 26 (2007), 405-422.

BISWAS, Shampa. **Empire and Global Public Intellectuals: Reading Edward Said as an International Relations Theorist**. Millennium - Journal of International Studies, 2007. Vol.36 No.1, pp. 117-133. Disponível em: <<http://mil.sagepub.com/content/36/1/117>> Acesso em 10 dez. 2016.

BLANEY, David; INAYATULLAH, Naeem. **International Relations and the Problem of Difference**. Great Britain: Routledge, 2004.

BLIX, Hans. **Desarmando o Iraque**. São Paulo: Editora A Girafa, 2004.

BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Linguagem - Estudos e Pesquisas**. Vol. 15, n. 01, p. 171-182, jan/jun 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/lep/article/viewFile/32465/17293>> Acesso em 20 mar. 2017.

BOYD, Charles O. **When Parties Swap Platforms: the Changing Racial Policies of Democrats and Republicans**. Oglethorpe Journal of Undergraduate Research, 2014. Vol 3 (1).

Disponível em: < <https://digitalcommons.kennesaw.edu/ojur/vol13/iss1/3/>> Acesso em 05 mar. 2018.

BUSH, George W. BUSH, George W. **Address to a Joint Session of Congress and the American People**. September, 2001. Disponível em: <[georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.html](http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.html)>. Acesso em 02 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Text of President Bush's 2002 State of the Union Address**. Jan, 2002. Disponível em: <[www.washingtonpost.com/wp-srv/onpolitics/transcripts/sou012902.htm](http://www.washingtonpost.com/wp-srv/onpolitics/transcripts/sou012902.htm)>. Acesso em 05 jan. 2017.

BUTLER, Judith. **Precarious life: the power of mourning and violence**. Londres, 2004.

CAMPAIGN AGAINST SANCTIONS ON IRAQ (CASI). **Humanitarian situation in Iraq: Sub-Commission decision 1999/110 E/CN.4/SUB.2/DEC/1999/110 (26 August 1999)**. Disponível em: < [www.casi.org.uk/info/un.html](http://www.casi.org.uk/info/un.html)>. Acesso em 10 dez. 2014.

CAMPBELL, David. **Writing Security - United States Foreign Policy and the Politics of Identity**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

\_\_\_\_\_. **National Deconstruction: Violence, Identity, and Justice in Bosnia**. Minneapolis and London: University of Minnesota Press, 1998.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso versus Análise de Conteúdo. *Texto Contexto Enferm*, 15 (4). Out-Dez, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072006000400017&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072006000400017&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em 19 nov. 2017

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

COWAN, Katie. What is Wrong with the War on Terror? **E-International Relations Publishing**, 2008. Disponível em: <<http://www.e-ir.info/2008/02/10/what-is-wrong-with-the-war-on-terror/>> Acesso em 20 dez. 2016.

DER DERIAN, James. The Boundaries of Knowledge and Power in International Relations. In: DER DERIAN, James; SHAPIRO, Michael J. **International/Intertextual Relations - Postmodern Readings of World Politics**. New York: Lexington Books, 1989.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>> Acesso em 18 dez, 2016.

DICIONÁRIO DO AURÉLIO. **Desconstruir**. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/desconstruir>> Acesso em 15 nov. 2017

DUNN, Kevin. Historical representations. In: KLOTZ, Audie; PRAKASH, Deepa. **Qualitative methods in International Relations: a pluralist guide**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

ENGLISH OXFORD LIVING DICTIONARIES. **Deconstruct**. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/decons>>. Acesso em 15 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **To Blackmail**. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/blackmail>> Acesso em 03 mar. 2018

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio, 24ª ed. São Paulo: Editora Loyola, 2014.

\_\_\_\_\_. The Ethics of the Concern of the Self as it Practice of Freedom. in: RABINOW, Paul. **Ethics: subjectivity and truth**. Translated. HURLEY *et al.* New York: Allen Lane The Penguin Press, 1997.

FRANCO, Maria Laura. **Análise de conteúdo**. Brasília: Plano, 2003

FRAU-MEIGS, Divina. **El retorno de los Estados Unidos al seno de la Unesco: ¿Flexibilidad o endurecimiento ante el fantasma de MacBride?**. Disponível em: <[http://www.mesadiversitat.cat/pfw\\_files/cma/recerca/quaderns\\_cac/Q21fraumeigs\\_ES.pdf](http://www.mesadiversitat.cat/pfw_files/cma/recerca/quaderns_cac/Q21fraumeigs_ES.pdf)> Acesso em 03 mar. 2018.

GEORGE, Jim. **Discourses of Global Politics: a Critical (Re)Introduction to International Relations**. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 23-30.

GNANASEKARAN, R. **An introduction to Derrida, Deconstruction and Post-Structuralism**. Academic Research Journals. Vol 3 (7), July 2015. Disponível em: <<http://www.academicresearchjournals.org/IJELC/Index.htm>>. Acesso em 20 nov. 2017

GOMES, Aureo de Toledo. Análise do Discurso e Relações Internacionais: duas abordagens. **Revista Política Hoje**, Vol. 20, n. 2, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/politicohoje/article/view/3800>> Acesso em 20 mar. 2017.

GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. **A Análise do Discurso: conceitos e aplicações**. 1995. Alfa, São Paulo. 39, p. 13-21. Disponível em: <<https://alsafi.ead.unesp.br/bitstream/handle/11449/107724/ISSN1981-5794-1995-39-13-21.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 01 mar. 2018.

GREGORY, Donna U. Foreword. In DER DERIAN, James; SHAPIRO, Michael J. **International/Intertextual Relations - Postmodern Readings of World Politics**. New York: Lexington Books, 1989.



GUILLAUME, Xavier. **Foreign Policy and the Politics of Alterity**: a dialogical theory of International Relations. ECPR Joint Sessions. Grenoble, 2001. Disponível em: < > Acesso em 24 fev. 2018.

HANSEN, Lene. **Security as practice**: discourse analysis and the Bosnian War. New York: Routledge, 2006.

Hrnčíř, Petr. **The Construction of Threat in U.S. Foreign Policy Discourse after 9/11**. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <[https://is.muni.cz/th/zvsyx/Hrncir\\_thesis.pdf](https://is.muni.cz/th/zvsyx/Hrncir_thesis.pdf)> Acesso em 19 mar. 2018.

JABRI, Vivienne. **War and transformation of Global Politics**. New York: Palgrave, 2007

KIRAS, James D. “Irregular Warfare: terrorism and insurgency”. In: **Strategy in the Contemporary World** (2013).

MANN, Michael. **O Império da Incoerência**: a natureza do poder americano. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 6ª Ed., 2012.

MILLIKEN, Jennifer. The Study of Discourse in International Relations: A Critique of Research and Methods. **European Journal of International Relations**, 1999 (5). Disponível em: < <http://ejt.sagepub.com/content/5/2/225>> Acesso em 16 maio 2017.

MILLS, C. Wright. Simulated Actions and Vocabularies of Motive. December 1940. In: SHAPIRO, Michael. **Language and Politics** (Readings in social and political theory). New York: New York University Press, 1984.

MONDAL, Anindita. **Postcolonial Theory**: Bhabha and Fanon. International Journal of Science and Research (IJSR). Disponível em: <<https://www.ijsr.net/archive/v3i11/MjUxMTE0MDE%3D.pdf>> Acesso em 25 jan. 2017.

MUTIMER, David. Reimagining Security: the metaphors of proliferation. In: KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C. **Critical Security Studies**: concepts and cases. UK: UCL Press, 1997. p. 187-222.

NAIR, Sheila. **Edward W Said and International Relations**. Millennium - Journal of International Studies 2007 36:77. Disponível em: <<http://mil.sagepub.com/content/36/1/77.citation>> Acesso em 10 dez. 2016

NEUMANN, Iver. Discourse analysis. In: KLOTZ, Audie; PRAKASH, Deepa. **Qualitative methods in International Relations**: a pluralist guide. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005

PASHAKHANLOU, Arash Heydarian. Fully integrated content analysis in international relations. **International Relations**, 0 (0), 2017. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0047117817723060>> Acesso em 15 nov. 2017

PECEQUILO, Cristiana Soreanu. **A Política Externa Estadunidense: Continuidade ou Mudança?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. A Era George W. Bush (2001/2007): os EUA e o Sistema Internacional. Seminário “Estados Unidos: atualidades e desafios” (FUNAG). Disponível em: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~magoliv/site%20rei/textos%20para%20as%20aulas/texto%20%2010%20%20a%20era%20de%20george%20bush%202001-2007.pdf>> Acesso em 04 mar. 2018.

RESENDE, Erica Simone A. **Americanidade, puritanismo e política externa: a reprodução da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

RICE, Condoleezza. Promoting National Interest. **Foreign Affairs**, January/February 2000, vol. 79, number 1, p. 45-62. Disponível em: <<http://www.cfr.org/content/publications/attachments/79105.pdf>> Acesso em 23 dez. 2016.

RICKS, Thomas E. **FIASCO – The American Military Adventure in Iraq**. New York: The Penguin Press, 2006.

RISWOLD, Caryn. **A Religious Response Veiled in a Presidential Address: A Theological Study of Bush's speech on 20 september 2001**. *Political Theology*, 2004, 5:1, p. 39-46. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1558/poth.2004.5.1.39>> Acesso em 10 mar. 2018.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Alea**, Volume 7, n. 02. Julho-Dezembro, 2005, p. 305-322. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alea/v7n2/a10v7n2.pdf>> Acesso em 22 mar. 2017.

SAID, Edward. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

SCHMIDT, Rita Terezinha. O pensamento-compromisso de Homi-Bhabha: notas para uma introdução. In BHABHA, Homi. **O Bazar Global e o Clube dos Cavalheiros Ingleses - textos seletos**. Organização: COUTINHO, Eduardo. Editora Rocco Digital, 2011.

SCAHILL, Jeremy. **Guerras Sujas: o mundo é um campo de batalha**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2014.

**SELECTED SPEECHES OF PRESIDENT GEORGE W. BUSH**. Disponível em: <[georgewbushwhitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected\\_Speeches\\_George\\_W\\_Bush.pdf](http://georgewbushwhitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf)>. Acesso em 11 jun 2014.

SEED, Patricia. **Colonial and Postcolonial Discourse**. Latin American Research Review, Vol. 26, No. 3 (1991), pp. 181-200. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2503670>> Acesso em 20 dez. 2016.

SHAPIRO, Michael J. Textualizing Global Politics. In: DER DERIAN, James; SHAPIRO, Michael J. **International/Intertextual Relations** - Postmodern Readings of World Politics. New York: Lexington Books, 1989.

SILVA, Maria Alice Siqueira Mendes. Sobre a Análise do Discurso. Revista de Psicologia da UNESP, 4 (1), 2005. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/142295367/Analise-de-Discurso>> Acesso em 21 nov. 2017

SOUZA, Eloisio Moulin; SOUZA-RICARDO, Paulo Alexandre Gobira de. O Discurso Nosso de Cada Dia: a Análise do Discurso e o Pós-estruturalismo. **EnANPAD**. Setembro de 2008. Disponível em: <[http://www.fucape.br/\\_public/producao\\_cientifica/2/Eloisio%20moulin%20-%20o%20discurso%20nosso.pdf](http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/2/Eloisio%20moulin%20-%20o%20discurso%20nosso.pdf)> Acesso em 19 nov. 2017

SUBERCASEAUX, Bernardo. Edward Said (1935-2003): desde su biografía a su postura intelectual. **Revista Universum**, No 20, Vol. 1, p, 168 - 173, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-23762005000100012](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-23762005000100012)>. Acesso em 23 dez. 2016.

THE AMERICAN PRESIDENCY PROJECT. **Republican Party Platforms: 2000** Republican Party Platform. July, 2000. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25849> > Acesso em 24 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Address Accepting the Presidential Nomination at the Republican National Convention in Philadelphia August 3, 2000**. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=25954>> Acesso em 24 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Inaugural Address - January 20, 2001**. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=25853>> Acesso em 24 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **9/11 Address to the Nation**. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=58057>> Acesso em 24 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Address to Joint Session of congress and the American People, September 20, 2001**. Disponível em: < <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=64731>> Acesso em 14 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **President Delivers State of the Union Address. January 29, 2002**. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=29644>> Acesso em 14 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Address to the United Nations General Assembly in New York City, September 12, 2002**. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=64069>> Acesso em 14 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Remarks Announcing Bipartisan Agreement on a Joint Resolution to Authorize the Use of United States Armed Forces Against Iraq, October 2, 2002.** Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=73340>> Acesso em 14 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Address to the Nation on Iraq From Cincinnati, Ohio. October 7, 2002.** Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=73139>> Acesso em 14 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union, January 28, 2003.** Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=29645>> Acesso em 14 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Videotaped Remarks to the Iraqi People, April 10, 2003.** Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=34&st=&st1=.George>> Acesso em 14 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union, January 20, 2004.** Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=29646>> Acesso em 14 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Remarks on the Anniversary of Operation Iraqi Freedom. March 19, 2004.** Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=72580>> Acesso em 14 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Accepting the Presidential Nomination at the Republican National Convention in New York City – September 2, 2004.** Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=117935>> Acesso em 14 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Remarks on the Report on Iraq's Weapons of Mass Destruction. October, 7, 2004.** Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=72774&st=weapons+of+mass&st1=>>> Acesso em 14 jun. 2017.

**THE NATIONAL SECURITY STRATEGY OF THE UNITED STATES OF AMERICA.** September, 2002. Disponível em: <[www.state.gov/documents/organization/63562.pdf](http://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf)>. Acesso em 23 dez. 2016.

THOMASSEN, Lasse. Deconstruction as Method in Political Theory. **Österreichische Zeitschrift für Politikwissenschaft (ÖZP)**, 39, 2010. Disponível em: <<https://oezp.univie.ac.at/index.php/zfp/article/view/621>> Acesso em 17 nov. 2017.

VIDAL, Camila Feix. **A presença do conservadorismo no Partido Republicano norte-americano.** Dissertação de Mestrado. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/71937>> Acesso em 15 mar. 2018

WALKER, Robert B. J. **The Double Outside of the Modern International.** Ephemera, 2006.

WHITTAKER, David J. **Terrorismo** – um retrato. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 2005.

WILCOX, Lauren. **Bodies of Violence**. Oxford University Press, 2015.

YONGTAO, Liu. Discourse, Meanings and IR Studies: Taking the Rhetoric of "Axis of Evil" As a Case. **CONfines**, 6/11 enero-mayo 2010. Disponível em:  
<<http://confines.mty.itesm.mx/articulos11/YongtaoL.pdf>> Acesso em 19 maio 2017.

ZEHFUSS, Maja. Jacques Derrida. In: EDKINS, Jenny; VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. **Critical Theorists and International Relations**. New York: Routledge. 2009

## ANEXO I

### 1. Nota metodológica acerca dos discursos selecionados

Delimitar os discursos observados nessa pesquisa não foi uma tarefa fácil. Pelo contrário, frente às inúmeras possibilidades intertextuais, incertezas me acometeram. Todos os debates, entrevistas, pronunciamentos, memorandos e documentos visitados e lidos pareciam ser igualmente importantes e interessantes. Porém, com o auxílio de Erica Resende (2012, p. 28), e de sua leitura de Barthes, pude lembrar que nessa pesquisa o conhecimento e o texto são percebidos como fios que, ao se entrelaçarem, constituem um complexo tecido. Não cabe a mim, relembra Resende (2012), analisar e explicar tudo. Caso contrário, colocar-me-ia em uma posição de autor(a)-deus(a), cuja mensagem reivindicaria a capacidade de tudo entender e tudo abordar. Por isso, nessa dissertação minha atenção está voltada para o discurso que emana do executivo estadunidense.

Destaco que por voltar-me ao executivo pretendia, inicialmente, analisar discursos empreendidos não apenas por George W. Bush, mas também pelo núcleo central de sua administração, i.e., por seus assessores de campanha e por seu gabinete presidencial. Porém, foram encontradas apenas plataformas que disponibilizam integralmente discursos de George W. Bush, enquanto candidato e Presidente. O mesmo não ocorreu em relação aos discursos de sua equipe. Optei, então, por abdicar, ao menos nessa dissertação, de uma análise direta que abarcasse o que foi dito e escrito por Condoleezza Rice, Dick Cheney, Paul Wolfowitz, Colin Powell, Donald Rumsfeld e John Negroponte – para nomear alguns.

Ressalto, no entanto, que abster-me dos discursos empreendidos por sua equipe e por outros meios não se deve ao desconhecimento da função por eles exercida. Reconheço no gabinete presidencial, bem como no Senado, na *House of Representatives*, na mídia (jornais, revistas, programas de TV, etc.) e no cinema um exercício tão importante quanto o de Bush no que diz respeito à construção e à manutenção da representação do Iraque. Percebo que cada um desses grupos também pode ser considerado como propulsor de discursos que se entrelaçam e compõem o “discurso dominante”. Porém, como já dito previamente, para fins de exequibilidade da pesquisa (i.e. limitações temporais e humanas) delimitações precisaram ser feitas e, por isso, optei por trabalhar com um executivo centrado na figura de George W. Bush.

Em relação aos discursos *per se*, assim como delimitado na introdução desta dissertação, nesta pesquisa são analisados documentos concernentes ao período da campanha (anos 2000) e ao primeiro mandato de George W. Bush (2001-2004), disponibilizados na plataforma digital “The American Presidency Project”. Isso porque esse *site* apresenta um dos maiores acervos de documentos presidenciais estadunidenses na internet. Nele há cerca de 128 mil documentos que são constantemente atualizados e cujas datas contemplam todo o intervalo entre 1779 e 2018.

Em sua plataforma pude entrar em contato com campanhas, entrevistas, pronunciamentos, memorandos atribuídos a George W. Bush entre os anos de 2000 e 2004. A partir dessa plataforma pude, também, refinar minha busca a partir do recorte temporal elencado e da pesquisa de dois termos caros à essa dissertação: o primeiro foi Iraque (país para o qual volto minhas atenções) e o segundo foi Saddam Hussein (Presidente do Iraque entre 1979 e 2003)<sup>294</sup>. O uso desses dois termos tem motivação bem simples. O Iraque é o objeto de análise dessa dissertação (como é perceptível desde o seu título). Por sua vez, Saddam Hussein foi constantemente elencado nos discursos de George W. Bush como representante e causador das mazelas ao estado e ao povo iraquiano. Assim, o uso de seu nome, por muitas vezes, substituiu a própria noção de um Iraque hierarquicamente inferior. Ademais, também voltei minhas atenções para discursos que tentavam resumir tudo o que havia sido feito até o momento, e o que seria feito a partir de então, quais sejam: os discursos de aceite de nomeação presidencial (um de 2000 e um de 2004), o discurso inaugural (proferido em 2001) e os discursos acerca do estado da União, proferidos anualmente, com exceção do primeiro ano de mandato.

A partir dessa busca, 630 documentos ligados ao então presidente George W. Bush foram encontrados. Em outras palavras, realizar a delimitação ainda estava longe de sua efetivação. Assim, a fim de evitar uma seleção aleatória, optei por uma amostra de textos não muito extensa, porém representativa. O leitor pode, então, se perguntar: “Representativa em qual sentido?” Argumento, então, que decidi utilizar textos cuja circulação se mostrou ampla e significativa na sociedade estadunidense, na academia e no meio internacional. Textos esses que reverberaram midiaticamente e, até hoje, são revisitados academicamente.

Selecionei, assim, dois discursos referentes ao ano de 2000; três discursos em 2001; cinco discursos em 2002; três discursos em 2003 e; três discursos em 2004. Reconheço que,

---

<sup>294</sup> Aqui cabe ressaltar que apesar de ter destacado, mais de uma vez que o foco da Análise do Discurso desta pesquisa não reside na averiguação de palavras específicas, algum critério mínimo de busca dos textos teve que ser estabelecido.

de um lado, cada um dos discursos elencados possui caráter singular e um conteúdo relevante. Porém, de outro lado, também é julgo necessário destacar que, por trabalhar com a noção de intertextualidade, reconheço a capacidade catalisadora de significados de seu conjunto. Ainda, com fins didáticos, destaco que após a seleção dos textos, percebi a possibilidade de conferi-los significância a partir de sua divisão em quatro grandes grupos.

Há, assim, no conteúdo analisado: 1) Documentos que trouxeram as diretrizes de ação do primeiro governo Bush e anteciparam propostas para sua Política Externa no mandato que se estenderia de 2005 a 2009, quais sejam: a Plataforma do Partido Republicano, de 31 de julho de 2000; o discurso de aceite de candidatura presidencial, de 03 de agosto de 2000; o discurso de inauguração, de 20 de janeiro de 2001; a Estratégia de Segurança Nacional, de setembro de 2002; e o discurso de aceite da nomeação presidencial para as eleições de 02 de setembro de 2004. Há também, 2) Os Discursos do Estado da União (*State of The Union Addresses*) de 2002, 2003 e 2004. Isso porque a partir deles mensagens que tentam sintetizar o que foi feito até o momento e os planos para o futuro do país são proferidas anualmente pelo Presidente dos Estados Unidos da América.

Adicionalmente há 3) Pronunciamentos que dizem respeito a datas e eventos marcantes na Política Externa dos Estados Unidos para o Iraque, quais sejam: o discurso para a nação de 11 de setembro de 2001; o discurso para a Sessão Conjunta do Congresso e do povo americano, proferido em 20 de setembro de 2001; o discurso às Nações Unidas proferido em 12 de setembro de 2002; o anúncio do acordo bipartidário autorizando o uso das Forças Armadas dos Estados Unidos no Iraque, de 02 de outubro de 2002; o Discurso à nação do Iraque, proferido em 19 de março de 2003 e; o Discurso relativo ao Aniversário de um ano da Operação Liberdade Iraquiana, proferido em 19 de março de 2004. Por último, há também 4) Discursos que voltam direta e exclusivamente ao Iraque, quais sejam: o discurso à Nação sobre o Iraque, proferido em 7 de setembro de 2002; e as Observações acerca do povo iraquiano, de 10 de abril de 2003.

## 2000

1. 2000 Republican Party Platform. July 31, 2000.
2. Address Accepting the Presidential Nomination at the Republican National Convention in Philadelphia. August 3, 2000.



**2001**

3. The First Inaugural Address. January 20, 2001
4. Address to the Nation on the September 11 Attacks. September 11, 2001
5. Address to Joint Session of congress and the American People, September 20, 2001

**2002**

6. President Delivers State of the Union Address. January 29, 2002
7. Address to the United Nations General Assembly. September 12, 2002
8. Remarks Announcing Bipartisan Agreement on a Joint Resolution to Authorize the Use of United States Armed Forces Against Iraq- October 2, 2002
9. Address to the Nation on Iraq From Cincinnati, Ohio – October 7, 2002
10. The National Security Strategy of The United States of America. September, 2002

**2003**

11. State of the Union Address to the 108th Congress. January 28, 2003
12. Address to the Nation on Military Operations in Iraq. March 19, 2003
13. Videotaped Remarks to the Iraqi People. April 10, 2003

**2004**

14. Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union. January 20, 2004
15. Remarks on the Anniversary of Operation Iraqi Freedom. March 19, 2004
16. Accepting the Presidential Nomination at the Republican National Convention in New York City. September 2, 2004

## APÊNDICE METODOLÓGICO

### I - ANÁLISE DO DISCURSO: PROPOSTA DE UMA DUPLA LEITURA DESCONSTRUCIONISTA DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA O IRAQUE (2000-2004)

#### 1. Introdução

Conforme salientei, ao longo do capítulo 1, a abordagem epistemológica que guia esta pesquisa rejeita “fazer ciência” presente nas abordagens convencionais das Relações Internacionais (RI). Porém, esta opção não significa, aqui, a exclusão dos debates e propostas concernentes às etapas pelas quais será feita a pesquisa e aos métodos que nela serão aplicados. Isso porque concordo com o argumento trazido por Milliken (1999), que demonstra que "Scant attention to these issues puts discourse analysts at a disadvantage within the research community". (MILLIKEN, 1999, p.226)<sup>295</sup>. Em outras palavras, e seguindo a noção da autora, ao ignorar estes detalhes (metodológicos), diminui-se, ou até mesmo exclui-se, a possibilidade significativa e útil do empreendimento de diálogos entre estudiosos. Por isso, sustento a ideia de que é importante utilizar uma metodologia que dialogue com a escolha epistemológica feita. Assim, e conforme adiantado na introdução, a metodologia que guia esta pesquisa é a da Análise do Discurso (AD) que, por sua vez, será feita por meio da estratégia da dupla leitura desconstrucionista.

Saliento, a partir deste recorte, que não basta, para essa dissertação, nomear o passo a passo de seu desenvolvimento. Em outras palavras, não é suficiente dizer que trabalharei com a AD por meio de uma estratégia de dupla leitura desconstrucionista. Isso porque tenho em mente que metodologias e métodos nas ciências humanas e sociais não possuem definições fechadas, mas, pelo contrário, são alvos de intensos debates quanto às suas características e à sua aplicação.

Há, assim, um cenário de indefinições e de múltiplas possibilidades interpretativas. Afinal, o que é AD? Ainda, o que entendo, aqui, por discurso? O que é desconstrução? O que é dupla leitura? Como unir esses elementos e aplica-los em uma pesquisa voltada para um

---

<sup>295</sup> “[Dar] pouca atenção a essas questões posiciona os ‘analistas do discurso’ em desvantagem dentro da comunidade de pesquisa” (MILLIKEN, 1999, p. 226, tradução nossa, acréscimo nosso).

estudo que se insere nas RI? Como utiliza-los para observar a Política Externa dos Estados Unidos para o Iraque? Foram essas as perguntas de partida para a elaboração deste apêndice metodológico e também para a realização da pesquisa como um todo. Assim, é possível perceber que distinções precisam ser feitas e explicações devem ser dadas de modo a melhor ilustrar a construção desta pesquisa. Daí a necessidade de um apêndice metodológico: para além de nomear o que farei, é preciso explicar o que, e como o farei.

Desse modo, em primeiro lugar, opto por diferenciar os compromissos epistemológicos e metodológicos da AD e da Análise de Conteúdo (AC), uma vez que é comum que ambas sejam tratadas como intercambiáveis. De maneira complementar, e em segundo lugar, abordo a ideia de que não há uma definição concreta e singular da AD, muito menos de como fazê-la(s). Frente a esse cenário, tento delinear minha escolha frente ao variado leque de possibilidades. Por último, e tendo em mente que, assim como Derrida enigmática e celebrenemente afirmou, desconstrução é tudo e desconstrução é nada (DERRIDA, 2008, p. 6 apud THOMASSEN, 2010), parte desse apêndice metodológico é dedicada à noção de desconstrução associada à dupla leitura.

## 2. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso**

No que diz respeito a denominação de abordagens metodológicas que prometem esclarecer ou extrair significados contidos em textos, impera a polissemia. Em outras palavras, essas estratégias metodológicas recebem várias nomenclaturas e, por sua vez, essas nomenclaturas adquirem significados distintos dependendo de quem as utiliza e/ou define. Podemos falar, assim, em Análise(s) de Conteúdo, em Análise(s) do Discurso, em Análise(s) de Narrativa(s), etc. (CHIZZOTTI, 2006)

E por que há um sem-fim de “análises”? De acordo com Antonio Chizzotti (2006, p. 113), a AC e a AD, por exemplo, se assentam em distintas orientações epistemológicas, em distintas teorias linguísticas e, enquanto a primeira preza pelo rigor científico, a segunda afasta-se do “fazer ciência” em direção a uma abordagem que associa o linguístico ao extralinguístico e se manifesta marcadamente em abordagens estruturalistas e pós-estruturalistas. Nesse cenário polissêmico, julgo ser necessário abordar, nas próximas seções, as definições de AC e de AD. Isso porque é possível afirmar que, apesar do tratamento desses termos como intercambiáveis e, a despeito da possibilidade recorrente de interpenetração de

ambos, é possível apontar distinções em sua origem, em seu desenvolvimento e, principalmente, em sua aplicação. (ROCHA, DEUSDARÁ, 2005)

### 3. Análise de Conteúdo

Durante o início do século XX – mais especificamente durante a década de 1920 – foram desenvolvidas técnicas de decomposição textual que caracterizam a denominada AC. Sua gênese está ligada aos estudos de comunicação e ao enfoque dado à análise de conteúdos jornalísticos. Em sua fase inicial, ressalta Maria Laura Franco (2003), predominaram análises descritivas, ou seja, recursos analíticos seriam introduzidos posteriormente. No entanto, paulatinamente, sua agenda de estudos foi expandida e, assim, sua atenção foi estendida a discursos literários, militares, publicitários e políticos. (CHIZZOTTI, 2006; ROCHA, DEUSDARÁ, 2005).

A partir de seu alargamento, a AC passou a ser utilizada em disciplinas fora do escopo dos estudos de comunicação e, assim, as RI também foram contempladas (PASHANKHANLOU, 2017). Esse movimento se tornou possível em virtude da criação de novas técnicas exploratórias e do advento da informática e de *softwares*<sup>296</sup> utilizados de modo a aprimorar o levantamento, a decomposição e a quantificação de palavras, unidades lexicais e frases consideradas significativas nos textos analisados. (CHIZOTTI, 2004; ROCHA, DESUDARÁ, 2005).

A AC adentrou ao campo das RI durante a década de 1940. A primeira onda de conteudistas do campo é representada por Ole Holsti, Abraham Kaplan e Dinna Zinne – para nomear alguns. Por sua vez, durante a década de 1960, face ao desenvolvimento de novas tecnologias, expandiu-se o modo de fazer AC nas RI e alguns de seus expoentes foram Margaret Hermann e Andrew Bennett. De acordo com Arash Pashankhanlou (2017), estes estudiosos abordaram a AC a partir de uma perspectiva considerada predominantemente quantitativa.

De um lado, ressalta Pashankhanlou (2017), prevalecia o argumento de conteudistas de que o uso de *softwares* para a confirmação de hipóteses seria benéfico, uma vez que computadores eram capazes de providenciar análises objetivas que não seriam prejudicadas por erros humanos oriundos do cansaço e da incapacidade de concentração plena. De outro

---

<sup>296</sup> O primeiro *software* utilizado para AC foi o General Inquirer, criado por Philipe James Stone em 1966. A partir do uso de palavras-chave esse *software* permitia que uma hipótese previamente definida fosse analisada e corroborada ou refutada. Posteriormente, novos avanços tecnológicos foram alcançados e, conseqüentemente, outros modelos e técnicas de AC foram desenvolvidos. (CHIZZOTTI, 2006, p. 117)

lado, porém, as técnicas utilizadas por esses estudiosos enfrentaram rejeições e duras críticas nas RI sob o argumento de que esse tipo de abordagem era demasiado simplista e suscetível a falhas. Assim como salienta Pashankhanlou (2017), apesar de críticas e de transformações na AC nas RI, ainda prevalece uma perspectiva conteudista quantitavista herdeira da perspectiva anglo-americana que faz com que muitos estudiosos ainda não estejam conscientes de que há perspectivas qualitativas em outras partes do mundo<sup>297</sup>.

Percebemos, assim que a AC adquire facetas múltiplas, uma vez que esteve e está imersa em um cenário de alargamento, de (re)ajustes e de múltiplas definições. Ainda, conforme sugere Franco (2003), sua trajetória foi e tem sido circundada por controvérsias. Isso porque trata-se de uma dentre outras diversas formas de interpretação de textos (CHIZZOTTI, 2006). Por isso é importante que ressalte, na próxima seção, algumas características da AC sem, contudo, adentrar em âmbitos de problemáticas que não dizem respeito à elaboração desta pesquisa.

### 3.1 A aplicação da Análise de Conteúdo: a opção pelo rigor científico e metodológico

De acordo com Franco (2003), a AC apoia-se, fundamentalmente, na linguagem. Cabe ressaltar que, nela, parte-se de um prisma no qual a linguagem é concebida como “uma construção **real** de toda a sociedade e como expressão da existência humana[...]” (FRANCO, 2003, p. 14, grifo nosso). Assim, como seu próprio nome indica, o objetivo da AC é analisar o conteúdo de textos (CAREGNATO, MUTTI, 2006).

Cabe ressaltar que o texto lido e analisado não é concebido, exclusivamente, como o convencional texto escrito. Pelo contrário, várias formas de comunicação visual e oral podem ser abarcadas e lidas: para além de artigos, cartas, diários, livros e memorandos, websites, pronunciamentos, imagens e vídeos também podem ser objeto de estudo. Além disso, conforme ressalta Pashankhanlou (2017), em algumas análises de conteúdo ainda prevalece o caráter meramente descritivo. Isso porque a preocupação com *o que* é dito é maior do que a preocupação de *por que* e *como* algo é dito. No entanto, destaca o autor, não se trata de um processo de exclusão do *por que* (*why question*) e do *como* (*how question*), senão de um enfoque preferencial ao “o que é dito?” (*what question*). Em outras análises, porém, defende-se a ideia de que a descrição deve constituir a fase inicial da pesquisa e que, em um segundo

---

<sup>297</sup> Pashankhanlou (2017) demonstra, em seu estudo, que na Alemanha, por exemplo, a AC qualitativa é utilizada desde a década de 1970.

momento, possa ser feita uma análise acerca de mensagens ocultas do texto. (FRANCO, 2003).

Destacamos que, independentemente de suas múltiplas facetas, é perceptível que na AC preza-se por uma perspectiva na qual o rigor metodológico constitui estratégia essencial para lidar com a heterogeneidade de seu objeto. (ROCHA, DEUSDARÁ, 2005). Desse modo, seu rigor foi e tem sido ligado a procedimentos de técnicas de leitura que buscam legitimação em uma postura científica. (CHIZZOTTI, 2006).

De acordo com Chizzotti, busca-se na AC a resposta para cinco questões: “quem fala? Para dizer o quê? Por quais meios? A quem? Com quais efeitos?” CHIZZOTTI, 2006, p. 152). Para tanto, salienta o autor, é necessário fazer uma codificação a partir de categorias que, por sua vez, são compostas por indicadores que permitem enumerações. Assim, inferências generalizadoras são realizadas.

A partir dessa postura, o pesquisador que realiza a AC parte de leituras que se restringem a temas, conceitos ou palavras de interesse. Essa atividade se torna possível ao pesquisador a partir da ideia de que o conteúdo pode ser decomposto em fragmentos mais simples. Assim, o objetivo principal do pesquisador é o de condensar o texto de modo a obter informações mais relevantes e, principalmente, passíveis de manuseio.

Para tanto, na AC parte-se do pressuposto de que um texto, ou um conjunto de textos, possui sentidos e significados ocultos e/ou sutilezas que passam despercebidas ao leitor desatento. O analista, a partir de um posicionamento que preza pelo rigor metodológico, pela interpretação cuidadosa e por técnicas apropriadas confere a si a capacidade de desvendar o texto. Assim, “O analista seria [...] um detetive munido de instrumentos de precisão para atingir a significação profunda dos textos.” (ROCHA, DEUSDARÁ, 2005, p. 309).

Apesar de encontrar em Chizzotti (2006), Bruno Deusdará e Décio Rocha (2005) e em Franco (2003) explicações semelhantes, cabe ressaltar que, mais uma vez que não há uma maneira singular e fechada de se fazer AC. Muito pelo contrário, há tradições distintas e adaptações da agenda de pesquisa ao longo do tempo e a partir de transformações tecnológicas.

A distinção e controvérsia mais comum reside na tendência em distinguir na AC a estratégia quantitativa da estratégia qualitativa (CAREGNATO, MUTTI, 2006). Apesar de tratar-se de uma linha de divisão tênue e, para alguns, polêmica (FRANCO, 2003), parece existir entre estudiosos uma convenção de que a AC quantitativa preza pelo significado manifesto do texto, enquanto que a AC qualitativa considera o significado latente do texto. (PASHANKHANLOU, 2017).

Em outras palavras, prevalece a ideia de que na AC quantitativa, o enfoque no fracionamento, na frequência e na quantificação é capaz de manifestar o significado do texto. Para tanto, um pequeno segmento de material é analisado sob a pretensão de que resultados objetivos, confiáveis e replicáveis sejam encontrados. (PASHANKHANLOU, 2017; CAREGNATO, MUTTI, 2006). Ou seja, busca-se "relacionar a frequência da citação de alguns temas, palavras ou ideias para medir o peso relativo atribuído a um determinado assunto pelo seu autor."; CHIZZOTTI, 2006, p. 114). Na AC qualitativa, por sua vez, prioriza-se a concepção de que é possível encontrar o significado encoberto do texto. (CAREGNATO, MUTTI, 2006) Assim, na AC qualitativa requer-se, uma investigação mais ampla. Exige-se, de acordo com Franco (2003), uma maior bagagem teórico-metodológica do pesquisador. O foco não é exclusivo ao que está escrito, mas também na busca da compreensão de ideias e valores do produtor do texto e do contexto sociocultural da produção da mensagem.

Desse modo, na AC qualitativa, para além da quantidade, importa também o *background* do produtor do texto de modo a compreender sua mensagem de maneira holística. Para Chizzotti (2006, p. 117), essa estratégia representa uma expressão da união: enriquece-se o rigor objetivo e quantitativo da análise com uma proposta de compreensão qualitativa. Para tanto, salienta o autor, a partir do deslocamento de uma preocupação inicial com a frequência de conceitos, palavras e/ou temas, emergiu uma AC que volta seus olhares para o contexto sociocultural do produtor e da produção da mensagem. Em outras palavras, agregou-se, nesse deslocamento, a preocupação com os condicionantes do texto, quais sejam: conjuntura, ideologia, pressões internas e externas. (CHIZZOTTI, 2006, p. 117)

No entanto, apesar dos esforços de alargamento da AC, e como anteriormente mencionado, ainda percebemos a permanência de análises altamente sistematizadoras que prezam pela imparcialidade, por uma postura objetiva e pelo afastamento de quaisquer indícios de subjetividade. Isso porque neutralidade e objetividade são postos como essenciais de modo a sustentar a AC como digna do *status* científico. (ROCHA, DEUSDARÁ, 2005).

Em linhas gerais, podemos afirmar que na AC buscam-se sínteses da "realidade". Por meio de um movimento que tenta conciliar a heterogeneidade do objeto com o rigor metodológico, preza-se pelo recorte positivista que se assenta na herança da tradição iluminista. (ROCHA, DEUSDARÁ, 2005). Isso porque opta-se por caminhos que garantam sua legitimidade científica. Além disso, na AC parte-se da concepção de que um real pré-existente e encoberto está presente no texto e está pronto para ser desvendado. Assim, a partir de uma postura que se propõe científica, o pesquisador se assenta na imparcialidade e tenta

apagar quaisquer rastros que deslegitimem sua investigação (i.e. quaisquer indícios de subjetividade). A partir desse breve panorama torna-se, então, perceptível sua opção pelo rigor científico que, a partir de uma postura que preza pela objetividade e que propõe a realização de estudos para desvendar o “real”.

Ressalto, mais uma vez, que a exposição feita não pretendeu esgotar o “como fazer” AC, senão demonstrar algumas de suas características de modo a facilitar sua diferenciação da AD. Diferenciação essa considerada aqui necessária pois, conforme será exposto na próxima seção, minha lente epistemológica caminha em uma direção distinta à da AC. Apagar os rastros de subjetividade não são meu objetivo nesta pesquisa. Muito pelo contrário, aqui a pesquisadora e a pesquisa caminham juntas de modo que se realize uma intervenção no social. E por que uma intervenção? Porque, na ótica Derridiana, ler é, em si mesmo, um ato de escrita. Afinal, ao ler o texto, não buscamos decifrar significados apriorísticos, mas realizamos o exercício de criação de significados (ZEHFUSS, 2009, p. 139)

#### 4. **Análise do Discurso**

##### 4.1 **Discurso: polissêmico e heterogêneo**

No que diz respeito à noção de discurso, vale ressaltar que, assim como demonstra Chizzotti (2006), o termo não possui significado singularmente definido. O autor ilustra essa situação ao afirmar que, na compreensão cotidiana, a palavra “discurso” pode adquirir o significado do empreendimento de um diálogo. Na linguística, por sua vez, pode dizer respeito à união de elementos linguísticos de modo a estruturar significados amplos. Na pesquisa, por sua vez, o discurso pode ser entendido como um conjunto de ideias expressas verbal textual ou não verbal. Em linhas gerais, compreendemos o discurso como “[...] a expressão de um sujeito no mundo que explicita sua identidade (quem sou, o que quero) e social (com quem estou) e expõe a ação primordial pela qual constitui o que é visto como a realidade. (CHIZZOTTI, 2006, p. 120-121)

Ademais, compreendemos que a palavra “discurso” traz consigo a noção de percurso, ou seja, de movimento. Assim, acreditamos não ser possível atribuir ao discurso um caráter estático. Por isso, assim como será demonstrado na próxima seção, na AD, como o próprio nome indica, temos como alvo o discurso: a produção de sentidos, suas transformações, e sua utilização. (SILVA, 2005). Consequentemente, assim como salienta Luciana Brasil (2011), pensar em discurso implica em pensar no extralinguístico, ou seja, no social e no histórico.



O discurso não é, assim, compreendido como oriundo de um processo linear, no qual a transmissão se dá de maneira sequencial – de emissão (a partir de um produtor da mensagem definida) e de assimilação (de um público receptor passivo). Pelo contrário, o discurso pode ser pensado como fenômeno complexo, como um ato político que ocupa um lugar de ruptura, de transformação e de (re)significação do mundo. Um ato político que não apenas constitui o mundo, mas que também é, por ele, constituído. (BRASIL, 2011, p. 175).

De maneira complementar, considero a noção Foucaultiana de discurso. Isso porque a perspectiva Foucaultiana acrescenta a essa pesquisa a ideia de que o discurso possui uma dupla função: uma incluyente – ao alegar o que deve ser conhecimento – e outra excluyente, e por vezes, repressiva – ao definir o que não deve ser declarado como conhecimento. (CHIZZOTTI, 2006; FOUCAULT, 2014).

Ou seja, nos próprios termos Foucaultianos, o discurso

[...] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar. (FOUCAULT, 2014, p. 10)

E, ainda,

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si. (FOUCAULT, 2014, p. 46).

Portanto, a partir de Brasil (2011), Chizzotti (2006) e Foucault (2014), é possível dizer que o discurso é concebido como produtor e organizador de significados no contexto social. A linguagem não é negada como sua matriz, uma vez que possibilita, significativamente, formas de organizar as experiências humanas do mundo social. Ademais, percebemos que observar e analisar o discurso é, na perspectiva Foucaultiana, um processo minucioso de desembaraço de relações de entre poder e conhecimento. (CHIZZOTTI, 2006).

Trabalhar com o discurso é, assim, partir da concepção de que histórias, descrições, pronunciamentos contém um nível mítico, ou seja, independentemente de seus protestos de inocência e de neutralidade, há, neles, sempre um trabalho a ser feito, uma perspectiva a ser produzida, uma visão de mundo a ser reforçada ou arrebatada. (SHAPIRO, 1984, p. 2). Porém, há notadamente o desafio da polissemia: o que é discurso? Há várias respostas para essa pergunta permeadas por discordâncias e sutilezas. Por haver diferentes noções de discurso, há, conseqüentemente, Análises do Discurso, no plural, uma vez que cada uma das

análises pode se assentar em pressupostos filosóficos e orientações teóricas distintas. Consequentemente, surgem várias possibilidades de como se fazer AD. (CHIZZOTTI, 2006)

Assim como Souza e Souza-Ricardo (2008) afirmam, há uma diáspora significativa quando se empreende o trabalho de defini-la(s). Em outras palavras, imperam, mais uma vez, a polissemia e a heterogeneidade. Por isso, há quem opte por falar em estilos de AD (GIL, 2002) ou em escolas de AD. (CAREGNATO, MUTTI, 2006). É importante ressaltar que apesar de falar, nesta pesquisa, em AD no singular não ignoro a percepção comum de que se trata de um campo historicamente plural. Porém, apesar de perceber, ao longo de minhas leituras, divergências acerca da denominação e das estratégias da AD, ressalto que entrar no mérito de diferenciações e debates não constitui objetivo dessa pesquisa. Por isso, o enfoque está em pontos de convergência que deram aporte teórico-metodológico para o desenvolvimento da dissertação.

Certamente, o cenário polissêmico proporciona, de um lado, o risco de que, frente a essa pergunta, o pesquisador incorra à aporia, ou seja, a um caminho sem saída, à um labirinto, à eterna indecisão. De outro lado, porém, há como perceber na polissemia possibilidades. (BRASIL, 2011). Possibilidades que auxiliam a compreender o discurso como o lugar da diferença, da dominação, da identidade, da representação, da resistência, da ruptura, da *performance* e do deslocamento.

Assim, ao seguirmos o caminho das possibilidades, percebemos que prevalece a crítica às abordagens positivistas e a suas pretensões científicas. Isso porque, nessa dissertação “The method is to disturb habitual ways of thinking and acting in international relations; the goal is to provide new intelligibilities and alternative possibilities for the field” (DER DERIAN, 1989, p.4)<sup>298</sup>. Por isso, conforme discutirei na próxima seção, percebo com o auxílio de Souza e Souza-Ricardo (2008), que na AD prevalece a rejeição da realidade apriorística e do uso neutro da linguagem para desvendar aspectos ocultos do texto.

Ademais, por considerar que o discurso, a vida política internacional e os modos de representação dominantes caminham em concomitância, meu compromisso é com as possibilidades da diferença no discurso. Para entender um é preciso conhecer e analisar os outros. Para tanto, e como reforça Shapiro (1989), para compreender a política externa de um país, é preciso ser sensível a textualidade. Assim, admitimos que a AD dá atenção a eventos particulares que recebem significado, são (re)construídos e desenvolvem-se por meio da função discursiva. (SHAPIRO, 1989; YONGTAO, 2010).

---

<sup>298</sup> “O método é perturbar modos habituais de pensar e agir nas relações internacionais; o objetivo é providenciar novas inteligibilidades e possibilidades alternativas para o campo” (DER DERIAN, 1989, p.4, tradução nossa).

#### 4.2 **Análise do Discurso: o questionamento de saberes estabelecidos**

Convencionalmente, atribui-se a origem da AD à segunda metade do século XX, mais especificamente à década de 1960. Sua gênese é amplamente relacionada a reações às práticas de análise textual conteudistas consideradas, por seus estudiosos, como inadequadas e insuficientes. Fala-se, amplamente, em uma escola francesa de AD. Jacques Lacan, Jean Baudrillard, Louis Althusser, Michel Foucault, Jacques Derrida, Julia Kristeva e Michel Pêcheux, cada qual com seus pressupostos epistemológicos e metodológicos, são comumente associados como expoentes desse movimento denominado virada linguística nas ciências sociais e humanas. Esses autores forneceram e fornecem inspiração teórica e metodológica cuja riqueza é refletida não raras vezes no plural campo das RI. Porém, assim como salienta Gregory, seus escritos ainda são “more often attacked than read.”<sup>299</sup> (1989, p. xiii).

Além disso, apesar da recorrente associação desses autores ao empreendimento da AD, é importante reiterar que, seus estudos não compõem uma escola cujo pensamento é unitário. Pelo contrário, seus trabalhos representam a pluralidade do “pensar discurso”. Por isso, importa, nesta pesquisa, realizar delimitações. Assim, opto por trabalhar com as contribuições de Foucault, a partir de sua noção de que olhar para o discurso é tentar desenlear o nexo poder-saber nele contido e com as contribuições de Derrida e seu olhar para as hierarquias internas ao texto, ou seja, para a desconstrução. Além disso, e de modo a associar a inspiração proporcionada pelos autores para as RI, importam também os trabalhos de Ashley (1988; 1989) e seu uso de uma dupla leitura desconstrucionista que inverte hierarquias; e o trabalho de Lene Hansen (2006) e de seu uso da AD a partir de uma epistemologia pós-estruturalista em estudos de RI.

Cabe também ressaltar que permeia a origem da AD um duplo movimento: de um lado um olhar sobre como as práticas da linguagem são construídas; de outro, adicionalmente, o objeto de análise é redimensionado. Percebemos, assim, que a partir da reorganização e do deslocamento da tradição que voltava seus olhares para a extração de significados do texto<sup>300</sup>, há a articulação e a criação de um novo espaço teórico-metodológico. Cabe ressaltar, assim, que ao invés de falarmos em uma nova perspectiva que se coloca às margens da tradição,

<sup>299</sup> “Mais frequentemente atacados do que lidos.” (GREGORY, 1989, p. xiii, tradução nossa)

<sup>300</sup> Conforme frisam Rita Caregnato e Regina Mutti (2006, p. 680), na AD a denominação de texto extrapola a noção convencional de “palavras escritas”. O texto é, assim, observado como tudo que se manifesta sob formas de expressão verbais e não verbais. Além disso, na AD podem-se mesclar séries textuais (sejam elas escritas ou orais), imagens (fotografias, filmes, vídeos) e/ou linguagem corporal (dança) – para nomear alguns.

talvez seja melhor pensarmos em um movimento de alargamento. (ROCHA, DEUSDARÁ, 2005)

Além disso, é importante termos em mente que, assim como delinea Hansen (2006), entendemos a linguagem com base na associação das perspectivas Foucaultiana e Derridiana. Isso porque a perspectiva Foucaultiana trata a natureza da linguagem como coletiva e estruturada. De maneira complementar, salienta a autora, na perspectiva Derridiana, linguagem é um sistema de signos diferenciais, e, por meio dela, o significado não é estabelecido por meio da essência de uma coisa, mas, por meio de uma série de justaposições, na qual um elemento ganha valor frente a seu oposto.

#### 4.3 Características da Análise do Discurso

O objetivo da AD é o de questionar sentidos estabelecidos. Nela a linguagem não é considerada transparente e reveladora de significados. Muito pelo contrário, a linguagem é considerada opaca e heterogênea. (CAREGNATO, MUTTI, 2006; GOMES, 2011; HANSEN, 2006)). A mudança da postura do observador em relação ao objeto de pesquisa também caracteriza a AD. Assim, nela, o analista não tenta se manter imparcial e objetivo. Sua atividade compreende a realização de leituras instigadas, amplamente, por sua posição social, por suas crenças e por suas experiências. Daí a ideia de que a interpretação, na AD, não se coloca como única, mas como aquela que também produz sentido próprio. (CAREGNATO, MUTTI, 2006, p. 682).

Além disso, o pesquisador, ao não considerar a linguagem como representação de algo dado, senão como parte de um processo complexo de construção social, rompe com a ideia de naturalidade. Assim, traz consigo a concepção de que a linguagem não pode ser dissociada da interação. (GOMES, 2011). Essa caracterização da AD, por sua vez, está ligada a outro deslocamento: é necessário afastar-se da ideia de que há, no discurso, um sujeito racional capaz de fazer escolhas e de anunciar prioridades. Não se trabalha com a ideia de autor (ver Capítulo 1), senão do escoamento de vozes diversas.

Assim como Shapiro (1989, p. 6) faz saber,

Each of us speaks with many voices, like a tribal shaman in whom the ancestor ghosts are all talking at once; when we speak, we are not sure who is talking or what is being said, and our acts of power in communication are not wholly our own<sup>301</sup>.

---

<sup>301</sup> Cada um de nós fala por meio de muitas vozes, assim como um xamã tribal em quem todos os fantasmas dos antepassados estão falando ao mesmo tempo; quando falamos, não temos certeza de quem está falando ou do que

Essa concepção relativa à autoria do discurso comunga com a concepção Foucaultiana na qual o autor não é entendido como o indivíduo que pronuncia, escreve ou assina o texto. Senão como o princípio a partir do qual o discurso é organizado. Isso porque, para Foucault (1989, p. 26), “O autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real.”

Assim, empreendendo um caminho contrário ao da AC, a AD busca extrapolar o linguístico considerando a linguagem como associada à prática social. Desse modo, ao ultrapassar sua filiação com a linguística conteudista, a AD recorre a outros campos, tais como o marxismo, com Michel Pêcheux; à psicanálise, com Jacques Lacan; e ao pós-estruturalismo, ao qual Foucault e Derrida são comumente associados – para nomear alguns. (SILVA, 2005).

Percebemos, assim, que o enfoque da AD não está apenas no que está escrito, no que foi dito, ou no que foi transmitido, ou seja, não está apenas no linguístico, mas também no extralinguístico. (SILVA, 2005). Isso porque, assim como sublinha Chizzotti (2006, p. 11), a AD não se restringe à estrutura de ordenação das palavras e, conseqüentemente, não possui caráter essencialmente descritivo. Pelo contrário, para ela, importa também o contexto de emissão e interação do texto. Para além dos aspectos formais da língua, importam “[...] o processo, o ato da fala, o sentido elaborado no momento da produção do discurso, com todas as injunções subjetivas - desejos, instintos-, determinações sociais - ideologias, contradições e formas linguísticas -, incoerências, repetições, omissões.” (CHIZZOTTI, 2006, p. 121).

Além disso, percebemos que as motivações do discurso são permeadas pelo encontro entre um “Eu” e um “Outro” (ver Capítulo 1). Por isso, a partir da AD é feito um exercício que denuncia a postura naturalizadora e logocêntrica. (ROCHA, DEUSDARÁ, 2005). E, assim, nos é proporcionado espaço para pensarmos o fluxo interacional entre o que é escrito, dito, projetado e o seu entorno (NEUMANN, 2008; GOMES, 2011). Maria Alice Silva (2005) reforça essa noção ao afirmar que a AD observa a localização sóciohistórica do texto. Assim, o discurso analisado é compreendido se, e apenas se, relacionado aos processos culturais, políticos e socioeconômicos no qual é constituído e que, concomitantemente, constitui.

Além disso, devemos ressaltar que, diferentemente da AC, a AD não trabalha com a concepção de uma realidade apriorística, estável e pronta para ser desvendada. Pelo contrário, caminha-se, nela, por caminhos distintos de modo a ampliar o escopo da análise por meio da articulação da linguagem com o contexto e com tudo aquilo que entremeia essa relação. (ROCHA, DEUSDARÁ (2005).

Em outras palavras, a AD não compartilha com a AC

o mesmo horizonte teórico (concepção de um empírico preexistente ao discursivo e de uma certa concepção de *social* visto como mera soma das “personalidades individuais”), nem o pressuposto metodológico de que o texto desvelaria o contexto, isto é, de que a produção linguageira seria reveladora das opiniões e das crenças de um sujeito (homogeneizado e “fracionado” em pensamentos, emoções e comportamentos) a respeito do mundo que o rodeia. (ROCHA, DEUSDARÁ, 2005, p. 315).

Ademais, devido às suas concepções teórico-metodológicas, a AD percebe, simbologias, divisões políticas, sentidos e instabilidades no texto. O foco estabelecido não é, portanto, na frase, na palavra, no termo. Muito pelo contrário, o discurso como um todo importa. (BRASIL, 2011). A atividade do analista do discurso é, assim, consciente de que se direciona a intervenções em uma dada realidade.

Ademais, cabe ressaltar que apesar da constante (e irrefletida) noção de que para a AD “tudo é texto”, não se trabalha com a negação da materialidade dos objetos. Laclau e Mouffe são constantemente citados para ilustrar a “polêmica” entre a materialidade e a textualidade. Os autores afirmam que

O fato de que cada objeto é constituído como um objeto de discurso não tem nada a ver com questões relativas a se existe um mundo externo ao pensamento ou com a oposição realismo/idealismo. Um terremoto ou a queda de um tijolo certamente são eventos que existem, no sentido que ocorrem aqui e agora, independente da minha vontade. Mas se suas especificidades enquanto objetos são construídas em termos de ‘fenômeno natural’ ou ‘expressões da raiva de Deus’, tais sentidos dependem da estruturação de um campo discursivo. O que é negado não é o fato de que esses objetos existem externamente ao pensamento, mas sim a ideia de que eles se constituem enquanto objetos fora de quaisquer condições discursivas de emergência. (1985, p. 108, apud GOMES, 2011, p. 658)

Portanto, a AD não é, aqui, definida como uma simples estratégia textualista. Pelo contrário, afirmar que “tudo é texto” significa que objetos e fenômenos não possuem significado prévio. Ou seja, a construção do sentido de objetos e fenômenos depende da articulação discursiva de sentidos e de vocabulários próprios (GOMES, 2011). Em outras palavras, nessa pesquisa, argumento que a materialidade é produzida por, e inserida nos, discursos de política externa. A partir desse processo, discursos em nome da segurança, que se utilizam da diferenciação entre o nacional e o internacional, colocam o “Eu” como aquele que

necessita proteção contra um “Outro” radical e ameaçador. (CAMPBELL, 1992; HANSEN, 2006). Parto, então, da concepção de que a construção do Iraque como uma ameaça à segurança dos Estados Unidos envolveu, no período elencado, a mobilização de conceitos discursivamente importantes.

Saliento ainda que, ao optar pela AD, busco identificar representações e a possibilidade de assimetrias entre elas. Não há a proposta de desvelar verdades ocultas, mas a de realizar uma leitura e uma intervenção do e sobre o social. (THOMANSEN, 2010). Para tanto, com auxílio de Iver Neumann (2008), parto da concepção de que há sempre, de um lado, uma posição dominante e, de outro(s), posições desafiantes que resistem. Ainda, compreendo que a posição dominante é aquela que se apresenta como aquela que tem a responsabilidade de permanecer. Ademais, não trabalho, aqui, com uma visão determinista. Há, certamente, hierarquias, dominação, repressão. Há, porém, a possibilidade de resistência e de mudança.

Como salienta Aureo de Toledo Gomes, é possível associar a AD a investigações de cunhos pós-coloniais, pós-modernos e pós-estruturalistas, haja vista que ambas abordagens têm como foco a diferença, a identidade, a representação e a desigualdade. Possibilita-se, assim, utilizar aqui estas lentes para compreender, no seio da Política Externa dos Estados Unidos, a construção do “Outro” contraposto ao “Eu” (GOMES, 2011, p. 669). Assim, devido ao enfoque na construção da imagem do Iraque nos discursos empreendidos por George W. Bush, entre os anos de 2000 e 2004, entendo que será cara à AD desta pesquisa a noção de subjetividade, bem como a apreciação do discurso como um todo, e não por meio de palavras específicas. Isso porque a AD pensa a linguagem em sua prática, atribui valor a divisão política de sentidos e admite que esses sentidos são instáveis. E também porque a AD não ignora a relação entre o texto e seu entorno. Assim, será privilegiada a função, o processo e o contexto social em que o discurso é utilizado/pronunciado. (BRASIL, 2011, CHIZZOTTI, 2006; ROCHA, DEUSDARÁ, 2005; FOUCAULT, 2014; SHAPIRO, 1989)

Adicionalmente, reside aqui a ideia de que identidade(s) e política(s) externa(s) possuem interdependência ontológica. (HANSEN, 2006). Por isso, compreendo também que a AD e a interação não podem ser dissociadas, pois, por meio da AD, demonstra-se que o poder é capaz de forjar realidades sociais, assim como controla-las com o uso da linguagem e das práticas discursivas (BRASIL, 2011). Assim como demonstra Gomes, a AD preocupa-se com duas coisas: entender e interpretar sentidos construídos. Deste modo, não se preocupa, primordialmente, com a causalidade dos fenômenos. (GOMES, 2011)

## 5. Aplicação da Análise do Discurso: uma dupla leitura desconstrucionista

É importante iniciar esta seção salientando que há, nas RI, poucas reflexões acerca dos métodos e critérios apropriados para aplicar-se a AD. Não se trata, porém, da escassez de seu uso na área – vide Gomes (2011) e Hansen (2006), para nomear alguns. Muito pelo contrário, não se encontra consonância entre aqueles que a utilizam (e a utilizaram). Não há, assim, um paradigma semelhante ao de Kuhn. (MILLIKEN, 1999). Porém, mesmo com a falta de consonância relativa ao “fazer AD” nas RI, o esforço da pesquisa de Milliken demonstra que há, nas RI, manifestadamente três reivindicações teóricas distinguíveis acerca da AD. Quais sejam: Discourses as systems of signification<sup>302</sup>; Discourse productivity<sup>303</sup>; The play of practice. (MILLIKEN, 1999, p. 230-231)<sup>304</sup>.

Opto, aqui, pela orientação do compromisso teórico do *play of practice*. Isso porque, nele, há um direcionamento para o estudo de discursos dominantes (ou hegemônicos) – nesta pesquisa oriundos dos Estados Unidos. Além disso, ao optar pelo compromisso do *play of practice*, dou enfoque para sua análise da estruturação de sentido de discursos como vinculada a práticas de implementação e modos de torná-los inteligíveis e, acima de tudo, legítimos. (MILLIKEN, 1999, p. 230).

A escolha desse modelo parece estar em concordância com o primeiro modelo elencado por Hansen (2006) para realizar Análise de discursos de Política Externa. Nesse modelo, chamado por ela de “modelo 1” (p. 53), a análise é pautada diretamente em discursos oficiais de política externa. Sua atenção é voltada para líderes políticos cujo papel é considerado central na execução da política externa – no caso desta pesquisa, o chefe do executivo. Neste modelo, busca-se identificar a construção de identidade por meio do discurso oficial, demonstrar como ele é estabilizado e, observar, como esses mesmos discursos são alvos de críticas.

Isso porque, para Hansen (2006, p. 54),

Three more specific methodological guidelines can also be presented: first, official policy texts might be either single-authored, as in speeches, articles, and books, or

<sup>302</sup> De acordo com Milliken, Discursos como Sistemas de Significação (tradução nossa) estão comprometidos com a ideia de que o discurso forma estruturas de significação que constitui realidades sociais. Sua abordagem possui características construtivistas - ainda que suas premissas não sejam compartilhadas por todos construtivistas. Nessa abordagem, opta-se pelo apoio de autores como Ferdinand de Saussure e Jacques Derrida. (1999, p. 229)

<sup>303</sup> A produtividade do discurso, por sua vez, e como o próprio nome indica, volta-se para a noção de discursos como sendo produtivos (ou reprodutivos). Assim, de acordo com esse compromisso teórico, a partir do discurso pode-se operacionalizar regimes de verdade e excluir outros modos de identidade e de ação. (MILLIKEN, 1999, p. 229)

<sup>304</sup> Discursos como sistemas de significação; Produtividade do Discurso; O papel(?) da prática (tradução nossa).



might be produced in dialogue with political opponents or journalists; second, intertextual references may be made either in support of a proposed policy or in response to critical events or contestations of the official policy; third, one might identify intertextual links as they are made explicitly by political leaders or as secondary sources argue them, thereby creating a story of intertextual influence which further heightens the intertextual salience of the text quoted.<sup>305</sup>

Assim, ao seguir o compromisso do *play of the practice*/modelo 1, e, assim como fez Ashley (1988)<sup>306</sup>, nesta pesquisa preocupo-me em compreender esforços de estabilização de significados dominantes, ademais de empreender uma dupla leitura, que visa inverter hierarquias e inverter significados<sup>307</sup>. Além disso, elencar a figura de George W. Bush é aqui justificado porque compreende-se a importância do “autor”, ou do que Milliken (1999) chama de “orador autorizado”, ou do que Hansen (2006) chama de “autor principal”, que reproduz discursos – mas, não necessariamente, os produz integralmente. (FOUCAULT, 2014)

Ainda seguindo a percepção de Milliken, cabe ressaltar, por último, que há quatro métodos de abordagem do *play of practice*. O método desconstrutivo (*deconstructive*); o método de justaposição (*juxtapositional method*)<sup>308</sup>; o método focado em saberes subjugados (*subjugated knowledges*)<sup>309</sup>; e o método genealógico (*genealogical method*)<sup>310</sup>. (MILLIKEN, 1999, p. 242-243).

---

<sup>305</sup> Três orientações metodológicas mais específicas podem também ser apresentadas: em primeiro lugar, textos políticos oficiais podem ser de autoria única, como em pronunciamentos, artigos, e livros, ou podem ser produzidos em diálogo com oponentes políticos ou jornalistas; em segundo lugar, referências intertextuais podem ser feitas dando suporte à política proposta, ou em resposta a eventos críticos ou contestações da política oficial; em terceiro lugar, podemos identificar ligações intertextuais, tal como são explicitamente explicados por líderes políticos ou como fontes secundárias, argumentando-os, criando uma história de influência intertextual que aumenta a importância intertextual do texto citado. (HANSEN, 2006, p. 54, tradução nossa)

<sup>306</sup> Conforme mencionado anteriormente, em “*Untying the Sovereign State: a double reading of the Anarchy Problematique*”, Ashley (1988) realiza uma dupla leitura da noção de anarquia. Primeiramente traz ao leitor a narrativa tradicional e posteriormente empreende uma leitura alternativa (dialógica). A partir desta exposição, que se utiliza do método de desconstrução, o autor infere que os discursos que permeiam a problemática da anarquia são arbitrários e ativamente produzidos por meio da história e da prática.

<sup>307</sup> Admite-se, aqui, que discursos estão abertos a instabilidade, haja vista sua susceptibilidade a adentrar em novas relações - por meio de resistências. Porém, haja vista os limites de tempo e espaço para abarcar outros atores importantes na construção da representação do Iraque entre 2000 e 2004, optou-se, nesta pesquisa por não trabalhar com o discurso e as práticas da resistência.

<sup>308</sup> O método de justaposição, como seu nome indica, justapõe a “verdade” acerca de uma situação construída internamente a um discurso a eventos e questões que a dita “verdade” falha em reconhecer e analisar. Assim como David Campbell (1992) o fez em *Writing Security*, para além de buscar a ‘história correta’, neste método busca-se expor ambiguidades e demonstrar a natureza política de discursos oficializados. (MILLIKEN, 1999, p. 242).

<sup>309</sup> O enfoque dado aos saberes subjugados, assim como ilustra Milliken (1999), pode ser compreendido como uma extensão do método de justaposição. A única diferença a ser ressaltada é que, para além do apontamento de alternativas, este método preocupa-se em explorá-las com profundidade. Tratar-se-ia, basicamente, de explorar como os saberes subjugados podem criar condições de resistência em relação aos discursos dominantes.

<sup>310</sup> O método genealógico possui inspiração *Foucaultiana*. Nele, práticas discursivas contemporâneas são exploradas a partir de estudos históricos de práticas discursivas anteriores. Além disso, a partir da genealogia, percebem-se descontinuidades nas formações discursivas. (MILLIKEN, 1999)

Assim, de modo a sustentar o argumento proposto nesta dissertação, e associada ao compromisso teórico do *play of practice*, a aplicação da AD será utilizada a partir da estratégia de desconstrução. E, como demonstrarei na próxima seção, a desconstrução dos discursos da campanha e do primeiro governo de George W. Bush será feita em duas etapas, denominadas dupla leitura.

### 5.1 Dupla leitura desconstrucionista

A partir da perspectiva derridiana é possível conceber a desconstrução como uma crítica ao modelo de pensamento intelectual e acadêmico da filosofia ocidental pautado em uma estruturação dicotômica. Isso porque, a partir de pensamentos dicotômicos, conceitos são elencados por meio de pares que, por sua vez, são opostos uns aos outros. Imperam, assim, concepções tais como presença oposta à ausência e a identidade como oposta à diferença. (GNANASEKARAN, 2015; ZEHFUSS, 2009). Nas RI, por sua vez, é comum a dicotomia do doméstico oposto ao (e dependente do) internacional. O primeiro par tende a ser sempre hierarquicamente privilegiado em relação ao segundo que, por sua vez, adquire o caráter de indesejável e negativo. E, assim como salienta Zehfuss (2009), tais dicotomias são problemáticas e, também, significantes.

Assim como Gregory (1989) salienta, pensadores desconstrucionistas buscam desconstruir a estruturação de conceitos pareados e a dita inevitabilidade da oposição. (GREGORY, 1989, p. XV-XVIII). Ainda, de acordo com a perspectiva derridiana, compreendemos que o objeto da desconstrução é o texto. Vale ressaltar, mais uma vez, com o auxílio de Lasse Thomassen (2010, p. 43), que, nesta perspectiva, o termo “texto” não se refere ao sentido convencional de “palavras escritas”. Ao contrário, diz respeito a qualquer totalidade significativa, ou seja, inclui em seu escopo estruturas, práticas e instituições. Ainda, ressaltamos que a noção de totalidade não diz respeito a um “todo” fechado e coerente. Afinal, partimos da noção de que os limites do texto não podem ser claramente demarcados, haja vista que nele impera a presença de constantes contradições e tensões. O desconstrucionista pode, assim, apreciar desde um texto escrito por Niccolò dei Machiavelli, ou até mesmo observar a instituição do apartheid sul-africano.

Cabe também destacar que na desconstrução a natureza de um discurso é tida como contingente. Por isso, por meio da desconstrução aplicada a análises textuais, pode-se ilustrar como, internamente a um texto, criam-se polos de oposição que privilegiam “realidades”. E, ainda, por meio desta estratégia, pode-se inverter e deslocar significados ortodoxos de um

discurso e demonstrar como a estabilidade por ele reivindicada carece de força, é imposta e poderia ter sido lida de maneira diferente. (DER DERIAN; SHAPIRO, 1989; MILLIKEN, 1999)

O olhar desconstrucionista coloca em xeque a noção de que há, no texto, significados estáveis. Opta-se, pelo contrário, por uma postura cética em relação a propostas analíticas que buscam origens e essências no objeto analisado. Desse modo, a perspectiva da desconstrução está concentrada nas inconsistências do texto. E é a partir dessa postura que o conteúdo do texto e sua estrutura são desvitalizados de modo a serem apreciados atentamente. (THOMASSEN, 2010).

Por isso, ao utilizarmos a estratégia desconstrucionista, é importante que mantenhamos um olhar atento aos choques no interior do texto manifestados a partir de signos verbais, de jogos de palavras e de metáforas. Isso porque trabalhamos com a ideia de que os componentes do texto são descontínuos, inconsistentes, irregulares.... Ademais, temos uma convicção: a de que significados únicos e corretos não podem ser encontrados a partir do conteúdo do texto. Isso porque, assim como abordado nas seções anteriores, a linguagem é considerada opaca, interacional e sua interpretação é suscetível aos desejos, posicionamentos e ideologias de seu desconstrutor. (GNANASEKARAN, 2015).

Ao adotarmos a estratégia da desconstrução, optamos por um movimento que busca unir o texto, a história e o social. Isso porque o objetivo é que o texto seja perturbado, rearticulado e, jamais, deixado intacto. Para tanto, quatro papéis são desempenhados: 1) o de leitor, que percebe relações entre as sequências de linguagem utilizadas pelo leitor; 2) o de interprete, que não busca recriar o conteúdo do texto, mas desconstruí-lo; 3) o de examinador, que relê e examina cada termo do texto atenciosa e seriamente, de modo a perceber inconsistências e discontinuidades e; 4) de crítico, que observa o texto em seus próprios termos, ou seja, que coloca o texto contra si mesmo, de modo a observar suas fendas e pontos cegos (*blindspots*). (GNANASEKARAN, 2015, p. 213)

Habitualmente, ao falarmos em “desconstrução”, há uma associação quase imediata ao relativismo e às ideias de dismantelamento, de destruição, de negação e de relativismo. Essa ideia advém de significados tradicionalmente atribuídos ao termo “desconstruir”. Por exemplo, ao buscar “desconstruir” no dicionário Aurélio, as definições encontradas foram: “1- Causar a destruição de; 2) Desfazer para voltar a construir; e 3) Construir.” (Dicionário Aurélio Online, 2017, s.p.) O dicionário Oxford, por sua vez, entende “desconstruir” (to deconstruct, em inglês) como “1)To analyze (a text or linguistic or conceptual system) by deconstruction - 'ex. she likes to deconstruct texts, to uncover what they are not saying'; 1.1)

To reduce (something) to its constituent parts in order to reinterpret it”. (s.d.; s.p.)<sup>311</sup>. Porém, acreditamos que a partir de leituras atentas, a desconstrução não resulta em um movimento em vão. Isso porque a desconstrução pode pautar-se também na noção de afirmação e ser, construtiva. Ao colocar noções convencionais, como as de democracia e justiça em questão, seu objetivo não é de gerar a desestabilização pela desestabilização, mas também é o de agir em nome desses ideais. (THOMASEN, 2010).

Cabe, agora, que adentre em outro ponto que permeia esta seção: a dupla leitura. Afinal, por que realizar uma dupla leitura? Conforme salientei ao longo deste capítulo, nesta pesquisa não parto de padrões externos para julgar o discurso. O uso de seus próprios termos é sublinhado. Ou seja, parto da concepção de que os termos internos aos textos são os mesmos capazes de sustenta-lo e de possibilitarem questionamentos, desarticulações, deslocamentos, desconstruções...

Além disso, conforme salienta Thomassen (2010), a leitura desconstrucionista derridiana é permeada por um movimento duplo. De um lado, nela, o interior do texto (sua episteme, seu fechamento) é respeitado na medida do possível. Em outras palavras, tenta-se respeitar e seguir sua própria lógica. Em um segundo momento, porém, parte-se para um segundo movimento. A leitura emerge contra os limites do texto e, assim, sua lógica não é mais seguida, suas hierarquias são invertidas e deslocadas.

De acordo com Ashley (1989) e Maja Zehfuss (2009), endereçar-se às dicotomias por meio da inversão e do deslocamento constitui um ponto fulcral da desconstrução. Isso porque, ao inverter a hierarquia, o desprivilegiado torna-se privilegiado. Porém, esse movimento não é suficiente, uma vez que a hierarquia não é desfeita e o binarismo permanece. Por isso, o deslocamento é um passo relevante. A partir dele, é possível questionar se o “eu” pode ser pensado como separado de e oposto ao “outro” a partir de um movimento que pensa em exclusões, silenciamentos. Assim, esse duplo movimento “subverts the logic of a text by taking this logic seriously”. (ZEHFUSS, 2009, p. 142)<sup>312</sup>

---

<sup>311</sup> Analisar (um texto ou um sistema conceitual ou linguístico) por meio da desconstrução – por exemplo: ela gosta de desconstruir textos para descobrir o que eles não estão dizendo; 1.1) Reduzir (algo) a suas partes constituintes de modo a reinterpretá-lo”. (OXFORD ONLINE DICTIONARY s.d., s.p., tradução nossa).

<sup>312</sup> “Subverte a lógica do texto levando sua lógica a sério.” (ZEHFUSS, 2009, p. 142, tradução nossa)

### 5.1.2 A execução da dupla leitura desconstrucionista

Assim como salientado na introdução desta dissertação e ao longo deste apêndice metodológico, pretende-se sugerir uma resposta as seguintes perguntas: como se constituiu e se manteve a representação do Iraque, no discurso da Política Externa dos Estados Unidos do Governo Bush, entre os anos de 2000 e 2004? E, como os discursos da Política Externa dos Estados Unidos de George W. Bush relativos ao Iraque e aqui analisados expõem suas estratégias retóricas e minam seus próprios alicerces, possibilitando, assim, outras vias de interpretação? Com base na base na proposta de uma dupla leitura desconstrucionista a pesquisa argumenta que o discurso dominante, proveniente dos Estados Unidos e de um de seus tomadores de decisão, sustentou-se a partir de polos de oposição. De um lado figuravam os Estados Unidos como bastiões da liberdade, da democracia e da igualdade, o Eu; de outro, o Iraque, preso em um abismo autoritário, um *Rogue State*<sup>313</sup>, uma *sick Nation*<sup>314</sup>, um *outlaw*<sup>315</sup>, o Outro que, caso não combatido, ameaçaria a integridade e a própria e, benigna, existência do Eu. Essa dupla leitura se manifesta em dois momentos: em primeiro lugar (capítulo 2) é realizada a leitura monológica dos discursos selecionados (ver ANEXO I) e, em um segundo momento, é realizada a leitura dialógica dos mesmos discursos.

Na leitura monológica do capítulo 2 a complexidade dos eventos relativos à representação do Iraque e ao empreendimento da Guerra Global ao Terror (GGT) é compreendida como um texto dado e pronto para ser interpretado em seus próprios termos. Nessa leitura, replico o que prevalece no discurso dominante. Ainda, nesse modelo, como salienta Ashley (1989), a voz soberana tem lugar e dela emana o fluxo de declarações. Trata-se, portanto, da observância de uma origem fixa e determinada da razão e do significado. Isso porque nela compreende-se a coerência interna da gramática que fornece condições de clareza, tangibilidade e replicação do discurso. Portanto, com base na leitura monológica é possível perceber no discurso representações suficientemente eficazes para impor significados e, assim, disciplinar e excluir quaisquer interpretações contrárias. (Res)surgem, assim, formas prevaletentes de saber que são apreoadas como naturais e habituais.

A leitura dialógica, por sua vez, tenta entender “como?” (*how question*). Essa leitura está voltada para o modo como a prática do conhecimento (*knowledgeable practice*) impõe, corrige e/ou transgride significados na história. De acordo com esse modelo, nenhum objeto,

<sup>313</sup> O termo “Rogue State” é comumente traduzido como “Estado Pária” ou “Estado Vilão”. Por buscar fidelidade aos discursos utilizados, optou-se por deixar o termo em sua forma original, em inglês.

<sup>314</sup> Nação doente (tradução nossa).

<sup>315</sup> Fora da lei (tradução nossa).

sistema, ou estrutura pode ser adequadamente entendido como um texto já completo, delimitado e homogêneo em seu significado. Além disso, nenhum aspecto da história - mesmo quando dito inequívoco e independente - deve ser considerado assim. Muito pelo contrário, todo aspecto da história deve ser compreendido como um intertexto - ou seja, como um texto cujos significados e limites dependem de processos infindáveis de produção intertextual. Trata-se de um espaço multidimensional no qual choques e misturas ocorrem constantemente (ASHLEY, 1988; 1989, p. 281). Portanto, o capítulo 3 analisa como práticas envolvidas na produção de um texto/discurso (provenientes do Executivo estadunidense) se moveram para absorver, antecipar, negar/afirmar, e/ou responder o "outro iraquiano" de maneira ambígua, indeterminada, porém produtiva. Além disso, nesse capítulo, a partir da desconstrução, é observado como os textos e argumentos elencados dependem de estruturas de oposição hierárquicas – ou seja, na qual um termo possui maior peso que o outro.

## 6. **Considerações finais**

Propus, neste apêndice metodológico delinear a metodologia que guia essa dissertação a partir de três pontos: o que, como e por que farei? Frente a um cenário polissêmico e controverso, e, com o auxílio de um variado leque de autores, tentei responder a essa grande questão. Assim, ao propor um olhar voltado para a Política Externa dos Estados Unidos e para a construção da Imagem do Iraque, optei por estratégias metodológicas que percebem que práticas discursivas são capazes de (re)produzirem identidades, representações, oposições, hierarquias, quais sejam: a AD e a dupla leitura desconstrucionista.

Desse modo, a escolha pela AD e pela dupla leitura desconstrucionista foi feita porque essas estratégias trabalham com elementos internos ao discurso para mostrar como oposições hierárquicas nele presentes possibilitam críticas. Ademais, ao propor a leitura do texto a partir de seus próprios termos, parto da percepção de que importa observar como, em sua hierarquia o bem pode ser oposto ao mal; o democrático ao autoritário; o saudável ao doente; os Estados Unidos ao Iraque. Atentamos, assim, ao autor, ao locus de enunciação, às relações entre o poder e o conhecimento e entre a linguagem e o social.